

ANGELA

DAVIS

—MULHERES, CULTURA E POLÍTICA—









Sobre *Mulheres, cultura e política*

Vilma Reis

Os temas da cultura e da política, secularmente vedados como pautas públicas para nós mulheres e mulheres negras, são material central, desde os anos 1960, nas abordagens políticas de Angela Davis, ativista, pensadora e grande inspiração para várias gerações dos movimentos de mulheres e dos movimentos negros nas Américas e no mundo. Ao longo dos últimos cinquenta anos, Davis tem se mantido uma rocha forte, capaz de nos dar forças para o enfrentamento necessário contra o racismo, o sexismo e a lesbofobia e na luta pelo abolicionismo penal em nossos países.

Ao retomar, nesta obra, seus discursos, a autora deixa evidente tanto sua conexão direta com as lutas ao longo dos anos como sua identificação com os campos do pensamento da crítica radical, o que lhe permitiu avaliar as alianças, interceptar os silêncios e politizar as ausências de possíveis aliados/as nas agendas políticas mais estruturantes para nós mulheres e mulheres negras, a fim de impedir uma ampla amnésia política nos estudos de gênero, que insistem em contar a história do feminismo sem considerar as lutas das mulheres negras.

Davis incorpora tudo isso com profundidade e, ao mesmo tempo, muita leveza política – características daqueles e daquelas que já caminharam bastante pelas areias movediças das incertezas de um mundo sob o controle secular do pensamento colonial. Angela se move nesses terrenos inóspitos, hostis, para afirmar sua crença em uma agenda política pautada na afirmação de que, sem as mulheres negras e sem as outras não brancas do mundo, os direitos não são humanos. Aproxima, assim, lutas que parecem distantes, como as nicaraguenses, as curdas, as palestinas, as sul-africanas e as brasileiras, que pautam dois grandes temas que mobilizam a autora, o abolicionismo penal e o enfrentamento da guerra às drogas.

Ao trazer Winnie Mandela e a luta contra o *apartheid* para a cena, como exemplo das razões que temos para lutar, Angela destaca como aquele regime, que levou mulheres e crianças a tomarem as ruas da África do Sul, mostra a longevidade de suas raízes e, como modelo de dominação, dá sinais de continuidade em tantas outras partes do mundo, evidenciando que precisamos seguir na luta por uma virada civilizatória, na qual as opressões de raça e gênero

possam ser enfrentadas por todos e todas que acreditam nos direitos humanos e no direito de as mulheres negras se autorrepresentarem.

Ao final, Angela Davis destaca ainda os feitos das mulheres afro-americanas nas artes, linguagem que sempre pode dizer mais que qualquer discurso, pois rompe com todos os padrões estabelecidos e não está amarrada a modelos narrativos, mesmo aqueles mais pautados na revolução dos feminismos. Como água, a arte traz e leva mensagens de libertação, perturbando consciências, movendo-se contra uma cadeia sistêmica de opressão que está desde o acesso aos espaços onde se mostra a cultura do povo sem o povo até seus principais expoentes, encarcerados nos salões do poder. A cultura é, portanto, uma das formas para montar a contraofensiva capitalista.

Neste livro, Angela Davis nos ensina a resistir à violência racial e a combater com veemência o capitalismo, que dilacera a todas nós. Por isso, sua publicação pela Boitempo já é em si um ato revolucionário para o Brasil que segue tão colonial.

Sobre *Mulheres, cultura e política*

Angela Davis

“A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos.”

“O ofício no ativismo político envolve inevitavelmente certa tensão entre a exigência de que sejam tomadas posições em relação aos problemas atuais à medida que eles surgem e o desejo de que sua contribuição, de alguma forma, sobreviva à ação do tempo. Este é um esforço de dar, em retrospecto, alguma continuidade a uma vida que por quase duas décadas tem sido inspirada pelas lutas locais e globais em busca de uma mudança social progressista.”

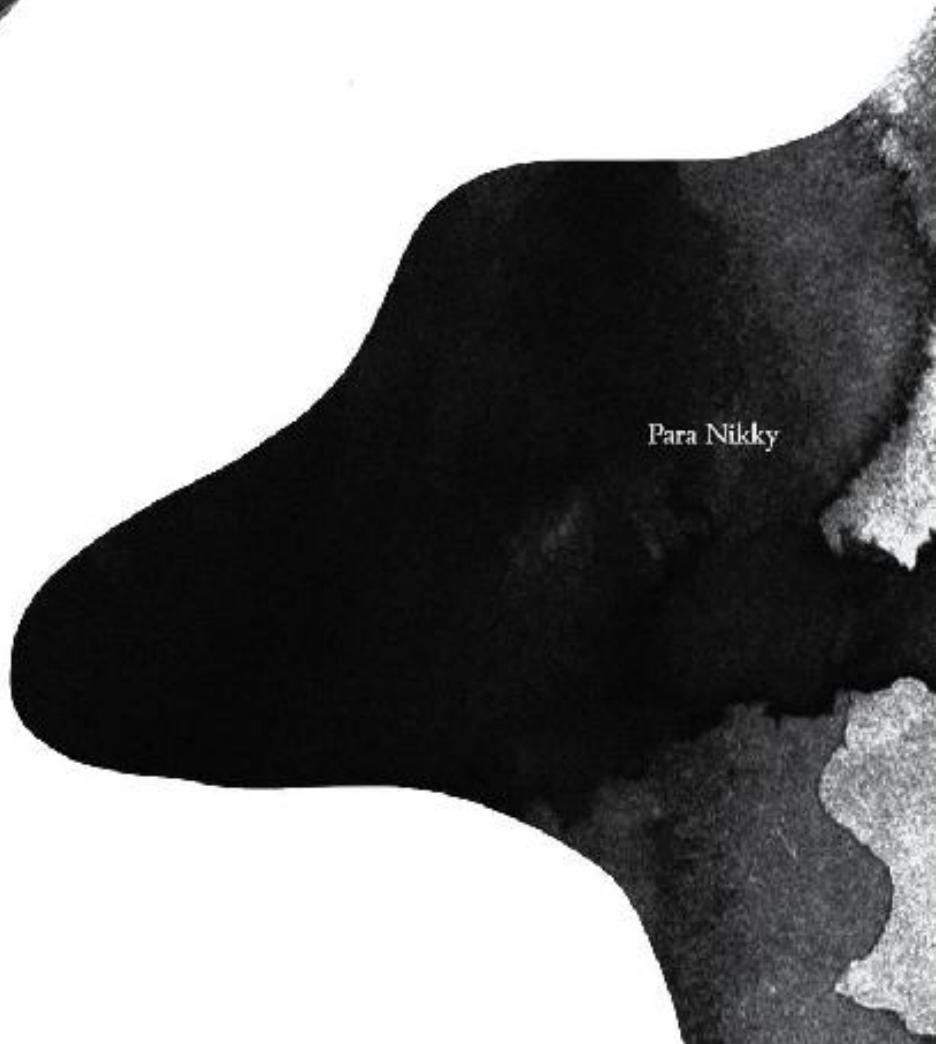
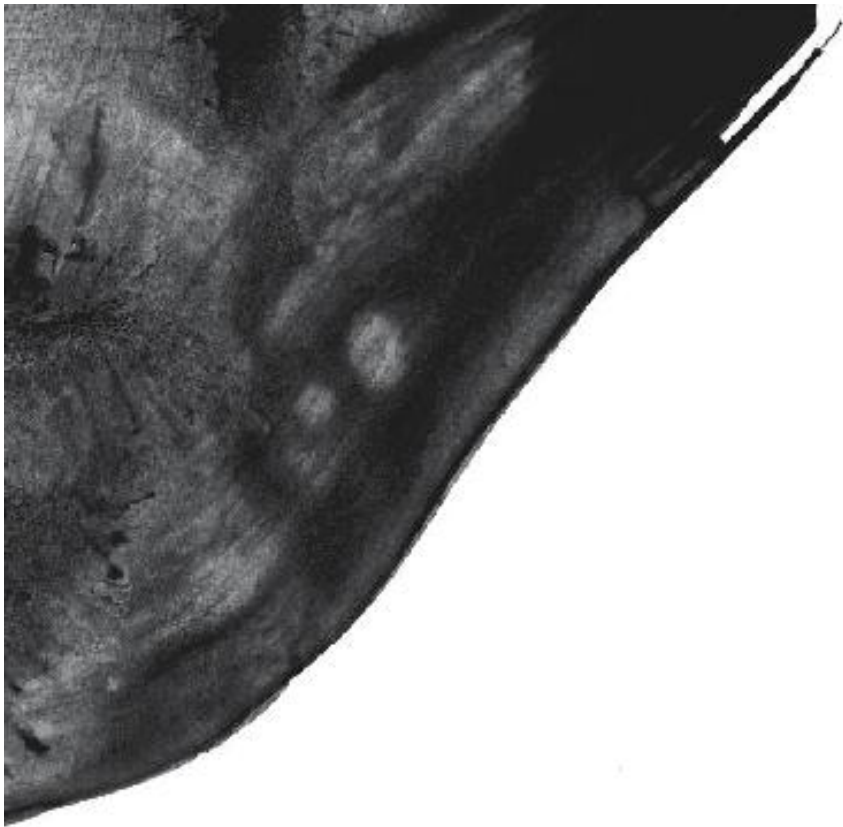
June Jordan

“Eis o coração e a mente de Angela Davis: aberto, implacável e oportuno! Ela é tão radiante e verdadeira como aquele invencível nascer do sol – ela deseja deseja avançar, com toda a esperança e toda a graça de sua vida absolutamente dedicada.”

Sobre a autora

Angela Davis é filósofa, professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e ícone da luta pelos direitos civis. Integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos, tendo sido candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Próxima ao grupo Panteras Negras, foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha “Libertem Angela Davis”. Autora de vários livros, sua obra é marcada por um pensamento que visa romper com as assimetrias sociais. Dela, a Boitempo publicou *Mulheres, raça e classe*, em 2016.





Para Nikky

NOTAS DA EDIÇÃO

Publicado originalmente em 1990 e reunindo ensaios da década de 1980, este livro contém algumas referências a lugares, fatos e eventos que podem não existir mais nos dias que correm (como o *apartheid* na África do Sul, à época ainda em vigor).

Os colchetes explicativos ou com traduções ao longo do texto são da edição brasileira; aqueles em citações, tanto os de supressões como os de acréscimos, são da autora.

Sumário

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

SOBRE AS MULHERES E A BUSCA POR IGUALDADE E PAZ

Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas

Enfrentando nosso adversário comum: as mulheres e a luta contra o racismo

Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista

Doentes e cansadas de estarmos doentes e cansadas: a política de saúde para as mulheres negras

A paz também é um assunto de irmãs: mulheres afro-americanas e a campanha contra as armas nucleares

Destruindo o sonho: a família negra e a crise do capitalismo (com Fania Davis)

As mulheres nos anos 1980: derrotas e vitórias

SOBRE QUESTÕES INTERNACIONAIS

Quando uma mulher é uma rocha: reflexões sobre a autobiografia de Winnie Mandela

Crianças primeiro: a campanha por uma África do Sul livre

Concluindo a agenda: reflexões sobre o Fórum de 1985, em Nairóbi, Quênia

As mulheres do Egito: uma perspectiva pessoal

Revolução e a condição da mulher: sobre selected writings, de Clara Zetkin

SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA

Imaginando o futuro

Colhendo o fruto e espalhando as sementes

Estudos étnicos: significados globais

A arte na linha de frente: mandato para uma cultura do povo

Subexposto: a fotografia e a história afro-americana

Pinceladas pela mudança social: a arte de Rupert Garcia

CRÉDITOS E AUTORIZAÇÕES

Agradecimentos

Cinco anos atrás, durante uma das habituais visitas de meus pais à região da baía de São Francisco, eu estava me preparando para realizar o discurso de paraninfa da turma de formatura da Berkeley High School. Minha mãe comentou que, uma vez que eu dedicava parte tão grande do meu tempo à preparação de discursos, eu deveria considerar publicá-los em forma de livro. Agradeço, portanto, à minha mãe, Sallye B. Davis, pela inspiração inicial para esta obra que, durante os anos seguintes, continuou sendo uma ideia sedutora, mas não concretizada, até que minha grande amiga Nikky Finney me convenceu a reservar algum tempo para trabalhar no projeto. Nikky me ajudou examinando meticulosamente um grande número de antigos discursos e artigos com o objetivo de compilar material para esta seleção. Ela leu o manuscrito final e me ajudou a formular o título adequado para cada texto. O título do capítulo sobre Winnie Mandela, aliás, foi retirado de um poema de Nikky sobre as mulheres da África do Sul, inspirado, por sua vez, no canto que elas criaram durante a campanha de 1956 contra as leis de salvo-conduto^[a]: “Agora que vocês mexeram com as mulheres, vocês bateram em uma rocha, vocês deslocaram uma pedra, e serão esmagados”.

Algumas das ideias incorporadas aos discursos resultaram de muitas horas de discussões políticas, tarde da noite, com minha amiga June Jordan. Agradeço a ela por sua amizade duradoura e pelo “Poem About My Rights” [Poema sobre meus direitos]^[b].

Stefanie Kelly, à época minha professora-assistente no Departamento de Estudos sobre Mulheres na Universidade Estadual de São Francisco, passou muitas horas no computador digitando e editando o manuscrito. Agradeço a ela pela ajuda inestimável.

Por fim, sou imensamente grata à minha assistente-administrativa, Roberta Goodman, que dedicou uma atenção cuidadosa a cada frase deste livro.

[a] No original, *pass laws*. Na África do Sul, durante os anos do *apartheid*, a legislação determinava o uso de passaportes internos, principalmente para os homens negros. Tais documentos, em vigor já em 1910, estipulavam as áreas urbanas em que eles poderiam circular e trabalhar legalmente. As mulheres negras iniciaram campanhas contra esses salvo-condutos, que na década de 1950 se tornaram ainda mais restritivos inclusive para elas. (N. T.)

[b] O poema completo da escritora e ativista June Jordan (1936-2002) pode ser lido, em inglês, em <<https://www.poetryfoundation.org/poems-and-poets/poems/detail/48762>>. Um trecho traduzido dele está disponível às páginas 39-40 deste volume. (N. E.)

Introdução

O ofício no ativismo político envolve inevitavelmente certa tensão entre a exigência de que sejam tomadas posições em relação aos problemas atuais à medida que eles surgem e o desejo de que sua contribuição, de alguma forma, sobreviva à ação do tempo. Nesse sentido, o principal desafio a ser enfrentado no ativismo é responder plenamente às necessidades do momento e fazer isso de modo que a luz que se pretende lançar sobre o presente possa ao mesmo tempo iluminar o futuro. Mas, óbvio, ninguém jamais pode ter certeza de que seus posicionamentos e análises conservarão a validade para além do imediatismo do momento. Há, portanto, certo risco – e até mesmo algum grau de presunção – inerente a um livro como este.

Seria negligência de minha parte não reconhecer a motivação pessoal subjacente a esta obra, já que ela é também uma tentativa de capturar alguns momentos do período mais recente da minha carreira como ativista que, caso contrário, teriam seguido o caminho de todas as experiências igualmente efêmeras. Este é um esforço de dar, em retrospecto, alguma continuidade a uma vida que por quase duas décadas tem sido inspirada pelas lutas locais e globais em busca de uma mudança social progressista. No fim dos anos 1960, esse envolvimento serviu de pano de fundo para a minha demissão da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, por causa da minha afiliação ao Partido Comunista e, posteriormente, para a minha prisão sob falsas acusações de assassinato, sequestro e conspiração. Desde que fui absolvida, em 1972,

grande parte da minha trajetória tem sido dedicada a falar em público conforme viajo e realizo conferências pelo país e pelo exterior.

Ainda que minhas afiliações institucionais e meus interesses – bem como, por conseguinte, os temas do meu trabalho, de minhas conferências e de muitos dos meus escritos – sejam diversificados, sempre tentei, com sucesso ou não, evitar dissipar as energias em muitas direções. Continuei a atuar como membro do comitê nacional do Partido Comunista, codiretora da National Alliance Against Racist and Political Repression [Aliança Nacional contra o Racismo e a Repressão Política] e integrante dos conselhos executivos do National Political Congress of Black Women [Congresso Político Nacional de Mulheres Negras] e do National Black Women's Health Project [Projeto Nacional de Saúde para Mulheres Negras]. As conferências e artigos reunidos neste livro refletem – direta ou indiretamente – meu envolvimento em todas essas iniciativas.

Um número considerável das conferências publicadas aqui foi apresentado em *campi* universitários. Com frequência me impressiono com a grande quantidade de estudantes e integrantes da comunidade que continuam a assistir e a reagir positivamente às minhas falas. No início de minha carreira como conferencista, especialmente logo após minha absolvição, eu tinha plena consciência de como o alcance da cobertura midiática do meu julgamento e a influência do movimento de massa em defesa da minha liberdade ajudaram a atrair grandes públicos para os meus discursos. Naqueles dias, muitas das pessoas que vinham me ouvir se sentiam fortemente ligadas àquele momento histórico e a quem, como eu, emergiu como símbolo da excessiva repressão política de então. Eu supunha, entretanto, que com o passar dos anos e o inevitável desvanecimento da imagem midiática, minha persona pública eventualmente se tornaria uma relíquia histórica para os filhos e as filhas das pessoas da minha geração.

O que realmente me surpreende é que jovens das universidades e pessoas da comunidade – mulheres e homens, estudantes e classe trabalhadora, indivíduos de todas as origens raciais que já não são seduzidos por uma imagem midiática há muito adormecida – sejam atraídos pela política progressista associada às campanhas nas quais trabalho. Muitos anos atrás, ativistas dos círculos políticos progressistas começaram a apontar um iminente

ressurgimento da mobilização universitária, que vinha acompanhado de um vigor renovado do engajamento da classe trabalhadora. Minha própria experiência confirmou essa previsão e, de fato, hoje, no fim dos anos 1980, o movimento estudantil e o operariado estão se organizando e protestando contra demonstrações internas de racismo, contra a conivência dos Estados Unidos com o *apartheid* e contra a intervenção na América Central. Meu trabalho nas últimas duas décadas terá valido a pena de modo extraordinário se tiver realmente ajudado em alguma pequena medida a despertar e a encorajar esse novo ativismo.

Sobre as mulheres e a busca por igualdade e paz



Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro- americanas⁽¹⁾

O conceito de empoderamento não é novo para as mulheres afro-americanas. Por quase um século, temos nos organizado em grupos voltados a desenvolver coletivamente estratégias que iluminem o caminho rumo ao poder econômico e político para nós mesmas e para nossa comunidade. Ao longo da última década do século XIX, após serem repetidamente rechaçadas pelo racialmente homogêneo movimento pelos direitos das mulheres, as mulheres negras formaram seu próprio movimento associativo. Em 1895 – cinco anos depois da fundação da General Federation of Women's Clubs [Federação Geral de Agremiações de Mulheres], responsável por consolidar um movimento associativo que refletia as preocupações das mulheres brancas de classe média –, cem mulheres negras de dez estados se reuniram na cidade de Boston, sob a liderança de Josephine St. Pierre Ruffin, para discutir a criação de uma organização nacional de agremiações de mulheres negras. Em comparação com suas colegas brancas, as mulheres afro-americanas que instituíram esse movimento associativo nacional articularam princípios de natureza mais evidentemente política. Elas definiram como função primordial de suas agremiações a defesa ideológica e militante das mulheres negras – e dos homens negros – contra os danos causados pelo racismo. Quando o encontro foi convocado, as participantes declararam enfaticamente que, ao contrário de suas

irmãs brancas, cujas políticas organizacionais eram seriamente maculadas pelo racismo, elas idealizavam um movimento aberto a todas as mulheres:

Nosso movimento de mulheres é um movimento de mulheres no sentido de que é conduzido e dirigido por mulheres pelo bem de mulheres e homens, pelo benefício de *toda* a humanidade, que é maior do que qualquer uma de suas ramificações ou divisões. Nós queremos, nós pedimos o interesse ativo de nossos companheiros e, além disso, não estabelecemos limites de cor; nós somos mulheres, mulheres estadunidenses, tão intensamente atraídas por tudo o que nos diz respeito quanto todas as outras mulheres estadunidenses; não queremos alienar nem afastar, estamos apenas assumindo a linha de frente, dispostas a nos unir a quaisquer outras pessoas no mesmo trabalho e cordialmente convidando e dando as boas-vindas a todas que se unirem a nós.^[2]

No ano seguinte foi anunciada a criação da National Association of Colored Women's Clubs [Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor]. O lema escolhido pela associação foi "*Lifting as we climb*" ["Erguendo-nos enquanto subimos"]^[3].

O movimento de mulheres do século XIX também era contaminado pelo preconceito de classe. Susan B. Anthony se perguntava por que seu apelo às mulheres da classe trabalhadora na questão do voto era tão frequentemente recebido com indiferença. Ela indagava o motivo pelo qual essas mulheres pareciam muito mais preocupadas em melhorar sua situação econômica do que em conquistar o direito ao voto^[4]. Por mais essencial que a igualdade política fosse para a campanha mais ampla pelos direitos das mulheres, aos olhos das trabalhadoras afro-americanas e brancas isso não era sinônimo de emancipação. O fato de que as estratégias de luta se baseavam conceitualmente na condição específica das mulheres brancas das classes privilegiadas colocava tais estratégias em desacordo com as percepções de empoderamento das mulheres da classe trabalhadora. Não surpreende que muitas delas tenham dito à sra. Anthony: "Mulheres querem pão, não voto"^[5]. Eventualmente, óbvio, as trabalhadoras brancas, bem como as afro-americanas, reformularam essa luta em termos conceituais, entendendo o voto não como um fim em si mesmo – não como uma panaceia que curaria todos os males relacionados à discriminação baseada no gênero –, mas sim como uma arma importante para a continuidade da luta por salários mais altos, por melhores condições de trabalho e pelo fim do risco onipresente de linchamentos.

Hoje, quando refletimos sobre o processo de empoderamento das mulheres afro-americanas, nossas estratégias mais eficazes continuam sendo aquelas

guiadas pelo princípio adotado pelas mulheres negras do movimento associativo. Precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco. Essa deve ser a dinâmica essencial da nossa busca por poder – um princípio que deve não apenas determinar nossas lutas enquanto mulheres afro-americanas, mas também governar todas as lutas autênticas das pessoas despossuídas. Na verdade, a batalha geral por igualdade pode ser profundamente intensificada pela adoção desse princípio.

As afro-americanas trazem ao movimento de mulheres uma forte tradição de luta em torno de questões que as vinculam politicamente às causas progressistas mais cruciais. Esse é o sentido do lema “Erguendo-nos enquanto subimos”. Tal abordagem reflete as aspirações e os interesses frequentemente desarticulados de massas de mulheres de todas as origens raciais. Milhões de mulheres estão hoje preocupadas com empregos, condições de trabalho, salários mais altos e violência racista. Elas estão preocupadas com o fechamento de fábricas, com a falta de moradia e com a legislação migratória repressiva. Estão preocupadas com a homofobia, o idadismo e a discriminação contra pessoas com deficiências físicas. Estamos preocupadas com a Nicarágua e a África do Sul. E compartilhamos com nossas crianças o sonho de que o mundo de amanhã esteja livre da ameaça de um onicídio nuclear. Essas são algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade. Essas são algumas das questões que devemos considerar se queremos erguer-nos enquanto subimos.

Ao longo desta década, testemunhamos um empolgante renascimento do movimento de mulheres. Se a sua primeira onda começou nos anos 1840, e a segunda, nos anos 1960, então, nestes últimos dias da década de 1980, estamos nos aproximando da crista de uma terceira onda. Será que, quando historiadoras feministas do século XXI tentarem resumir a terceira onda, vão ignorar as grandiosas contribuições das mulheres afro-americanas, que têm atuado como líderes e ativistas de movimentos frequentemente restritos a mulheres de minorias étnicas^[a], mas cujas realizações levaram invariavelmente a avanços nas causas das mulheres brancas? Será que as políticas excludentes do

movimento de mulheres dominante – desde sua concepção até o presente –, que com frequência têm obrigado as mulheres afro-americanas a conduzir sua luta por igualdade fora de suas fileiras, continuarão a resultar na omissão sistemática de nossos nomes da lista de lideranças proeminentes do movimento de mulheres? Continuarão a existir dois *continua* distintos desse movimento de mulheres, um visível e outro invisível, um reconhecido publicamente e outro ignorado – exceto pela consciência das mulheres que descendem daquelas que moldaram esse *continuum* oculto – negras, latinas, indígenas, asiáticas e brancas da classe trabalhadora? Se essa pergunta for respondida de modo afirmativo, isso significa que a busca das mulheres por igualdade continuará a ter sérias falhas. O potencial revolucionário do movimento de mulheres ainda não terá sido realizado. Influenciados pelo racismo, os defeitos da primeira e da segunda ondas terão se tornado uma herança para a terceira onda.

Como podemos garantir que esse padrão histórico se rompa? Enquanto defensoras e ativistas dos direitos das mulheres de nosso tempo, devemos começar a fundir esse duplo legado a fim de criar um *continuum* único, que represente de modo sólido as aspirações de todas as mulheres da nossa sociedade. Devemos começar a criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras. Para mobilizar tal potencial, devemos desenvolver ainda mais aqueles setores do movimento que estão se ocupando dos problemas que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, como empregos, equidade de salários, licença-maternidade remunerada, creches com subvenção federal, abortos subsidiados e proteção contra esterilizações forçadas. Mulheres de todas as raças e classes se beneficiarão enormemente de uma abordagem como essa.

Por décadas, as ativistas brancas têm reclamado de que as mulheres de minorias étnicas frequentemente não atendem aos seus apelos. “Nós as convidamos para as nossas reuniões, mas elas não vieram.” “Nós as chamamos para a nossa manifestação, mas elas não apareceram.” “Elas simplesmente não parecem interessadas nos estudos sobre mulheres.”

Esse processo não pode ser iniciado simplesmente com a intensificação dos esforços para atrair as mulheres latinas, ou afro-americanas, ou asiáticas, ou indígenas para as formas organizacionais existentes, dominadas pelas mulheres

brancas das camadas econômicas mais privilegiadas. As preocupações específicas das mulheres de minorias étnicas devem ser incluídas na pauta.

Uma questão especialmente preocupante para as mulheres afro-americanas é o desemprego. De fato, o pré-requisito mais importante para o empoderamento é a possibilidade de obter um sustento adequado. Do alto de sua audácia, o governo Reagan se gabou de ter estabilizado o desemprego, deixando apenas (!) 7,5 milhões de pessoas sem trabalho. Essas alegações foram feitas em um período em que a população negra em geral tinha duas vezes mais chance de estar desempregada do que a população branca, e a probabilidade de a população adolescente negra estar nessa condição era quase três vezes maior do que a branca^[6]. Devemos nos lembrar de que esses dados não incluem os milhões que possuem empregos de meio período, embora queiram e necessitem de ocupações em tempo integral. Um número desproporcional dessas pessoas subempregadas é composto de mulheres. E os dados não registram as mulheres que, totalmente frustradas, desistiram de procurar emprego, nem aquelas cujo seguro-desemprego expirou, nem as que nunca tiveram trabalho. Mulheres atendidas por programas sociais também não são consideradas desempregadas.

Ao mesmo tempo que a administração Reagan tentava transmitir a impressão de que havia conseguido frear o crescimento do desemprego, a AFL-CIO^[b] estimava que 18 milhões de pessoas em idade ativa estavam sem trabalho. Esses níveis ainda críticos de desemprego, distorcidos e apresentados de modo inadequado pelo governo Reagan, são os principais responsáveis pela condição depauperada das mulheres afro-americanas, cuja maior evidência se encontra no fato de que as mulheres, juntamente com as crianças que delas dependem, constituem a parcela que mais cresce entre os 4 milhões de sem-teto dos Estados Unidos. Não pode haver hoje um debate sério sobre empoderamento se não abarcarmos o problema da população desabrigada com um entusiasmo tão intenso quanto aquele com que abarcamos as questões mais diretamente ligadas à nossa própria vida.

A Organização das Nações Unidas instituiu 1987 como o Ano Internacional dos Desabrigados. Embora apenas os países em desenvolvimento sejam o foco inicial dessa resolução, com o tempo tornou-se evidente que os Estados Unidos são um “país subdesenvolvido”. Dois terços dos 4 milhões de

peças sem-teto no país são formados por famílias, e 40% delas são afro-americanas^[7]. Em algumas áreas urbanas, até 70% dessa população é composta de pessoas negras. Na cidade de Nova York, por exemplo, 60% das pessoas sem moradia são negras, 20% latinas e 20% brancas^[8]. Atualmente, sob o New York's Work Incentive Program [Programa de Incentivo ao Trabalho de Nova York], mulheres e homens sem-teto são contratados para faxinar banheiros, apagar pichações nos trens do metrô e limpar parques por uma remuneração de 62 centavos de dólar por hora, uma mera fração do salário mínimo^[9]. Em outras palavras, as pessoas desabrigadas estão sendo forçadas a realizar trabalho escravo para o governo, caso queiram receber assistência.

Acadêmicas e profissionais negras não podem se dar ao luxo de ignorar as dificuldades de nossas irmãs que estão familiarizadas com a opressão de um modo que muitas de nós não estamos. O processo de empoderamento não pode ser definido de forma simplista de acordo com os interesses específicos de nossa própria classe. Precisamos aprender a erguer-nos enquanto subimos.

Se quisermos elevar a condição de toda a nossa comunidade à medida que escalamos as alturas do empoderamento, devemos estar dispostas a oferecer uma resistência organizada contra as crescentes manifestações de violência racista por todo o país. Não faz muito tempo, um verdadeiro "distúrbio racial" aconteceu no *campus* de uma das instituições de educação mais liberais deste país. Após a World Series^[c], alunos brancos da Universidade de Massachusetts, em Amherst, supostamente torcedores do Boston Red Sox, descontaram sua raiva em estudantes da comunidade negra, como se representassem o time vencedor, o New York Mets, formado predominantemente por jogadores negros. Quando pessoas na multidão começaram a gritar "sua negra vadia" em direção a uma aluna negra, um homem negro que se mobilizou para defendê-la foi seriamente ferido e levado às pressas, inconsciente, para o hospital. Outro dos muitos casos dramáticos de assédio racista que aconteceram em *campi* universitários nessa época foi a queima de uma cruz em frente ao Black Students' Cultural Center [Centro Cultural de Estudantes Negras e Negros], na Universidade de Purdue^[10]. Em dezembro de 1986, Michael Griffith, um jovem negro, perdeu a vida no que equivaleu a um linchamento realizado por um grupo de jovens brancos de Howard Beach, subúrbio de Nova York. Não muito longe de Atlanta, pessoas que marchavam em um ato pelos direitos civis

foram atacadas no dia do aniversário de Martin Luther King por um grupo liderado pela Ku Klux Klan. Um caso especialmente ultrajante em que a violência racista foi oficialmente perdoada foi a absolvição de Bernhard Goetz, que, como ele mesmo confessou, tentou matar quatro jovens negros porque se *sentiu* ameaçado por eles no metrô nova-iorquino.

Mulheres negras se organizaram anteriormente para enfrentar a violência racista. No século XIX, foi criado o Black Women's Club Movement [Movimento Associativo de Mulheres Negras], em grande medida como resposta à epidemia de linchamentos da época. Líderes como Ida B. Wells e Mary Church Terrell perceberam que as mulheres negras não podiam caminhar rumo ao empoderamento se não contestassem radicalmente o poder da lei de linchamentos no país. Hoje, as mulheres afro-americanas devem assumir ativamente a liderança do movimento contra a violência racista, como nossas irmãs antepassadas fizeram há quase um século. Nós devemos erguer-nos enquanto subimos. Assim como nossas ancestrais se organizaram pela aprovação de uma lei federal antilinchamentos – e se envolveram no movimento sufragista feminino a fim de assegurar essa legislação –, nós devemos nos mobilizar para garantir a lei que classifica como crime o racismo e o antissemitismo. Por mais ampla que seja a divulgação de alguns casos de violência racista, muitos outros crimes motivados pelo racismo passam despercebidos por causa da incapacidade do sistema legal de classificá-los especificamente como tal. Uma pessoa que rabisque suásticas ou “KKK” nas paredes de um prédio residencial pode ser acusada apenas – caso de fato sejam feitas acusações criminais – de depredação do patrimônio ou vandalismo. Recentemente, um membro da Ku Klux Klan que queimou uma cruz na frente da casa de uma família negra foi denunciado por fazer uma “fogueira sem licença”. Precisamos de leis locais e federais contra atos de violência racista e antissemita. Devemos nos organizar, realizar passeatas e protestos, fazer *lobby* para assegurar sua aprovação.

Ao nos organizarmos, realizarmos passeatas e protestos e fazermos *lobby* contra a violência racista, nós mulheres de minorias étnicas devemos estar dispostas a recorrer à unidade multirracial com o mesmo espírito de nossas irmãs antepassadas. Como elas, devemos proclamar: nós não estabelecemos limites de cor. O único limite que estabelecemos se baseia em nossos princípios

políticos. Sabemos que o empoderamento das massas de mulheres deste país nunca será alcançado enquanto não tivermos êxito em deter a maré de racismo. Não é uma coincidência que a violência motivada pelo sexismo – em especial, ataques terroristas contra clínicas de aborto – tenha atingido seu ápice no mesmo período em que a violência racista cresceu dramaticamente. Ataques violentos contra os direitos reprodutivos das mulheres são alimentados por essas manifestações de racismo. Os odiosos ataques contra lésbicas e gays são parte do mesmo processo de ameaças. As raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo neste país e, na maioria das vezes, os mesmos círculos extremistas que causam a violência contra as minorias étnicas são responsáveis pelas erupções de violência motivada por preconceitos sexistas e homofóbicos. Nosso ativismo político deve expressar evidentemente nossa compreensão dessas relações.

Devemos sempre tentar erguer-nos enquanto subimos. Outro ponto urgente de nossa pauta política – para as afro-americanas e todas as mulheres progressistas – deve ser a revogação da Lei Simpson-Rodino^[d]. Trata-se de uma lei racista que significa repressão para um vasto número de mulheres e homens que são imigrantes sem documentos neste país. Camuflada como um programa de anistia, a lei possui tantas restrições de elegibilidade que centenas de milhares de pessoas poderão ser processadas e deportadas com base em suas cláusulas. A anistia é concedida de modo restrito apenas a quem chegou aos Estados Unidos antes de 1982. Assim, um grande número de mexicanas e mexicanos que cruzaram a fronteira recentemente, na tentativa de escapar do intenso empobrecimento causado pela entrada irrestrita de corporações estadunidenses em seu país, não é elegível. Cidadãs e cidadãos de El Salvador e da América Central que escaparam da perseguição política em seus respectivos países ao longo dos últimos anos não receberão a anistia. Devemos nos organizar, realizar passeatas e protestos e fazer *lobby* pela revogação da Lei Simpson-Rodino^[11]. Devemos erguer-nos enquanto subimos.

Quando nós, enquanto mulheres afro-americanas, enquanto mulheres de minorias étnicas, continuamos a subir em direção ao empoderamento, erguemos conosco nossos irmãos de minorias étnicas, nossas irmãs e irmãos da classe trabalhadora branca e, efetivamente, todas as mulheres que sofrem os

efeitos da opressão sexista. Nossa pauta de ativismo deve abranger uma série ampla de demandas. Devemos exigir empregos e a sindicalização das trabalhadoras não organizadas e, de fato, os sindicatos devem ser compelidos a abordar questões como ação afirmativa, equidade salarial, assédio sexual no trabalho e licença-maternidade remunerada. Uma vez que as mulheres negras e latinas são desproporcionalmente vitimizadas pela aids, temos um interesse especial em reivindicar um fundo de emergência para a pesquisa sobre a doença. Devemos nos opor a todos os casos em que o teste da aids e a quarentena sejam impostos de modo repressivo e obrigatório, bem como a manipulações homofóbicas da crise da aids. Estratégias efetivas para a redução da gravidez na adolescência são necessárias, mas devemos tomar cuidado para não sucumbir a tentativas propagandísticas de transferir para as jovens mães solteiras^[e] a responsabilidade pelo empobrecimento da nossa comunidade.

Após a era Reagan, deve estar evidente que existem forças em nossa sociedade que obtêm enormes benefícios com a persistente e cada vez mais profunda opressão das mulheres. Entre os membros da administração Reagan estão defensores dos círculos mais racistas, sexistas e classistas do capitalismo monopolista contemporâneo. Essas corporações continuam a sustentar o *apartheid* na África do Sul e a lucrar com a escalada da corrida armamentista, ao mesmo tempo que preconizam as formas mais vulgares e irracionais de antissovietismo – invocando, por exemplo, a imagem de “império do mal” popularizada por Ronald Reagan – como justificativa para suas iniciativas onicidas. Se não tivermos medo de adotar uma postura revolucionária – se desejarmos, de fato, ser radicais em nossa busca por mudança –, precisaremos atingir a raiz da nossa opressão. Afinal, *radical* significa simplesmente “compreender as coisas desde a raiz”. Nossa pauta de empoderamento das mulheres deve, portanto, ser inequívoca na contestação do capitalismo monopolista como o maior obstáculo para a conquista da igualdade.

Quero sugerir, por fim, que associemos nossa organização popular, nosso envolvimento essencial com a política eleitoral e nosso engajamento como ativistas nas lutas das massas ao objetivo de longo prazo de transformar fundamentalmente as condições socioeconômicas que produzem e alimentam de maneira contínua as várias formas de opressão a que estamos sujeitas. Aprendamos com as estratégias de nossas irmãs da África do Sul e da

Nicarágua. Como mulheres afro-americanas, como mulheres de minorias étnicas em geral, como mulheres progressistas de todas as origens raciais, vamos nos juntar a nossas irmãs – e irmãos – que por todo o mundo estão tentando criar uma nova ordem socialista – uma ordem que restabelecerá as prioridades socioeconômicas de modo que a busca pelo lucro monetário nunca possa ter precedência sobre os verdadeiros interesses dos seres humanos. Isso não significa dizer que, com o advento do socialismo, nossos problemas vão se dissipar magicamente. Ao contrário, tal ordem social deverá nos oferecer a oportunidade real de ampliar nossas lutas, com a garantia de que um dia seremos capazes de redefinir os elementos básicos da nossa opressão como inúteis resquícios do passado.

[1] Discurso apresentado na conferência anual da National Women's Studies Association [Associação Nacional de Estudos sobre Mulheres], na Spelman College, em 25 de junho de 1987. Publicado originalmente sob o título “Radical Perspectives on Empowerment for Afro-American Women”, *Harvard Educational Review*, v. 25, n. 3, ago. 1988. Direitos autorais da presidência e do conselho da Harvard College, 1988. Todos os direitos reservados.

[2] Gerda Lerner, *Black Women in White America* (Nova York, Pantheon, 1972), p. 443.

[3] Essas agremiações proliferaram no cenário político progressista durante aquele período. Em 1916 – vinte anos depois –, 50 mil mulheres de 28 federações e mais de mil agremiações integravam a Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor. Ver a discussão de Paula Giddings sobre as origens e a evolução do movimento associativo das mulheres negras em *When and Where I Enter* (Nova York, William Morrow, 1984), cap. IV-VI.

[4] Miriam Schneir (org.), *Feminism: e Essential Historical Writings* (Nova York, Vintage, 1972), p. 138-42.

[5] Idem.

[a] No original, “*women of color*”. Expressões como “*people of color*” e “*women of color*” têm um forte significado político e pretendem explicitar o caráter opressivo das condições sociais, econômicas e políticas a que são submetidas pessoas das mais variadas etnias, exceto a branca. Para exprimir essa ideia, adotamos o conceito também político de minoria étnica. (N. T.)

[6] Children's Defense Fund, *Black and White Children in America: Key Facts* (Washington, Children's Defense Fund, 1985), p. 21-2.

[b] Sigla em inglês para American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations [Federação Norte-Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais], central operária que se formou a partir das duas organizações em 1955 e que reúne diversas federações sindicais estadunidenses e internacionais. Nos anos 2000, mais de uma década após a publicação deste texto, a central foi acusada de receber financiamento da CIA. (N. T.)

[7] *WREE-VIEW*, v. 12, n. 1-2, jan.-abr. 1987.

[8] Idem.

[9] Idem.

[c] Nome dado à série final da principal liga profissional de beisebol dos Estados Unidos, a Major League Baseball. (N. T.)

[10] A incidência de violência racial em *campi* universitários cresceu significativamente desde que este discurso foi proferido, no verão de 1987. “Registros de atos racistas em faculdades e universidades dos EUA têm se acumulado em um ritmo crescente há muitos anos, e agora novos incidentes e controvérsias parecem emergir quase diariamente”, “Racism, A Stain on Ivory Tower”, *Boston Sunday Globe*, 28 fev. 1988, p. 1. Em resposta a essas ocorrências, estudantes se organizaram para melhorar o clima racial nos *campi*. Em março de 1988, por exemplo, uma coalizão multirracial, nacional e internacional de estudantes da Hampshire College, em Amherst, Massachusetts, manifestou a seriedade de suas preocupações por meio da ocupação de um edifício e da solicitação de medidas corretivas específicas.

[d] Nome como ficou conhecida a Immigration Reform and Control Act [Lei de Reforma e Controle da Imigração], também referida pela sigla Irca, em inglês. A Lei Simpson-Rodino foi proposta em 1986 e incluía, entre outras medidas, a punição a empresários que contratassem imigrantes sem visto de trabalho, o controle de entrada de imigrantes nas fronteiras e a criação de mecanismos de deportação de imigrantes sem documentação, além da regularização (anistia) para parte da população de imigrantes em situação irregular. (N. T.)

[11] Infelizmente, a Lei Simpson-Rodino foi convertida em decreto em 6 de novembro de 1987, com a aplicação das sanções entrando em vigor a partir de 1 de junho de 1988.

[e] “*Single mother*”, no original. Apesar de atualmente diversas correntes do feminismo recomendarem o termo “mães solo” para se referir às mulheres que, por diversos motivos, criam sozinhas suas filhas e filhos, nesta edição optamos pelo uso de “mães solteiras” para evitar anacronismo. (N. E.)

Enfrentando nosso adversário comum: as mulheres e a luta contra o racismo⁽¹⁾

No momento em que aceitei o convite para participar desta conferência, milhares de ativistas trabalhavam ardorosamente na campanha presidencial para derrotar Ronald Reagan em sua candidatura a um segundo mandato. Para incontáveis oponentes de Reagan, o impensável aconteceu: o entusiasmo pré-eleitoral cedeu espaço a uma sensação de impotência e desespero. Ainda assim, quero sugerir a vocês que, não importa quão sombrio possa parecer o estado de coisas no nosso país, nós não fomos totalmente vencidas. Ao contrário da crença popular, as eleições de 1984 não expressaram uma tendência consistente do eleitorado rumo ao conservadorismo. Não houve uma guinada marcante à direita no Congresso, porque – por mais paradoxal que pareça – muitas pessoas que votaram em Reagan também elegeram congressistas do Partido Democrata. A ambiguidade das decisões do eleitorado manifestou-se ainda mais no fato de que, em algumas áreas onde Reagan teve a maioria dos votos, foram aprovadas iniciativas progressistas nas questões de emprego e pacifismo.

Qual foi a dinâmica subjacente à eleição? Um grande número de pessoas foi atraído para uma armadilha, o que fez com que votassem de modo diametralmente oposto aos seus verdadeiros interesses. O fato de a população negra ter votado de forma tão inequívoca contra o presidente Reagan – de fato, mais de 90% – indica que, como grupo, a comunidade afro-americana é a menos perplexa com a direção que este país deve tomar. A confusão não

dominou a população negra. Não houve indecisão da [National] Rainbow Coalition [Coalizão Nacional Arco-Íris]^[a] em relação às questões que devemos pautar: empregos, ação afirmativa, redução do orçamento militar etc. Em termos estratégicos, o movimento que se formou em torno da candidatura do reverendo Jesse Jackson também foi o mais avançado no sentido de que buscou criar uma aliança prática ao abraçar as lutas do movimento trabalhador, do movimento de mulheres, do movimento pela paz, da população afro-americana e de outros grupos racialmente oprimidos^[2].

Presume-se com grande frequência que a população branca é obrigada a reconhecer a liderança da população negra apenas quando a igualdade afro-americana está em jogo – ou que pessoas de origem chicana, porto-riquenha, indígena e do Pacífico asiático só estão qualificadas para falar em nome de seu próprio povo, e não das condições da sociedade e da humanidade como um todo. É fundamental que aqueles setores do movimento de mulheres que refletem amplamente as aspirações específicas de suas afiliadas brancas de classe média contestem essas suposições equivocadas. Tem sido demasiado comum – tanto ao longo da história quanto na atualidade – que as líderes brancas do movimento de mulheres julguem que, quando nós mulheres negras elevamos nossa voz para falar sobre a tripla opressão que sofremos, nossa mensagem tem uma relevância, quando muito, marginal para suas experiências. Elas presumiram erroneamente que as causas das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negro e trabalhador. Suas teorias e práticas frequentemente insinuaram que a contestação mais pura e direta ao sexismo é aquela desprovida de elementos ligados à opressão racial e econômica – como se existisse um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato. Em última análise, esse estado de abstração acaba se revelando um conjunto bastante específico de condições: mulheres brancas de classe média sendo vítimas de e reagindo a atitudes e condutas sexistas de homens brancos de classe média e clamando por igualdade em relação a esses homens em particular. Tal abordagem mantém incontestados o atual sistema socioeconômico e seu vínculo fundamental com o racismo e os preconceitos de classe.

Para as mulheres brancas – especialmente aquelas ligadas às classes capitalista e média – é possível alcançar seus objetivos particulares sem assegurar nenhum progresso evidente para suas irmãs racialmente oprimidas e da classe trabalhadora. Em resposta à nomeação de Geraldine Ferraro como candidata democrata à vice-presidência, Reagan alardeou de modo oportunista que a primeira mulher presidenta deste país seria uma republicana, não uma democrata. Qualquer feminista que saudasse essa ideia estaria cometendo um erro terrível. Afinal, não vamos negligenciar o fato de que Sandra Day O'Connor, a primeira mulher na Suprema Corte, escolhida por Reagan, tem feito oposição ao direito das mulheres ao aborto e se posicionado de maneira obviamente contrária às mulheres, ao colocar-se sistematicamente do lado conservador nas questões analisadas pela corte.

Não seria inapropriado levantar questões a respeito do racismo subjacente a algumas das partidárias feministas de Geraldine Ferraro. Elas reconheceram, por exemplo, que o movimento de massa impulsionado pela candidatura de Jesse Jackson em 1984 teve um papel central no processo pelo qual uma mulher veio a ser incluída em uma chapa eleitoral majoritária para a presidência pela primeira vez na história deste país? Quando Jesse Jackson revelou que, se fosse escolhido como candidato democrata, nomearia uma mulher como sua companheira de chapa, iniciou-se nos círculos políticos nacionais um vigoroso e sério debate sobre a igualdade política das mulheres. Por que então ele foi praticamente ignorado pela National Organization for Women [Organização Nacional de Mulheres] e pelo National Women's Political Caucus [Comitê Político Nacional de Mulheres]? Por que, quando Mondale^[b] – que na época não havia nem sequer insinuado que estava considerando ter uma mulher em sua chapa – foi acolhido com entusiasmo por essas organizações, Jackson não foi nem mesmo convidado a falar em suas convenções? E depois que Mondale indicou que ponderaria escolher uma mulher para o cargo, por que nenhuma das organizações sugeriu que ele entrevistasse uma mulher negra junto com as brancas que elas indicaram? Tal negligência influenciada pelo racismo dessas duas proeminentes organizações de mulheres poderia ter sido menos gritante, não fosse a valiosa e contínua história de liderança política das mulheres negras neste país. Há alguns anos, Shirley Chisholm se tornou a primeira mulher a anunciar sua candidatura à

indicação do Partido Democrata para concorrer à presidência. Naquele mesmo ano, 1968, Charlene Mitchell, uma mulher negra do Harlem, foi incluída na chapa do Partido Comunista como candidata a presidenta e, dezesseis anos antes, em 1952, uma mulher negra de Los Angeles chamada Charlotta Bass foi candidata a vice-presidenta pelo Partido Progressista. Em 1980 e em 1984, eu mesma estive a serviço da chapa do Partido Comunista como candidata a vice-presidenta.

É bastante conhecido o fato de que, há muitos anos, existe uma tradição na comunidade progressista de incluir mulheres nas chapas presidenciais. Não nos esqueçamos de que o Partido Socialista foi a primeira organização política a defender o sufrágio feminino. Além disso, o socialista negro W. E. B. Du Bois, que acabou se unindo ao Partido Comunista, foi o mais ativo defensor entre os homens do direito das mulheres ao voto durante a campanha sufragista que teve seu ponto alto em 1920.

Na esteira da escolha de Geraldine Ferraro como candidata democrata à vice-presidência, broches com os dizeres “Jesse abriu a porta, Ferraro passou por ela!” começaram a adornar as roupas de ativistas da Rainbow Coalition [Coalizão Arco-Íris] e foram bastante proeminentes na convenção democrata. Mas quantas entre as apoiadoras feministas de Ferraro identificaram ou mesmo admitiram em que medida a corajosa militância da campanha de Jackson facilitou a ascensão de Ferraro? Há uma lição valiosa aqui: esta não é a primeira vez que o racismo obscurece o papel desempenhado pelo movimento de libertação negra na promoção dos direitos e liberdades democráticas da maioria branca – homens e mulheres. Infelizmente, pouquíssimas feministas brancas se livraram da influência dessa dinâmica.

Mesmo quando as mulheres negras acolheram a indicação de Geraldine Ferraro e compreenderam o caráter grandioso e histórico de sua candidatura, nós não supusemos de modo acrítico que ela representaria automaticamente os interesses de todas as mulheres. Ao contrário, nós reconhecemos a necessidade urgente de nosso próprio órgão representativo e, antes que a convenção democrata chegasse ao fim, as mulheres afro-americanas anunciaram a formação de uma nova organização, o National Political Congress of Black Women [Congresso Político Nacional de Mulheres Negras], sob a liderança de Shirley Chisholm. “Tradicionalmente, as mulheres negras sempre participaram

de coalizões”, declarou Chisholm. “Em certo sentido, sempre nos encontramos no fim da linha. Neste país, nem o movimento negro propriamente dito nem o movimento de mulheres propriamente dito têm pautado os problemas políticos das pessoas negras que são mulheres.”

Por estarem tão arrebatadas pela euforia causada pela primeira indicação de uma mulher como candidata a vice-presidenta na chapa de um partido majoritário, quantas feministas brancas deixaram de perceber que suas irmãs negras haviam sido excluídas desse processo? Se, para Sojourner Truth, foi necessário clamar “Não sou eu uma mulher?” em 1851, hoje as mulheres negras ainda são compelidas a expor a invisibilidade à qual nós temos sido relegadas, tanto na teoria como na prática, no interior de amplos setores do movimento de mulheres tradicional.

Estamos vivendo uma era de profunda crise global do capitalismo monopolista, uma época de riscos crescentes de um onicídio nuclear, uma época de ameaça de invasão da América Central pelos Estados Unidos e um período em que a iminência do fascismo traz perigos sem precedentes. O movimento de mulheres não pode pagar o preço de repetir erros do século passado ou mesmo da década passada. Equívocos e omissões – particularmente aqueles que podem ser atribuídos ao racismo – devem ser imediatamente examinados, e medidas devem ser tomadas para corrigi-los.

No debate pré-eleitoral sobre a “assimetria de gênero”, por exemplo, o potencial impacto de raça e classe nas eleitoras não foi devidamente considerado. Embora estivesse previsto que entre 10% e 15% menos mulheres votariam em Reagan em comparação com os homens, na realidade a diferença verificada foi de apenas 4%: 61% dos homens e 57% das mulheres votantes escolheram Reagan como presidente dos Estados Unidos. Analistas das eleições de 1984 supunham que o número de mulheres que votariam contra Reagan seria bastante substancial em reação direta à grave deterioração da condição econômica feminina em seu primeiro mandato. Uma pesquisa de opinião feita pela CBS e pelo *New York Times* em junho de 1983 revelou que apenas 39% das mulheres, em comparação com 60% dos homens, aprovavam o estilo Reagan de administrar a economia. Essa “assimetria de gênero” de 21% foi interpretada como um reflexo do processo que vem sendo chamado de “feminização da pobreza”.

Embora o índice geral de pobreza entre as mulheres esteja em ascensão, não é verdade que todas as mulheres foram afetadas igualmente por esse processo. De cada três pessoas adultas pobres, duas são mulheres; e de cada cinco crianças, uma é pobre. As mulheres chefiam metade de todas as famílias pobres, e mais da metade das crianças que vivem em lares chefiados por mulheres é pobre. Mas 68% das crianças negras e latinas em lares chefiados por mulheres são pobres. Entre as mulheres negras com mais de 65 anos que vivem sozinhas, o índice de pobreza é de 82%. No entanto, apesar do fato óbvio de que o fardo da pobreza é carregado penosamente pelas mulheres de minorias étnicas, muito do debate público sobre a “feminização da pobreza” se concentra nas “novas pobres”, ou seja, mulheres brancas de classe média cuja pobreza acontece em função de separações conjugais e divórcios. De modo tipicamente racista, o fenômeno da pobreza não foi reconhecido como uma questão legítima entre as mulheres até começar a afetar as mulheres brancas antes abastadas. Contudo, as mulheres negras têm estado dolorosamente familiarizadas com a realidade da privação econômica desde os tempos da escravidão. De modo semelhante, as mulheres indígenas, chicanas e porto-riquenhas sempre foram impactadas pela pobreza em números muito maiores do que suas irmãs brancas. As consequências das políticas econômicas da administração Reagan sobre a população trabalhadora foram particularmente devastadoras para as mulheres de minorias étnicas. Aquelas que mais diretamente – e mais profundamente – aprenderam o que significa tentar sobreviver em uma sociedade que define suas prioridades em função dos lucros corporativos são, de fato, as mulheres afro-americanas e suas irmãs de todas as minorias étnicas.

Não se pode permitir que o conceito de “feminização da pobreza” obscureça em que medida a comunidade negra como um todo sofreu graves retrocessos econômicos como resultado direto das políticas internas formuladas pela administração Reagan. O orçamento e as políticas fiscais do governo levaram a um declínio na renda e no padrão de vida da família negra média em praticamente todos os estratos econômicos. Em 1983, quase 36% da população negra vivia na pobreza – o percentual mais alto desde que o Census Bureau [Serviço de Recenseamento] começou a compilar dados sobre a pobreza entre as pessoas negras, em 1966. De 1980 a 1983, um número adicional de

1,3 milhão de pessoas negras ficou abaixo da linha de pobreza. Embora o desemprego entre a população branca seja hoje menor do que no início do mandato de Reagan – isso de acordo com as estatísticas governamentais –, o desemprego entre a população negra é agora maior – 16%, em comparação aos 14,4% de quando Reagan assumiu o cargo em 1981. A assimetria racial do desemprego cresceu de forma generalizada – entre homens negros e brancos, entre mulheres negras e brancas e entre a juventude negra e branca.

Em seu livro *Wealth and Poverty* [Riqueza e pobreza], George Gilder, um dos principais filósofos do reaganismo, utiliza sofismas para argumentar que as mulheres negras carregam parte substancial da responsabilidade pelo empobrecimento da comunidade negra. Contestando a noção de que as mulheres negras são alvo de dupla discriminação, ele afirma que “há pouca evidência de que elas sofram qualquer discriminação, menos ainda que esta seja dupla”^[3]. Ressuscitando o mito do matriarcado negro, ele sugere que as mulheres negras são intelectual e profissionalmente mais avançadas do que seus congêneres masculinos. Além disso, ele deduz de modo falacioso que os benefícios sociais para as mulheres negras permitem que elas tenham um acesso especial ao dinheiro – dinheiro este que os homens negros não têm.

Nada é tão destrutivo para [...] os valores masculinos (tais como a confiança e a autoridade masculinas, que determinam a potência sexual, o respeito da esposa e das crianças) do que o reconhecimento crescente, urgente, de que, no fim das contas, sua esposa pode se sair melhor sem ele. O homem tem um sentimento cada vez maior de apreensão de que seu papel como provedor, a atividade que define o masculino desde os tempos primordiais da caça, passando pela Revolução Industrial até a vida moderna, foi, em grande medida, arrancado dele, ele foi traído pelo Estado compassivo.^[4]

“Na cultura do bem-estar social”, Gilder argumenta de modo mais explícito,

o dinheiro passa a ser não algo que é conquistado pelos homens por meio do trabalho árduo, mas um direito conferido às mulheres pelo Estado. O protesto e a reclamação substituem o empenho e a disciplina como fontes de remuneração. Os meninos crescem recorrendo às mulheres para o sustento, enquanto descobrem a masculinidade nos círculos viris da rua e do bar ou na paternidade irresponsável da prole fortuita.^[5]

Gilder defende que os homens que vivem com mães atendidas pela assistência social mudam de uma mulher para outra e são “beneficiários e vítimas” do sistema de bem-estar social. Ele sugere que centenas de milhares de

homens negros não se casam nem trabalham porque podem viver dos benefícios recebidos pelas mulheres negras e que, ao mesmo tempo, o sistema de bem-estar social incentiva as jovens negras a engravidar antes que tenham condições de sustentar uma família. “A AFDC^[c] [...] oferece uma renda garantida para qualquer casal dos Estados Unidos que tenha crianças e esteja disposto a se separar, ou para qualquer adolescente com mais de dezesseis anos que venha a dar à luz uma criança ilegítima.”^[6]

Se os benefícios dos programas sociais fossem tão abundantes quanto ideólogos como Gilder supõem que sejam, adquirir bens de primeira necessidade para si e para suas crianças não constituiria uma tarefa tão árdua para as mães assistidas por eles. Os benefícios médios da AFDC não proporcionam o suficiente para manter uma mãe e suas crianças acima da linha de pobreza, muito menos para sustentar um homem. Ainda assim, graças a ideólogos como Gilder, persiste o mito de que as mães assistidas por programas sociais desperdiçam em Cadillacs e casacos de pele o dinheiro suado dos contribuintes. Sabe-se que o próprio Reagan inventa histórias sobre fraudes nesses programas. “Há uma mulher em Chicago”, ele disse uma vez. “Ela tem oito nomes, trinta endereços e doze cartões de seguro social [...] Ela possui o Medicaid, está recebendo vales-alimentação e tem recebido benefícios sociais^[d] em cada um de seus nomes. Sua renda livre de impostos é de US\$ 150 mil.”^[7]

Na verdade, Reagan estava se referindo a um caso em que uma mulher de Chicago usou *quatro* nomes falsos, com os quais conseguiu receber cerca de US\$ 8 mil. Ainda que ela tenha cometido fraude, permaneceu bem abaixo do nível de renda necessário para levar uma vida confortável neste país. Reagan forjou essa mentira com o propósito de desacreditar publicamente as pessoas – especialmente as mulheres negras – assistidas pelos programas sociais.

Propagandistas da imprensa agora atribuem uma parte significativa da culpa pela pobreza na comunidade negra às mães solteiras – em particular às adolescentes que engravidam. Como observa James McGhee no relatório *State of Black America* [A situação da América negra], da [National] Urban League [Liga Urbana Nacional]^[e], de 1984:

É quase como se tais analistas sugerissem que as famílias negras chefiadas por mulheres estão sujeitas a alguma inexorável lei da natureza que obriga que as líderes dessas famílias sejam pobres e suas

crianças desfavorecidas, e que essa mesma lei não se aplica a outras pessoas negras nem a outras mulheres.^[8]

As mistificações midiáticas não deveriam ofuscar um fato simples e patente: as adolescentes negras não criam pobreza ao dar à luz. Pelo contrário, elas são mães em uma idade tão precoce justamente porque são pobres – porque não têm oportunidade de receber educação, porque para elas não existe acesso a empregos significativos e bem remunerados nem a formas criativas de lazer. Elas são mães em uma idade tão precoce porque métodos seguros e efetivos de contracepção não estão disponíveis para elas.

Embora hoje 42% das famílias negras sejam chefiadas por mulheres, não se deve supor – como Gilder e outros querem nos fazer crer – que praticamente todas as mães solteiras negras sejam assistidas por programas sociais. Em 1980, duas em cada cinco mães solteiras negras estavam empregadas. Como quase um terço delas trabalhava em atividades subsidiadas pelo governo federal, os cortes feitos por Reagan nos programas de emprego – especialmente naquele criado pela Comprehensive Employment and Training Act [Lei Inclusiva de Emprego e Formação]^[f] – tiveram um efeito devastador na empregabilidade de mães solteiras negras. De acordo com um estudo realizado em associação à análise de James McGhee, muitas mães solteiras desempregadas da comunidade negra não estavam trabalhando por causa de problemas de saúde e falta de creches. A hipertensão afeta 43% das mães solteiras negras, e 13% delas sofrem com o diabetes.

Para que o movimento de mulheres enfrente os desafios de nosso tempo, os problemas específicos das mulheres racialmente oprimidas devem ter prioridade estratégica. Durante as fases iniciais do movimento de mulheres contemporâneo, as questões relativas à libertação feminina foram tão estreitamente definidas que a maioria das mulheres brancas não apreendeu a importância de defender as mulheres negras das agressões ideológicas e materiais provenientes do governo. As mulheres brancas que na época tinham como foco principal o processo de conscientização política não compreenderam a relação entre o movimento pelos direitos de bem-estar social e a batalha mais ampla pela emancipação das mulheres. Elas também não entenderam a necessidade de contestar a representação propagandística das mulheres negras como “matriarcas castradoras” enquanto uma luta da qual

todas as mulheres identificadas com a libertação feminina deveriam participar. Hoje, não podemos mais pagar o preço de negligenciar as influências racistas que permeiam o movimento de mulheres nem podemos continuar sucumbindo à crença de que as mulheres brancas serão eternamente incapazes de assimilar a natureza dos laços que as unem às suas irmãs de minorias étnicas.

Não é mais admissível que as mulheres brancas justifiquem seu fracasso em lutar conjuntamente com as mulheres de minorias étnicas apresentando desculpas tão frágeis como “Nós as convidamos para nossa reunião, mas elas simplesmente não parecem interessadas nas questões das mulheres”. Durante o fim da década de 1960 e o início da década de 1970, com frequência sugeria-se nos círculos pela libertação das mulheres que negras, chicanas e porto-riquenhas não apresentavam tal interesse porque nossa consciência a respeito da supremacia masculina não era tão avançada quanto a das mulheres brancas, que se apressaram em participar do processo de conscientização antissexista. Entretanto, a enunciação do problema feita por elas nesses termos revelava suas próprias particularidades raciais e de classe. As mulheres de minorias étnicas – e as mulheres brancas da classe trabalhadora – sofriam os efeitos do sexismo de um modo diferente daquele de suas irmãs associadas ao movimento de libertação feminina e, conseqüentemente, sentiam que as questões das mulheres brancas de classe média eram, em grande medida, irrelevantes para sua vida.

As questões econômicas certamente não parecem tão centrais para as mulheres brancas de classe média quanto para as mulheres cujas crianças podem se tornar irreparavelmente desnutridas caso elas não consigam encontrar um emprego – ou não recebam os subsídios dos programas assistenciais de bem-estar ou os vales-alimentação que foram drasticamente reduzidos pela administração Reagan. A reivindicação de empregos, o combate ao fechamento de fábricas e a repressão aos sindicatos – essas são lutas das mulheres. Embora sejam travadas pelo movimento trabalhador como um todo, são de interesse especial das mulheres, porque nós temos sido as mais severamente afetadas – em particular se somos negras ou pardas – pelas políticas econômicas do governo Reagan.

Mulheres que estudam e trabalham devem aprender a aceitar a liderança das que estão ativamente envolvidas no movimento trabalhador. Grupos de

mulheres que não têm associação direta com tal movimento deveriam, por exemplo, buscar ajudar e apoiar aquelas que estão comprometidas com ações de greve. Pensem nas mulheres chicanas e indígenas que, junto com seus irmãos mineiros, entraram em greve contra a Phelps Dodge^[g] em Morenci, Arizona. Alberta Chavez, que lidera a organização das trabalhadoras mineiras e das esposas dos mineiros, foi alvo de acusações criminais por ter colocado mulheres no piquete de resistência à polícia. A sra. Chavez pediu o apoio de mulheres de todo o país.

A fim de promover uma presença feminina forte em nossos movimentos contra o racismo, as mulheres devem defender com firmeza a ação afirmativa contra ataques tão duros como esses armados pela administração Reagan. Mulheres e homens de todas as origens raciais e econômicas devem se lembrar de que o movimento de libertação negra formulou a estratégia da ação afirmativa com o propósito de promover a luta contra o racismo – e que essa estratégia foi retomada pelo movimento de mulheres como um meio de facilitar a campanha contra a discriminação sexista. A ação afirmativa no mercado de trabalho, bem como no ensino superior, não deve ser apenas defendida, mas, em última instância, deve ser ampliada para que possa ajudar todas as pessoas que atualmente sofrem a discriminação produzida por nosso governo e por nossa sociedade capitalista, racista e sexista.

As mulheres de minorias étnicas têm particular necessidade de um sistema de creches amplo e acessível. Tal sistema deveria ser não racista, não sexista, estar disponível para todas as pessoas que precisassem e contar com financiamento federal. Ao elaborar nossas reivindicações por creches, devemos ao mesmo tempo conduzir uma campanha contra o racismo nas escolas públicas, insistindo na implementação da educação bilíngue em todos os níveis do ensino público.

Não devemos supor que a autêntica solidariedade emanará automaticamente do reconhecimento do simples fato de que as mulheres de minorias étnicas são os seres humanos mais oprimidos de nossa sociedade. Sem dúvida, as mulheres brancas *deveriam* se sentir compelidas a prestar seu apoio às nossas lutas, mas se elas não entenderem como suas causas se beneficiam substancialmente das vitórias das mulheres de minorias étnicas, elas podem cair de modo inadvertido nas armadilhas ideológicas do racismo, mesmo que

tentem honestamente contestar as instituições racistas. As mulheres brancas que trabalham com a ilusão de que apenas com a sua ajuda as “pobres irmãs negras” poderão sair da situação de privação – como se precisássemos de uma Grande Irmã Branca Salvadora – são presas das atitudes racistas vigentes, e seu ativismo pode se mostrar mais prejudicial do que benéfico à nossa causa. As ativistas brancas do movimento de mulheres vítimas de violência devem estar especialmente atentas às implicações racistas de suas atitudes, que elas podem não perceber, mas às quais as mulheres de minorias étnicas são altamente sensíveis. Organizações de mulheres lésbicas que são predominantemente brancas deveriam se esforçar para compreender o impacto fora do comum que a homofobia tem sobre as mulheres de minorias étnicas.

Com o propósito de elucidar de que maneira as mulheres brancas da classe média se beneficiam das conquistas de suas irmãs da classe trabalhadora e das minorias étnicas, tentemos visualizar uma pirâmide simples, dividida horizontalmente de acordo com a raça e a classe social de diferentes grupos femininos. As mulheres brancas se situam no alto – primeiro, as mulheres da burguesia, sob as quais colocamos as das classes médias e, depois, as da classe trabalhadora. Na parte mais baixa estão localizadas as mulheres negras e outras mulheres oprimidas racialmente, que em sua grande maioria vêm da classe trabalhadora. Quando aquelas no ponto mais alto da pirâmide obtêm vitórias para si mesmas, geralmente a condição de todas as outras mulheres permanece inalterada. Essa dinâmica se mostrou verdadeira nos casos de Sandra Day O'Connor e Jeane Kirkpatrick^[h] – ambas conseguiram ser as “pioneiras” em suas respectivas áreas. Mas, ao contrário, se aquelas no ponto mais baixo da pirâmide conquistam avanços para si mesmas, é praticamente inevitável que seu progresso empurre o conjunto da estrutura para cima. O avanço das mulheres de minorias étnicas quase sempre dá início a mudanças progressistas para todas as mulheres.

As mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositas entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada dessa opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o

sexismo no contexto da exploração de classe – e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas conjunturas do racismo.

Consideremos uma das questões mais evidentes associadas ao movimento de mulheres hoje no contexto da sua relação com a campanha contra o racismo – a tentativa de forçar as mulheres a abrirem mão do direito ao controle de seu corpo. O movimento “pró-vida” não apenas se opõe à emenda constitucional que garantiria às mulheres direitos iguais, como está pressionando para que haja uma proibição constitucional ao aborto, o que, na verdade, eliminaria o direito mais fundamental – e, ironicamente, mais sagrado – das mulheres: decidir o que acontece e o que é gerado em seu próprio corpo.

Táticas terroristas têm sido abertamente encorajadas e vergonhosamente implementadas na campanha contra o aborto por pessoas que se denominam “defensoras do direito à vida”. Durante a década de 1980, no ano com o maior número de ocorrências houve pelo menos 147 casos de violência e/ou assédio – variando da ofensa verbal ao uso de explosivos para a destruição de espaços físicos – contra clínicas de aborto e mulheres que buscavam esse serviço. Em 1982, um grupo chamado Army of God [Exército de Deus] sequestrou o proprietário de uma clínica de Illinois e sua esposa. O casal foi mantido refém por oito dias, recebendo ameaças de morte das pessoas responsáveis pelo crime caso o presidente Reagan não anunciasse a proibição do aborto. Incidentes como esse facilitaram a manipulação da questão do aborto por Reagan a fim de encorajar o apoio generalizado das posições de ultradireita.

Ao considerar a questão do aborto de uma perspectiva progressista, não basta contestar as facções conservadoras que poderiam negar às mulheres o direito de controlar os processos biológicos de seu corpo. Também é nossa responsabilidade examinar cuidadosamente as abordagens táticas e estratégicas do movimento que se esforça para defender esse direito básico de todas as mulheres. Primeiro, devemos perguntar por que há tão poucas mulheres de minorias étnicas nas fileiras do movimento pelo direito ao aborto. E devemos ir além, considerando uma questão correlata: por que, com a enorme polêmica em torno desse direito, uma questão igualmente urgente – a do direito das mulheres a não serem submetidas à esterilização forçada – tem sido quase ignorada? Em consequência da emenda Hyde de 1977, que suspendeu o

custeio federal ao aborto, aumentou a probabilidade de que as mulheres pobres sejam obrigadas a se submeter a cirurgias de esterilização – de maneira deliberada ou não –, em que pese o fato de que elas podem querer continuar sendo capazes de engravidar no futuro. E como explicar que, embora não haja no momento nenhum recurso federal para abortos, mais de 90% dos custos da cirurgia de esterilização sejam cobertos pelo governo? Às vezes, a esterilização forçada é descarada, mas normalmente ela acontece de maneira mais sutil, e suas vítimas com frequência são mulheres porto-riquenhas, chicanas, indígenas, negras ou brancas pobres. Um defensor da esterilização involuntária, o médico vencedor do Prêmio Nobel William Shockley, considerou 85% das mulheres negras dos Estados Unidos “geneticamente desfavorecidas” e, portanto, candidatas à esterilização. Tais políticas devem ser combatidas porque devemos proteger não apenas o direito das mulheres de determinar o tamanho de sua família, mas também seu direito a *aumentar* sua família se e quando desejarem.

Esse é apenas um exemplo das muitas formas como devemos formular as questões a fim de assegurar que elas reflitam as experiências das mulheres de minorias étnicas. Com certeza existem muitas outras pautas relacionadas ao movimento de mulheres que, se exploradas, ilustrariam o quanto o racismo com frequência influencia o modo como elas são interpretadas e articuladas publicamente. Enquanto permearem o movimento de mulheres, tais influências racistas continuarão a obstruir a criação de coalizões e organizações multirraciais. Por isso, a *erradicação* dessas influências é um pré-requisito fundamental para todos os esforços realizados pelo movimento de mulheres. Esse processo de exorcizar o racismo de nossas fileiras determinará se o movimento de mulheres enfim terá um papel na promoção de mudanças radicais nas estruturas socioeconômicas deste país.

[1] Discurso apresentado em uma conferência sobre “Women and the Struggle Against Racism” [Mulheres e a luta contra o racismo], promovida pela Minnesota Coalition for Battered Women [Coalizão pelas Mulheres Agredidas de Minnesota], em 15 de novembro de 1984.

[a] Organização política criada em 1984 a partir da candidatura do reverendo Jesse Jackson à presidência dos Estados Unidos. Seu objetivo era reunir o eleitorado de todos os credos religiosos, idades, origens

étnicas, econômicas e sociais em torno de causas comuns à população que foi prejudicada pela política econômica do primeiro mandato de Ronald Reagan. (N. T.)

[2] A campanha de Jackson em 1988 concretizou a visão articulada quatro anos antes, produzindo uma impressionante rede de apoio que se estendeu de todos os setores da comunidade negra ao movimento trabalhador e às pessoas e organizações brancas progressistas do país. Durante as primárias do Partido Democrata, ele recebeu 7 milhões de votos, obtendo 1.200 delegados, o que o deixou em um segundo lugar muito próximo a Michael Dukakis. A campanha de Jackson foi, de fato, o elemento central do período que antecedeu à convenção. Foi a demonstração de que uma pessoa negra pode ser levada a sério em sua candidatura presidencial e de que é possível criar o tipo de coalizão apresentado durante a primeira campanha.

[b] Walter Mondale, vice-presidente dos Estados Unidos de 1977 a 1981 e candidato escolhido pelo Partido Democrata para concorrer com Ronald Reagan na eleição presidencial de 1984. (N. T.)

[3] George Gilder, *Wealth and Poverty* (Nova York, Basic Books, 1981), p. 135.

[4] *Ibidem*, p. 115.

[5] *Idem*.

[c] Sigla de Aid to Families with Dependent Children [Programa de Assistência a Famílias com Crianças Dependentes], programa de apoio financeiro a famílias de baixa renda mantido pelo governo federal estadunidense entre 1935 e 1996. (N. T.)

[6] *Ibidem*, p. 123.

[d] A fala faz referência a três programas sociais voltados para a população de baixa ou nenhuma renda em vigor nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980: o Medicaid, dedicado a oferecer serviços de saúde gratuitos; o Food Stamps Program, sistema de vales para a compra de alimentos; e o programa de assistência financeira. (N. T.)

[7] *New York Times*, 15 fev. 1976.

[e] Organização apartidária e sem fins lucrativos fundada nos Estados Unidos em 1910 para combater a discriminação racial, especialmente contra a população afro-americana. (N. T.)

[8] James McGhee, “A Profile of the Black Single Female-Headed Household”, em *State of Black America, 1984* (Nova York, National Urban League, 1984), p. 43.

[f] Aprovada em 1973 e mantida em vigor por nove anos, a lei instituiu um programa de formação para pessoas de baixa renda ou que estavam há muito tempo em busca de emprego. Concluída a formação em áreas como pintura, reparos e jardinagem, as pessoas eram encaminhadas para trabalhos em escolas, prisões, centros comunitários e outras estruturas de atendimento à população. (N. T.)

[g] A greve contra a mineradora Phelps Dodge foi iniciada em julho de 1983, depois que a corporação descumpriu um acordo com os sindicatos e anunciou a redução de postos de trabalho e cortes salariais. O processo de negociação foi conturbado e não houve acordo; a empresa demitiu as pessoas envolvidas na greve e retomou as operações por meio da proteção policial e da contratação de nova mão de obra. O fracasso nas negociações também levou a um conflito entre as organizações sindicais. Embora não tenha representado uma vitória para o movimento trabalhador, o episódio foi um marco para o movimento feminista tanto porque as mulheres tiveram papel central nas ações do comando de greve, mesmo sendo minoria na força de trabalho envolvida, quanto por causa da conscientização e participação política das esposas dos mineiros. (N. T.)

[h] Jeane Kirkpatrick foi a primeira mulher a assumir o cargo de embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas, de 1981 a 1985. Assim como O'Connor, Kirkpatrick foi nomeada durante a administração de Ronald Reagan e era filiada ao Partido Republicano. (N. T.)

Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista^[1]

Esta noite serena e eu preciso caminhar e desanuviar
minha mente deste poema sobre por que eu não posso
sair sem trocar minhas roupas meus sapatos
minha postura corporal minha identidade de gênero minha idade
minha condição de mulher sozinha na noite/
sozinha nas ruas/sozinha não é a questão/
a questão é eu não poder fazer o que quero
com meu próprio corpo porque sou do sexo errado da idade errada da pele errada e
imagine se não fosse aqui na cidade, mas na praia/
ou no meio da floresta e eu quisesse sair
sozinha pensando em Deus/ ou pensando
nas crianças ou pensando no mundo/ tudo isso
desvelado pelas estrelas e pelo silêncio:
eu não poderia sair e não poderia pensar e não poderia
ficar lá
sozinha
como eu preciso estar
sozinha porque eu não posso fazer o que quero com meu próprio
corpo e
quem diabos determinou as coisas
desse jeito
e na França dizem que se o homem penetra
mas não ejacula então ele não me estuprou
e se depois de esfaqueá-lo se depois dos gritos se
depois de implorar ao canalha e se mesmo depois de esmagar
sua cabeça com um martelo se mesmo depois disso se ele
e seus comparsas me fodem depois disso
é porque consenti e não houve
estupro porque finalmente você entende finalmente

eles me foderam porque eu estava errada eu estava
errada de novo por ser eu sendo eu onde eu estava/ errada
por ser quem sou
o que é exatamente como a África do Sul
penetrando a Namíbia penetrando
Angola e o que isso quer dizer eu quero dizer como você sabe se
a Pretória ejacula como será a evidência a
prova da ejaculação do monstro autoritário na terra negra
e se
depois da Namíbia e se depois de Angola e se depois do Zimbábue
e se depois de todos os parentes homens e mulheres resistirem até à
autoimolação dos vilarejos e se depois disso
perdermos ainda assim o que os marmanjos vão dizer eles
vão alegar que consenti:
Você me entende: nós somos as pessoas erradas da
pele errada no continente errado e sobre que
diabos todo mundo está sendo tão sensato [...] ^[2]

Este trecho do “Poem About My Rights” [Poema sobre meus direitos], de June Jordan, expõe de forma realista os paralelos entre a violência sexual contra as mulheres enquanto indivíduos e a violência neocolonialista contra povos e nações. A mensagem da autora merece uma séria reflexão: não é possível apreender a verdadeira natureza da agressão sexual sem situá-la em seu contexto sociopolítico mais amplo. Se desejamos entender a violência sexual como ela é vivida pelas mulheres na esfera individual, devemos estar cientes de suas mediações sociais. Estas incluem a violência imperialista imposta ao povo da Nicarágua, a violência do *apartheid* sul-africano e a violência de base racista infligida à população afro-americana e a outras populações racialmente oprimidas nos Estados Unidos.

Estupro, intimidação sexual, espancamento, estupro conjugal, abuso sexual de crianças e incesto são algumas das muitas formas de violência sexual explícita sofrida por milhões de mulheres neste país. Quando somos proibidas de exercer nosso direito ao aborto pelas táticas terroristas adotadas por pessoas que se denominam “defensoras do direito à vida”, responsáveis por atentados a clínicas, e pelas ações criminosas do governo, que retira os subsídios federais ao aborto, vivenciamos a violência direcionada às nossas escolhas reprodutivas e sexualidade. Mulheres pobres, em particular as de minorias étnicas, continuam a ser vítimas da violência cirúrgica da esterilização forçada. Inúmeras mulheres ferem seu corpo de modo involuntário com o Dalkon Shield^[a] e outros

métodos potencialmente fatais de controle de natalidade, ao mesmo tempo que mulheres com deficiência física ou mental são presunçosamente definidas como não sexuadas e, portanto, dispensadas de atenção especial no que se refere às suas necessidades relativas ao controle de natalidade. Os direitos reprodutivos, entretanto, implicam mais do que o acesso ao aborto e a métodos contraceptivos seguros. Eles abrangem, por exemplo, o direito das mulheres lésbicas de ter suas crianças fora dos limites dos relacionamentos heterossexuais e exigirão leis não repressivas sobre novas tecnologias reprodutivas envolvendo inseminação com espermatozoides de doadores, fertilização *in vitro* e gravidez por substituição.

Essas manifestações específicas da violência contra a mulher se situam em um espectro mais amplo de violência produzida socialmente, que inclui violações sistemáticas orquestradas contra os direitos econômicos e políticos femininos. Como tem ocorrido ao longo da história, essas agressões afetam mais gravemente as mulheres de minorias étnicas e suas irmãs brancas da classe trabalhadora. A terrível onda de estupros da atualidade, que se tornou tão generalizada a ponto de uma em cada três mulheres estadunidenses poder presumir que será estuprada em algum momento de sua vida, reflete de modo assustador a deterioração da condição econômica e social das mulheres. De fato, à medida que a violência racista em contexto nacional cresce – e que a agressão imperialista global se expande –, as mulheres podem supor que, individualmente, os homens estarão mais propensos a cometer atos de violência sexual contra aquelas que os cercam. Embora a administração Reagan tente transferir a responsabilidade por esse fato, não pode fugir da sua culpa pelo aumento do risco de violência em nossa sociedade. Esse não é apenas o governo mais sexista – o único, por exemplo, a se opor ativamente à Equal Rights Amendment [Emenda dos Direitos Iguais] ao mesmo tempo que apoia a sexista e homofóbica Family Life Amendment [Emenda da Vida Familiar] – nem o mais racista a insistir na tentativa de desmantelamento de trinta anos de vitórias do movimento pelos direitos civis, mas é de longe o governo mais ferozmente beligerante deste século. Na verdade, pela primeira vez na história da humanidade, enfrentamos a ameaça muito real de um onicídio nuclear global.

Deixando de lado, por enquanto, esse cenário mais amplo, vamos nos concentrar na história recente de nossa consciência social em relação à violência sexual contra as mulheres. Quando começou a ganhar forma durante os primeiros anos da década de 1970, pouco depois da emergência do movimento de libertação feminina, o movimento antiestupro contemporâneo – juntamente com a campanha pela descriminalização do aborto – mostrou-se o mais dramático movimento ativista de massa associado à luta pela igualdade das mulheres. Em janeiro de 1971, o New York Radical Feminists [Feministas Radicais de Nova York] organizou um diálogo aberto sobre estupro que, pela primeira vez na história, proporcionou a um grande número de mulheres um fórum no qual relatar em público suas experiências frequentemente assustadoras como vítimas de estupro^[3]. Também em 1971, as mulheres de Berkeley, Califórnia, reagiram ao tratamento dolorosamente discriminatório recebido pelas sobreviventes de estupro nas delegacias, hospitais e tribunais ao criarem um serviço comunitário de atendimento emergencial 24 horas conhecido como Bay Area Women Against Rape [Mulheres da Região da Baía de São Francisco contra o Estupro]. Esse centro emergencial se tornou o modelo para inúmeras instituições semelhantes que surgiram por todo o país durante os anos 1970.

Em 1971, Susan Griffin publicou um artigo histórico na revista *Ramparts* intitulado “Rape: e All-American Crime” [Estupro: o crime americano por excelência]. O texto se inicia com estas palavras:

Nunca estive livre do medo do estupro. Desde uma idade muito tenra, eu, como a maioria das mulheres, pensei no estupro como parte de meu ambiente natural – algo a ser temido e contra o qual eu deveria rezar, como um incêndio ou um raio. Nunca perguntei por que os homens estupravam; simplesmente pensava que era um dos muitos mistérios da natureza humana.

[...] Quando eu tinha oito anos [...], minha avó me levou para os fundos da casa, de onde os homens não poderiam nos ouvir, e me disse que homens estranhos queriam fazer mal a garotinhas. Eu aprendi a não caminhar em ruas escuras, a não falar com desconhecidos nem entrar em seus carros, a trancar as portas e a ser recatada. Ela nunca explicou por que um homem desejaria fazer mal a uma garotinha, e eu nunca perguntei.

Se alguma vez eu cheguei a pensar que os temores de minha avó eram imaginários, a ilusão durou pouco. Naquele ano, voltando para casa depois da escola, um colega alguns anos mais velho do que eu tentou me estuprar. Depois disso, em um corredor escuro da biblioteca local (enquanto eu lia *Freddy the Pig*^[b]), vi-me e descobri um homem se exibindo. E, então, o homem simpático da vizinhança foi preso por molestar crianças.^[4]

O fato de que praticamente todas nós podemos recuperar episódios similares em nossas memórias de infância é a prova do grau em que a violência misógina condiciona a experiência feminina em sociedades como as nossas. Eu recordo que, quando era aluna da escola primária – eu devia ter uns dez anos –, uma amiga que morava nas redondezas desapareceu de repente, por cerca de uma semana. Enquanto ela esteve ausente da escola, houve cochichos envergonhados de que ela havia sido estuprada. Quando ela retornou, nunca mencionou o motivo de sua ausência, e ninguém ousou romper a mortalha de silêncio à sua volta. Lembro distintamente de que todas as conversas sussurradas pelas suas costas presumiam que minha amiga tinha feito algo profundamente errado e, pelo resto de nossa permanência na escola primária, quando ela passava, uma misteriosa aura de imoralidade a envolvia. Mais do que qualquer outra menina, ela foi alvo dos insultos sexuais dos meninos. Partindo do princípio de que ela havia transgredido os padrões morais de nossa comunidade, ninguém se arriscou a argumentar que ela era a trágica vítima de um crime que nunca deveria ter deixado de ser investigado ou punido.

O movimento antiestupro do início da década de 1970 contestou muitos dos mitos predominantes em relação ao tema. Por exemplo, as mulheres têm militado para refutar a ideia de que a vítima de estupro é moralmente responsável pelo crime cometido contra ela – um mito fundado na noção de que as mulheres controlam se seus corpos serão ou não violados durante um ato de estupro. Costumava ser comum que os advogados de defesa, sem hesitação, pretendessem demonstrar a impossibilidade do estupro pedindo às testemunhas que inserissem um objeto fálico em um receptáculo que se movia rapidamente de um lado para outro. Oleta Abrams, uma das fundadoras do Mulheres da Região da Baía de São Francisco contra o Estupro, relatou um episódio que mostra obviamente quais são as relações de poder mais prováveis em uma real ocorrência de estupro. Quando um policial pediu a uma mulher que introduzisse seu cassete dentro de um copo que ele mexia sem parar, a mulher simplesmente pegou o cassete e bateu no ombro dele, que deixou cair o copo, no qual ela facilmente inseriu o cassete^[5].

Outro mito generalizado é que se uma mulher não demonstra resistência, ela está implicitamente pedindo a violação de seu corpo. Vamos transferir essa suposição para o contexto de um caso de invasão de propriedade. Pede-se a um

empresário que resista à intrusão de um ladrão a fim de garantir que seus direitos sejam protegidos pela justiça? Mesmo hoje, a mistificação persistente do estupro faz com que ele seja percebido como um crime causado pela vítima, tal qual aconteceu no caso da sentença dada por um juiz de Wisconsin que, em 1977, considerou o estupro cometido por um rapaz de quinze anos contra uma adolescente que vestia uma camiseta Levi's folgada e um par de tênis uma reação "normal" à roupa "provocante" da jovem.

Embora haja entre a maioria das mulheres um medo difuso de ser estuprada, muitas sentem, ao mesmo tempo, que não se trata de algo que realmente pode acontecer com elas. Ainda assim, *uma* em cada *três* mulheres será agredida sexualmente ao longo da vida, e *uma* em cada *quatro* meninas será estuprada antes de completar dezoito anos. Apesar dessas estatísticas alarmantes, a incidência da condenação de estupradores é de apenas 4% – e tais condenações representam apenas um percentual insignificante dos estupros que são de fato reportados.

O estupro acontece a qualquer hora, em qualquer lugar, com mulheres de todas as idades. Bebês de quatro meses foram estupradas, e mulheres com mais de noventa anos foram estupradas, embora o maior grupo isolado de sobreviventes de estupro seja formado por adolescentes com idades entre dezesseis e dezoito anos. Esse crime ocorre com mulheres de todas as raças e de todas as classes, independentemente de sua orientação sexual.

Ainda que grande parte de nós tenha a tendência de imaginar os casos de estupro como ataques repentinos, imprevisíveis, praticados por estranhos perversos, na realidade a maioria das vítimas conhece seus estupradores e, de fato, mais da metade de todas as ocorrências acontece na casa da sobrevivente ou do infrator. Além disso, é frequente supor que o estupro é um ato de luxúria e, em consequência, que os estupradores são simplesmente homens que não conseguem controlar seus desejos sexuais. A verdade é que a maioria dos criminosos não estupra por impulso a fim de satisfazer uma incontrolável paixão sexual. Em vez disso, os motivos que levam os homens a estuprar com frequência surgem de sua necessidade socialmente imposta de exercer o poder e o controle sobre as mulheres por meio da violência. A maior parte dos estupradores não é de psicopatas, como somos levadas a crer pela representação midiática típica dos homens que cometem crimes de violência sexual. Ao

contrário, a esmagadora maioria seria considerada “normal” pelos padrões sociais vigentes de normalidade masculina.

Certamente, o mito mais insidioso sobre estupro é o de que é mais provável que ele seja cometido por um homem negro. Como resultado direto da persistente infiltração do racismo nas posturas sociais em vigor, as mulheres brancas são socializadas de maneira a nutrir muito mais medo de sofrer um estupro por um homem negro do que por um homem branco. Na verdade, pela simples razão de que os homens brancos constituem uma parte maior da população, muito mais estupros são praticados por estes do que por homens negros. Mas, em consequência da história de racismo onipresente na aplicação das leis neste país, há nas prisões um número desproporcional de homens negros condenados por esse crime. O mito do estuprador negro faz com que as pessoas desconheçam as realidades do estupro e o fato de que, por exemplo, mais de 90% de todos os estupros são intrarraciais, e não inter-raciais. Mais do que isso, como foi indicado em estudos sobre agressão sexual – e, de fato, como acontecia na época da escravidão –, proporcionalmente mais homens brancos estupram mulheres negras do que homens negros estupram mulheres brancas. Ainda assim, a mulher branca típica deste país carrega uma suspeita muito maior dos homens negros do que dos homens brancos como potenciais estupradores. Essas posturas sociais distorcidas, que são racistas por sua própria natureza, constituem um enorme obstáculo ao avanço de um movimento capaz de obter vitórias significativas na luta contra o estupro.

Se investigarmos as razões pelas quais tem sido tão árduo assentar as bases para um movimento antiestupro multirracial efetivo, descobriremos que a influência abominável do mito do estuprador negro se impõe. Durante os primeiros anos da década de 1970, quando a campanha antiestupro ainda estava em seu início, a presença de mulheres afro-americanas naquele movimento era raridade. Não há dúvida de que isso se devia em parte à consciência incipiente das mulheres brancas que foram pioneiras do movimento de libertação feminina a respeito da inter-relação entre racismo e sexismo em geral. Ao mesmo tempo, ativistas antiestupro não compreenderam em que medida o estupro e o uso racista da acusação fraudulenta de estupro são historicamente inseparáveis. Se, ao longo da história deste país, o estupro de mulheres negras por homens brancos constituiu uma arma de terror

político, o outro lado da moeda tem sido a maquinação de acusações de estupro contra homens negros. Milhares de linchamentos terroristas foram justificados pela evocação do mito do estuprador negro.

Como grande parte do ativismo inicial contra o estupro se concentrava em colocar os estupradores nas mãos do sistema judicial, as mulheres afro-americanas relutavam, compreensivelmente, em se envolver com um movimento que poderia muito bem levar a mais ataques repressivos a suas famílias e comunidades. Ainda assim, ao mesmo tempo, as mulheres negras necessitavam e continuam necessitando com urgência de um movimento antiestupro, uma vez que nós formamos um número desproporcionalmente alto de sobreviventes desse crime. É ainda mais contraditório que as mulheres negras tenham estado ausentes no início do movimento antiestupro contemporâneo, já que, na verdade, o ativismo antiestupro tem uma longa história na comunidade negra. É provável que o primeiro movimento progressista a incitar uma contestação direta à violência sexual tenha sido o Movimento Associativo de Mulheres Negras, formado no fim dos anos 1890 com base nas ações antilinchamento de mulheres como Ida B. Wells^[6]. Hoje, organizações como o National Black Women's Health Project [Projeto Nacional de Saúde para Mulheres Negras], de Atlanta, conduzem campanhas de educação e mobilização em torno de questões como estupro e esterilização forçada.

Sem dúvida, qualquer mulher consegue compreender a profunda ira que caracterizou a primeira fase da campanha antiestupro. Ao longo da história, o sistema judicial e a sociedade em geral nem sequer reconheciam as mulheres como vítimas legítimas de um crime, se tal violação cometida contra elas fosse um estupro. Muito da fúria que se acumulava nas mulheres em relação ao estupro era compreensivelmente voltada aos homens. Quando começou a ser criada uma base teórica feminista para a campanha, as teorias tendiam a amparar e legitimar essa ira indiscriminada contra os homens ao definir o estupro como um resultado inevitável da natureza masculina. A masculinidade era compreendida não tanto em termos de suas determinações sociais, em especial sob as condições capitalistas, mas como um produto imutável, biológica e psicologicamente determinado, inerente à natureza masculina.

Na maioria das vezes, essas teorias não levavam em consideração os componentes raciais e de classe de muitos estupros sofridos pelas mulheres brancas da classe trabalhadora e pelas mulheres de minorias étnicas. Na verdade, a incapacidade do movimento antiestupro do início dos anos 1970 de desenvolver uma análise do estupro que reconhecesse as condições sociais responsáveis por fomentar a violência sexual, bem como a centralidade do racismo na definição dessas condições, deu origem à relutância inicial das mulheres negras, latinas e indígenas em se envolverem pessoalmente nesse movimento. Por exemplo, ao longo de toda a história econômica das mulheres afro-americanas neste país, o abuso sexual foi entendido como um risco profissional. Durante a escravidão, o corpo das mulheres negras era considerado sempre à disposição tanto do senhor quanto de seus substitutos. Na “liberdade”, as vagas de emprego disponíveis com mais frequência para as mulheres negras eram de trabalhadoras domésticas. Essa situação de relegá-las a trabalhos servis só começou a mudar no fim da década de 1950, e há ampla documentação de que, enquanto empregadas domésticas e lavadeiras, as mulheres negras foram vítimas de repetidas agressões sexuais cometidas pelos homens brancos das famílias para as quais trabalhavam.

O assédio e a intimidação sexual ainda são riscos profissionais para as mulheres trabalhadoras de *todas* as origens raciais. Em uma pesquisa realizada em 1976 pela [revista] *Redbook*, 90% das 9 mil pessoas entrevistadas relataram ter se deparado com assédio sexual no trabalho^[7]. De acordo com Julia Schwendinger, em seu livro intitulado *Rape and Inequality* [Estupro e desigualdade], uma mulher congressista descobriu que certo parlamentar perguntava a mulheres que se candidatavam a um emprego se elas realizavam sexo oral, como se esse fosse um requisito para o cargo^[8].

Se considerarmos que o estupro é simplesmente um subproduto da condição masculina, um resultado da compleição anatômica dos homens ou de uma estrutura psicológica masculina imutável, então como explicar o fato de que os países que hoje vivem uma epidemia de estupros são precisamente aquelas nações capitalistas desenvolvidas que enfrentam severas crises socioeconômicas e que estão saturadas de violência em todos os níveis? Os homens estupram porque são homens ou porque são socializados pela própria opressão econômica, social e política – bem como por um grau generalizado de

violência social no país em que vivem – para impor a violência sexual às mulheres?

Com frequência, a violência sexual emana diretamente da política oficial. No Vietnã, como Arlene Eisen apontou em seu livro *Women in Vietnam* [Mulheres no Vietnã], os soldados dos Estados Unidos frequentemente recebiam instruções para as missões de busca e destruição que envolviam “revistar” com o pênis a vagina das mulheres vietnamitas^[9]. A observação a seguir se refere à violência sexual no contexto da ditadura fascista no Chile:

As torturas de mulheres incluíam a dor de queimar seus mamilos e genitais, o terror cego de aplicar tratamentos de choque em todas as partes de seu corpo e, óbvio, o estupro coletivo. O número de mulheres que foram estupradas é desconhecido; algumas delas, que engravidaram em razão do estupro, não receberam permissão para abortar. Mulheres tiveram insetos inseridos na vagina; grávidas foram espancadas com coronhas de rifles até abortar.^[10]

Na realidade, o estupro é um elemento frequente da tortura imposta a mulheres que são prisioneiras políticas de governos fascistas e de forças contrarrevolucionárias. Na história de nosso próprio país, a Ku Klux Klan e outros grupos racistas usaram o estupro como arma de terror político.

O estupro tem relação direta com todas as estruturas de poder existentes em determinada sociedade. Essa relação não é simples, mecânica, mas envolve construções complexas que refletem a interligação da opressão de raça, gênero e classe característica da sociedade. Se nós não compreendermos a natureza da violência sexual como sendo mediada pela violência e poder raciais, classistas e governamentais, não poderemos ter esperança de desenvolver estratégias que nos permitam um dia purgar nossa sociedade da violência opressiva misógina.

Na tentativa de compreender a estrutura do estupro, seria um grave erro limitar a análise a casos individuais ou mesmo conduzir nossa avaliação apenas do ponto de vista da psicologia masculina. A única estratégia lógica para a eliminação do estupro que surgiria desse tipo de análise seria a dependência da repressão para punir e dissuadir os estupradores. Mas, como o uso de instrumentos repressivos do Estado geralmente tem demonstrado, é raro que novos crimes sejam impedidos por meio da punição a quem é pego os cometendo. Além disso, para cada estuprador punido, quantos mais estão à espreita em nossa vizinhança – aliás, em nosso local de trabalho e mesmo em nossa casa? Isso não significa afirmar que os homens que cometem estupros

devam sair ilesos, e sim que a punição isolada não conterá a maré crescente de violência sexual neste país.

A experiência dos anos 1970 demonstra que as estratégias antiestupro que dependem, sobretudo, das agências de aplicação da lei continuarão a deixar de lado muitas mulheres de minorias étnicas. Na verdade, a vivência das mulheres negras tem sido a de que exatamente os mesmos policiais brancos encarregados de protegê-las dos estupradores e de outros criminosos às vezes irão tão longe a ponto de estuprar as mulheres negras sob sua custódia. Anne Braden, uma militante veterana dos direitos civis, mencionou essa conduta de policiais brancos do sul que prenderam ativistas negras durante a luta pelos direitos civis e depois as estupraram. Eu recorro a uma experiência que tive como aluna de pós-graduação em San Diego, quando eu e uma amiga encontramos uma jovem negra, espancada e ensanguentada, no acostamento de uma rodovia. Ela havia sido estuprada por vários homens brancos e jogada às margens da estrada. Quando policiais a encontraram, também a estupraram e a deixaram na rodovia, quase inconsciente. Uma vez que casos assim não são, de forma alguma, isolados, as mulheres negras consideram extremamente difícil aceitar policiais como agentes de medidas antiestupro.

Além disso, as forças policiais com frequência empregam táticas aparentemente elaboradas para capturar os estupradores, mas que têm como objetivo velado expandir seu arsenal de repressão racista. Nos anos 1970, um estuprador aterrorizava a comunidade de Berkeley. Inicialmente, ele atacou dezenas e dezenas de mulheres negras. Centenas de estupros que aconteceram na região foram atribuídos a “Stinky”, como ele era chamado. Entretanto, foi só quando ele começou a estuprar mulheres brancas, e especificamente quando atacou uma famosa apresentadora negra de TV, que a polícia deu atenção ao caso. A descrição que os policiais divulgaram do suspeito era tão genérica que provavelmente corresponderia a não menos que um terço dos homens negros da região, e incontáveis homens foram presos pelo único motivo de serem negros. Além disso, a polícia de Berkeley apresentou ao conselho municipal uma estratégia para capturar Stinky que envolvia a contratação de mais agentes policiais, a aquisição de helicópteros e outras aeronaves e o uso de cães farejadores e de ataque. O departamento de polícia vinha tentando obter a aprovação para o uso de cães desde as ações do movimento estudantil na

década de 1960, mas não obteve sucesso por causa da oposição da comunidade. A fim de implementar sua pauta repressiva, eles aproveitaram um momento em que muitas mulheres da comunidade se sentiam aterrorizadas. Infelizmente, o movimento antiestupro, que na época era quase exclusivamente formado por pessoas brancas, não percebeu a agenda oculta da força policial e concordou em cooperar com a estratégia proposta. Dessa forma, essas pessoas se tornaram, de modo inconsciente, colaboradoras de um plano que inevitavelmente resultaria no aumento da brutalidade policial na comunidade negra de Berkeley.

O movimento antiestupro precisa se manter consciente dessas potenciais armadilhas. Deve ter o cuidado de não se concentrar exclusivamente em estratégias como os centros emergenciais, que, por mais importantes que sejam, tratam apenas dos efeitos e deixam as causas do crime sem solução. Exatamente as mesmas condições sociais que geram a violência racista – que encorajam os ataques a trabalhadoras e trabalhadores e a postura política que justifica a intervenção dos Estados Unidos na América Central e o auxílio ao governo do *apartheid* na África do Sul – incitam a violência sexual. Por conseguinte, a violência sexual nunca será completamente erradicada enquanto não levarmos a cabo com sucesso uma gama completa de transformações sociais radicais em nosso país.

Devemos lutar para unir nossos esforços a fim de garantir a segurança das mulheres com nossas preocupações a respeito da segurança deste planeta. Não é coincidência que o aumento vertiginoso da violência sexual neste país aconteça no momento em que o governo dos Estados Unidos desenvolve os meios com os quais aniquilar a vida humana em si. Não é acidental que uma administração que gasta US\$ 41 milhões por hora nos mais devastadores instrumentos de violência jamais conhecidos na história da humanidade também incite a perpetuação da violência em todos os níveis da sociedade, incluindo as agressões sexuais contra as mulheres. Calcula-se que US\$ 200 milhões, apenas cinco horas de gastos militares, financiariam anualmente 1.600 centros emergenciais para casos de estupro e abrigos para mulheres agredidas.

Nunca conseguiremos ir além do primeiro passo na eliminação da horrorosa violência cometida contra as mulheres em nossa sociedade se não reconhecermos que o estupro é apenas um elemento na complexa estrutura de

opressão das mulheres. E essa opressão sistemática não pode ser precisamente avaliada, exceto a partir de sua ligação, por um lado, com o racismo e a exploração de classe no país e, por outro, com a agressão imperialista e o potencial holocausto nuclear que ameaça o mundo.

Portanto, o movimento antiestupro deveria tentar estabelecer laços mais próximos com outras campanhas pelos direitos das mulheres, bem como com as lutas trabalhistas, onde quer que elas aconteçam. Se nós somos ativistas militantes contestando a violência contra as mulheres, devemos cumprir nossas obrigações enquanto combatentes destemidas contra a violência policial e expressar nossa intensa solidariedade com seus principais alvos, as pessoas oprimidas em razão de sua raça e nacionalidade. Devemos defender, por exemplo, a memória de Eleanor Bumpurs, a mulher negra de 67 anos do Bronx que foi assassinada em 1984 por policiais da New York Housing Authority [Autoridade Habitacional de Nova York] porque se posicionou e tentou resistir a um despejo.

As bandeiras e as vozes que levantamos contra o estupro devem ser levantadas também contra a violência racista e antissemita da Ku Klux Klan e dos nazistas. Elas devem ser levantadas em defesa de prisioneiros políticos como Leonard Peltier, o líder indígena, e Johnny Imani Harris, o ativista negro preso que, depois de doze longos anos, foi recentemente retirado do corredor da morte no Alabama.

Se aspiramos a erradicar a violência sexual, devemos clamar também pela imediata libertação de Nelson Mandela, Winnie Mandela e demais prisioneiras e prisioneiros políticos da África do Sul. Nossas irmãs e irmãos da Nicarágua e de El Salvador precisam de nossa solidariedade, assim como nossas amigas e amigos da Palestina que lutam por sua terra e sua dignidade. E, com certeza, não podemos nos esquecer de nossas irmãs iranianas que tentam concluir a revolução democrática violentamente sufocada pela República Islâmica de Khomeini.

Reconhecer o contexto sociopolítico mais amplo da epidemia contemporânea de violência sexista não significa, entretanto, que ignoremos a necessidade específica e real de uma campanha contínua contra o estupro. Essa batalha deve ser travada de modo muito concreto em todas as suas inúmeras frentes. À medida que moldamos em mais detalhes a base teórica do

movimento antiestupro e à medida que realizamos ações práticas, tenhamos sempre em mente que, mesmo quando vitórias individuais são celebradas, a completa eliminação da violência sexista dependerá em última análise de nossa habilidade em criar uma nova e revolucionária ordem global, em que toda forma de opressão e violência contra a humanidade seja obliterada.

[1] Discurso apresentado na Universidade do Estado da Flórida, em Tallahassee, em 16 de outubro de 1985. Publicado originalmente sob o título “Violence Against Women and the Ongoing Challenge to Racism” [Violência contra a mulher e o contínuo desafio do racismo], *Freedom Organizing Pamphlet Series*, Latham, N. Y., Kitchen Table/Women of Color Press, n. 5, 1987.

[2] June Jordan, *Passion* (Boston, Beacon, 1980). [No original: “*Even tonight and I need to take a walk and clear / my head about this poem about why I can’t / go out without changing my clothes my shoes / my body posture my gender identity my age / my status as a woman alone in the evening / alone on the streets/alone not being the point/ / the point being that I can’t do what I want / to do with my own body because I am the wrong / sex the wrong age the wrong skin and / suppose it was not here in the city but down on the beach/ / or far into the woods and I wanted to go / there by myself thinking about God/or thinking / about children or thinking about the world/all of it / disclosed by the stars and the silence: / I could not go and I could not think and I could not / stay there / alone / as I need to be / alone because I can’t do what I want to with my own / body and / who in the hell set things up / like this / and in France they say if the guy penetrates / but does not ejaculate then he did not rape me / and if after stabbing him if after screams if / after begging the bastard and if even after smashing / a hammer to his head if even after that if he / and his buddies fuck me after that / then I consented and there was / no rape because finally you understand finally / they fucked me over because I was wrong I was / wrong again to be me being me where I was/wrong / to be who I am / which is exactly like South Africa / penetrating into Namibia penetrating into / Angola and does that mean I mean how do you know if / Pretoria ejaculates what will the evidence look like the / proof of the monster jackboot ejaculation on Blackland / and if / after Namibia and if after Angola and if after Zimbabwe / and if after all of my kinsmen and women resist even to / self-immolation of the villages and if after that / we lose nevertheless what will the big boys say will they / claim my consent: / Do You Follow Me: We are the wrong people of / the wrong skin on the wrong continent and what / in the hell is everybody being reasonable about...*” – N. E.]

[a] Dispositivo intrauterino (DIU) comercializado pela empresa A. H. Robins nos Estados Unidos e em Porto Rico nos anos 1970. Entre 1971 e 1975, foram registrados mais de 200 mil casos de mulheres que sofreram infecção por bactérias, septicemia, aborto espontâneo e lesão uterina, além de alguns incidentes de morte, associados ao uso do dispositivo. Em 1976, por causa da repercussão dos casos e do alto número de hospitalizações, as autoridades estadunidenses tornaram obrigatórios testes dos DIUs e de outros dispositivos médicos, bem como sua aprovação para comercialização. A A. H. Robins foi alvo de mais de 300 mil processos e faliu. (N. T.)

[3] Ver Noreen Connell e Cassandra Wilson (orgs.), *Rape: e First Sourcebook for Women by New York Radical Feminists* (Nova York, New American Library, 1974).

[b] Série de livros infantis publicada nos Estados Unidos entre 1927 e 1958, escrita por Walter R. Brooks e ilustrada por Kurt Wiese. (N. T.)

- [4] Jo Freeman (org.), *Women: A Feminist Perspective* (1. ed., Palo Alto, Mayfield, 1975).
- [5] Julia Schwendinger e Herman Schwendinger, *Rape and Inequality* (Beverly Hills, Sage Library of Social Research, 1983), p. 23.
- [6] Ver Paula Giddings, *When and Where I Enter* (Nova York, William Morrow, 1984), cap. 6.
- [7] Julia Schwendinger e Herman Schwendinger, *Rape and Inequality*, cit., p. 50.
- [8] Idem.
- [9] Arlene Eisen, *Women in Vietnam* (São Francisco, People's Press, 1975), p. 62.
- [10] Julia Schwendinger e Herman Schwendinger, *Rape and Inequality*, cit., p. 203.

Doentes e cansadas de estarmos doentes e cansadas: a política de saúde para as mulheres negras^[1]

A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos. Como ponto de partida para toda esta discussão sobre a política de saúde para as mulheres negras, proponho que consideremos a vivência de uma pessoa corajosa que, ao documentar de modo comovente suas próprias batalhas por saúde, reúne lições que elucidam nossa busca coletiva pelo bem-estar. “Como proporciono a mim mesma”, pergunta Audre Lorde,

[...] o melhor alimento físico e psíquico para reparar o passado e minimizar futuros danos ao meu corpo? Como dou voz às minhas buscas para que outras mulheres possam extrair o que precisam de minhas experiências? Como minha experiência com o câncer se encaixa na trama mais ampla de meu trabalho enquanto mulher negra e na história de todas as mulheres? E, acima de tudo, como eu combato o desespero nascido do medo, da raiva e da impotência, que é meu maior inimigo interno? Descobri que batalhar contra o desespero não significa fechar os olhos para a enormidade das tarefas de uma transformação efetiva nem ignorar a potência e a barbaridade das forças que se alinham contra nós. Significa ensinar, sobreviver e lutar com o recurso mais importante de que disponho, eu mesma, e sentir alegria nessa batalha. Significa, para mim, reconhecer o inimigo externo e o inimigo interno, e saber que meu trabalho é parte de um *continuum* de trabalhos de mulheres, de recuperar esta terra e nosso poder, e saber que esse trabalho não começou com meu nascimento nem terminará com minha morte. E isso significa saber que nesse *continuum* minha vida, meu amor e meu trabalho têm um poder e um significado particulares em relação aos outros. Significa pescar trutas no rio Missisquoi ao nascer do sol, experimentar o silêncio do campo e saber que essa beleza também é minha para sempre.^[2]

Nesse *continuum* de trabalhos de mulheres, no qual Audre Lorde situa a si e a seus preciosos serviços, a busca da saúde do corpo, da mente e do espírito se

entrelaça a todas as grandes lutas que nós mulheres já travamos em nosso esforço pela emancipação social, econômica e política. Ao longo da década passada, fomos as afortunadas beneficiárias do valoroso trabalho de ativistas da área da saúde como Byllye Avery e Lillie Allen, do National Black Women's Health Project [Projeto Nacional de Saúde para Mulheres Negras], que abordaram as questões de saúde das mulheres negras com percepção e paixão e começaram a traçar os caminhos rumo ao bem-estar em suas inúmeras formas. O projeto escolheu como lema o famoso lamento de Fannie Lou Hamer: estamos doentes e cansadas de estarmos doentes e cansadas.

Nós nos conscientizamos da urgência de contextualizar a saúde das mulheres negras em relação às condições políticas vigentes. Embora nossa saúde seja inegavelmente atacada por forças naturais que, com frequência, estão além de nosso controle, muitas vezes os inimigos de nosso bem-estar físico e emocional são sociais e políticos. É por isso que devemos nos esforçar para compreender a complexa política de saúde para as mulheres negras.

É de se supor que a Constituição dos Estados Unidos, que garante a todos os indivíduos “vida, liberdade e a busca da felicidade”, deixe implícito que cada cidadã e cidadão deste país tem o direito de ser saudável. Entretanto, não é realmente obrigatório inferir esse direito a partir da Constituição, já que a saúde deveria ser reconhecida universalmente como um direito humano básico. Contudo, nesta sociedade dominada pelas iniciativas das corporações monopolistas voltadas para a obtenção de lucros, a saúde tem sido insensivelmente transformada em mercadoria – uma mercadoria que as pessoas com recursos são capazes de custear, mas que com demasiada frequência é totalmente fora do alcance das demais. Sabe-se que mulheres negras grávidas sem seguro-saúde nem recursos para pagar as taxas de internação hospitalar chegam a dar à luz em estacionamento de hospitais que se negam a atendê-las. Em outros casos, mulheres negras pobres que contrataram planos de saúde tiveram o tratamento negado porque atendentes dos hospitais disseram, de forma presunçosa, que elas estavam mentindo a respeito da cobertura de seu plano.

Sharon Ford, uma jovem negra beneficiária de programas assistenciais da região da baía de São Francisco, deu à luz um bebê natimorto porque dois hospitais se recusaram a atendê-la, embora ela tivesse cobertura de um plano de

saúde. Ciente de que havia um problema sério com sua gravidez, a srta. Ford buscou tratamento no hospital mais próximo de sua casa. Quando informou a atendentes que possuía a cobertura de determinado plano de assistência médica, ela foi encaminhada ao hospital associado àquele plano, apesar do fato de que sua condição crítica obviamente justificasse uma intervenção emergencial. Atendentes do segundo hospital afirmaram que o nome dela não constava da lista computadorizada de clientes daquele plano e a instruíram a ir a outro estabelecimento, conhecido como o depósito médico de pessoas pobres da região. Enquanto isso, três horas se passaram e, quando ela recebeu atendimento médico no terceiro hospital, seu feto havia falecido. Ironicamente, descobriu-se depois que a empresa de assistência médica atrasou a entrega da lista de clientes, que de fato continha o nome de Sharon Ford. Embora essa seja a trágica história de uma única mulher negra, não pode ser negligenciada como se fosse uma anormalidade. Ao contrário, esse caso é sintomático de perigosas tendências no interior da indústria de cuidados com a saúde.

Uma vez que foram abolidos ou reduzidos muitos programas elaborados para melhorar as condições da população pobre – por mais inadequados que fossem –, o acesso a serviços de saúde se tornou um problema especialmente urgente. No caso das mulheres negras, a maior barreira para a saúde é a pobreza – e durante os anos Reagan nossas comunidades se tornaram cada vez mais depauperadas. O número de pessoas pobres aumentou em mais de 6 milhões e, de acordo com a Physicians' Task Force on Hunger [Força-tarefa de Profissionais da Medicina contra a Fome], pelo menos 20 milhões de pessoas neste país sofrem com a falta de comida. Uma terrível consequência da pobreza é a desnutrição, bem como uma plethora de doenças que derivam da alimentação inadequada. A desnutrição, que pode causar anemia materna e toxemia, condição potencialmente fatal para uma mulher grávida, também está relacionada a partos prematuros e mortalidade infantil.

Associada a níveis elevados de enfermidades crônicas como doenças cardiovasculares, artrite e diabetes, a pobreza torna suas vítimas mais suscetíveis à hipertensão e ao câncer de pulmão, estômago e esôfago. O Projeto Nacional de Saúde para Mulheres Negras indicou que, embora proporcionalmente as mulheres negras sejam vítimas menos frequentes de câncer de mama do que as brancas, mais mulheres negras são propensas a morrer dessa doença. Além

disso, enquanto as taxas de câncer de colo de útero diminuíram entre as mulheres brancas, aumentaram entre as mulheres negras. Por motivos que dispensam explicações, a pobreza aumenta a vulnerabilidade a doenças mentais. De todos os grupos deste país, as mulheres negras têm as taxas mais altas de admissão em serviços ambulatoriais de psiquiatria. Ativistas da área de saúde afirmam que a maioria das mulheres negras adultas vive em estado de estresse psicológico.

Duas em cada três pessoas adultas pobres são mulheres, e 80% da população pobre dos Estados Unidos é de mulheres e crianças. Isso significa que as mulheres são a maioria das pessoas beneficiadas por programas de saúde e nutrição custeados pelo governo federal. Uma vez que as mulheres negras figuram em número desproporcional entre as pessoas atendidas por esses serviços sociais, elas têm sido mais profundamente afetadas pelas reduções no orçamento público. Quando ocorreram cortes no Aid to Families with Dependent Children [Programa de Assistência a Famílias com Crianças Dependentes; AFDC, na sigla original], a maioria das mulheres que perderam o AFDC também perdeu a cobertura do Medicaid. Em grande parte dos estados, cortes federais no Maternal and Child Health Block Grant [Fundo de Reserva para a Saúde Materna e Infantil] resultaram na redução de serviços oferecidos em clínicas de saúde materna e infantil ou do número de pessoas habilitadas a receber esse cuidado. Em consequência disso, quase 1 milhão de pessoas, a maioria crianças e mulheres em idade reprodutiva, tornaram-se inelegíveis para o atendimento nos centros de saúde comunitários. Isso significa, por exemplo, que hoje menos mulheres negras recebem assistência pré-natal, o que acarreta implicações fatais, porque bebês cujas mães não recebem esse acompanhamento são três vezes mais suscetíveis à morte na infância do que aqueles cujas mães o recebem. Ao mesmo tempo, os recursos federais para abortos se tornaram praticamente inexistentes, enquanto o governo continua a subsidiar fortemente a esterilização cirúrgica. Esse processo é um círculo vicioso, que confina ainda mais as pessoas pobres em condições que tornam as enfermidades inevitáveis. Situadas na intersecção entre racismo, sexismo e injustiça econômica, as mulheres negras têm sido obrigadas a suportar o peso desse processo opressivo complexo.

As mulheres afro-americanas são duas vezes mais propensas a morrer de doença cardiovascular hipertensiva do que as mulheres brancas e têm uma taxa três vezes maior de pressão alta. A mortalidade infantil entre as crianças negras é duas vezes maior do que entre as brancas, e a mortalidade materna, três vezes maior entre as mulheres negras. O lúpus é três vezes mais comum entre as mulheres negras do que entre as brancas, portanto os fundos direcionados a pesquisas para descobrir a cura da doença são extremamente escassos. As mulheres negras morrem de câncer e diabetes com frequência muito maior do que as mulheres brancas.

Esse ciclo de opressão é o grande responsável pelo fato de que muito mais mulheres negras recorrem às drogas – por mais ineficaz que isso se mostre – como meio de aliviar os baques da pobreza. Devido ao consumo de drogas injetáveis na comunidade negra, uma quantidade desproporcionalmente elevada de mulheres negras tem sido infectada com o vírus da aids. Embora a crença popular seja a de que a aids é uma doença de homens brancos gays, a realidade é que as populações afro-americana e latina são muito mais suscetíveis a contrai-la do que a branca. Isso é verdadeiro entre gays, entre pessoas que usam drogas injetáveis, entre casais heterossexuais e entre crianças. Homens negros e latinos têm 2,5 mais chances de contrair a aids do que brancos. As mulheres latinas são nove vezes mais suscetíveis à infecção do que as brancas. Mas a estatística mais assustadora é reservada às mulheres negras, que são doze vezes mais suscetíveis a contrair o vírus da aids do que as mulheres brancas.

Quatro vezes mais mulheres negras do que brancas são assassinadas. Enquanto isso, sob a administração Reagan, os hospitais que atendem predominantemente as comunidades negras pobres – incluindo aqueles com excelentes unidades de traumatologia, projetadas para atender vítimas de violência – foram fechados. Esse foi o caso do hospital Homer G. Phillips, de St. Louis, o maior hospital de ensino para estudantes de medicina da comunidade negra do país. Em média, nos Estados Unidos, há uma médica ou um médico para cada 1,5 mil pessoas, mas na área central do Harlem há apenas um profissional para cada 4,5 mil pessoas.

No primeiro ano da administração Reagan, um comunicado da Public Health Association of New York City [Associação de Saúde Pública da Cidade de Nova York] alertou:

A saúde da população da cidade de Nova York está efetivamente em risco pelos cortes já impostos e por aqueles anunciados nos recursos para os serviços de cuidado à saúde e de atendimento médico. Expressando-nos em uma linguagem inequívoca, para que não haja mal-entendidos: estamos falando de bebês mortos cuja morte pode ser evitada; estamos falando de crianças e adultos doentes cujas enfermidades podem ser evitadas; estamos falando de sofrimento para pessoas idosas cujo sofrimento pode ser evitado. Estamos dizendo essas coisas indizíveis em um país rico e em um estado rico, cuja população merece mais. A negligência perversa dos governos municipal, estadual e federal está literalmente matando pessoas, e matará e destruirá a vida de ainda mais indivíduos no futuro. Conclamamos a uma injeção massiva de recursos federais e estaduais para restaurar e reconstruir os serviços agora, antes que as consequências de seu colapso demonstrem de modo ainda mais trágico e dramático o custo humano e econômico dessa negligência.^[3]

Além da África do Sul, os Estados Unidos são o único grande país industrializado do mundo desprovido de um plano nacional unificado de assistência médica. Embora o país necessite urgentemente de tal plano, tem havido uma tendência crescente de privatização dos cuidados de saúde. Como um dos autores descreve com exatidão, o princípio da administração Reagan era: “O lucro antes das pessoas, a ganância antes da necessidade e a riqueza antes da saúde”^[4].

Ao incitar a privatização dos cuidados médicos, o governo priorizou os interesses das corporações monopolistas em obter lucros, deixando as necessidades da população pobre – em especial das mulheres negras pobres – insensivelmente desatendidas e, quando oportuno, negligenciadas. Com frequência, hospitais com fins lucrativos se recusam categoricamente a tratar pacientes pobres que não têm seguro-saúde e adotam a prática antiética de “despejar” indivíduos beneficiários de programas sociais nos hospitais públicos, mesmo quando precisam de tratamento urgente. Esse foi o infeliz destino de Sharon Ford, cujo bebê se tornou uma das muitas vítimas de um processo que coloca o lucro à frente das demandas médicas das pessoas.

Uma vez que o pronto-socorro hospitalar é o principal espaço de atendimento médico nas comunidades negras, esse padrão de privatização dos hospitais vem tendo um impacto especialmente devastador sobre a população negra – e as mulheres negras em particular. Em 1983, apenas 44,1% das pessoas afro-americanas que receberam atendimento de saúde passaram por consultas com uma médica ou médico particular em consultório. Por outro lado, 26,5% foram a prontos-socorros, e 9,7% receberam atendimento em

ambulatórios. Em comparação, 57% das pessoas brancas atendidas realizaram consultas particulares, 13% foram a prontos-socorros e 16% a ambulatórios.

O grau em que as corporações privadas ameaçam monopolizar os serviços de saúde é revelado pelo fato de que a Hospital Corporation of America [Corporação Hospitalar dos Estados Unidos], que em 1968 controlava apenas dois hospitais, hoje controla quase quinhentos e é uma força dominante nesse setor. Outras empresas semelhantes são a Cigna, a American Medical International e a Humana. Profissionais da área de saúde – a maioria mulheres em cargos com baixa remuneração – também sofreram com essa tendência de privatizações, porque a compra de hospitais públicos por corporações com frequência tem resultado no impedimento da atuação dos sindicatos e, assim, no congelamento de salários e no corte de benefícios.

Os únicos a se beneficiar de um sistema competitivo de assistência médica são os ricos, que terão de pagar menos pelo atendimento de saúde dos pobres, e os fornecedores que ficam com o filé do mercado médico e deixam os verdadeiros problemas para um setor público degradado e com recursos ainda mais insuficientes. Trata-se de outro exemplo da política básica de Reagan de servir aos ricos, escondida em um cavalo de Troia, este rotulado como “contenção de custos”, “retirada do controle governamental” e “livre escolha”.^[5]

É obviamente do interesse das mulheres afro-americanas exigir um plano de assistência médica nacional, unificado e subsidiado pelo governo federal. Precisamos de programas subvencionados que reflitam as experiências acumuladas pelo movimento pela saúde das mulheres na última década e meia, programas que enfatizem a prevenção, o autocuidado e o empoderamento.

Um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento de um plano nacional de saúde é a mesma pressão implacável exercida pelo governo sobre todos os programas sociais que beneficiam as pessoas pobres, em especial aquelas de minorias étnicas – a saber, o descontrole do orçamento militar. Desde 1980, esse orçamento mais que dobrou, tomando aproximadamente US\$ 100 bilhões de programas sociais que já eram carentes de recursos. Entre 1981 e 1986, US\$ 1,5 trilhão foi gasto em programas militares. O *Women's Budget* [Orçamento das Mulheres], publicado pela Women's International League for Peace and Freedom [Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade], salienta:

Os gastos do Departamento de Defesa em 1986 foram de US\$ 292 bilhões, mas os custos reais das Forças Armadas naquele ano foram de mais de US\$ 400 bilhões, se considerados os custos ocultos

como benefícios a veteranos, ogivas nucleares incluídas no orçamento do Departamento de Energia e aquela parte dos juros da dívida pública atribuível aos gastos militares do passado.^[6]

Os cortes orçamentários que afetaram a saúde e outros serviços sociais não são cortes no sentido estrito do termo, mas sim transferências de fundos do orçamento civil para o militar. Em vez de fornecer vales-alimentação adequados para a população pobre, concedem-se contratos de defesa gigantescos às corporações que formam o complexo industrial-militar. Ironicamente, dos cem maiores fornecedores da área de segurança, que em 1985 receberam mais de US\$ 100 bilhões em contratos diretos com o governo federal, 45 foram submetidos posteriormente a investigações criminais^[7].

Quando examinamos as forças políticas responsáveis pela violação do direito das mulheres negras à saúde, fica evidente que a crescente militarização de nossa economia é a principal culpada. A política de saúde para as mulheres negras também é diretamente influenciada pela agressão generalizada à democracia neste país, que atingiu o ponto alto durante os anos Reagan. Não é coincidência que um governo que sabota os direitos de cada cidadã e cidadão ao permitir o desenvolvimento de uma junta secreta controlada pela Central Intelligence Agency [Agência Central de Inteligência; CIA, na sigla original] e pelo National Security Council [Conselho Nacional de Segurança] também tenha infringido seriamente o direito das mulheres negras e de toda a população pobre à saúde.

A audiência judicial do caso Irã-Contras revelou em que medida fomos rapidamente conduzidos na direção de um Estado policial. Os agentes da CIA envolvidos usaram recursos privados e governamentais para dar apoio às forças mais reacionárias do mundo – desde os Contras, na Nicarágua, à Unita, em Angola^[a], organização apoiada pela África do Sul. Eles estavam implicados em contrabando de armas, tráfico de drogas, explosões de bombas, assassinatos e tentativas de derrubar governos democraticamente eleitos.

Durante os anos Reagan, o poder Executivo foi dominado por membros da direção de empresas e do alto escalão das Forças Armadas. Essas pessoas continuaram a servir às corporações monopolistas, ao mesmo tempo que colocavam em prática as políticas beligerantes das Forças Armadas. Ao levar a cabo guerras não declaradas em várias partes do mundo, foram responsáveis por uma guerra interna contra a população pobre, uma guerra cujas frentes de

batalha envolviam cortes nos serviços de saúde que tiveram efeitos tão prejudiciais às mulheres negras.

Em 1987, Reagan nomeou o ultraconservador Robert Bork para a Suprema Corte, o que representou mais uma ofensiva contra a assistência social para as mulheres negras e outras pessoas que sofrem com o racismo, o sexismo e a exploração econômica. Como o senador Edward Kennedy observou de modo tão perspicaz, “a América de Robert Bork é uma nação onde as mulheres seriam forçadas a abortos clandestinos, a população negra se sentaria em balcões segregados nas lanchonetes, a polícia desonesta arrombaria a porta da casa das pessoas em incursões noturnas [...]”. Felizmente, forças progressistas se uniram e conseguiram bloquear a confirmação do juiz Bork na Suprema Corte.

É do sucesso de campanhas progressistas como essa, bem como do importante trabalho de organizações como o Projeto Nacional de Saúde para Mulheres Negras, que nós que nos preocupamos em curar o deplorável estado da assistência médica neste país devemos tirar importantes lições. Devemos aprender a situar de modo sistemático a nossa luta por um atendimento de saúde de acesso universal em seu contexto social e político mais amplo. Devemos reconhecer a importância de levantar nossas vozes contra forças tão retrógradas quanto Robert Bork e o conservadorismo obsoleto que ele representa. Devemos nos envolver no movimento contra o *apartheid* em solidariedade a nossas irmãs e nossos irmãos da África do Sul, que não apenas sofrem com os perversos efeitos de um sistema de saúde negligente, como são diariamente assassinados a sangue-frio pelo governo sul-africano. Devemos nos opor de forma ativa aos contínuos pedidos de nosso governo por apoio no Congresso para financiar os Contras; não devemos permitir que nossas irmãs e nossos irmãos da Nicarágua – cujos esforços revolucionários possibilitaram a gratuidade do atendimento de saúde para toda a população de seu país de modo igualitário – sofram uma derrota.

Enquanto lutamos por essas vitórias mais amplas, devemos também aprender a aplaudir as pequenas conquistas. Como iniciei com as sábias palavras de Audre Lorde, gostaria de concluir com esta passagem, retirada de seu livro *A Burst of Light* [Um clarão de luz]:

Combater o racismo, combater o heterossexismo e combater o *apartheid* dividem dentro de mim a mesma urgência que combater o câncer. Nenhuma dessas lutas jamais é fácil, e mesmo a menor

vitória deve ser aplaudida, porque é tão simples apenas não batalhar, somente aceitar e chamar essa aceitação de inevitável.^[8]

[1] Discurso realizado no Bennett College, em Greensboro, Carolina do Norte, em 29 de agosto de 1987, em uma conferência organizada pelo North Carolina Black Women's Health Project [Projeto de Saúde para Mulheres Negras da Carolina do Norte]. Originalmente publicado sob o título “ e Politics of Black Women's Health”, *Vital Signs*, v. 5, n. 1, fev. 1988.

[2] Audre Lorde, *e Cancer Journals* (São Francisco, Spinsters, 1980), p. 17.

[3] Alan Gartner, Colin Greer e Frank Riessman, *What Reagan Is Doing to Us* (Nova York, Harper and Row, 1982), p. 50.

[4] Ibidem, p. 48.

[5] Ibidem, p. 46.

[6] Women's International League For Peace And Freedom, *e Women's Budget* (Filadélfia, 1986), p. 3.

[7] Idem.

[a] Revelado em 1986, o caso Irã-Contras mostrou que integrantes do alto escalão da CIA facilitaram a venda ilegal de armas ao Irã. O esquema envolveu intermediações e triangulações com diversos grupos internacionais: as armas eram fabricadas nos Estados Unidos e legalmente vendidas para o Exército israelense; tais armas substituíam outras que Israel já possuía, mas havia enviado a um grupo político do Irã, em guerra com o Iraque. Em troca da transação, o grupo iraniano intermediava a libertação de reféns estadunidenses que estavam nas mãos de grupos islâmicos como o Hezbollah. Uma parcela do lucro obtido com a venda das armas foi desviada para financiar os Contras, grupo contrarrevolucionário da Nicarágua. Já a Unita, sigla para União Nacional para a Independência Total de Angola, é um dos principais partidos angolanos. Durante a guerra civil no país, que ocorreu entre 1975 e 2002, a anticomunista Unita recebeu apoio dos Estados Unidos e da África do Sul para combater o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que se identificava como marxista-leninista e tinha apoio dos países do bloco soviético. (N. T.)

[8] Audre Lorde, *A Burst of Light* (Ithaca, N. Y., Firebrand, 1988), p. 116-7.

A paz também é um assunto de irmãs: mulheres afro-americanas e a campanha contra as armas nucleares^[1]

Como mulheres negras, temos diversas razões para celebrar a forte tradição de ativismo moldada por nossas ancestrais no curso de muitas gerações de luta. Desde sua fundação, em 1975, o Los Angeles Black Women's Forum [Fórum de Mulheres Negras de Los Angeles] tem reforçado e modernizado essa tradição. Do mesmo modo que nossas bisavós contaram com a brilhante liderança de mulheres como Ida B. Wells e Mary Church Terrell, que tentaram erradicar o terror dos linchamentos durante a primeira parte do século XX, hoje acompanhamos a presidenta da organização, Maxine Waters, que incansavelmente desafia pessoas envolvidas em linchamentos, exploração e militarismo.

Em 1985, tive o privilégio de ouvir Maxine Waters apresentar o discurso principal em um evento organizado pelo National Political Congress of Black Women [Congresso Político Nacional de Mulheres Negras]. Ao lembrar-nos da dolorosa realidade de que, na época, apenas uma mulher negra integrava o Congresso, ela nos pediu com entusiasmo que começássemos a trabalhar pela eleição de pelo menos mais três mulheres negras para o Congresso em 1986 – Cardiss Collins, candidata à reeleição por Illinois, Katie Hall, de Indiana, e Jan Douglass, da Geórgia. Embora eu concordasse sinceramente com ela, não pude deixar de especular que, se a própria Maxine Waters fosse eleita para o

Congresso, Ronald Reagan e seu bando teriam mais dificuldade em colocar em prática seus infames esquemas. Sem dúvida, ela é uma das grandes personalidades políticas de nosso tempo; ela não adota a política como um meio de promover a própria carreira, e sim como um fórum para a defesa destemida de todas as pessoas que sofrem as injustiças mais disseminadas em nossa sociedade. Maxine Waters é o presente que nós mulheres afro-americanas damos para aquelas pessoas que sonham em se libertar da opressão neste país e em todo o mundo. Mas não é suficiente apenas nos orgulharmos de ter uma mulher como ela intercedendo em nossa causa como integrante da Assembleia de Sacramento e líder política aclamada nacionalmente. Devemos estar dispostas a apoiá-la quando ela toma posições. Devemos nos colocar ao lado dela quando ela confronta pessoas racistas e defensoras da supremacia masculina, cúmplices do *apartheid*, antissindicalistas e militaristas que atualmente governam o país.

Os anos 1980 foram marcados por uma alarmante erosão das conquistas dos direitos civis que haviam sido o resultado de décadas de lutas extraordinárias e de enormes sacrifícios humanos. Enquanto algumas de nós podemos sentir que atingimos o topo da montanha e que estamos vivendo o sonho vislumbrado por Martin Luther King Jr., muitas integrantes de nossa comunidade estão sofrendo mais intensamente do que nunca. Nossos empregos estão aceleradamente escapando de nós, conforme fábricas são fechadas e áreas econômicas essenciais se tornam automatizadas e militarizadas. Continuamos a ser maioria em ocupações de baixa remuneração e minoria em ocupações de alta remuneração. Estamos desempregadas, estamos nas prisões, estamos no corredor da morte, somos vítimas do terrível aumento da violência policial, nosso direito à educação deteriorou-se perigosamente, nosso acesso à assistência médica está em vias de extinção, nosso poder de exercer o voto – especialmente no Extremo Sul [*Deep South*] – enfrenta a ameaça de crescente restrição: em um flagrante revés em nossas vitórias sufragistas duramente alcançadas, ativistas de base pelo direito ao voto nos municípios do Cinturão Negro^[a] do Alabama foram presas pelo governo federal por acusações falsas de fraude eleitoral. Trata-se de um escandaloso ataque ao legado do dr. Martin Luther King Jr. e de todas as pessoas que ficaram ao seu lado no campo de batalha dos direitos civis.

Estes são tempos de grande sofrimento para o povo negro. Quando consideramos que as agressões aos direitos e à vida das pessoas afro-americanas foram complementadas de modo intimidador pela proliferação da discriminação sexista e por ataques orquestrados à classe trabalhadora de todas as raças e nacionalidades, percebemos que não estamos sós em nossa experiência de sofrimento social. Além disso, nós compartilhamos com cada ser humano deste planeta um risco sem precedentes de onicídio nuclear. Na condição de pessoas negras, de mulheres e de mulheres negras, precisamos desenvolver uma compreensão mais aguçada do movimento pela paz e de que apenas ele será capaz de trazer esperança para o futuro de nossas crianças. É imprescindível reavaliarmos por que fracassamos em participar do movimento pela paz em números proporcionais a nossas intenções de paz e nos apressarmos em corrigir essa situação.

Não podemos mais pagar o preço de supor que a paz é um assunto das pessoas brancas. Como podemos, em sã consciência, separar-nos da luta pela paz se as bombas nucleares não sabem como praticar a discriminação racial? E mesmo se fosse possível programar a radiação nuclear para matar algumas pessoas e poupar outras, posso assegurar que, neste país, quem faz a guerra garantiria que a população negra estivesse entre as primeiras vítimas. O que seria construído a partir da vitória de nossas lutas contra o racismo, que propósitos seriam atendidos ao ajudarmos nossas irmãs e nossos irmãos da África do Sul a derrubar o regime de *apartheid* de Botha^[b], se, no fim das contas, todo mundo seria aniquilado em um conflito nuclear? A paz, minhas irmãs e meus irmãos, também é um assunto do povo negro e das mulheres negras. A falha em perceber isso poderá muito bem custar nossa vida.

Nossa história como pessoas afro-americanas deveria nos tornar especialmente sensíveis às questões relativas à paz, pois desde a época do tráfico de escravas e escravos da África temos sido submetidas pela classe dominante branca em busca de lucro e poder a agressões características de uma guerra. Mais do que quaisquer outras pessoas, devemos compreender que a paz não é um estado de coisas abstrato, pelo contrário, é algo inextricavelmente ligado à nossa capacidade de conquistar a justiça racial, sexual e econômica. Quando falamos em paz, devemos falar também em liberdade.

O povo negro ansiava pela paz durante a Segunda Guerra Mundial, mas nós sabíamos que ela não seria alcançada sem a derrota do fascismo alemão e do militarismo japonês. Além disso, reconhecíamos na época que a paz autêntica deveria incluir a derrota do racismo em nosso país. Em 1934, uma meeira negra do Alabama chamada Capitola Tasker compareceu a uma conferência internacional de mulheres em Paris que fazia oposição militante ao fascismo alemão e alertava sobre o risco de guerra iminente. Essa mulher negra foi a Paris com o objetivo de expressar a intensa oposição de seu povo a Hitler, mas ela também fez ressoar a declaração de que todos os povos do mundo deveriam ser conscientizados do terror de feições fascistas imposto à população negra dos Estados Unidos. Ela descreveu os linchamentos e assassinatos cometidos por gangues no Sul, comparando-os de modo convincente com o perigo nazista na Europa. Hoje, minhas irmãs e meus irmãos, devemos seguir o exemplo dela ao expor as relações entre a ameaça à paz mundial representada pelo Pentágono e os crescentes ataques internos à vida de nosso povo.

Se é verdade, como disse certa vez dr. Martin Luther King Jr., que “uma nação que ano após ano continua a gastar mais dinheiro com defesa militar do que com programas de melhoria social está se aproximando da morte espiritual”, então nosso país morreu espiritualmente muitas vezes desde o início da administração Reagan. Em cidades como Chicago, a juventude negra sofre de doenças causadas pela desnutrição que atingem as crianças das regiões famélicas da África, e ainda assim foram abolidos os programas que oferecem café da manhã e almoço nas escolas a fim de proporcionar aos desenvolvedores e fabricantes de armas uma fonte inesgotável de dinheiro.

E quem apoia financeiramente o Pentágono? Não são as grandes corporações às quais foram oferecidos contratos militares exorbitantes. Na verdade, alguns dos maiores fornecedores militares do país não pagam absolutamente nada em imposto de renda – Lockheed, General Electric, Boeing e General Dynamics não pagaram impostos entre 1981 e 1983, mesmo que seus lucros somados tenham totalizado US\$ 10 bilhões. Algumas dessas empresas conseguiram até que o governo lhes restituísse dinheiro. Em outras palavras, somos você e eu que patrocinaemos o Pentágono. Mais de sessenta centavos em cada dólar pago em imposto de renda vão para o Pentágono. Uma pessoa que ganhe US\$ 22 mil por ano terá contribuído com mais de um ano

inteiro de salário para o Pentágono entre 1985 e 1989, tudo para a produção de mais mísseis de cruzeiro, MX e Trident e para o avanço de pesquisa e desenvolvimento para a Iniciativa Estratégica de Defesa, popularmente conhecida como Guerra nas Estrelas.

À medida que a economia se torna cada vez mais militarizada, os empregos são devorados. A militarização crescente da economia é uma das maiores causas do desemprego e dos níveis escandalosos da falta de trabalho para pessoas negras. Estatísticas da Bureau of Labor [Agência de Pesquisas sobre Trabalho] indicam que US\$ 1 bilhão gasto em armas produz 22 mil empregos militares, mas o mesmo US\$ 1 bilhão produziria uma média de 25 mil empregos não militares, até 54 mil empregos em hospitais e 72 mil empregos em educação. A população negra – em particular, as mulheres negras –, que procura empregos em massa nas áreas de saúde e educação, é especialmente afetada pelo padrão de militarização da economia. Considerando-se que bilhões de dólares são transferidos do setor civil para o setor militar e que apenas 1% de todas as mulheres empregadas trabalham em projetos militares ou nas Forças Armadas, podemos começar a compreender o impacto devastador da militarização em nossa segurança econômica enquanto mulheres negras.

A Women's International League for Peace and Freedom [Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade] apontou algumas das implicações concretas das prioridades distorcidas de nosso governo. A produção e o posicionamento estratégico de 57 mísseis MX, por exemplo, custam US\$ 7 bilhões. Se transferíssemos esse dinheiro para serviços sociais, poderíamos reverter os cortes e até ampliar os recursos para o Aid to Families with Dependent Children [Programa de Assistência a Famílias com Crianças Dependentes; AFDC, na sigla original]. Com o US\$ 1 bilhão necessário para reativar dois couraçados da Segunda Guerra Mundial, poderíamos oferecer ajuda emergencial à população sem-teto. Com outro bilhão direcionado para a produção de quatrocentos tanques M-1, o custo de medicamentos controlados poderia ser subsidiado para 7,5 milhões de pessoas idosas. E com US\$ 500 milhões, o que representa apenas um bombardeiro B-1, dos cem planejados, poderiam ser fornecidos materiais de saúde básica e vacinas para 50 milhões de crianças na Ásia, na África e na América Latina.

Curiosamente, a mídia tem atribuído as recentes propostas de desarmamento por parte da União Soviética à sua necessidade de reduzir a produção militar a fim de fornecer mais bens e serviços para sua população, que supostamente sofre os efeitos de uma economia fragilizada. Bem, se há uma economia fragilizada, é a nossa. Se algum governo precisa reduzir os gastos militares para atender às necessidades de sua população, esse governo é o dos Estados Unidos. O que há de errado se a União Soviética deseja diminuir a produção militar com o objetivo de construir mais casas, oferecer mais assistência médica, subsidiar mais educação para seu povo? Essa é a única decisão racional a se tomar.

Muitas de nós estamos envolvidas na contestação em massa do *apartheid*. Ainda assim, tendemos a esquecer que a África do Sul é uma potência nuclear em desenvolvimento. Além disso, se a guerra nuclear acontecer, provavelmente será ocasionada por um conflito ligado a uma situação que não difere daquela existente na África do Sul, na América Central e no Oriente Médio.

Nos últimos anos, algumas pessoas negras têm indicado que estão cansadas de realizar manifestações e que as grandes passeatas estão ultrapassadas. Contudo, irmãs, nós não podemos pagar o preço de nos cansarmos das manifestações, e as passeatas não se tornarão obsoletas até que tenhamos conquistado a igualdade, a justiça e a paz. Devemos nos fazer ouvir e apresentar nossas reivindicações da maneira mais vigorosa e resoluta possível. A paz também é um assunto de irmãs.

[1] Discurso apresentado no Black Women's Forum [Fórum de Mulheres Negras], em 16 de novembro de 1985, em Los Angeles.

[a] No original, "*Black Belt*", faixa do Sul dos Estados Unidos cujo solo é escuro e fértil, onde se concentravam as plantações de algodão na época da escravidão. (N. T.)

[b] Pieter Willem Botha, político do Partido Nacional da África do Sul. Foi ministro da Defesa do país entre 1966 e 1978, quando se tornou primeiro-ministro, exercendo o cargo até que a função fosse extinta, em 1984. Então, Botha assumiu a presidência da África do Sul até 1989. Seu governo ficou conhecido por flexibilizar algumas regras do *apartheid* – como aquelas relativas a casamentos multirraciais, organização de partidos e de bairros racialmente mistos –, mas também por reprimir com mais força a ação de ativistas que combatiam tal sistema, especialmente da população negra. (N. T.)

Destruindo o sonho: a família negra e a crise do capitalismo (com Fania Davis)^[1]

Deus sabe que havia muita coisa errada com Walter Younger – obstinado, maldoso, um pouco selvagem com as mulheres –, muita coisa errada com ele. Mas ele certamente amava suas crianças. Sempre quis que elas tivessem algo – que elas fossem algo. Big Walter costumava dizer, às vezes ele ficava com os olhos marejados, inclinava a cabeça para trás com lágrimas nos olhos e dizia: “Parece que Deus não considerou apropriado dar ao homem negro nada além de sonhos – mas Ele nos deu filhos e filhas para fazer esses sonhos parecerem valer a pena”.

Lorraine Hansberry, *A Raisin in the Sun*^[2]

Em todas as culturas do mundo, as crianças representam a promessa de riquezas materiais e espirituais que suas mães e seus pais foram incapazes de alcançar. A cultura afro-americana não é exceção e, como afirma a personagem de Lorraine Hansberry, as crianças tornam mais possíveis aquelas grandes aspirações de progresso que não estão ao alcance de seus progenitores. Nas

palavras frequentemente citadas de José Martí, “as crianças são a esperança do mundo”.

Ao longo dos séculos que se seguiram à transferência forçada do povo africano de sua terra natal para os Estados Unidos, as crianças representaram uma promessa muito especial de liberdade para um povo inteiro. Mesmo quando os esforços da população negra para manter e estreitar seus laços familiares eram cruelmente atacados, a família continuava sendo um importante caldeirão de resistência, gerando e preservando o legado vital da luta coletiva por liberdade. Embora nossas bisavós e nossos bisavôs possam não ter tido a expectativa de libertar a si mesmos da escravidão, ou da meação, ou da cozinha do sr. Charlie^[a], podem ao menos ter transmitido seu sonho de liberdade às gerações seguintes.

Hoje, entretanto, a vida e o futuro das pessoas a quem o sonho deve ser proporcionado estão em grande risco. De acordo com o mais recente relatório do Children’s Defense Fund [Fundo de Proteção à Infância], as crianças negras estão muito mais propensas a nascer em condições de devastadora pobreza do que há cinco anos. Elas são duas vezes mais suscetíveis a morrer no primeiro ano de vida do que as crianças brancas e correm um risco três vezes maior de ser erroneamente colocadas em classes para estudantes com deficiência mental do que as crianças brancas. As crianças afro-americanas, em comparação com as brancas, são duas vezes mais propensas a não ter pai nem mãe empregados, a ser desempregadas na adolescência e a viver em moradias precárias. São três vezes mais suscetíveis do que as crianças brancas a perder sua mãe no parto. Além disso, aquelas que têm entre quinze e dezenove anos são quatro vezes mais propensas do que as brancas a ser encarceradas em cadeias e prisões^[3]. Talvez o fato mais espantoso sobre a situação das crianças negras no momento seja que, em alguns dos maiores centros urbanos, elas são diagnosticadas com kwashiorkor e marasmo^[b], doenças causadas pela desnutrição e comumente encontradas nas regiões da África afetadas pela fome.

Nossas famílias, óbvio, nunca corresponderam em estrutura e função ao ideal social vigente. Em primeiro lugar, as tradições culturais africanas originais tinham uma definição muito mais ampla de família em relação àquela em vigor nesta sociedade; ela não se limitava simplesmente ao pai e à mãe biológicos e à sua descendência. Especialmente durante as fases iniciais da chegada do povo

africano às Américas, a família estendida foi uma tradição vital. Em segundo lugar, as brutais pressões econômicas e políticas ligadas à escravidão e mantidas ao longo dos períodos históricos subsequentes evitaram de forma sistemática que as estruturas familiares afro-americanas se adaptassem aos modelos familiares dominantes. Por fim, o povo negro, tanto durante como após o período da escravidão, foi forçado a construir, de modo criativo e frequentemente improvisado, uma vida familiar compatível com os ditames da sobrevivência. Contudo, por não refletir a norma, a família afro-americana tem sido repetidamente definida como patológica em suas características e injustamente culpada pelos problemas complexos que existem no interior da comunidade negra – problemas em geral diretamente imputáveis à promoção social, econômica e política do racismo. Não se trata, obviamente, de refutar que as famílias negras estejam em sérias dificuldades. Mas focar de forma equivocada nos problemas familiares como a base da opressão da comunidade afro-americana – como se colocar ordem na família erradicasse automaticamente a pobreza – é aderir ao falacioso argumento de que “a culpa é da vítima”.

A atual e ideológica transferência da culpa, que tem como alvo a família negra, reflete uma tendência mais ampla de colocar a família em geral – falsamente representada como uma área da vida social isolada, privada – no coração das perigosas disfunções que afetam o bem-estar moral da sociedade estadunidense. Como a hierarquia tradicional da supremacia masculina no interior da família, baseada nos homens “provedores” e em suas esposas e crianças economicamente dependentes, está sendo contestada em seus fundamentos pela crescente participação das mulheres da classe trabalhadora na força de trabalho, pessoas que defendem o ultraconservadorismo argumentam que a família está se desintegrando por causa, entre outras coisas, do apoio cada vez maior ao direito ao aborto e às creches públicas. Essas pessoas chegam ao ponto de afirmar que a homossexualidade ameaça destruir a tessitura familiar. Desse modo, tentam desviar a atenção pública de algumas das mais sérias reivindicações do movimento de mulheres contemporâneo: salários iguais para trabalhos de valor comparável, direitos reprodutivos, licença-maternidade remunerada e creches subsidiadas – demandas que são, em essência, cada vez mais contrárias aos monopólios.

A era inaugurada pela eleição presidencial de Ronald Reagan tem sido marcada por uma renovada tentativa propagandística de considerar o colapso da estrutura familiar negra como responsável pela erosão do bem-estar material da comunidade negra. Aponta-se com frequência que quase metade das famílias afro-americanas gira em torno de mulheres solteiras e que 55% dos bebês negros nascem de mulheres que não são casadas – das quais um número substancial tem menos de vinte anos.

De forma arrogante, a administração Reagan deu a entender que o sistema de bem-estar social provocou esse colapso na estrutura da família negra. Assim, a solução lógica envolveria a redução dos programas governamentais e a exigência de que indivíduos atendidos por eles oferecessem sua força de trabalho ao Estado, além da implantação de projetos elaborados para identificar pais ausentes, obrigando-os a contribuir para o sustento de suas crianças.

Um economista conservador argumenta que o sistema de bem-estar social encoraja a dependência das mulheres em relação aos auxílios governamentais e desvia a atenção dos homens da busca por um trabalho formal:

Na cultura do bem-estar social, o dinheiro passa a ser não algo que é conquistado pelos homens por meio do trabalho árduo, mas um direito conferido às mulheres pelo Estado. O protesto e a reclamação substituem o empenho e a disciplina como fontes de remuneração. Os meninos crescem recorrendo às mulheres para o sustento, enquanto descobrem a masculinidade nos círculos viris da rua e do bar ou na paternidade irresponsável da prole fortuita.^[4]

Além disso, Gilder sustenta, o Aid to Families with Dependent Children [Programa de Assistência a Famílias com Crianças Dependentes; AFDC, na sigla original] “oferece uma renda garantida a qualquer casal dos Estados Unidos que tenha crianças e esteja disposto a se separar, ou para qualquer adolescente com mais de dezesseis anos que venha a dar à luz uma criança ilegítima”^[5].

Robert B. Carleson, conselheiro de Reagan para o desenvolvimento de políticas sociais, apresenta argumentos semelhantes, atribuindo aos atuais programas do governo a responsabilidade pelo aumento no número de famílias chefiadas por mulheres que são mães solteiras. Além disso, ele afirmou que o principal problema é o fracasso da comunidade negra em formar famílias. A implicação disso, óbvio, é que a comunidade negra está moralmente em

desarmonia com o restante da sociedade estadunidense. Contudo, as evidências estatísticas demonstram que a grande maioria das famílias chefiadas por mulheres é causada não por mulheres solteiras, mas pela separação de casais com crianças. Apenas um quarto das mulheres solteiras que são chefes de família nunca se casou: 28,7% são casadas com um parceiro ausente, 22,2% são viúvas e 21,9% são divorciadas^[6]. O cancelamento de benefícios de programas sociais ressuscitaria pais mortos, anularia divórcios ou faria maridos desempregados voltarem para suas esposas e crianças? Tornaria a educação sexual disponível para adolescentes e criaria medidas contraceptivas seguras, eficazes e acessíveis? Essa última pergunta tem sérias implicações, uma vez que, na verdade, a taxa de natalidade entre as adolescentes solteiras negras caiu durante os anos 1970 – um fato que evidentemente contradiz a crença vigente de que as adolescentes negras têm tido mais bebês do que nunca. O que causou uma alta desproporcional no número de partos de adolescentes solteiras foi o declínio ainda mais rápido na taxa de natalidade entre as mulheres negras mais velhas e casadas^[7]. Esses grupos são muito mais propensos a confiar na contracepção e a realizar abortos – e, aliás, a ser esterilizados – do que as adolescentes solteiras negras.

Embora as taxas relativamente altas de gravidez entre as adolescentes negras sejam, sem dúvida, motivo de alarme, não se deveria supor que a erradicação isolada desse problema levaria automaticamente a uma redução significativa do empobrecimento da população negra, como James McGhee observou em seu artigo sobre a família negra no relatório de 1985 *e State of Black America* [A situação da América negra], da [National] Urban League [Liga Urbana Nacional]:

Não há nada inerente à condição de casada que leve a uma renda familiar mais alta. Casais negros têm rendas mais altas principalmente por dois motivos: porque os dois membros do casal costumam integrar a força de trabalho e porque os homens geralmente têm renda média superior à das mulheres.^[8]

O empobrecimento das famílias negras não desaparecerá milagrosamente como consequência da redução a níveis mais controláveis das altas taxas de gravidez na adolescência. Por mais urgente que esse problema seja, ele não é de forma alguma a causa original da condição de deterioração econômica da comunidade negra. Ao contrário, trata-se de um sintoma de uma crise

estrutural profundamente enraizada na economia capitalista monopolista dos Estados Unidos – cujas reverberações têm sido sentidas de modo mais agudo pela comunidade afro-americana. Há uma correlação direta entre as taxas sem precedentes de desemprego da população adolescente negra e o aumento da taxa de natalidade entre as mulheres negras com menos de vinte anos. Ainda assim, responsáveis pela elaboração das políticas da administração Reagan sistematicamente formularam o problema da gravidez na adolescência em termos que atribuem de modo implícito às meninas negras a responsabilidade parcial pelo estado de carência da comunidade negra.

Intelectuais conservadores que expressam indignação a respeito da acelerada taxa de gravidez entre adolescentes negras e do correspondente colapso da família negra apoiam-se, direta ou implicitamente, em velhas distorções históricas sobre a moralidade ou sua suposta ausência entre as mulheres negras – e os homens negros. Acusam os programas de bem-estar social do governo de fomentar as falhas éticas da comunidade negra. Logo depois da Black Family Summit [Cúpula sobre a Família Negra], que aconteceu na primavera de 1984, William F. Buckley Jr. elogiou as organizações negras – a National Association for the Advancement of Colored People [Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor; NAACP, na sigla original], a Liga Urbana Nacional e outras – que haviam finalmente reconhecido que os problemas da família negra eram problemas da comunidade negra. Em um artigo publicado na *National Review*, Buckley citou John Jacob, presidente da Liga Urbana Nacional, que afirma que “podemos ter permitido que nossa raiva justificada contra o que a América fez obscurecesse nossa necessidade de autodisciplina e de valores comunitários reforçados”. Ao mesmo tempo, Buckley criticou a Cúpula sobre a Família Negra por não admitir que há uma “correlação inversa entre o Estado de bem-estar social e o progresso negro”.

Os cheques dos programas sociais fazem mais do que simplesmente converter um vale do governo em comida e aluguel. Eles tendem a afetar o espírito e, particularmente, a dissolver os vínculos naturais de lealdade que um homem sente em relação à mulher que ele engravidou e à criança nascida de uma união que é cada vez mais passageira em vez de duradoura.^[9]

Diversas pressões destrutivas são exercidas sobre as famílias negras, como a disponibilidade cada vez menor de educação de qualidade para a juventude, a

proliferação de drogas e a prevalência de outros fenômenos antissociais diretamente encorajados pelas instituições racistas deste país. Entretanto, o fardo mais devastador, especialmente entre a juventude negra, é a predominante falta de empregos. Análises atuais sobre a família negra apontam de modo contínuo que, entre 1960 e 1980, o percentual de mulheres negras solteiras com crianças subiu de cerca de 21% para 47%. O que raramente é apontado, porém, é que durante o mesmo período histórico o percentual de homens negros empregados despencou de cerca de 75% para 55%. É sabido que os dados do censo governamental são imprecisos em seus registros sobre a população negra, o que significa que provavelmente menos da metade dos homens afro-americanos deste país de fato possui uma ocupação. Os índices oficiais de desemprego entre adolescentes negros projetam uma taxa de 50% de desocupação, mas a realidade é que menos de 20% realmente possuem empregos. O restante simplesmente não é considerado parte da força de trabalho. Além disso, ao desemprego devem ser somados os sintomas mais sutis do subemprego e da sub-remuneração. De acordo com o relatório anual do Fundo de Proteção à Infância, se quase metade das crianças negras é pobre (em comparação com uma em cada seis crianças brancas), isso se dá porque a renda mediana das famílias negras é inferior a 60% da renda das famílias brancas. Em 1983, metade de todas as famílias negras teve renda inferior a US\$ 14 mil^[10].

Embora as dificuldades que afligem a família não devam ser de nenhum modo menosprezadas, quaisquer estratégias concebidas para aliviar os problemas predominantes entre a população negra pobre cuja metodologia se concentre em mudar a família e deixe intactas as condições socioeconômicas que perpetuam o desemprego e a pobreza entre a população negra estão condenadas ao fracasso desde o princípio. Em 1965, Daniel Moynihan foi o autor do relatório governamental intitulado *The Negro Family: The Case for National Action* [A família negra: em defesa de uma ação nacional]. O documento teve importantes implicações estratégicas, pois tentou justificar o cancelamento de medidas governamentais que haviam sido elaboradas especificamente para conter as feições racistas da crise social que parecia destinada a lançar a comunidade negra em uma situação de permanente empobrecimento. O verdadeiro problema, argumentou o sr. Moynihan, era a estrutura matriarcal da família negra. No que dizia respeito aos programas

governamentais, aqueles que interferiam diretamente na vida da família negra eram considerados os mais recomendáveis. Assim que a família negra começasse a refletir o modelo nuclear (fundado na supremacia masculina) vigente, questões como o desemprego e o declínio na qualidade da habitação, da educação e do atendimento à saúde seriam enfim solucionadas.

Durante a administração Reagan, representantes oficiais propuseram a redução dos programas governamentais elaborados para levar algum alívio às famílias pobres – obviamente com a intenção de restabelecer a estrutura familiar biparental na comunidade negra. Do mesmo modo que o objetivo velado do relatório Moynihan era fornecer uma justificativa filosófica para a reversão da política do governo voltada a erradicar as causas do racismo na sociedade estadunidense, a estratégia de quem apoiava Reagan foi concebida para refutar a existência de formas institucionalizadas de racismo na era pós-direitos civis. Propagandistas do reaganismo afirmaram que o sofrimento da população negra nos anos 1980 resulta das nossas próprias inadequações e que devemos lidar com nossos problemas sem a ajuda de instituições como o programa de bem-estar social do AFDC.

Ainda que a Cúpula sobre a Família Negra de 1984 não tenha descartado inteiramente o impacto nocivo de fatores econômicos objetivos na comunidade negra, ela colocou maior ênfase nas estratégias do voluntarismo. John Jacob, da Liga Urbana Nacional, declarou que chegou a hora de o povo negro começar a enfrentar nossos desafios de forma independente. “Ao nos concentrarmos nas injustiças da discriminação e da pobreza”, disse ele, “nós negligenciamos o fato de que há muito que nós mesmos podemos fazer em relação aos nossos problemas”^[11]. Mesmo quando a maioria das pessoas que participaram da conferência concordou, em princípio, com a noção de que o auxílio do governo é essencial, a necessidade de não depender de ajuda externa foi a conclusão inequívoca da reunião. Este foi o parecer consensual que emergiu entre duzentos representantes presentes:

As igrejas negras^[c] poderiam criar cooperativas de crédito, estabelecer e dar apoio ao empreendedorismo de pessoas negras, usar suas editoras para publicar autores e autoras negras e ensinar educação sexual. Pessoas negras abastadas poderiam tornar disponível o capital de risco para negócios administrados por pessoas negras. Organizações poderiam registrar o eleitorado e encorajá-lo a votar nas eleições do conselho escolar até a presidência. Jovens poderiam considerar as Forças Armadas como opção de emprego e de treinamento de competências.^[12]

Em 1985, em um artigo do *New York Times* intitulado “Restoring the Traditional Black Family” [Restaurando a família negra tradicional], Eleanor Holmes Norton expôs opiniões sobre a família negra que revelam a influência da síndrome da culpabilização da vítima. Embora reconheça as pressões destrutivas da pobreza extrema e do desemprego, ela também argumenta que as causas do atual dilaceramento de nossas famílias devem ser procuradas em outro lugar. “Se as adversidades econômicas e sociais pudessem, por si mesmas, destruir a vida familiar, a família não poderia ter sobrevivido como unidade humana básica em todo o mundo”, teoriza^[13]. De acordo com Norton, hoje os verdadeiros culpados são o “*éthos* destrutivo” e a “cultura do gueto que se autoperpetua”. Além disso, ela afirma,

o remédio não é tão simples quanto suprir necessidades e oferecer oportunidades. O retorno da família à sua força histórica exigirá a derrubada da complicada e predatória subcultura do gueto, um fato que requer não apenas novas abordagens governamentais, mas a ativa liderança negra, a participação e o comprometimento da comunidade.^[14]

Infelizmente, Norton consegue atualizar e exacerbar a abordagem inaugurada por Moynihan nos anos 1960. Ela incentiva o governo a replicar programas bem-sucedidos de formação e emprego para “homens do gueto”. Ela ainda recomenda a duplicação sistemática de “programas de combate ao desemprego que tiveram êxito, como os de Baltimore e San Diego”, e sugere que as ações assistenciais públicas “se concentrem em mudar estilos de vida, bem como em transmitir habilidades e conhecimentos”. Ela enfatiza a necessidade de que as “instituições do gueto” e pessoas da classe média negra com “raízes no gueto” participem de várias medidas que não dependam de ajuda governamental, como planejamento familiar, aconselhamento, educação sexual, creches e, o que é mais importante, transmissão dos valores duradouros da comunidade negra dos Estados Unidos: “trabalho duro, educação, respeito pela família negra e, não obstante a recusa de oportunidades pessoais, conquista de uma vida melhor para suas crianças”. Embora Norton faça menção obrigatória ao fato de que “o dilaceramento da família negra é hoje, em um microcosmo ampliado, um reflexo do que aconteceu com a vida familiar estadunidense em geral”^[15], ela propõe soluções que se concentram de forma míope no que ela chama de “o gueto”. A crítica do dr. Martin Luther King ao relatório Moynihan original, em que ele chama a atenção para o risco

de que “problemas sejam atribuídos a fraquezas negras inatas e usados para justificar a negligência e racionalizar a opressão”, é igualmente relevante para as formulações expressas em 1985 por Norton^[16].

Enquanto isso, Moynihan reavaliou suas opiniões. Ele agora afirma que, justamente por causa da predominância das famílias monoparentais e de seu empobrecimento, os problemas resultantes deveriam ser atribuídos não apenas à população negra, mas à sociedade como um todo. E, embora essa descrição modificada do problema certamente represente um avanço, Moynihan ainda admite que é incapaz de sugerir algo além de soluções parciais. Ele adverte que “não conhecemos os processos de mudança social o suficiente a ponto de sermos capazes de atacá-los com confiança”^[17] e simplesmente recomenda que a isenção de imposto de renda individual e os benefícios assistenciais sejam ampliados para considerar a inflação e que o governo assuma a responsabilidade pelo cumprimento das leis contra o tráfico de drogas.

Em uma tentativa de abordar problemas específicos relacionados com a crise da família negra, organizações como o National Council of Negro Women [Conselho Nacional de Mulheres Negras] criaram programas comunitários práticos. De acordo com Dorothy Height, presidenta do conselho, o Single Mothers Advance Rapidly through Training [Mães Solteiras Avançam Rápido por meio de Formação; Smart, na sigla original]

é um programa elaborado para aperfeiçoar as habilidades profissionais de jovens mães por meio de formação em sala de aula e treinamento prático. O objetivo final é ajudar a estabilizar a vida da jovem mãe e auxiliá-la a enxergar a necessidade da educação, da formação e do desenvolvimento de habilidades valorizadas no mercado e na vida.

Nosso objetivo inicial deve ser evitar a primeira gravidez. O segundo objetivo deve ser assegurar que a jovem que teve um bebê não tenha outro. Então, devemos garantir que as adolescentes grávidas recebam um atendimento pré-natal adequado para que a prematuridade, o baixo peso ao nascer e as deficiências congênitas não limitem ainda mais a vida de seus bebês. Nossos esforços devem ser orientados e ajustados para atingir toda a população jovem.^[18]

Entretanto, para que tais objetivos sejam atingidos, o emprego e as oportunidades educacionais devem estar prontamente disponíveis. E o fato é que a economia dos Estados Unidos tem reduzido de forma gradativa e rápida os empregos tradicionalmente ocupados pela população negra, impelindo um número cada vez maior de pessoas de nosso povo para as margens externas da vida econômica do país. Os severos problemas de base percebidos no interior

da família negra são sintomáticos de um desafio muito mais amplo: a estrutura do sistema econômico beira o colapso. Eleanor Holmes Norton situou a “permanente desocupação geracional”, enraizada no período pós-Segunda Guerra Mundial, “no cerne do significado do gueto estadunidense”, mas propôs apenas que devemos “selecionar os aspectos bem-sucedidos” dos programas de formação e emprego existentes e duplicar esses modelos pelo país afora^[19]. A discrepância entre a magnitude da questão em análise e a trivialidade da solução proposta é, para dizer o mínimo, profundamente perturbadora.

Nossa era viu a entrada da economia capitalista mundial em uma fase de declínio. Qualquer estratégia que não reconheça essa realidade fundamental nem admita o atual nível da crise capitalista resultará em uma abordagem temporária e superficial de seus sintomas e apenas permitirá que a crise siga nesse caminho. Além disso, uma avaliação deficiente do problema levará à subestimação perigosa das posições destemidas e radicais que devem ser adotadas se vamos erradicar fenômenos capitalistas como o desemprego e a falta de moradia. A siderurgia e outras indústrias básicas tiveram um drástico declínio, deixando a população negra especialmente vulnerável ao desemprego. Fábricas inteiras foram fechadas ou transferidas para outras partes do país ou para o exterior. Entre 1979 e 1984, 11,5 milhões de vagas de emprego foram permanentemente encerradas por causa de cortes na produção. Outros aspectos da crise estrutural incluem o agravamento dos altos déficits orçamentários, a meta inflacionária sem precedentes e as crises agrária e urbana.

A crescente militarização da economia talvez seja o aspecto mais proeminente da crise estrutural do capitalismo. A remodelação do processo produtivo de acordo com os ditames do complexo industrial-militar cria os meios para a produção de incalculáveis bilhões de dólares em armas cujo potencial destrutivo não tem precedentes. Nesse processo, entretanto, os postos de trabalho são literalmente roubados da população negra – à taxa de 1.300 empregos a cada US\$ 1 bilhão adicionado ao orçamento militar^[20]. O descontrole de tal orçamento nos Estados Unidos está no coração de um “emaranhado de patologias” econômico – para tomar emprestada uma terminologia de Moynihan – que atualmente causa a devastação da comunidade negra e, em consequência, os problemas estruturais no interior da

família negra. Desde 1980, o orçamento militar literalmente dobrou, enquanto programas não militares foram cortados em quase US\$ 100 bilhões. Entre 1981 e 1985, os orçamentos militares totalizaram US\$ 1,2 trilhão, e o Pentágono propôs mais US\$ 2 trilhões para os próximos cinco anos. Para colocar esse valor em perspectiva, consideremos que US\$ 3 milhões gastos por dia pelos últimos dois mil anos equivaleriam a US\$ 2 trilhões – a quantidade que o Pentágono sugere gastar nos próximos cinco anos. Em 1986, o Pentágono gastou quase US\$ 1 bilhão por dia, o que significa US\$ 41 milhões por hora ou US\$ 700 mil por minuto^[21].

Enquanto programas de saúde estão sendo regularmente cortados para alimentar o exorbitante orçamento militar do Pentágono, menos da metade de todas as crianças negras na pré-escola está sendo imunizada contra poliomielite, difteria, tétano e varíola. A administração Reagan convenceu o Congresso a fazer cortes nos programas assistenciais de financiamento estudantil em um momento em que quase metade de toda a população negra de dezessete anos é analfabeta funcional. As pessoas que são beneficiárias de programas sociais no país, 53% das quais são negras, recebem em média, cada uma, apenas US\$ 111 por mês – e só pouco mais da metade das crianças pobres é alcançada pelas ações do AFDC. Ainda assim, Reagan criticou o programa e adotou políticas que foram responsáveis por reduzi-lo severamente desde 1980. Após Reagan chegar à Casa Branca, 6 milhões de pessoas passaram a viver em situação de pobreza. Vinte milhões sofreram com a fome e, mesmo assim, 1 milhão foi completamente excluído do acesso ao vale-alimentação. Enquanto o subsídio a moradias foi reduzido em 63%, o déficit habitacional continua a crescer a taxas alarmantes. Esses são apenas alguns exemplos das consequências de uma economia cada vez mais militarizada.

Por causa da retração e do declínio históricos da economia capitalista contemporânea, exacerbados em larga medida pela rápida militarização do processo produtivo, é óbvio que as condições de desemprego em massa e de elevação da pobreza persistirão em nossas comunidades, a menos que seja instituído um radical programa antimonopolista de empregos em contexto de paz^[d]. A Income and Jobs Action Act [Lei de Ação por Empregos e Renda], de 1985, apresentada pelos deputados Charles Hayes (Partido Democrata, Illinois) e John Conyers (Partido Democrata, Michigan), incorpora uma

estratégia para pôr fim ao desemprego que terá valor inestimável em futuros esforços para combater a desocupação, tanto no contexto de uma agenda progressista do Congresso quanto nos movimentos de massa pelo pleno emprego. Hayes e Conyers propõem um programa federal de ocupações com remuneração digna que unirá o pleno emprego e a ação afirmativa; uma jornada semanal de 35 horas sem redução de salários; renda adequada para as pessoas desempregadas entre um trabalho e outro e para quem está em busca, sem sucesso, do primeiro emprego; medidas para conter os efeitos do fechamento de fábricas; e, o mais importante, conversão dos gastos militares em gastos civis como um meio de financiar o programa.

Nossas famílias não podem ser salvas, a menos que consigamos preservar nosso direito de ganhar a vida de forma digna em condições de igualdade e a menos que possamos exercer nosso direito de tomar decisões políticas na esfera eleitoral. Portanto, é necessário um programa de empregos em contexto de paz e ação afirmativa, a nacionalização democrática da indústria de base e do complexo industrial-militar e o fim de agressões racistas contra os direitos políticos da população negra. Esse é o único quadro no qual os programas práticos voltados a problemas específicos das famílias negras terão alguma esperança de sucesso.

Analistas da atual crise na família negra podem considerar esclarecedor examinar a situação vigente em alguns países socialistas, como a União Soviética e a República Democrática Alemã, que também vivem um rápido crescimento no número de famílias monoparentais. Nesses países, não há nada remotamente semelhante à pobreza cada vez maior associada ao aumento de tais famílias nos Estados Unidos. Se nós, enquanto pessoas negras estadunidenses, desejamos garantir que o sonho de uma vida melhor seja realizado por nossas crianças, devemos reconhecer a importância de vislumbrar um futuro socialista.

[1] Versões anteriores deste artigo foram publicadas sob o título “ e Black Family and the Crisis of Capitalism” em *Black Liberation Journal*, v. 9, n. 1, 1986, e *Black Scholar*, v. 17, n. 5, set.-out. 1986.

[2] Lorraine Hansberry, *A Raisin in the Sun* (Nova York, Signet, 1966), p. 33.

[a] No original, “*Mr. Charlie*”. Os nomes “*Mr. Charlie*” e “*Mrs. Ann*” eram comumente usados pela população negra do século XIX em referência ao senhor e à senhora das famílias brancas escravocratas que demonstravam uma atitude arrogante, mesquinha e cruel. Ao longo da história, os termos mudaram de sentido. Nos anos 1970, “*Mr. Charlie*” era empregado pelas comunidades afro-americanas como uma forma genérica de designar o “homem branco no poder”. Atualmente, os termos já não são mais correntes. (N. T.)

[3] Children’s Defense Fund, *Black and White Children in America: Key Facts* (Washington, Children’s Defense Fund, 1985), p. 1-2.

[b] Kwashiorkor, ou desnutrição molhada, é uma condição causada pelo consumo excessivo de carboidratos, mas insuficiente em proteínas e vitaminas. Já o marasmo, ou desnutrição seca, é causado pela ingestão insuficiente tanto de carboidratos como de proteínas, gerando perda de massa muscular e peso corporal inferior a 60% do nível considerado ideal para a idade da criança. As duas condições podem aparecer separadas ou associadas. (N. T.)

[4] George Gilder, *Wealth and Poverty* (Nova York, Basic Books, 1981), p. 115.

[5] Ibidem, p. 123.

[6] National Urban League, *The State of Black America, 1985* (Nova York, National Urban League, 1985), p. 2.

[7] *The New York Times*, 20 nov. 1983.

[8] National Urban League, *The State of Black America*, cit., p. 4.

[9] *National Review*, 15 jun. 1984, p. 63.

[10] Children’s Defense Fund, *Black and White Children in America*, cit., p. 19.

[11] *The New York Times*, 7 maio 1984.

[c] No original, “*Black churches*”, expressão usada para designar igrejas de diversas denominações protestantes frequentadas pela população afro-americana. (N. T.)

[12] *The New York Times*, 7 maio 1984.

[13] *The New York Times*, 2 jun. 1985.

[14] Idem.

[15] Idem.

[16] Martin Luther King Jr., *Where Do We Go from Here: Chaos or Community?* (Nova York, Bantam, 1968), p. 129.

[17] *The New York Times*, 7 maio 1984.

[18] *Ebony*, mar. 1985, p. 80.

[19] *The New York Times*, 2 jun. 1985.

[20] Women’s International League for Peace and Freedom, *The Women’s Budget*, Nova York, jun. 1985.

[21] Idem.

[d] No original, “*jobs with peace*”. Criado em 1978 nos Estados Unidos, o movimento Jobs with Peace, que contava com ampla participação de mulheres, tinha como objetivo combater a militarização da economia e a produção de armas nucleares a fim de que os recursos aí aplicados fossem redirecionados

para projetos de saúde, educação e preservação ambiental em comunidades de baixa renda ou de população formada majoritariamente por minorias étnicas. (N. T.)

As mulheres nos anos 1980: derrotas e vitórias^[1]

No momento em que chega ao fim a Década da Mulher (1976-1985), da Organização das Nações Unidas, torna-se cada vez mais evidente que as mulheres de todo o mundo constituem uma potência política capaz de representar uma incontestável ameaça às forças globais do atraso e da opressão. As mulheres da União Soviética e de outros países socialistas que organizaram movimentos pacifistas admiráveis estão demonstrando que podemos gerar uma formidável ofensiva conjunta contra a corrida armamentista nuclear. Na África do Sul, na Nicarágua e na Palestina, as mulheres têm sido integrantes proeminentes e entusiásticas das lutas pela libertação nacional de seus povos. Além disso, a conscientização cada vez mais profunda das mulheres dos Estados Unidos e de outros países capitalistas acentua a necessidade de mudanças socioeconômicas radicais que garantirão total igualdade para todas as mulheres.

Historicamente, quando o movimento de mulheres se desviou do caminho rumo a uma verdadeira igualdade para *todas* as mulheres, com frequência isso se deu por causa da influência danosa e deformadora de ideias racistas e contrárias à classe trabalhadora sobre a perspectiva das líderes feministas. Ao longo da trajetória da campanha pelos direitos das mulheres, houve a tendência de isolar as questões das mulheres da agenda dos povos oprimidos em razão de sua raça ou nacionalidade e da causa da classe trabalhadora como um todo. Consequentemente, o papel indispensável das mulheres afro-americanas e das mulheres da classe trabalhadora de todas as origens raciais – em especial, das

mulheres comunistas – na definição de muitas das estratégias e táticas da campanha pela igualdade feminina foi amplamente omitido dos registros históricos.

Durante os dois mandatos de Ronald Reagan, nós mulheres sofremos retrocessos cruciais em nossa busca pela igualdade. Ao mesmo tempo que retirou gradualmente as conquistas obtidas até então pelo movimento de mulheres, a administração Reagan realizou ataques orquestrados ao movimento trabalhador e aos direitos das populações afro-americana, latina, indígena, asiática e das ilhas do Pacífico. O pano de fundo dessa ofensiva foi a cada vez mais perigosa militarização da economia dos Estados Unidos, cujo epítome são os planos recentes de nuclearização do espaço sideral. Na tentativa de justificar essa escalada sem precedentes da corrida armamentista nuclear, o governo Reagan invocou repetidas vezes a noção historicamente desacreditada da “ameaça comunista”. Além disso, sua postura beligerante em relação às lutas dos povos da América Central, da África Meridional e do Oriente Médio tem sido frouxamente camuflada por um véu de propaganda antissoviética.

As forças reacionárias que moldaram as políticas retrógradas de Ronald Reagan perpetuaram níveis perigosamente altos de desemprego e de déficit habitacional, um clima social que promove a violência racista e a crescente discriminação contra as mulheres. Ao mesmo tempo, entretanto, suas ações serviram para estimular uma grande onda anti-Reagan. No interior do movimento de mulheres, em particular, desenvolveu-se uma consciência crescente da inter-relação entre sexismo, racismo e exploração da classe trabalhadora. E, mais importante, há uma expansão do entendimento de que as questões relativas às mulheres são inseparáveis da busca pela paz. Em um documento submetido à Conferência das Nações Unidas e ao Fórum das Organizações Não Governamentais no fim da Década da Mulher da ONU, a Women’s Coalition [Coalizão de Mulheres] fez a seguinte afirmação:

A condição das mulheres nos Estados Unidos não está avançando: *nossa condição está se deteriorando*. A retórica e as políticas racistas, sexistas, antitrabalhistas e da Guerra Fria são usadas para justificar a militarização e a exploração, bem como para nos dividir e enfraquecer. O racismo e o sexismo institucionalizados distorcem as relações sociais e minam nossa luta por igualdade econômica e política. Nem o desenvolvimento socioeconômico nem a igualdade das mulheres podem ser atingidos enquanto nossa sociedade for sobrecarregada com gigantescos orçamentos militares e nossas crianças, nossa família e nossa própria vida forem ameaçadas pelo holocausto nuclear.

A Coalizão de Mulheres para o encontro de Nairóbi^[a] reconhece que as unidades racial e internacional são essenciais para atender às necessidades de todas as mulheres. Como mulheres estadunidenses, nós lutamos por nossa igualdade, nosso desenvolvimento econômico e, acima de tudo, pela paz mundial.^[2]

Mais do que nunca, cabe às mulheres dos Estados Unidos estudar as lições – tanto as passadas quanto as presentes, tanto as negativas quanto as positivas – que emergem das experiências das mulheres da União Soviética. Os progressos notáveis que foram feitos rumo à igualdade social, econômica e política das mulheres soviéticas resultaram de uma reorganização social revolucionária de acordo com as necessidades e aspirações da classe trabalhadora. Assim como a discriminação de raça e de nacionalidade, o sexismo é um obstáculo para o desenvolvimento socialista e para o advento futuro do comunismo. E as mulheres soviéticas, que nunca esquecerão o sofrimento imposto ao seu povo pela guerra de Hitler, continuamente nos lembram que o combate pela paz global deve ser parte inseparável e permanente da busca das mulheres por igualdade.

[1] Prefácio à edição soviética de *Mulheres, raça e classe* (Moscou, Progress, 1987) [ed. bras.: trad. Heci Regina Candiani, *Mulheres, raça e classe*, São Paulo, Boitempo, 2016].

[a] Menção à Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em 1985 em Nairóbi, no Quênia, que marcou o encerramento da Década da Mulher. (N. T.)

[2] Women for Racial and Economic Equality, *e Effects of Racism and Militarization on Women's Equality* (Nova York, Women for Racial and Economic Equality, 1985).

Sobre questões internacionais



Quando uma mulher é uma rocha: reflexões sobre a autobiografia de Winnie Mandela^[1]

Eles sempre colocam as mãos
primeiro nas mulheres
fazem isso para ganhar a vida
fazem para provar seu ponto de vista
arrancando o coração
sempre fica um buraco
grande o suficiente para as balas
se infiltrarem

eles batem
nas mulheres gentis e bravias
primeiro
e quando eles fazem isso
eles não sabem
que estão tocando rocha.^[2]

Onde uma mulher encontra a tenacidade e a resiliência para suportar mais de duas décadas de esforços incessantes por parte de um governo abertamente racista para destruir o compromisso que ela tem com a liberdade de seu povo ou, ao impedir isso, levá-la à beira da insanidade? Depois de inúmeras detenções, prisões domiciliares e exílios, depois de vários atentados quase fatais contra sua vida e repetidos episódios de assédio, Winnie Mandela saiu aparentemente ilesa. Aos 49 anos, a esposa de Nelson Mandela – o líder do Congresso Nacional

Africano (CNA) da África do Sul, que é mantido preso^[a] – tem sido obviamente fortalecida por suas provações. Ainda assim, ela mantém uma suavidade que faz com que seja estimada pela maioria das pessoas que têm a sorte de conhecê-la. Em 1985, no noticiário *Nightline*, apresentado por Ted Koppel, milhões de telespectadores tiveram um rápido vislumbre da beleza espiritual e da eloquência política dessa mulher. Agora, graças a Anne Benjamin, que editou o livro *Part of My Soul Went with Him*^[b], composto de entrevistas, cartas e depoimentos de e sobre Winnie Mandela, é possível ter um contato mais íntimo com ela – com a pessoa, a líder e o notável símbolo da incisiva contestação contemporânea ao *apartheid* na África do Sul.

Sou apenas sete anos mais nova do que Winnie Mandela. Sinto que a conheço há muito tempo. Na adolescência, quase chegando à idade adulta, em Birmingham, Alabama, que era conhecida em alguns círculos como “a Joanesburgo do Sul”, eu fiquei surpresa ao descobrir que em outro lugar do mundo a população negra era submetida às mesmas injustiças da segregação que nós vivíamos no sul dos Estados Unidos. Quando eu soube da existência do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela já estava na prisão. Em 1977, logo depois que Winnie Mandela foi exilada em Brandfort por causa de seu papel de liderança durante o levante de Soweto^[c], ouvi uma conversa telefônica gravada com ela. Desde então, fiquei encantada por aquela voz, seu tom de calma determinação, suas expressões de confiança em uma iminente vitória da democracia na África do Sul. Com frequência, eu me via imaginando os cenários de sua vida cotidiana. Quando soube que *Parte de minha alma* havia sido publicado, comemorei.

Hoje, mais do que nunca, nutro sentimentos de admiração e humildade diante do relato dessa orgulhosa mulher a respeito de suas incessantes batalhas contra o regime do *apartheid*. Tendo passado o que pareceram ser intermináveis dezessete meses na cadeia à espera de julgamento por acusações de motivação política, fiquei totalmente devastada pelo testemunho de Winnie Mandela sobre suas experiências na prisão, que, se comparadas, esmaecem as lembranças de meu próprio encarceramento.

Naqueles dias, tudo o que eu tinha em minha cela era um balde sanitário, uma garrafa plástica que comportava apenas três copos de água e uma caneca [...].

[...] Como cama, havia apenas uma esteira e três cobertas imundas e fétidas. Eu enrolei uma delas para fazer de travesseiro e dormi nas outras duas.

Os dias e as noites se tornaram tão longos que eu me vi falando sozinha. O silêncio era mortal – só isso já é uma tortura. Você não sabe o que fazer consigo mesma; você se senta, levanta, anda de um lado para o outro [...]. Você se deita de bruços, de costas, de lado; seu corpo fica dolorido porque você não está acostumada a dormir no cimento. (p. 99)

E eu havia reclamado há quinze anos que, para escrever na mesa minúscula de minha cela em Nova York, era preciso sentar em um vaso sanitário malcheiroso. Mas eu tinha uma mesa, além de um vaso sanitário! E tinha livros, um bloco de papel ofício e um lápis (mesmo me queixando, porque canetas eram proibidas nas celas). Cada vez que eu sentia ratos e baratas rastejando pelo meu corpo, eu tremia de nojo, enquanto Winnie Mandela ficou cheia de alegria no dia em que encontrou duas formigas em sua cela vazia. Para ela, essas duas criaturas vivas quebraram a atormentadora monotonia de dezessete meses de confinamento solitário. Durante meu próprio encarceramento, fui agredida fisicamente apenas uma vez. Winnie Mandela foi espancada tantas vezes que ela parou de contar. Em uma dessas ocasiões, foi interrogada de forma contínua por cinco dias e cinco noites.

De acordo com a tradição africana, o nome de uma pessoa deve capturar a essência de seu ser. Na língua xhosa^[d], o nome africano de Winnie Mandela, Nomzamo, significa “julgamento” – “aquelas pessoas que, ao longo da vida, passarão por muitos julgamentos” (p. 50). Entre 1962 e 1985, ela viveu apenas dez meses de “liberdade”. O restante do tempo passou na prisão, enfrentando acusações em tribunais, em prisão domiciliar ou no exílio. Além disso, “sua casa foi invadida, um coquetel molotov foi arremessado através de uma janela, seu cão de guarda foi envenenado e, uma noite, três homens arrombaram a casa e tentaram estrangulá-la” (p. 98).

Qual é a fonte da implacável coragem dessa mulher? Talvez as reflexões que ela fez a respeito de sua infância ofereçam uma pista.

Quando eu era criança, pensava que nós possuíamos tudo. A liberdade que você tem quando criança, aquelas planícies ondulantes [de Transkei], a beleza do verde – como corríamos de um extremo ao outro do rio, percorrendo as lindas verdes colinas ondeadas. Eu pensava que aquele era meu país [...] então [...] quando você cresce [...] um homem branco diz a você que seu próprio país não lhe pertence e que você precisa de um pedaço de papel para ficar ali [...]. (p. 127)

Ao se casar com Nelson Mandela, em 1958, ela estava ciente de que havia “se casado com a luta, a libertação de meu povo” (p. 65). Até 1964, quando seu

marido foi condenado à prisão perpétua após o julgamento dos líderes do CNA em Rivonia^[e] sob a Suppression of Communism Act [Lei de Supressão do Comunismo], ela o encontrou apenas esporadicamente, sempre de forma clandestina. As duas crianças que tiveram, Zindzi e Zeni, aprenderam quem era seu pai durante raras visitas à prisão, sempre monitoradas com rigor. Em maio de 1984, Winnie pôde tocar o marido pela primeira vez depois de vinte anos. Aparentemente, com seu inabalável comprometimento político ela construiu um poço ilimitado de força emocional.

Há na África do Sul 4,3 milhões de pessoas brancas, 18,6 milhões de pessoas negras e 3,1 milhões de pessoas de origem mista ou asiática. Pessoas negras não podem votar; a maioria delas foi privada da cidadania em seu próprio país e transferida para áreas remotas e improdutivas designadas pelo governo do *apartheid* como sua “terra natal”. Para trabalhar nas “zonas brancas” (87% de todo o país), elas devem portar “salvo-condutos”. Grandes corporações transnacionais e bancos dos Estados Unidos, como IBM, General Motors e Bank of America, investiram massivamente na economia sul-africana e têm servido como instrumento para a administração do *apartheid*. Entretanto, como resultado direto das campanhas de ativistas pelo desinvestimento, dezenas de corporações se viram forçadas a deixar a África do Sul, e cidades, estados, fundos de pensão e outras instituições criaram portfólios de investimento dos quais empresas com interesses na África do Sul foram vetadas.

Em sua história de séculos de luta, a população sul-africana negra e a população branca que a apoia estão apresentando a sua mais intensa e organizada contestação ao governo da minoria branca. Ao mesmo tempo, a opinião pública norte-americana está se voltando rapidamente contra as políticas do regime de Botha – e, em consequência, contra a estratégia de “compromisso construtivo” da administração Reagan com a África do Sul.

Parte de minha alma deveria ser lido por todas as pessoas que se preocupam com a situação da África do Sul – desde as que foram abruptamente despertadas de sua letargia pela imagem televisionada de policiais sul-africanos testando armas em crianças negras até aquelas experientes no ativismo político que estão imersas na militância contra o *apartheid*. Embora a estrutura do livro deixe a desejar em alguns momentos, seu valor inestimável reside no fato de

que é dada a Winnie Mandela a possibilidade de defender sua própria causa e de emergir como uma eloquente e cativante porta-voz de seu povo.

As pessoas que se sentem incomodadas pelo envolvimento do Congresso Nacional Africano na resistência armada deveriam ler a análise persuasiva que ela faz sobre os limites da não violência em circunstâncias sob as quais policiais empunhando metralhadoras matam de maneira indiscriminada estudantes secundaristas que se manifestam pacificamente. As pessoas que têm a impressão de que a população negra da África do Sul enxerga sua luta como uma guerra étnica – e está determinada a exorcizar seu país de toda a população branca – deveriam ler as homenagens de Winnie Mandela a homens e mulheres, tanto brancos como negros, que há muitas décadas têm mantido acesa a chama da luta. E também deveriam refletir seriamente sobre a visão que ela apresenta de uma África do Sul livre, com base na extensão do direito de voto da população negra e em uma democracia multirracial.

Quando Nelson Mandela for libertado da prisão sem a imposição de condições – ele rejeitou repetidamente a liberdade que o governo lhe ofereceu sob a exigência de que renunciasse ao Congresso Nacional Africano e às suas forças táticas de resistência – e quando o povo negro finalmente obtiver a concessão do direito de voto, ele sem dúvida será a escolha incontestável da maioria do eleitorado para o cargo de primeiro-ministro. Nesse momento, Nomzamo Winnie Mandela também assumirá seu posto na direção de uma África do Sul livre.

[1] Publicado originalmente na revista *Vogue*, dez. 1985.

[2] Nicky Finney, “South Africa: When a Woman Is a Rock”, *Catalyst*, v. 1, 1986. [“ *ey always put their hands / on the women first / they do this for a living / they do it to make a point / cutting away the heart / always leaves a hole / big enough for bullets / to crawl through / they strike / the gentle angry women / first / and when they do / they do not know / they are touching rock.*” – N. E.]

[a] Nelson Mandela seria libertado apenas em 11 de fevereiro de 1990, tendo permanecido, no total, 27 anos preso. (N. E.)

[b] *Part of my Soul Went with Him* (Nova York/Londres, Norton, 1985) [ed. bras.: *Parte de minha alma*, São Paulo, Círculo do Livro, 1984]. (N. E.)

[c] Manifestação ocorrida em 16 de junho de 1976 no subúrbio negro de Soweto, em Joanesburgo, que resultou em centenas de mortes causadas pela forte repressão policial. Na ocasião, milhares de estudantes

se reuniram para protestar contra a decisão do governo de tornar obrigatório o ensino em africâner nas escolas secundaristas. Em um contexto segregacionista e de crise na educação, no mercado de trabalho e na economia, a medida afetava diretamente o futuro da juventude negra. Por seu envolvimento no levante, Winnie Mandela foi condenada ao exílio na cidade de Brandfort, na África do Sul. (N. T.)

[d] Xhosa, ou IsiXhosa, é uma língua bantu reconhecida entre os onze idiomas oficiais da África do Sul. É falada por quase 18% da população do país, bem como em algumas outras nações africanas. (N. T.)

[e] O julgamento aconteceu entre 1962 e 1963 no subúrbio de Rivonia, em Joanesburgo. Foi também ali que seis dos dez líderes do CNA se esconderam até serem detidos. Nelson Mandela já estava preso pelas acusações de incitação e saída ilegal do país e foi incluído entre os réus. Respondendo pelos crimes de sabotagem e atos de guerrilha, o grupo foi condenado à prisão perpétua. (N. T.)

Crianças primeiro: a campanha por uma África do Sul livre⁽¹⁾

É uma imensa honra, para mim, compartilhar este palco com notáveis líderes da luta contra o *apartheid*, como o arcebispo Trevor Huddleston e o corajoso presidente do Congresso Nacional Africano, Oliver Tambo. Minha profunda gratidão à organização desta grande conferência, que nos possibilitou ouvir, neste país livre que é o Zimbábue, as vozes das crianças da África do Sul. Pois são as crianças que representam o futuro e que encarnam o espírito da democracia e da liberdade de sua terra.

A participação nesta conferência me deu motivos para refletir sobre minha própria experiência enquanto uma criança cresceu na cidade segregacionista de Birmingham, Alabama, no Sul estadunidense. Foi lá que ouvi pela primeira vez sobre o *apartheid*, pois Birmingham era conhecida em alguns círculos progressistas como “a Joanesburgo do Sul”. Naquela cidade, no início dos anos 1960, quatro jovens negras que eram minhas amigas próximas foram assassinadas pela Ku Klux Klan quando rezavam em uma igreja que foi atacada em uma manhã de domingo. Algumas pessoas talvez hesitem em acreditar que um governo é capaz de atacar, com brutalidade sistemática, as crianças de um povo oprimido. Entretanto, sei por experiência pessoal que, quando o racismo está no poder, as crianças sofrem tanto quanto e, às vezes, muito mais do que aquelas pessoas entre nós que sentem ser suas vítimas mais profundamente atingidas.

Mesmo quando sofrem, as crianças da África do Sul mantêm seu indomável espírito de resistência. Isso se confirmou diversas vezes em seus testemunhos nesta conferência. Em uma das sessões, um conferencista falou sobre isso da seguinte forma: “As crianças da África do Sul se recusam a se adaptar ao *apartheid*”. Quando as crianças se recusam a se adaptar ao *apartheid*, sabemos que a vitória está logo além do horizonte. A África do Sul será livre! A Namíbia será livre!

À medida que esta conferência se desenrolava, conhecemos experiências vividas por crianças que são inimaginavelmente mais terríveis do que qualquer coisa que a maioria dos adultos possa vir a enfrentar em toda a vida. Jovens de dezesseis anos vivenciam a prisão e a tortura com choque elétrico. Ainda assim, o menino que descreveu esse suplício em detalhes vívidos concluiu seu depoimento expressando o desejo de voltar ao seu país a fim de retomar sua participação na luta pela libertação de seu povo. Existe uma evidência incontestável de que há entre as crianças um espírito que se recusa a ser subjugado.

É verdade que em todas as culturas a juventude é livre de inibições. Na África do Sul, as crianças apresentam esse desembaraço até mesmo em relação à guerra. Sua ausência de inibições, entretanto, não equivale à ingenuidade usual que é a base do destemor da maioria das crianças. Porque a ingenuidade é produto de uma ignorância inocente a respeito das consequências das próprias ações. E essas crianças, embora possam ser inocentes, conhecem muito bem os efeitos de seus atos. Elas viram amigos, amigas e familiares serem abatidos a tiros diante de seus próprios olhos. Elas viram colegas de classe sofrerem ataques dos ferozes cães da polícia. Na verdade, as crianças negras da África do Sul estão plenamente conscientes do fato de que há um constante risco de morte pairando sobre elas. E, ainda assim, continuam resistindo. E continuam dançando, cantando, mantendo viva a sua audaciosa crença na liberdade iminente, mesmo que a polícia tenha invadido esses encontros e atirado pelas costas em jovens que fugiam. À medida que a ofensiva do governo e de seus capangas se torna mais violenta, a determinação das crianças também se fortalece.

Sua resistência é inspiradora. Mas não nos esqueçamos de que são crianças. Não nos esqueçamos de que são o futuro. É preciso lembrar a todo momento

que em breve o *apartheid* não será mais do que algo do passado. E é preciso lembrar, acima de tudo, que é nosso dever e nossa responsabilidade ajudar aquelas pessoas engajadas na mobilização para abolir o arcaico sistema do *apartheid* e salvar as futuras lideranças da África do Sul. Pois elas, apesar de tudo, ainda são crianças.

A opinião pública internacional deve declarar ao regime criminoso de Botha, em voz conjunta e ressoante: “Acabe com a guerra contra as crianças!”.

Nós que viemos dos Estados Unidos representamos os muitos milhares de ativistas de nosso povo que lutam contra o *apartheid*. Nós e nossos camaradas que lá ficaram consideramos ultrajante que, enquanto toda a comunidade internacional denunciava o *apartheid* como uma violação criminosa e sanguinária dos direitos humanos, a administração Reagan continuasse a apoiar de modo audacioso o regime de Botha com sua política de compromisso construtivo. Na realidade, o relacionamento foi muito além da fase do “compromisso”. Botha e Reagan se uniram em um profano e destrutivo matrimônio.

Em uma tentativa de justificar sua postura, Reagan e os monopólios corporativos cujos interesses ele representa evocam o espectro do comunismo. Na verdade, toda a política externa da administração Reagan tem sido saturada por todos os lados de anticomunismo e antissovietismo.

Fazemos as seguintes perguntas a Ronald Reagan: o comunismo é responsável pelas atrocidades na África do Sul? Quem, na verdade, é o real inimigo da busca do povo por liberdade mundo afora? Quem, na verdade, é responsável pela ameaça nuclear que paira sobre todo o futuro da humanidade?

Propagandistas do reaganismo continuam a difundir um retrato distorcido da luta sul-africana. Fingem que na África do Sul a disputa é sobre a questão da segregação racial – que se trata de um movimento de reforma dos direitos civis, nada mais. Tentam, assim, dissimular o fato de que o que está acontecendo na África do Sul é uma luta por democracia. *Toda* a população sul-africana quer participar do processo que determinará o destino de seu país. É um combate pela libertação nacional, pelo poder econômico e político. É um combate revolucionário pela democracia.

Nós que viemos dos Estados Unidos reafirmamos diante de vocês que Reagan não representa nosso povo mais do que Botha representa o povo da

África do Sul. Em meu país, mais de 5 mil pessoas foram presas ao longo dos últimos anos por protestar contra o *apartheid*. Vinte estados e 65 cidades retiraram seus investimentos de mais de US\$ 7 bilhões. Como resultado direto de nosso ativismo, o investimento estadunidense na África do Sul foi reduzido pela metade. Mesmo assim, sabemos que existem corporações que aparentemente se retiraram da África do Sul, mas continuam a financiar o *apartheid* por meio de outros canais que abastecem o governo com mercadorias, serviços e tecnologia.

Portanto, dizemos que todas as relações econômicas com a África do Sul devem ser interrompidas! Queremos sanções obrigatórias abrangentes! Também reivindicamos a libertação de Nelson Mandela e de todas as pessoas presas por razões políticas – homens, mulheres e crianças! Dizemos que parem com as execuções de nossas irmãs, de nossos irmãos e de suas crianças!

E prometemos a vocês, irmãs e irmãos sul-africanos que vieram tanto da própria África do Sul como do exterior, que vamos trabalhar imediatamente pela construção de uma ampla e combativa campanha para salvar a juventude de mais repressão, brutalidade, tortura e morte.

Parem a guerra contra as crianças da África do Sul!

Amandla Ngawethu! (*Power to the people!* [Poder ao povo!])

[1] Discurso apresentado na International Conference on Children, Repression and the Law in Apartheid South Africa [Conferência Internacional sobre Crianças, Repressão e Lei na África do Sul sob o *apartheid*], em Harare, Zimbábue, em 27 de setembro de 1987.

Concluindo a agenda: reflexões sobre o Fórum de 1985, em Nairóbi, Quênia

Embora eu valorize muito minhas oportunidades de viajar ao exterior, sempre aguardo ansiosa a volta para casa. A sensação de dever cumprido associada à viagem de retorno naturalmente complementa a excitação de ter estado em outro país e vivenciado sua cultura. Ainda assim, quando estava na fila do aeroporto de Nairóbi, no verão de 1985, preparando-me para embarcar no avião de volta, instintivamente hesitei em reconhecer que minha peregrinação africana havia chegado ao fim. Por que, eu me perguntava, eu estava tão relutante em deixar aquela cidade que sediou a assembleia internacional que marcou o ponto culminante da Década da Mulher da Organização das Nações Unidas? No momento em que coloquei meus pertences no compartimento de bagagem e me acomodei da forma mais confortável possível em meu assento no avião, percebi que minha resistência em deixar essa cidade africana emanava de minha decepção pelo fato de a Década da Mulher da ONU estar chegando ao fim.

De 10 a 19 de julho, milhares de mulheres que representavam as inúmeras nações, culturas e grupos étnicos do mundo celebraram o auge de dez anos de intenso ativismo internacional em nome dos direitos das mulheres. Mas, para a maioria da massa de mulheres do planeta, a era internacional de contestação consciente da milenar opressão da supremacia masculina estava apenas começando. E, na realidade, minhas próprias experiências ao longo daquelas duas semanas confirmaram o fato de que finalmente havíamos criado um

alicerce firme – mas apenas um alicerce – para um movimento internacional de mulheres mais influente e maduro politicamente. Embora o Fórum de 1985, bem como a Conferência Oficial de Conclusão da Década da Mulher da ONU, tenha surgido de uma tradição forjada ao longo de décadas de encontros internacionais progressistas de mulheres, essa foi a primeira assembleia a ser realizada em um momento em que a opinião pública mundial está enfim reconhecendo a legitimidade da busca das mulheres por igualdade.

O movimento global pela emancipação das mulheres está finalmente se tornando consciente dos laços entre nossas lutas como mulheres e a oposição mundial à exploração capitalista, à opressão racista e à militarização nuclear que ameaça o futuro da humanidade. Para aquelas que participaram da convocatória na Cidade do México, em 1975, e do encontro de meia década em Copenhague, em 1980, a composição do encontro de Nairóbi teve características diferentes. Essa foi a primeira vez na história das conferências internacionais de mulheres que a maioria das participantes era de mulheres de minorias étnicas. Para aquelas entre nós que nos acostumamos a ser designadas como “minorias”, porque vivemos na Europa e nos Estados Unidos, onde nossas etnias não são dominantes, a experiência de Nairóbi reafirmou uma realidade histórica básica: se, de fato, acontece de sermos minorias em alguns continentes do mundo, globalmente nós constituímos a maioria da população humana.

Como mulher afro-americana, senti-me particularmente orgulhosa de que o número de mulheres negras dos Estados Unidos presentes no Fórum das Organizações Não Governamentais (ONGs) de Nairóbi era maior do que em todos os encontros internacionais anteriores. Embora mulheres importantes como Mary Church Terrell, na primeira metade do século, e Vinie Burrows, mais recentemente, tenham sido vozes de grande força pelas mulheres afro-americanas em assembleias globais de mulheres, desta vez mais de mil mulheres negras estadunidenses participaram das deliberações em Nairóbi. Nós comandamos oficinas sobre os laços entre racismo e sexismo, compartilhamos nossa herança cultural por meio de música, dança e poesia de resistência, demonstramos solidariedade às nossas irmãs sul-africanas, nicaraguenses e palestinas e nos unimos em diálogos com nossas irmãs dos países socialistas, concordando com a sua urgente mensagem de que nós precisamos lutar pela

paz mundial. De modo espontâneo, todos os dias nos juntamos, em um grande gramado, às nossas irmãs da África, Ásia, América do Sul, Europa, Austrália e Oriente Médio em ritmos de dança e em cantos de combate e celebração. Como mulher afro-americana, compreendi que as mais de mil de nós presentes em Nairóbi estávamos abrindo novos caminhos para nossas irmãs e irmãos que ficaram em casa. Estávamos explorando as condições sócio-históricas globais de nossa própria opressão e construindo pontes inéditas para nos ligar às mulheres corajosas, às trabalhadoras combativas, às pessoas que lutam e às nações progressistas do mundo que amam a paz.

Participei do Fórum de ONGs em Nairóbi como ativista da organização multirracial Women for Racial and Economic Equality [Mulheres pela Igualdade Racial e Econômica; WREE, na sigla original]. Na região metropolitana de Nova York, a WREE iniciou a formação da Women's Coalition for Nairobi [Coalizão de Mulheres para Nairóbi], abarcando a Women's International League for Peace and Freedom [Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade], a Coalition of Labor Union Women [Coalizão de Mulheres Sindicalistas] e diversos outros grupos de mulheres. Em virtude da afiliação da WREE à Women's International Democratic Federation [Federação Democrática Internacional de Mulheres; WIDE, na sigla original], uma organização não governamental da ONU, tivemos a oportunidade de apresentar na conferência oficial da ONU um extenso documento intitulado *e Effects of Racism and Militarization on Women* [Os efeitos do racismo e da militarização sobre as mulheres]. Nossas irmãs distribuíram milhares de cópias do relatório às mulheres presentes, e as líderes da WREE realizaram uma oficina com o propósito de explicar seu conteúdo. Durante os primeiros dias do fórum, decidimos formular uma petição que refletisse a essência do documento e que circulasse entre as mulheres estadunidenses presentes. Depois, as assinaturas seriam apresentadas à delegação oficial do governo dos Estados Unidos para a conferência da ONU.

Tal delegação era comandada por Maureen, filha de Ronald Reagan, que estava longe de se destacar como uma genuína defensora da igualdade das mulheres. Ela pode ter apoiado as reivindicações das mulheres brancas politicamente conservadoras e economicamente estáveis, mas nunca representou as mulheres da classe trabalhadora, muito menos as mulheres

negras, latinas, indígenas, asiáticas e das ilhas do Pacífico. Como porta-voz de seu pai – ele mesmo um fantoche daqueles setores dos monopólios capitalistas mais sexistas, racistas, contrários à classe trabalhadora e, sem dúvida, militaristas –, Maureen Reagan deliberadamente distorceu a condição e as lutas das massas de mulheres de nosso país. Ela adotou a postura de que, assim como o sionismo e o *apartheid*, o racismo – e certamente a suspensão da corrida armamentista nuclear – não é uma questão “autêntica” das mulheres.

Quando Maureen Reagan apresentou seu discurso de abertura na conferência oficial da ONU, ela declarou que as mulheres dos Estados Unidos estão adiantadas em seu percurso rumo à emancipação. De fato, ela disse que “todas as barreiras à igualdade política foram há muito eliminadas”. Segundo ela, os quatro problemas principais relativos à opressão sexista das mulheres em nosso país são “as mulheres refugiadas, a integração das mulheres no processo de desenvolvimento^[a], a alfabetização e a violência doméstica”. Certamente, esses problemas têm seu espaço na pauta das mulheres, mas, se apresentados como as únicas questões realmente importantes para determinar a opressão sexista nos Estados Unidos, eles basicamente distorcem nossa situação. E quanto ao racismo? E quanto ao desemprego e às desigualdades econômicas? Além disso, e quanto à militarização?

Os quatro problemas escolhidos por Maureen Reagan foram evocados com o objetivo expresso de desviar a atenção do contexto mais amplo da desigualdade das mulheres. Durante a conferência oficial, líderes da delegação dos Estados Unidos algumas vezes tiveram dificuldade em lembrar a linha de raciocínio de Reagan. Em uma coletiva de imprensa, por exemplo, Lois Harrington, integrante da delegação de Reagan, tentou enumerar as quatro categorias da administração: “Violência doméstica, alfabetização, desenvolvimento e... Oh, Alan (dirigindo-se a Alan Keyes, o principal mediador da delegação dos Estados Unidos), você precisa me ajudar, não consigo lembrar a quarta”. Quando Keyes gritou “refugiadas”, Harrington respondeu: “Ah, óbvio, como pude esquecer? Temos tantas refugiadas”.

Nossa petição instava a delegação oficial dos Estados Unidos a apoiar dois documentos, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Declaração sobre a Participação da Mulher na Promoção da Paz e da Cooperação Internacionais. Nós ainda

exigimos a redução do orçamento militar e a utilização dos recursos liberados para o progresso geral de nosso povo e, especificamente, para a conquista da igualdade das mulheres. Uma vez que a conduta das corporações transnacionais afeta negativamente a condição econômica das mulheres, nós reivindicamos que suas atividades fossem restringidas. Além disso, a independência econômica e a participação das mulheres no movimento sindical são fatores-chave de nossa busca por igualdade. Portanto, requeremos garantias de paridade salarial para trabalhos de valor comparável àqueles realizados pelos homens, bem como o direito ao pleno emprego e a uma renda garantida. Exigimos que a opressão racial das mulheres – e dos homens – fosse eliminada e que os direitos de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros ou sem documentação fossem assegurados. Nós demos nosso apoio a todas as medidas que buscam aprimorar a qualidade de vida das mulheres, incluindo controle da brutalidade policial, moradias dignas, assistência à saúde e educação de qualidade.

Tal como a petição declarava, a violência sexual deve ser eliminada, e o direito de escolha das mulheres em matéria de sexualidade, assegurado. Devem ser criadas garantias econômicas, sociais e jurídicas aos direitos reprodutivos plenos, incluindo o aborto, a proteção contra a esterilização forçada, o acesso à contracepção, à gestação, ao atendimento básico de saúde, aos cuidados pós-parto, a creches e à licença-maternidade remunerada, bem como garantias de emprego e pensão. Nós exigimos ajuda às mulheres da África Meridional, América Central, Oriente Médio e de todo o mundo que estejam lutando pelos direitos democráticos de seus povos e pela independência de seus países. E, finalmente, nossa petição urgia todas nós a trabalhar por um mundo pacífico por meio da interrupção da intervenção e agressão estadunidenses, da eliminação de todos os mísseis nucleares, da negociação de acordos de controle bilateral de armas e, em especial, do fim da pesquisa atual do projeto Guerra nas Estrelas, elaborado para militarizar o espaço sideral.

Mais de 65% das mulheres estadunidenses que compareceram ao fórum e à conferência assinaram a petição. Nós reunimos mais de 1.300 assinaturas entre as 2 mil mulheres dos Estados Unidos presentes em Nairóbi. Entre as signatárias estavam Dorothy Height, presidenta do National Council of Negro Women [Conselho Nacional de Mulheres Negras]; Emogene Walker,

integrante do conselho executivo da Coalizão de Mulheres Sindicalistas; Vinie Burrows, representante da WIDF na Organização das Nações Unidas e vice-presidenta internacional da WREE; Erma Henderson, mulher negra que preside o Conselho Municipal de Detroit; Vivian Lowry, líder do movimento pelos direitos civis; Lydia Martinez, integrante do corpo eclesiástico da Igreja Metodista Unida; e Edith George, líder indígena norte-americana da Igreja Metodista Unida.

O Fórum de 1985 foi, de fato, uma experiência histórica para as mulheres dos Estados Unidos, pois revelou que estamos começando a compreender o enorme potencial que reside em nós. Se criarmos e consolidarmos um movimento de mulheres unido, multirracial e antimonopolista, em breve mereceremos a justa solidariedade de nossas irmãs combatentes da Nicarágua, do Irã e da África do Sul.

[a] No original, “*women in development*”. A abordagem, desenvolvida nos anos 1970 e conhecida pela sigla WID, tinha como objetivo integrar as mulheres como participantes ativas no processo de desenvolvimento econômico da sociedade. Isso significava dar visibilidade à importância econômica das atividades exercidas pelas mulheres e gerar empregos para elas. Uma crítica feita posteriormente a essa abordagem é a de que ela não questionava os papéis tradicionais e a hierarquia de gênero no contexto da economia de mercado. (N. T.)

As mulheres do Egito: uma perspectiva pessoal^[1]

Em 1973, passei pelo Cairo a caminho de Brazavile para comemorar o décimo aniversário da Revolução Congolesa. Eu lembro como me senti frustrada naquele momento por permanecer durante algum tempo no Egito e, ainda assim, por causa de limitações de agenda, não ser capaz de entrever sequer um relance fugaz da vida daquele país. Doze anos depois, enquanto eu esperava para passar pela alfândega, pensei nas mulheres da África e, de fato, nos muitos milhares de mulheres de todo o mundo que, como suas irmãs no Egito, preparavam-se para celebrar o fim da Década da Mulher da Organização das Nações Unidas em Nairóbi. Tive a revigorante experiência de me sentir parte de um movimento global de mulheres em ampla expansão, no qual minhas irmãs do Terceiro Mundo finalmente começavam a receber o respeito que mereciam.

Quando cheguei ao Cairo, três mulheres que representavam a recém-criada Arab Women's Solidarity Association [Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes; AWSA, na sigla original], que havia concordado em me ciceronear durante minha visita, estavam esperando no aeroporto para me recepcionar. Como a TWA perdeu minha bagagem (que não recuperei até a véspera de meu retorno), rapidamente tomamos o caminho do hotel em Gizé. Enquanto atravessávamos a cidade, fui surpreendida pela visão de uma fileira interminável de pequenos mausoléus cor de areia que se espalhavam por um imenso e antigo cemitério. Minhas anfitriãs me disseram que essa enorme cidade dos mortos também era residência de pelo menos um milhão de seres

vivos. A escassez de moradia no Cairo é tão crítica que as pessoas são obrigadas a buscar refúgio em abrigos construídos para os seus familiares mortos. Imediatamente, eu me conscientizei do fato de que a questão da moradia adequada estava no topo da lista de prioridades das mulheres egípcias.

Inicialmente, quando concordei em viajar ao Egito com o propósito de documentar minhas experiências com as mulheres dali, eu ainda não sabia que as pessoas responsáveis por patrocinar o projeto esperavam que eu me concentrasse especificamente nos problemas relacionados à dimensão sexual da busca das mulheres por igualdade. Eu não estava ciente, por exemplo, de que a prática da clitoridectomia estava entre os problemas que eu seria convidada a discutir. Como eu estava bastante consciente do debate acalorado que ainda se travava nos círculos internacionais de mulheres acerca dos esforços de algumas feministas ocidentais para liderar uma cruzada contra a circuncisão feminina em países africanos e árabes, assim que fui informada sobre essa prioridade de minha visita, reconsidereei seriamente a continuidade do projeto.

Na condição de mulher afro-americana familiarizada com a dinâmica por vezes oculta do racismo, eu havia questionado anteriormente a concentração míope da literatura feminista estadunidense sobre as mulheres africanas na circuncisão feminina. Com frequência, a insinuação parece ser a de que, nos vinte e poucos países em que ocorre essa prática obsoleta e perigosa, as mulheres alcançariam magicamente um estado de igualdade assim que conseguissem se livrar dos grilhões da mutilação genital – ou melhor, assim que as feministas brancas ocidentais (cujos apelos em geral sugerem que esse é “o encargo das mulheres brancas” na atualidade) conquistassem isso para elas. Como a Association of African Women for Research and Development [Associação das Mulheres Africanas para a Pesquisa e o Desenvolvimento] observou:

Essa nova cruzada do Ocidente tem sido guiada pelos preconceitos morais e culturais da sociologia ocidental judaico-cristã: agressividade, ignorância ou mesmo desprezo, paternalismo e ativismo são os elementos que enfiaram e depois chocaram muitas pessoas de boa vontade. Ao tentar alcançar seu próprio público, as novas cruzadas caíram no sensacionalismo e se tornaram insensíveis à dignidade das mesmas mulheres que desejam “salvar”. Elas não têm nenhuma consciência a respeito do racismo latente que tal campanha evoca nos países onde o preconceito etnocêntrico está tão profundamente enraizado. E, em sua convicção de que essa é uma “causa justa”, elas se esqueceram de que tais mulheres de uma raça diferente e de uma cultura diferente também são *seres humanos* e que a solidariedade só pode existir lado a lado com a autoafirmação e o respeito mútuo.^[2]

A dinâmica aqui não é inteiramente diferente daquela que caracteriza a histórica campanha empreendida pelas feministas estadunidenses pelo direito ao controle de natalidade. É fácil compreender por que aquele movimento, por mais justas que fossem suas intenções, incitou a hostilidade das mulheres afro-americanas, pois com frequência nos retratava como selvagens e extremamente sexualizadas, gerando crianças de modo indiscriminado e em quantidade tal que o domínio da maioria branca poderia, em última instância, ser desafiado.

Ao longo dos anos em que dei aulas em diversas universidades pelos Estados Unidos, encontrei um número espantoso de mulheres que não sabiam praticamente nada sobre a situação das mulheres no Egito ou no Sudão, exceto o fato de que elas eram vítimas de mutilação genital. É realmente revelador que, embora essas estudantes universitárias não hesitem em expressar sua repulsa e seu horror à ideia da circuncisão feminina, elas raramente pareçam perturbadas com as alterações cirúrgicas que algumas mulheres em seu próprio país são capazes de fazer para alterar seu corpo com o propósito de se ajustarem aos padrões de beleza da supremacia masculina. Além disso, é raro que elas reconheçam que precisam explorar o quadro mais amplo da opressão das mulheres naqueles países antes de ter a ousadia de fazer observações autoritárias a respeito do que deveria ser feito para erradicar essa prática misógina. Antes de embarcar para o Egito, eu percebi que não poderia, em sã consciência, escrever sobre mutilação genital e outros exemplos da opressão sexual no país sem reconhecer a manipulação desses problemas por aquelas pessoas que não levam em consideração a importância do contexto econômico e político mais abrangente da supremacia masculina.

Tendo em vista a natureza da minha viagem ao Egito, fiquei enormemente desapontada ao saber que Nawal El Saadawi, a feminista internacionalmente famosa que preside a AWSA, estaria no exterior no período da minha estada em seu país. Ironicamente, ela estava escalada para realizar uma série de palestras nos Estados Unidos durante a única época que eu tinha livre em relação às minhas responsabilidades de professora para viajar ao Cairo. Como ela planejava ficar nos Estados Unidos por um tempo prolongado, eu combinei de me encontrar com ela no meu retorno. Eu havia sido apresentada a ela no ano anterior, quando ela palestrou na região metropolitana de São Francisco e,

como fiquei completamente impressionada com sua personalidade e seus textos brilhantes, estava ansiosa por reencontrá-la em Nova York.

O itinerário organizado pela AWSA foi idealizado na esperança de permitir que eu fizesse contato com a maior diversidade possível de mulheres. Em meu cronograma havia grandes encontros relativamente formais, pequenos debates e entrevistas individuais. Líderes políticas, cientistas sociais, escritoras, artistas, sindicalistas, estudantes e camponesas estavam no grande rol de mulheres com quem eu me encontraria. Quando me reuni com minha acompanhante de viagem para discutir o itinerário, depois de dezessete horas de voo e uma tentativa frustrada de cochilo durante a tarde, minha mente estava um tanto nebulosa e, por um momento, comecei a duvidar de que seria possível absorver a grande quantidade de informações que eu receberia nos dias seguintes. Sugeri a Debra que levantássemos cedo na manhã seguinte para fazer uma caminhada às margens do Nilo antes do desjejum. Eu tinha a expectativa de que um pouco de ar fresco, exercício físico e o espírito do antigo rio desanuviariam minha mente antes que mergulhássemos nas entrevistas e encontros do dia.

Mas o passeio ao longo do Nilo me trouxe muito mais coisas em que pensar do que eu havia esperado. Enquanto comentávamos o contraste entre as mulheres que traziam a cabeça descoberta e aquelas que trajavam véus de diversos tipos, nós nos vimos diante de uma tenda empoeirada, improvisada, que fora erguida às margens do rio em uma das áreas mais movimentadas da cidade. De repente, do interior escuro da tenda emergiram dois homens que obviamente haviam acabado de acordar de seu sono noturno. Minha mente trouxe de volta a lembrança das pessoas que estabeleceram sua casa no cemitério. Esse era o legado da política econômica de portas abertas de Sadat^[a]: as corporações transnacionais que correram para o Egito com avidez a pretexto de promover o desenvolvimento econômico haviam criado mais desemprego, mais pobreza e um número maior de sem-teto. Em um dos muitos encontros que aconteceram nos dias seguintes, foi feito o seguinte comentário a respeito dos efeitos da pobreza nas relações sexuais:

Pegue uma família aqui do Cairo com cinco ou seis crianças. Todas as pessoas vivem em um mesmo quarto. Se houver dois sofás e uma cama no quarto, com uma criança em cada sofá, a mãe e o pai dormirão na cama, e três crianças dormirão embaixo dela. Tente imaginar que tipo de relacionamento sexual o casal tem sob tamanha pressão. Mesmo existindo problemas sexuais, estes têm importância secundária.

Depois do café da manhã, atravessamos a rua El Tahir, onde nosso hotel se localizava, e percorremos uma curta distância até o apartamento de Shahira Mehrez, integrante do grupo que nos recepcionara no aeroporto. A secretária-geral da AWSA, Mona Aboussena, esperava para ir conosco ao National Center for Sociological and Criminological Studies [Centro Nacional de Estudos Sociológicos e Criminológicos], onde entramos imediatamente em um debate com mulheres que já nos aguardavam. Como eu imaginava, houve uma reação instantânea e incisiva ao projeto do qual eu fora incumbida. A mais franca do grupo, dra. Shahida Elbaz, apressou-se em observar que a campanha contra a circuncisão em andamento no Ocidente havia criado a impressão completamente falsa de que a mutilação genital é o principal aspecto da opressão das mulheres muçulmanas. “As mulheres do Ocidente precisam saber”, ela afirmou,

que nós temos uma posição a respeito da preocupação delas com nossas questões e nossos problemas. Nós rejeitamos sua atitude condescendente. Isso está associado a mecanismos inerentes ao colonialismo e ao sentimento delas de superioridade. Talvez algumas delas não façam isso conscientemente, mas está lá. Elas decidem quais problemas nós temos, como devemos enfrentá-los, sem que sequer disponham das ferramentas para conhecer nossas questões.

A dra. Elbaz continuou, descrevendo um debate público do qual ela participara na Inglaterra. Na ocasião, ela contestara várias mulheres que argumentavam que a erradicação da mutilação corporal feminina era a questão central na busca pela libertação das mulheres em países como Egito, Sudão e Somália.

Eu disse a elas: “No entanto, por toda minha vida, morei no Cairo. Não posso supor que eu tenha o direito de falar sobre as mulheres da zona rural sem realizar uma pesquisa de campo. Então, como vocês podem decidir por nós de tão longe? Vocês não sabem nada sobre nossa cultura, nossas origens, nosso nível de desenvolvimento”.

Após ter declarado com firmeza suas diferenças com as mais conhecidas proponentes da campanha ocidental contra a circuncisão, ela compartilhou conosco de modo generoso algumas informações fascinantes sobre a evolução histórica recente das atitudes em relação ao sexo no Egito. Valendo-se com frequência de relatos sobre suas próprias experiências, ela sempre situava suas observações de forma minuciosa em seus respectivos contextos econômicos e políticos. Seus comentários tinham um tema recorrente: durante os anos 1960, antes do governo de Sadat – e especialmente antes dos Acordos de Camp

David^[b] e da política de portas abertas –, as mulheres eram muito mais livres da tutela masculina do que hoje. Como resultado direto dos novos laços do Egito com os Estados Unidos e com Israel, as mulheres sofreram um recrudescimento na opressão econômica, política e mesmo sexual. Fiquei impressionada com a franqueza dessa mulher e percebi que me sentia muito mais à vontade do que havia antecipado.

Talvez eu tenha começado a me sentir um pouco confortável demais. Afinal, eu entrara em um espectro cultural com o qual havia me familiarizado previamente sozinha, por meio de excursões mentais. Em todo caso, os eventos que se sucederam naquela noite durante o jantar na casa de Shahira Mehrez me pegaram de surpresa. Quando Debra e eu chegamos, um grande número de mulheres já estava lá. No começo, tentei conversar individualmente com várias delas sobre seu respectivo trabalho – e praticamente todas estavam envolvidas de alguma forma na melhoria da condição das mulheres. Passando de uma cadeira para outra em torno de uma mesa redonda de bronze tradicional, falei primeiro com uma professora universitária de sociologia, depois com uma jornalista e, em seguida, com a famosa artista e pacifista Inji Efflatoun, que me presenteou com um catálogo que trazia um retrato meu pintado por ela durante o período que passei na prisão.

Depois da chegada de outras convidadas, Mona Aboussena sugeriu que eu discursasse formalmente para as 35 ou mais mulheres presentes no jantar. Iniciando minhas observações com comentários sobre a importância do Fórum de Conclusão da Década da Mulher em Nairóbi, continuei esclarecendo que fui convidada a fazer essa viagem – assim como outras mulheres de todo o mundo que estavam visitando diversos países – para escrever um artigo com base em minhas experiências, por mais breves que fossem, com as mulheres do Egito. Quando mencionei que o tópico específico era “Mulheres e sexo”, e antes que eu tivesse tempo de explicar a abordagem que planejava adotar, irrompeu um pandemônio. A evidente hostilidade que surgiu de cada canto da sala fez com que eu me arrependesse por não ter formulado minhas ideias de maneira a evitar a indignação espontânea que aparentemente foi suscitada pela simples menção da palavra *sexo*.

De início, eu devo ter reprimido minhas próprias respostas emocionais, porque quando enfim fui capaz de tomar a palavra na discussão reagi de modo

bastante defensivo. Entretanto, logo ficou óbvio que a simples ideia de que o sexo seria o foco de um artigo sobre as mulheres egípcias era tão condenável que eu não podia deter a maré de raiva simplesmente elucidando minha posição sobre o tema. Eu me esforcei para convencer a mim mesma de me abster da tentativa de defender minha opinião. Afinal, eu não estava no Egito para aprender sobre o modo como as próprias mulheres egípcias interpretam o papel da sexualidade em sua vida e em suas lutas? E não estava especialmente interessada em suas várias reações ao deplorável chauvinismo característico das atitudes dos países capitalistas em relação à dimensão sexual da vida das mulheres árabes? Tentei persuadir a mim mesma de que, mesmo no interior desses ataques, que pareciam obviamente dirigidos a mim, havia uma lição significativa a ser aprendida.

“Angela Davis no Terceiro Mundo”, disse a dra. Latifa al-Zayyat, a quem eu havia sido apresentada anteriormente. Ela continuou: “Seu nome, sua personalidade são conhecidos devido à sua luta. Você pode ser usada por sua sociedade, uma sociedade rica que está tentando explorar nosso país”.

Vim esta noite para ver você, porque você é Angela Davis. Se você fosse simplesmente uma pesquisadora norte-americana, eu não teria vindo. Eu teria até boicotado este encontro, porque sei que por meio dessa pesquisa nós estamos sendo transformadas em animais, em cobaias. Eu boicotaria qualquer pessoa dos Estados Unidos que estivesse pesquisando as mulheres árabes porque sei que nós estamos sendo testadas, estamos sendo catalogadas, estamos sendo definidas em termos de sexualidade por motivos que não são de nosso interesse.

A dra. Al-Zayyat, uma líder veterana de causas progressistas altamente respeitada, explicou ter feito aquelas observações para que eu pudesse compreender melhor as reações das mulheres. Por fim, outra mulher resumiu a discussão, dizendo:

Você prestaria um grande serviço à causa das mulheres do Terceiro Mundo se dissesse às pessoas que as mulheres do Terceiro Mundo se recusam a ser tratadas como objetos sexuais ou como experimentos sexuais. Nós queremos ser livres, nós queremos ser emancipadas, nós queremos ser iguais – mas de um ponto de vista econômico, não de um ponto de vista sexual.

Não penso que ela tivesse o propósito de menosprezar por completo a importância da igualdade sexual. Ao contrário, parecia sugerir que uma contestação isolada da desigualdade sexual não resolveria os problemas associados ao estado de dependência econômica das mulheres ou à sua exclusão

do processo político, sem mencionar a exploração e a pobreza sofridas por homens e mulheres.

Ao refletir sobre a conversa daquela noite, comecei a imaginar se seria possível em tão pouco tempo ir além dos debates centrados na postura duvidosa de pesquisadoras e pesquisadores dos países capitalistas a respeito das questões da sexualidade. Dois dias depois, em um encontro realizado na sede da Associação Hoda Shaarawi^[c], que levava o nome da fundadora do movimento de mulheres egípcio, surgiram reações de intensidade semelhante. Durante esse evento, a dra. Shahida Elbaz, que eu havia entrevistado anteriormente, argumentou que eu não deveria ter concordado em escrever – mesmo que de modo crítico – sobre o tema da sexualidade.

Estou indignada com a atribuição desses temas. Ainda que você tenha se defendido muito bem, isso me traz à mente outra questão: o papel da mulher revolucionária no Ocidente. Porque a partir dessa atribuição fica bastante óbvio que ela reflete a divisão internacional do trabalho imposta ao Terceiro Mundo pelos países capitalistas ocidentais. Fazer com que o tema sobre a Inglaterra seja “Mulheres e política” e, sobre o Egito, “Mulheres e sexo” mostra que se presume que a participação das mulheres na política na Inglaterra é mais importante do que no Egito. Embora as mulheres possam estar mais envolvidas com a política na Inglaterra, em perspectivas e objetivos trata-se de algo muito menos radical, muito menos revolucionário e que não ameaça o sistema capitalista internacional.

Na reunião, parecia ser consenso que a política subjacente à distribuição dos temas para essa antologia – conscientemente ou não – deturpava a causa das mulheres egípcias. De fato, por que o sexo não era investigado na Inglaterra ou nos Estados Unidos? A prevalência da circuncisão feminina ou a difundida adoção do véu pelas mulheres dos centros urbanos indicavam que os aspectos mais evidentes da opressão das mulheres no Egito eram sexuais? Ou esse tópico foi sugerido simplesmente de acordo com os interesses do sensacionalismo?

No entanto, várias mulheres – e também um homem – argumentaram que a sexualidade não pode ser ignorada pelas pessoas realmente preocupadas com a emancipação das mulheres. O jovem rapaz disse, com sagacidade, “as mulheres não podem se tornar agentes criativas sem se libertarem da opressão sexual”. A dra. Nadja Atef, a quem fui apresentada depois, falou sobre a responsabilidade das mulheres egípcias em confrontar e declarar publicamente suas posições pessoais a respeito de questões relativas à sexualidade:

O fato é: nós precisamos ser sensíveis à questão da sexualidade. Caso contrário, não teríamos discutido com tanto prazer e por tanto tempo, esquecendo totalmente de falar sobre outras questões. Em si mesma e por si mesma, essa é uma área delicada em nossa sociedade, e acho que temos de

olhar para nós a fim de descobrir qual é a nossa responsabilidade ao nos expressarmos. Talvez seja realmente nosso dever escrever sobre isso. Talvez seja nosso dever começar a evidenciar nossa posição em fóruns e publicações no exterior. Se esse tema nos desagrada, falemos sobre isso abertamente. Por que nos desagrada? Toda vez que você diz “sexo”, as pessoas respondem como em um teste de estímulo-resposta – elas ficam transtornadas.

Depois desse comentário, Nadja Atef recebeu um demorado aplauso. Ainda naquela noite, quando conversei com o dr. Sherif Hetata, marido e frequente colaborador de Nawal El Saadawi, pedi a ele que comentasse sobre a relação entre as dimensões sexual e política da vivência das mulheres egípcias. A resposta que ele deu foi concreta, direto ao ponto. A opressão sexual imposta a tantas mulheres resulta, por exemplo, na proibição de sua participação nas atividades políticas. “Se você deseja realizar um encontro político para mulheres jovens, mas as mulheres jovens não podem sair de casa depois das sete horas da noite, não há encontro.” Enquanto as mulheres forem vistas como propriedade sexual de seus atuais ou futuros maridos, sua capacidade de produzir as mudanças institucionais que diminuirão o fardo da opressão sexista será severamente limitada. Essa dialética condena a um foco isolado nas questões sexuais, mas exige que tais questões sejam consideradas pré-requisitos para uma luta mais ampla.

A esmagadora maioria de mulheres com quem conversei era de áreas urbanas, mulheres instruídas. Embora muitas delas tenham vindo de aldeias pobres, seus estilos de vida se distanciaram muito daqueles da massa das mulheres egípcias. “Conheci uma menina de treze anos do Alto Egito”, contou uma mulher, “e essa menina disse: ‘No que diz respeito ao governo, eu nem nasci. Não tenho certidão de nascimento. Não vou à escola. Não tenho nenhum documento oficial. Nasci e vou morrer, mas, no que diz respeito ao governo, não estou aqui. Nunca estive aqui.’”

A circuncisão feminina está se tornando gradualmente obsoleta nas grandes cidades, como Cairo e Alexandria. Entretanto, seu nível de prevalência no país como um todo não costuma ser admitido. A maioria das mulheres com quem falei era totalmente contra a prática da mutilação genital. Muitas daquelas da minha geração e mais velhas que falaram sobre suas experiências pessoais disseram ter sido elas mesmas circuncidadas, mas terem rompido o ciclo com suas filhas. E, de fato, as jovens que conheci – principalmente estudantes – não foram submetidas a essa prática.

Em seu trabalho pioneiro sobre as mulheres árabes, *A face oculta de Eva*, Nawal El Saadawi, que foi uma das primeiras a trazer a público a questão da circuncisão feminina, descreveu sua própria experiência aos seis anos de idade. No meio da noite, ela foi arrancada da cama por familiares, que ela pensou se tratar de ladrões, e levada para o banheiro, onde a operação foi realizada.

Percebi que minhas coxas foram bem separadas, e cada um de meus membros era segurado o mais longe possível do outro, agarrados por dedos de aço que nunca cediam na pressão que exerciam. Senti que a faca ou lâmina áspera vinha direto para a minha garganta. Então, de repente, o agudo corte metálico pareceu cair entre minhas coxas e ali cortar um pedaço da carne do meu corpo. Eu gritei de dor, apesar da mão apertada tapando minha boca, porque a dor não era apenas dor, era como uma chama lancinante que passava por todo meu corpo.^[3]

Uma pesquisa realizada pela dra. Saadawi há aproximadamente dez anos indicou que cerca de 97,5% das famílias sem instrução formal e 66,2% das famílias com instrução continuavam a permitir a execução da clitoridectomia em suas filhas. Visitei uma aldeia na periferia da cidade de Mançura e, embora eu não pudesse me engajar diretamente em conversas com habitantes da aldeia por causa da barreira linguística, pude realizar várias entrevistas de modo indireto. Todas as cinco mulheres com quem tive contato ali haviam sido circuncidadas. Elas estavam na faixa dos vinte anos de idade. Esse foi um dos momentos mais difíceis da minha viagem. A massa das mulheres do Egito é camponesa; ainda assim, tive apenas poucas horas para tentar me comunicar com elas, cujo idioma era completamente desconhecido para mim. Como eu poderia honestamente enxergar esses encontros como algo mais do que simbólicos? Pensei em um livro que havia lido recentemente, a reunião de histórias orais das mulheres egípcias de origem camponesa feita por Nayra Atiya e intitulada *Khul-Khaal*. Ela própria é egípcia, mesmo assim levou cinco anos para elaborar o material do livro, em que as mulheres falam de modo franco sobre sua vida e apresentam sem pudores suas interpretações sobre ritos de iniciação sexual, como a circuncisão e a defloração.

A questão-chave, ao que parece – pelo menos entre as mulheres e os homens progressistas –, não é se a circuncisão é uma prática cultural contemporânea aceitável, e sim como dar início a uma estratégia viável para relegá-la à obsolescência histórica. Como Nawal El Saadawi observou:

A amputação do clitóris e às vezes até dos órgãos genitais externos é acompanhada da lavagem cerebral das meninas, com uma campanha impiedosa calculada para estagnar sua capacidade de

pensar, julgar e compreender. Desde as eras mais remotas tem sido construído um sistema que tem como objetivo destruir a habilidade das mulheres de enxergar a exploração a que são submetidas e de entender suas causas.^[4]

Pelo menos uma mulher com quem conversei durante minha estada no Egito tinha envolvimento direto com a campanha contra a circuncisão feminina: Aziza Hussein, presidenta da Family Planning Association [Associação de Planejamento Familiar]. Ela apresentou artigos sobre o tema em várias conferências internacionais e, por meio da rede de planejamento familiar, tenta educar mães e parteiras que executam as circuncisões sobre a necessidade de eliminar a prática. Talvez por estar engajada em ações diretas relativas à disseminação de medidas contraceptivas, ela também acredita em campanhas de ação direta para erradicar a mutilação genital.

Estou tentando fazer algo a respeito do problema, que repercute de diversas formas em nossa sociedade. Nós o estudamos e estamos agindo. Estamos tentando alcançar aquelas pessoas que podem fazer algo sobre essa prática, ou seja, as enfermeiras, as parteiras. Formamos um comitê nacional em 1979. [...] Os tabus que temos em relação ao sexo, nós os quebramos porque lidamos com o planejamento familiar. É por isso que somos as pessoas habilitadas a enfrentar a circuncisão feminina.

Ainda que Aziza Hussein defendesse energicamente o enfrentamento direto do problema, ela não considerava isolá-lo de seu contexto social mais amplo.

Mesmo que fosse possível antever o sucesso de uma campanha cujo único alvo fosse a mutilação corporal feminina, o fato de que as mulheres egípcias representam apenas 10% da força de trabalho continuaria imutável. O fato de que 71% da população feminina é analfabeta continuaria imutável. A condição pessoal das mulheres em relação à poligamia, ao divórcio e à tutela continuaria sendo um dos tipos de impotência socialmente impostos.

Na verdade, a relação entre essa importante questão sexual e os elementos socioeconômicos da opressão das mulheres é tal que a primeira é obviamente condicionada pelos últimos. Não é realmente possível antever a abolição universal da circuncisão feminina a menos que o processo de integração das mulheres na força de trabalho avance, a menos que o nível de alfabetização das mulheres aumente de modo significativo e a menos que a condição pessoal das mulheres no interior da família evolua. Essas mudanças específicas na condição das mulheres não podem ser consideradas de forma isolada em relação às transformações de longo alcance na sociedade como um todo: o

desenvolvimento econômico e a mudança social progressista, que de fato poderiam alterar fundamentalmente a vida das mulheres, bem como dos homens, do Egito.

Muitas mulheres que encontrei enfatizaram a centralidade da luta atual em defesa da condição das mulheres no interior da legislação relativa à família egípcia. A série de emendas à lei referentes à situação pessoal aprovada pela Assembleia Nacional em 1979 marcou as primeiras mudanças ocorridas nessa área em cinquenta anos. Estava em questão o direito unilateral do homem de se divorciar da esposa e de aderir à prática de múltiplos casamentos, por conseguinte, seu direito de tratar as mulheres abertamente como propriedade sexual. As emendas não alteraram o direito do marido de obter o divórcio da esposa conforme seu desejo – sem precisar ir à justiça –, mas determinaram que a esposa seja imediatamente informada da decisão. De modo semelhante, embora o homem mantenha seu direito de se casar com até quatro esposas – uma prerrogativa que está em conformidade com a charia (lei muçulmana) –, as emendas o obrigam a informar suas intenções à sua atual esposa ou às suas atuais esposas seu estado civil a qualquer futura cônjuge.

Obviamente, a desigualdade fundamental da mulher no interior da família continuou inalterada. Ainda assim, estão em curso esforços encorajados por elementos fundamentalistas islâmicos para anular a nova lei sob a alegação de que ela seria inconstitucional. Se isso acontecer, seriam suspensos aqueles direitos escassos que as mulheres conseguiram obter em relação ao casamento. Às mulheres divorciadas não seria mais conferido o direito à pensão alimentícia equivalente a dois anos de subsistência (ou mais, se o casamento tiver sido particularmente longo), e sim a um ano, como era o caso antes das emendas. Além disso, uma mulher divorciada que detém a guarda das crianças não teria mais garantido o direito a moradia, que atualmente tem de ser custeada por seu ex-marido. Ela seria forçada a sair da casa que até então compartilhava com o marido e buscar abrigo sob o teto de seus pais. Com a promulgação das emendas de 1979, o direito das mulheres de requerer judicialmente o divórcio tornou-se menos limitado, embora não seja de modo algum comparável ao direito correspondente dos homens. Agora, há um período de nove meses durante o qual a corte tenta fazer uma mediação e, no caso de insucesso dessa tentativa, o divórcio é finalizado. Os homens que pedem o divórcio não

enfrentam nenhuma espera. As emendas também estenderam o limite de idade da guarda das crianças para a esposa, que antes era de sete anos para meninos e nove para meninas, com a possibilidade de chegar a nove e onze, respectivamente. Hoje, de acordo com a nova lei, a guarda é dada automaticamente à mãe até que o menino tenha nove anos e a menina, onze, passível de extensão até quinze anos para os filhos e até o casamento para as filhas.

Aziza Hussein comentou sobre as importantes implicações das emendas para a possibilidade de as mulheres avançarem rumo à independência econômica.

Outro aspecto relevante e novo das emendas é a confirmação do direito das mulheres a trabalhar. Tal direito não depende mais da aprovação do marido. No passado, uma mulher que trabalhasse contra a vontade do marido era legalmente enquadrada na categoria de *nashez*, que significa “desobediente”. Como tal, ela perdia o direito a ser sustentada pelo cônjuge, que poderia negligenciá-la. O direito da esposa ao divórcio judicial foi muito ameaçado pela condição de “desobediente”.^[5]

Recentemente, a AWSA organizou um encontro de representantes de vários partidos políticos a fim de pressionar o parlamento para rejeitar o projeto de lei dos fundamentalistas. Entretanto, como Nawal El Saadawi observou, embora elas se opusessem à nova lei, não estavam nem um pouco satisfeitas com as emendas de 1979. Se as mulheres pretendem caminhar rumo à conquista de uma condição igualitária no interior da família, a poligamia deve ser completamente banida, e as mulheres devem ter direitos iguais no que se refere ao divórcio. Além disso, como muitas enfatizaram, se elas querem desfrutar de igualdade em sua condição pessoal, devem finalmente ser capazes de alcançar a paridade econômica.

No que diz respeito ao papel das mulheres no interior da família, importantes mudanças estruturais estão acontecendo como resultado da migração da mão de obra egípcia para o exterior. Cerca de 2 milhões de egípcios, entre os quais homens das classes trabalhadora e camponesa, estão trabalhando em outros países, principalmente do Golfo. Como Sherif Hetata apontou, pela primeira vez na história do Egito um grande número de homens casados está deixando a família para ir ao exterior por outras razões que não o serviço militar:

As mulheres assumem as responsabilidades de cuidar do campo e no interior da família como um todo. Uma vez que os homens não estão presentes, as mulheres estão se tornando as encarregadas das decisões. Consequentemente, quando eles retornam, com frequência há sérios problemas no relacionamento.

Certamente, esse fenômeno econômico deve estar afetando a estrutura da dominação sexual no interior da família.

Em várias ocasiões, perguntei sobre a prevalência do estupro no Egito e me disseram que nos últimos anos aumentou a incidência da agressão sexual. Entretanto, houve uma reação generalizada de incredulidade quando, em um encontro, eu compartilhei algumas estatísticas relativas à ocorrência de agressão sexual nos Estados Unidos. Amina Shafiq, jornalista e liderança do Partido Progressista Sindicalista, vinculou o aumento no número de estupros no Egito à deterioração geral da condição das mulheres desde o fim da era Nasser^[d] e, especificamente, à disseminação de mercadorias culturais capitalistas como a pornografia. O estupro é um delito punido com a pena de morte no Egito, mas com frequência os processos contra estupradores são anulados sob a alegação de que a vítima é sexualmente promíscua. Mona Aboussena me contou um caso recente de uma mulher que foi estuprada por quatro homens, os quais também levaram seu dinheiro. O caso foi anulado por causa das “condições da mulher”, significando que ela era considerada ou prostituta profissional ou “sexualmente familiarizada” com homens. Esse problema, óbvio, está longe de ser específico do Egito ou do mundo árabe. A representação dualista das mulheres como virgens e prostitutas é um elemento integrante da ideologia da feminilidade associada à tradição judaico-cristã.

Entre jovens da população urbana – e especialmente entre estudantes –, as atitudes sociais em relação à condição da mulher, que passaram por mudanças superficiais nos países capitalistas, estão começando a se tornar problemáticas. Conforme se questiona cada vez mais a necessidade de comprovação da virgindade por parte da mulher no momento do casamento, as mulheres enfrentam um conflito entre os valores emergentes e a cultura estabelecida. Ainda que desmontar esse padrão duplo em relação ao direito das mulheres de praticar sexo antes do casamento seja um dos pré-requisitos para a emancipação social feminina, durante esse período de transição com frequência as mulheres são seduzidas para entrar em relacionamentos a pretexto de serem encorajadas a expressar sua liberdade sexual, apenas para descobrirem depois

que seus parceiros não desejam se casar com elas porque elas não são mais virgens. Então, as jovens da pequena burguesia se sentem obrigadas a passar pela cirurgia de reparação do hímen a fim de ser consideradas candidatas adequadas para o matrimônio.

Há, de fato, um grande perigo em representar a libertação sexual enquanto “libertação feminina”, como mulheres da minha geração acabaram reconhecendo durante os anos 1960 nos Estados Unidos. Precisamente por causa da disseminação da pílula, as mulheres foram representadas como avançando em direção à libertação sexual. Na verdade, elas sofriam uma exploração sexual disfarçada, porque, se tomassem a pílula, o desejo de evitar a gravidez não era mais uma desculpa válida para não fazer sexo. Não é coincidência que o movimento de libertação das mulheres tenha emergido diretamente na esteira da assim chamada “revolução sexual”.

À medida que cresce a confiança nos meios de controle de natalidade no Egito, e especialmente porque isso está acontecendo no contexto de uma invasão cultural onipresente dos países capitalistas ocidentais, as questões relativas à conduta sexual das jovens sem dúvida se tornarão mais sérias. Ainda que o direito de exercer o controle sobre o processo reprodutivo do próprio corpo deva ser usufruído por todas as mulheres, problemas inevitavelmente surgirão como resultado da tendência de vincular a tecnologia do controle de natalidade à influência global do capitalismo. Não faz muito tempo, os preservativos eram anunciados em comerciais de TV – exatamente os mesmos comerciais que oferecem uma superabundância de produtos fomentados pelo capitalismo para o público egípcio, que em sua esmagadora maioria, óbvio, não pode pagar por eles. Protestos resultaram no cancelamento dos comerciais de TV, mas ainda há painéis publicitários por todo o Cairo anunciando os preservativos “tops”. Uma tarde, enquanto eu dirigia por uma das áreas comerciais da cidade, vi um desses *outdoors* ao lado de um anúncio do filme *O pecado mora ao lado*, que mostrava Marilyn Monroe no vestido tomara que caia que era sua marca registrada. E, embora o aborto fosse ilegal no Egito, aparentemente ele era cercado por uma controvérsia muito menor do que nos Estados Unidos. Na verdade, Shahira Mehrez me disse que muitas mulheres não hesitavam em contar quantos abortos haviam feito, mas nunca admitiriam ter tido um amante.

O fato de que um grande número de mulheres seja forçado a viver sob a tutela masculina, tão terrivelmente lenta em abrir caminho à mudança, é revelado pela crescente popularidade do véu. A maioria das mulheres com quem falei – todas, exceto algumas poucas, haviam optado por não usar o véu – fez observações voluntárias sobre o crescimento dramático no número de mulheres cobertas com véus nos últimos anos. Há muito tempo, óbvio, o véu tem sido considerado um símbolo da opressão das mulheres na cultura islâmica, e com frequência supõe-se que, por causa dele, o sexismo é qualitativamente mais ofensivo às mulheres muçulmanas do que às suas colegas ocidentais. A fixação pelo véu entre a intelectualidade do Ocidente – assim como o enfoque contemporâneo míope sobre a circuncisão feminina – tem distorcido as tentativas de analisar a condição das mulheres nos países árabes. Como Irene Gendzier observou em sua apresentação à edição norte-americana de *A face oculta de Eva*:

O uso do véu, símbolo tão enfatizado que se tornou o substituto para a análise do trabalho e da condição das mulheres, com frequência é associado à camada da pequena burguesia urbana. Camponesas não praticam o isolamento, e o uso do véu é um impedimento óbvio a certos aspectos de seu trabalho, especialmente como produtoras agrícolas.^[6]

A própria Nawal El Saadawi, ao debater a história do movimento de mulheres no Egito, observa que as líderes da primeira organização nacional de mulheres, fundada por Hoda Shaarawi em 1923, não compreendiam de fato a característica de classe do véu. Assim, ao concentrarem suas energias na campanha para aboli-lo – excluindo questões diretamente relacionadas às condições das mulheres da classe trabalhadora –, conseguiram ampliar ainda mais o abismo entre elas e suas irmãs das classes mais pobres.

Uma das manifestações organizadas pelas mulheres da classe trabalhadora terminou em uma reunião nas dependências da nova Women's Federation [Federação de Mulheres], mas as líderes aristocratas, que eram responsáveis pelas atividades, não deram atenção às queixas dessas mulheres pobres e se concentraram na questão da abolição do véu, que dificilmente suscitaria muito entusiasmo entre elas, já que de qualquer forma as trabalhadoras das fábricas e dos campos nunca souberam o que era usar um véu.^[7]

Ainda que seja um equívoco tentar equiparar, de modo simplista, a natureza da opressão da mulher muçulmana ao véu, penso que a prevalência deste nas áreas urbanas funciona, não obstante, como uma metáfora da representação ideológica das mulheres, que é imposta – mesmo que em

contradição com as realidades de suas vidas – àquelas que nunca estiveram isoladas atrás do véu. Nas palavras de Fatna Sabbah: “O véu tem um significado muito preciso: representa a negação da dimensão econômica das mulheres, que, de acordo com os dogmas da ortodoxia muçulmana, são seres exclusivamente sexuais”^[8].

O véu tradicional, que cobre a maior parte do rosto da mulher, é usado apenas por uma pequena minoria. Já o véu moderno, que deixa a face descoberta, mas oculta todo o cabelo e às vezes envolve o peito, está muito mais em evidência. Embora eu estivesse a par do recente ressurgimento do véu, fiquei verdadeiramente impressionada em ver tantas mulheres pelas ruas do Cairo vestidas com diversas versões dessa peça.

Disseram-me que a maioria das mulheres na Assembleia do Povo, no Parlamento, usa o véu, assim como grande parte das jovens que estudam na universidade. Em muitas ocasiões, passei algum tempo com um grupo de estudantes, e todas elas traziam a cabeça descoberta. Durante uma viagem de carro a Mançura, a várias horas de distância do Cairo, tive a oportunidade de ouvir suas impressões a respeito do véu. Íamos em uma caravana de três carros e, entre um ponto e outro do trajeto, viajei em cada um deles. Eu esperava que essa se mostrasse uma das discussões mais polêmicas da minha estada – e esse foi o único momento possibilitado pelo cronograma –, mas, enquanto falávamos, fiquei frustrada, pois meus olhos eram constantemente atraídos para cenas ao longo do caminho. A estrada seguia a tortuosa rota do Nilo, em cujas margens trabalhavam grupos intermináveis de mulheres vestidas em cores vivas. Elas não só estavam sem véu, como seus vestidos eram frequentemente puxados acima dos joelhos quando elas caminhavam pelas antigas águas, lavando as roupas de suas famílias para a semana seguinte. Essas imagens contradiziam vigorosamente a noção de que o corpo das mulheres deve sempre ser camuflado a fim de não provocar o desejo sexual dos homens. Também vi várias mulheres trabalhando ao lado de homens, colhendo algodão nos campos, atuando nas olarias à beira da rodovia, carregando e empilhando os pesados tijolos de modo não menos eficiente do que os homens com quem labutavam.

Uma das jovens com quem conversei durante essa viagem ao longo do Nilo vestia jeans e blusa de moletom todas as vezes que a encontrei. Ela se parecia

muito com as estudantes que eu estava acostumada a ver em minhas aulas na Universidade Estadual de São Francisco. Quando eu perguntei a ela sobre a relação entre o véu e a percepção social da sexualidade feminina, ela disse que os homens geralmente procuravam mulheres cuja conduta sexual fosse exatamente oposta à deles.

A mulher que usa o véu se cobre, e isso é garantia de que ela tem bons costumes. Isso cria um problema para mim, porque eu tenho de provar que sou tão boa quanto ela. Tenho de provar que não sou uma menina vulgar, que não ando por aí com homens e que posso estar interessada em coisas sérias.

Perguntei por que ela havia decidido não usar o véu, e ela se apressou em observar que seu motivo para rejeitar esse costume islâmico era muito singular. “Talvez eu seja apenas uma entre dez ou cem garotas que não usam o véu porque não acreditam em Deus.” Essa explicação me pegou de surpresa, porque eu já tinha sido avisada de que, de todos os tabus vigentes, aquele a respeito da crença religiosa era respeitado por praticamente todas as pessoas. Por mais que alguém possa estar preparada para criticar os fundamentalistas islâmicos, é difícil ir tão longe a ponto de expressar abertamente dúvidas a respeito da existência de Deus. De todas as mulheres que encontrei em reuniões, entrevistas e conversas informais, essa foi a única a se declarar ateia. Sua amiga, Randa, emitiu outra opinião – ela disse que interpretar o véu apenas como uma marca visível da adesão aos dogmas do Islã é um engano.

Hoje, o véu não significa nada além da norma. É a maioria que está usando o véu. Se você usa o véu, você não tem problemas. Antes, era o contrário. O véu era a contestação. Minha tia foi uma das primeiras garotas a aderir ao véu, e todo mundo era contra, até a mãe dela, que era bastante religiosa. Mas agora é o oposto. Eu decidi não usar o véu porque acredito que ser religiosa é fazer tudo o que diz a religião. Não se trata de como me visto, e sim de como me comporto.

Abir, recém-formada em sociologia, argumentou que não se deve supor que o véu tem um significado religioso livre de ambiguidade. “É uma questão social, não apenas uma questão religiosa. É a única coisa à qual você pode se apegar em situações turbulentas. Para algumas pessoas, é algo sólido.”

A amiga dela, Naula, alegou que o véu chama a atenção para a prontidão das mulheres em considerarem a si mesmas objetos sexuais para os homens.

Hoje em dia, não é uma expressão religiosa. É uma expressão de vergonha de seu corpo. Como as mulheres podem considerar que não são objetos sexuais, se elas cobrem seus cabelos, braços e pernas? O corpo ainda está lá, as curvas ainda estão lá. Um homem que deseja apreciar o corpo de

uma mulher assim o fará, esteja ela usando um xador ou não... A mulher que usa o véu também é seguida nas ruas por homens que fazem comentários.

Mas Abir discordou vigorosamente: “Se você já viu a expressão no rosto de um homem que observa as nádegas de uma mulher que veste um short, uma saia justa, você realmente invejaria uma mulher de véu. É terrível o modo como os homens olham para o corpo das mulheres”.

De fato, Naula recordou uma situação em que uma mulher de véu a deixou completamente constrangida.

Eu me lembro de uma vez em que estávamos paradas na frente da faculdade, e era um dia particularmente quente de verão. Uma garota passou por nós. Ela não estava usando o véu em volta do rosto, mas sim aquele que cobre a face. Ela também usava luvas. Na verdade, ela estava toda coberta, exceto pelos olhos. Alguém do nosso grupo comentou que ela deveria estar sentindo um calor inimaginável. Depois de dar alguns passos, ela se voltou e disse: “Se agora está quente aqui, você pode imaginar como deve ser no inferno”. A entonação dela era de tanta superioridade que fez com que nos sentíssemos bem pequenas.

Suguiu-se que em algumas ocasiões o véu era usado por uma questão de conveniência. Como uma das estudantes disse, “algumas vezes o véu é uma facilidade prática. Não é só um símbolo de atraso. Se uma garota quer sair para trabalhar ou estudar, é bem mais conveniente”. Uma jovem que não tem condições financeiras de gastar uma grande quantidade de dinheiro com roupas ou em um salão de beleza pode optar pelo véu por esses motivos econômicos secundários.

Sherif Hetata havia me dito que talvez eu tivesse a oportunidade de conhecer várias jovens adeptas do uso do véu que integravam a organização ativista feminina Bint Alard – Filhas da Terra –, em Mançura. Da última vez que ele e Nawal El Saadawi estiveram na cidade, várias participantes do grupo ainda usavam o véu, embora a maioria das associadas acabasse por abandoná-lo. Dessa vez, porém, todas as mulheres presentes nos encontros em Mançura traziam a cabeça descoberta. Entretanto, tive um breve encontro com várias mulheres que usavam o véu na Universidade Ain Shams, no Cairo, onde Mona Aboussena é professora de literatura inglesa. Durante a viagem a Mançura, ela disse, brincando: “Às vezes, sinto vergonha de não usar o véu – porque muitas de minhas alunas usam”. Foi ela que organizou uma breve discussão informal com algumas de suas alunas depois de uma palestra que dei sobre a educação e a luta pela igualdade afro-americana.

Na condição de estrangeira, senti que deveria agir do modo mais cauteloso possível; por isso, tive o cuidado de não começar a conversa deixando escapar uma pergunta sobre o significado do véu. De início, indaguei a uma mulher que trajava uma das versões mais austeras do véu se ela tinha planos de ser professora após obter o diploma em literatura inglesa. Ela respondeu em um inglês hesitante, mas meticulosamente correto: “Não, vou ficar em casa. Vou ler literatura em casa”. Seguiu-se um breve debate sobre mulheres e trabalho, aquelas com véu geralmente afirmando que não queriam trabalhar fora de casa. Quando essa conversa começou a assumir o caráter de uma discussão acalorada entre as mulheres que traziam a cabeça descoberta, que consideravam o trabalho muito importante para si mesmas, e aquelas que usavam o véu, Mona perguntou à mulher com quem eu havia falado anteriormente, de um modo bastante direto, por que ela havia adotado o véu. A jovem, com um vestido de mangas compridas azul que cobria toda a extensão de suas pernas, seu véu branco caindo em volta dos ombros, respondeu com naturalidade: “Está de acordo com minhas crenças religiosas”. Ela havia começado a usar o véu ao atingir a puberdade.

“Quem convenceu você a usá-lo?”, Mona perguntou. “Seus pais, o rádio...?”

“Minha leitura do Corão”, ela respondeu. “Foi o suficiente para mim.” Ela prosseguiu, explicando que “o véu é um preceito de Deus. Devemos obedecer a Deus em todas as suas ordens, sem nenhuma recusa”. Ao longo de toda a reunião, ela apertava em suas mãos um pequeno Corão.

Mais tarde, quando conversei com Nawal El Saadawi em Nova York, ela criticou duramente aquelas pessoas que tentam justificar a crescente popularidade do véu apresentando-o como um símbolo de resistência à invasão de influências ocidentais. Há uma mensagem inequívoca nos programas de televisão populares em que o xeique El Shaarawy louva o uso do véu pelas mulheres como uma contestação enfática à imposição de valores ocidentais, seguido por um comercial que mostra uma mulher vestida em trajes de banho anunciando um xampu produzido nos Estados Unidos. Quando Nawal El Saadawi dá palestras em meu país, ela invariavelmente se sente obrigada a criticar o filme *A Veiled Revolution* [Uma revolução velada], de Elizabeth Fernea, que apresenta o véu como um passo positivo no caminho rumo à

libertação. O filme sustenta que as mulheres egípcias cometeram um erro profundo quando tiraram o véu no início do século XX. Agora, elas abraçaram a autêntica cultura árabe e, portanto, são capazes de avançar de acordo com seus próprios termos, e não nos termos estabelecidos pelo capitalismo ocidental. De acordo com Nawal El Saadawi, essa é uma posição falsa, apologética. O véu não representa a autêntica cultura de seu povo – inclusive, em *A face oculta de Eva*, ela apresenta uma análise histórica do véu como produto da tradição judaico-cristã –, mas é, em sua expressão contemporânea, um resultado direto das condições socioeconômicas vigentes no Egito.

À medida que o desemprego começou a crescer, em consequência da política de portas abertas de Sadat, também teve início a ressurreição do véu. As mulheres cobertas com véu foram retiradas do mercado de trabalho quando a produção doméstica entrou em declínio, em uma reação à saturação do mercado com bens importados de países capitalistas. Em vez de funcionar como um meio de resistência à invasão dos valores capitalistas ocidentais, o véu serve para consolidá-los e confirmá-los por meio do fortalecimento de atitudes sociais sexistas que auxiliam os grilhões econômicos neocoloniais no Egito.

A dra. Hoda Badran, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Cairo, descreveu o problema desta forma:

O sistema econômico do Egito, por estar preso ao Ocidente e, em particular, ao capitalismo dos Estados Unidos, é impedido de se tornar produtivo. O Egito tem sido transformado em uma sociedade de consumo. Não é produtivo nem gera empregos. Em uma situação em que não há emprego, existe competição [...] e as pessoas tentam encontrar bodes expiatórios [...]. É por isso que há mais preconceito contra as mulheres do que antes [...]. Ademais, em um país que foi transformado em sociedade de consumo, é fácil, por meio da mídia de massa, usar as mulheres como objetos sexuais. Ao mesmo tempo, como confirma o estudo de Awatef Abdel Rahman sobre mulheres e mídia de massa no Egito, tanto a mídia impressa quanto a eletrônica apresentam as mulheres quase que exclusivamente nos papéis tradicionais de esposa e mãe.

Em um encontro com escritoras e artistas, a conhecida dramaturga Fathia al Assal argumentou que as mulheres egípcias deveriam examinar seriamente os problemas que giram em torno do sexo, mesmo que seja apenas para compreender que a aparente ênfase exagerada na libertação sexual, que tem origem no Ocidente, está diretamente relacionada ao chamado para que as mulheres retornem ao lar – e, assim, ao uso do véu. Quando Nawal El Saadawi disse que “as mulheres do Ocidente usam a nudez do modo como as mulheres árabes usam o véu”, lembrei da observação de Fathia al Assal. De fato, uma

proposta amplamente divulgada sugere que as mulheres trabalhadoras recebam metade de um salário para voltarem ao lar, confinando-se em seus papéis materno, sexual e de dona de casa. A dramaturga defendeu que, se as mulheres se permitirem resumir suas preocupações à questão da libertação sexual, elas perderão de vista os problemas mais amplos ligados à emancipação das mulheres e à libertação nacional de todo seu povo. Após levantar esse ponto, entretanto, ela prosseguiu dizendo que as mulheres egípcias não deveriam ter medo de discutir a sexualidade. Afinal, argumentou, quando se examina o desenvolvimento histórico das sociedades humanas, fica óbvio que a propriedade privada surgiu no momento em que as mulheres se tornaram propriedades sexuais de seus maridos. Assim como o advento da opressão sexual das mulheres coincidiu com o advento da opressão de classe, para que o corpo das mulheres seja totalmente libertado é preciso eliminar o sistema social responsável por essa subjugação.

Fathia al Assal ilustrou dramaticamente o grau em que as frustrações acumuladas das mulheres que são mantidas cativas como propriedade sexual podem irromper de modo perigoso, descrevendo o caso de um crime recente bastante divulgado sobre uma mulher acusada de assassinar o marido. Depois de 22 anos de casamento, essa mulher foi levada à justiça por matar o marido e cortar seu corpo em 22 pedaços, tendo primeiro arrancado seus olhos e depois separado o pênis do corpo. Se os relatos dos jornais são verdadeiros, após matá-lo ela começou a desabafar todos os sofrimentos sobre os quais havia se calado por 22 longos anos. Dirigindo sua raiva contra os olhos e o órgão sexual do marido, talvez ela estivesse tentando aniquilar simbolicamente os modos pelos quais as mulheres são transformadas em objetos sexuais. Se, de fato, ela matou o marido, ela não conseguiu sequer arranhar-lhes a superfície, uma vez que o verdadeiro culpado é o sistema social subjacente, do qual o marido dela, infelizmente, também era uma vítima.

Fiquei extremamente impressionada com a apresentação de Fathia al Assal no encontro e me senti animada quando ela concordou em conversar comigo em um contexto mais informal. Depois das tumultuadas discussões na Associação Hoda Shaarawi, nós nos encontramos no apartamento de Shahira Mehrez e, com nossa anfitriã atuando amavelmente como intérprete, conversamos até tarde da noite. Eu não sabia então que Fathia se destaca como

uma das primeiras mulheres dramaturgas do mundo árabe, mas pude sentir uma energia corajosa e iconoclasta em sua presença. Fathia al Assal vem de uma família que enriqueceu rapidamente após a Segunda Guerra Mundial. O pai dela se casou vinte vezes e, embora ele fizesse um esforço especial para educar os filhos, ele não considerava que o conhecimento fosse algo valioso no caso das filhas. A família de Fathia se mudou para o Cairo quando ela era bastante jovem e, ainda que ela tenha frequentado a escola por algum tempo, seus estudos foram suspensos aos nove anos por causa de uma puberdade precoce. Quando ela completou catorze anos, começou a receber propostas de casamento e, depois de dois noivados, casou-se aos dezesseis anos. Nessa época, seu interesse pelas causas políticas progressistas já havia sido despertado, e ela me contou que um fator importante para a sua atração pelo marido foi o ativismo político dele. Ele passou dois anos na prisão durante os anos 1950 e, em 1981, ela também foi presa por Sadat.

A carreira de Fathia al Assal não foi livre de dificuldades. De fato, o próprio Sadat foi responsável por causar sua demissão depois que ela escreveu uma série sobre um advogado inescrupuloso prevista para ser transmitida pela televisão. Na obra, o advogado tinha um envolvimento romântico com uma jovem que descobria e revelava suas atividades fraudulentas. Sadat presumiu que ele mesmo era a inspiração para tal personagem e assegurou que Fathia fosse impedida de escrever roteiros para a televisão por dois anos. Em seu retorno, ela desenvolveu enredos marcadamente centrados na situação das mulheres no Egito. Baseadas nas telenovelas dos Estados Unidos, as séries da televisão egípcia costumam explorar a vida e os amores de pessoas das classes média e alta. Fathia al Assal, entretanto, decidiu criar personagens femininas que pudessem servir como modelos populares de resistência ao comportamento tradicional das mulheres nas relações familiares. *Ela e o impossível*, por exemplo, gira em torno de uma mulher analfabeta escolhida como noiva por um proprietário de terras para que ela cuidasse de sua mãe enquanto ele estudava no Cairo. Ao voltar, ele a informa que não deseja continuar casado com uma mulher ignorante. Recusando-se a contar que havia engravidado, ela vai embora sem protestar e decide estudar, trabalhar e criar o filho sozinha. Doze anos depois, o marido descobre que tem um filho. Quando ele propõe reatar o casamento, ela se recusa, dizendo: “A mulher com quem você se casou não é

mais a mesma mulher que sou hoje”. E continua: “Meu filho é filho do destino, e não vou voltar para você”. De início, os censores rejeitaram categoricamente esse roteiro, insistindo que a mulher retomasse o casamento pelo bem da criança. Cinco anos se passaram até que o programa fosse produzido e transmitido em seu conteúdo original.

Em outra de suas séries, *Momento de decisão*, a personagem principal se divorcia do marido depois de vinte anos de casamento, quando ele decide ter mais uma esposa. Em vez de continuar economicamente dependente de seu ex-marido, como faz a maioria das mulheres divorciadas, ela consegue emprego em uma biblioteca. Para escapar do vazio de sua nova vida solitária, começa a ler os livros do local e, nesse processo, não apenas se torna uma mulher letrada como encontra inspiração para escrever um relato autobiográfico. Quando seu livro ganha um importante prêmio literário, o marido tenta reatar. Tal qual a jovem da série anterior, porém, ela não cede aos desejos dele. Nesse meio-tempo, ela havia se apaixonado por outra pessoa – no fim da série, ela olha o homem que ama enquanto aperta o prêmio contra o peito.

Eu poderia ter passado muitas horas mais ouvindo Fathia al Assal descrever seu trabalho, o que ela fazia ao modo de uma antiga contadora de histórias. Seu compromisso com a causa da liberdade das mulheres permeava cada palavra da narrativa. Sua história mais fascinante condensa a trama de sua peça *Mulheres sem máscaras*, que ela descreveu como uma síntese de todas as mulheres que já conheceu. A peça, que explora a verdadeira condição da mulher, é dedicada a “minha amiga e filha, de uma geração que viverá em uma sociedade livre que ainda precisa se concretizar. Eu não herdei os grilhões de minha mãe, e espero que você não herde os meus”. A personagem principal é uma escritora que, de início, teme as consequências dessa verdade. Quando ela visualiza o que quer escrever, um balé evoca o período histórico da humanidade em que homens e mulheres eram iguais.

Mas a mulher é incapaz de enfrentar a fera em igualdade de condições com o homem, e ele a conduz a uma caverna onde ela dá à luz. Depois, ele a proíbe de sair da caverna. Então, a dramaturga anuncia que deseja expressar a situação dessa mulher quando entrou na caverna.

Uma circuncisão é representada no palco, e de um útero enorme nascem quatro mulheres – uma solteira, uma casada, uma divorciada e uma viúva. Ao

fim do primeiro ato, a dramaturga apresenta a história delas. Entretanto, ela não conta toda a verdade, e as personagens a acossam até que ela confesse:

No passado, nós éramos símbolos da vida. Nossas crianças recebiam nossos nomes. O momento da criação era o momento do amor, e o momento do amor não tinha outra finalidade. Então, o mundo foi cercado, e nós fomos cercadas com ele e recebemos o nome daqueles que podiam possuir terras. Nós fomos separadas de nossas crianças, e elas receberam o nome do senhor. Nós fomos destronadas, e toda nossa história foi falsificada. Nós nos tornamos simplesmente uma mulher que reproduz. Nós nos tornamos uma fábrica que reproduz seres humanos. Uma noite, acordei e eles me levaram, minhas mãos atadas, como um animal a ser abatido. “O que eles vão fazer?”, perguntei à minha mãe. “Eles vão cortar você como cortaram minha mãe e a mãe de minha mãe.” Eu gritei, mas a faca me cortou. Meu sangue corria, vermelho, diante de meus olhos. Eu me tornei duas pessoas, uma que sangrava e outra no fio da faca. “Agora você está pronta para o casamento com um homem”, disse minha mãe. “Agora sou metade de um ser humano. Quem precisa de um homem, a menos que ele seja metade de um ser humano? Sou um corpo que não sente. Quem precisa de um corpo, a menos que o homem seja um corpo que não sente?” Homens gritam: “Você foi circuncidada”.

Quando as personagens da escritora perguntam por que ela não tinha dito a verdade, ela responde que estava aterrorizada. Uma das personagens fala: “Se você tem medo de dizer a verdade, você não merece ser escritora”. Então, a escritora prossegue, contando a verdade sobre cada uma das quatro mulheres.

Como Fathia al Assal certamente reconheceria, o relato da verdade é apenas o primeiro passo em um demorado processo de contestação das forças responsáveis pela opressão das mulheres. A batalha pela igualdade feminina no Egito, como em todo o Terceiro Mundo e também em países capitalistas, deve ser travada em várias frentes. Deve ter como alvo áreas específicas, como o desproporcional fardo da pobreza carregado pelas mulheres, a discriminação no mercado de trabalho, o analfabetismo, a assistência médica inadequada, a mutilação genital, a Lei da Condição Pessoal e as imagens distorcidas das mulheres na mídia. Uma vez que a campanha contra a discriminação sexista deve se dar na arena política, fiquei particularmente interessada em me encontrar com representantes dos maiores partidos políticos do Egito. Diversas vezes durante minha estada no Cairo participei de debates com importantes mulheres do Partido Nacional Democrático (Tagamo), do Partido Trabalhista Socialista e do Novo Partido Wafd.

Fathia al Assal é membro do Tagamo, que é uma coalizão de marxistas, nasseristas^[e] e pessoas de várias orientações políticas progressistas. De acordo com a análise desse partido, houve um marcante retrocesso na condição das

mulheres desde o fim da era Nasser. Embora a Revolução de 1952 tenha conferido ao Egito uma posição de liderança no movimento de libertação nacional no mundo árabe, e embora o caminho econômico não capitalista tenha resultado em uma visível melhoria na condição econômica das mulheres, áreas importantes permaneceram inalteradas. Amina Shafiq, presidenta da Federação de Mulheres do Tagamo, observou que mesmo sob o governo Nasser não foi feita nenhuma tentativa de inserir as mulheres em uma organização de massas democrática e independente – assim como não havia uma federação autônoma para o campesinato ou a juventude. Dessa forma, quando Sadat assumiu o poder após a morte de Nasser, ficou mais fácil reverter a trajetória anteriormente progressista do Egito. “Ele declarou a política de portas abertas, nosso distanciamento dos movimentos de libertação nacional e das forças não alinhadas (ao integrar os Acordos de Camp David) [...]. Os antigos problemas da década de 1960 o ajudaram a implementar essas políticas.”

As mulheres foram diretamente afetadas, pois encontraram as portas fechadas a oportunidades de emprego e educação. As mulheres do campo e da classe trabalhadora passaram a sentir os efeitos da migração do trabalho para países do Golfo. Crimes sexuais se tornaram mais frequentes e, em consequência da crise socioeconômica, o fundamentalismo islâmico começou a se tornar cada vez mais influente.

Pelo fato de o destino das mulheres estar vinculado à situação política mais ampla, elas certamente têm interesse no desenvolvimento de uma forte oposição política. De fato, muitas das mulheres que conheci eram ativistas combativas, e um grande número delas sofreu repetidas detenções e prisões. Em uma reunião informal no National Culture Defense Committee [Comitê Nacional de Defesa da Cultura], cada mulher da sala declarou ter sido presa uma ou mais vezes. Apenas alguns dias antes desse encontro, várias mulheres foram detidas enquanto realizavam uma manifestação pacífica contra a presença de políticos israelenses na Feira Internacional do Livro. Duas integrantes do comitê, dra. Awatef Abdel Rahman e dra. Latifa al-Zayyat, receberam cartas de Meir Kahane com ameaças abertas de morte. O governo Mubarak não tinha feito absolutamente nada a respeito. Além disso, estavam em curso preparativos para um importante julgamento de trinta proeminentes ativistas políticos, sindicalistas, trabalhadores rurais e líderes da juventude. O

juízo é conhecido como o caso do Partido Comunista Egípcio, e entre os acusados está a jornalista progressista Farida al-Naqash.

Quando senti que estava começando a compreender alguns aspectos básicos da complexa estrutura de opressão que afeta as mulheres do Egito, chegou a hora de voltar para casa. Fiquei impressionada com o intenso comprometimento das muitas mulheres que conheci com as lutas globais pela paz e pela Nova Ordem Econômica Mundial. E trouxe para casa as estimulantes lembranças de um rápido encontro com mulheres palestinas que vivem no Cairo, que de modo justificado estavam preocupadas com a manutenção das questões do sionismo e do *apartheid* na pauta do futuro encontro internacional de mulheres em Nairóbi. Percebi que as mulheres egípcias enfrentavam discriminação sexista, da qual algumas manifestações não eram diferentes daquelas que nós enfrentamos como mulheres nos países capitalistas, e que elas estavam conduzindo lutas que podem se beneficiar das experiências das mulheres nos países socialistas. Mas há também questões únicas que as mulheres do Egito teriam de resolver por si mesmas. O objetivo da igualdade das mulheres no sentido pleno talvez não seja alcançável no futuro imediato do Egito, mas me senti profundamente comovida pela determinação invencível de tantas mulheres em manter acesa a chama de sua luta.

[1] Publicado originalmente em *Women: A World Report* (Nova York, Oxford University Press, 1985).

[2] Association of African Women for Research and Development, “A Statement on Genital Mutilation”, em Miranda Davies (org.), *Third World, Second Sex* (Londres, Zed, 1983), p. 217-8.

[a] Anwar Al Sadat presidiu o Egito de 1970 a 1981, quando foi assassinado. Ele instituiu uma política econômica neoliberal no país, desnacionalizando a economia, incentivando os empreendimentos privados e recebendo ajuda econômica e militar dos Estados Unidos a partir de 1976. Essa política, que é considerada responsável pelo aumento do desemprego e da pobreza no país, recebeu o nome de “portas abertas”. (N. T.)

[b] Sadat adotou uma política de aproximação com Israel e iniciou as negociações de paz em 1977, quando viajou para Jerusalém, o que lhe rendeu duras críticas por parte de todo o mundo árabe. O processo de aproximação entre os dois países foi mediado pelos Estados Unidos. Em 1979, Sadat e o então primeiro-ministro israelense Menachem Begin assinaram dois acordos que ficaram conhecidos como Acordos de Camp David. Entre outros pontos, eles definiam como seria o processo de futuras negociações entre os dois países, a desocupação da Península do Sinai por Israel, a extinção de boicotes

econômicos e as diretrizes de atuação nas fronteiras comuns. Os acordos geraram uma série de protestos internos no Egito. (N. T.)

[c] Hoda Shaarawi (1879-1947) é reconhecida como uma das primeiras líderes feministas de seu país. Fundou a União Feminista do Egito, que posteriormente passou a se chamar Associação Hoda Shaarawi. (N. T.)

[3] Nawal El Saadawi, *e Hidden Face of Eve* (Londres, Zed, [1980]), p. 7 [ed. bras.: *A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe*, São Paulo, Global, 2002].

[4] Ibidem, p. 5.

[5] Aziza Hussein, “Recently Approved Amendments to Egypt’s Law on Personal Status”, em Michael Curtis (org.), *Religion and Politics in the Middle East* (Boulder, Westview, 1981), p. 128.

[d] Gamal Abdel Nasser presidiu o Egito de 1956 a 1970. Durante seu governo, adotou uma política nacionalista e de fortalecimento de laços com outros países do mundo árabe que contou com o forte apoio da população egípcia. (N. T.)

[6] Nawal El Saadawi, *e Hidden Face of Eve*, cit., p. xi.

[7] Ibidem, p. 175.

[8] Fatna A. Sabbah, *Women in the Muslim Unconscious* (Nova York, Pergamon, 1984), p. 13.

[e] Apoiadores das ideias políticas nacionalistas do segundo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser. Essa corrente política ficou conhecida como socialismo árabe e só se organizou em um partido próprio, o Partido Nasserista Democrático Árabe, em 1992. (N. T.)

Revolução e a condição da mulher: sobre selected writings, de Clara Zetkin^[1]

Há quase cem anos, Clara Zetkin começou a elaborar muitos dos conceitos centrais associados à análise marxista da opressão da mulher, conceitos que hoje são tão relevantes quanto foram durante sua época. Junto com Friedrich Engels e August Bebel, ela emergiu como uma teórica pioneira da condição da mulher na sociedade capitalista e uma estrategista que iluminou o caminho rumo a uma ordem social livre dos efeitos da opressão institucionalizada das mulheres e da ideologia da supremacia masculina. Como seu heroico contemporâneo V. I. Lênin, ela se dedicou a compreender a subjugação especial das mulheres situando-a no contexto mais amplo do desenvolvimento socioeconômico da humanidade e, em consequência, buscou analisar a maioria dos grandes acontecimentos dentro da história da luta de classes de seu tempo.

Ao explorar questões sociais contemporâneas, ela estava longe de ser uma observadora sem paixões – na verdade, era uma ativista profundamente engajada, tornando-se uma liderança comunista proeminente nas décadas adjacentes à grande Revolução de Outubro. Figura central da social-democracia alemã por muitos anos, posteriormente ela se desassociou do partido – como fizeram Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht – por causa do fracasso da organização em adotar uma postura firme contra a Primeira Guerra Mundial em seu caráter imperialista e nocivo aos interesses da classe trabalhadora alemã e internacional. Clara Zetkin sempre foi uma defensora

convicta do proletariado. Nunca deixou de se basear na abordagem de classe tanto em suas reflexões teóricas como em suas ações práticas. Da mesma forma que suas contribuições lançaram luz sobre seu próprio período histórico, elas podem nos ajudar a compreender melhor a relação atual entre a luta pelo socialismo e as lutas contra o racismo, pela igualdade da mulher e pela paz.

A primeira grande análise de Zetkin sobre a condição da mulher na sociedade capitalista foi apresentada em um discurso realizado em 1889, no Congresso Internacional da Classe Trabalhadora, em Paris. Enfatizando a centralidade do trabalho feminino em sua fala, ela argumentou que “a questão da emancipação das mulheres [...] é, em última instância, a questão do trabalho das mulheres”^[2]. Zetkin estava de acordo com Engels, que, ao examinar “o caráter peculiar da supremacia do marido sobre a esposa na família moderna” e “a necessidade de criar uma igualdade social real entre eles”, concluiu que “a primeira condição para a libertação da mulher é trazer todo o sexo feminino de volta para a esfera pública”^[3]. Ressaltando o mesmo ponto, Lênin faria mais tarde a seguinte observação:

A principal tarefa do movimento de mulheres trabalhadoras é lutar pela igualdade econômica e social, e não apenas pela igualdade formal das mulheres. O fator central é conseguir que as mulheres participem do trabalho socialmente produtivo, para livrá-las da “escravidão doméstica”, para libertá-las de sua subjugação entorpecente e humilhante à eterna labuta na cozinha e no cuidado das crianças.^[4]

A fim de validar sua afirmação de que as mulheres só poderiam alcançar a libertação por meio da participação na produção econômica e, portanto, da conquista da independência financeira, Clara Zetkin teve de desafiar a noção vigente de que a entrada das mulheres na força de trabalho operava contra os interesses da classe trabalhadora.

Socialistas devem saber que, diante do atual desenvolvimento econômico, o trabalho das mulheres fora de casa é uma necessidade, que a tendência natural do trabalho feminino é ou reduzir a jornada de trabalho que cada indivíduo deve fornecer à sociedade, ou aumentar a riqueza da sociedade, que não é o trabalho das mulheres propriamente dito que, em competição com o trabalho dos homens, reduz os salários, e sim a exploração do trabalho feminino pelos capitalistas que dele se apropriam.^[5]

Em diversos momentos de seu discurso, Zetkin frisou que às mulheres não deveria ser imputada a culpa de um processo de exploração que era de responsabilidade exclusiva da classe capitalista. Se, de fato, a contratação de mulheres em larga escala havia estendido a jornada de trabalho em vez de

reduzi-la, e se o trabalho feminino estava sendo usado para provocar uma queda nos salários dos homens, a solução não residia em apoiar a proibição do trabalho feminino, mas sim em recrutar mulheres trabalhadoras para lutar junto com seus camaradas masculinos pela total eliminação do sistema de produção capitalista.

Os argumentos de Clara Zetkin em apoio às mulheres trabalhadoras contêm uma lógica que hoje pode ser empregada de modo efetivo na defesa de programas de ação afirmativa mais potentes não apenas para as mulheres, mas também para as pessoas oprimidas em razão de sua raça e nacionalidade. Uma fraqueza de suas análises iniciais (que ela posteriormente corrigiu) foi sua incapacidade de reconhecer a necessidade de lutar por meios específicos de proteção para as mulheres trabalhadoras a fim de garantir que elas pudessem trabalhar e lutar em condições de igualdade com os homens. Apesar disso, ela fez um importante apelo aos homens que integravam o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD, na sigla em alemão) para que compreendessem o que o envolvimento maciço das mulheres trabalhadoras significaria para a batalha pelo socialismo, bem como instou com entusiasmo as mulheres trabalhadoras a reconhecerem o SPD como o autêntico portador da bandeira pela libertação das mulheres. Em outras palavras, a participação das mulheres trabalhadoras seria um elemento tão indispensável na luta pelo socialismo quanto a vitória do socialismo seria para a luta pela emancipação das mulheres.

Um discurso de Clara Zetkin apresentado alguns anos depois foi intitulado “Apenas junto com as mulheres trabalhadoras o socialismo será vitorioso”. Nessa apresentação ao congresso de 1896 do Partido Social-Democrata em Gota, ela afirmou que a igualdade das mulheres não poderia ser formulada como uma teoria única, homogênea, transcendendo questões de classe social. As feministas burguesas de hoje que insistem na noção de que suas estratégias de emancipação, baseadas nas suas próprias posições de classe, são válidas para as mulheres da classe trabalhadora e racialmente oprimidas têm muito a aprender com a análise de Zetkin. De uma classe a outra – da grande burguesia à classe média, e da pequena burguesia ao proletariado –, a estrutura da opressão das mulheres varia significativamente. Ela observou, entretanto, que todas essas classes foram criações do capitalismo e que apenas as mulheres de

classes específicas associadas ao modo de produção capitalista desenvolveram a necessidade histórica de se emancipar.

Apenas o modo de produção capitalista criou as transformações sociais que geraram a questão das mulheres modernas ao destruir o antigo sistema econômico familiar que provia tanto os meios de subsistência como o sentido da vida à grande massa de mulheres durante o período pré-capitalista.^[6]

Aqui, Zetkin levanta a importante questão da gênese histórica da consciência social. Embora as mulheres tenham sido severamente oprimidas durante o período pré-capitalista, elas não haviam se deparado com as circunstâncias objetivas que permitiram que elas desenvolvessem uma consciência a respeito de sua repressão. “A questão das mulheres [...] só se apresenta nas classes da sociedade que são elas mesmas produto do modo de produção capitalista.” Ela observou que entre a população rural ainda ligada a uma economia natural não existia uma conscientização sistemática da necessidade de emancipar as mulheres daquela classe. Mas “há uma questão das mulheres para as mulheres do proletariado, da burguesia, da intelectualidade e da aristocracia^[a]”^[7]. Para a alta burguesia, tratava-se de uma questão de mulheres que lutavam para “dispor de sua propriedade de maneira independente e livre”^[8], ao passo que para a outra camada da burguesia, cujas mulheres ainda não tinham propriedade, as reivindicações focavam a equidade na formação profissional e no acesso a uma carreira. A passagem em que Zetkin descreve o modo como a repressão das mulheres e o esforço consciente delas pela libertação se manifestavam entre a classe trabalhadora é suficientemente importante para ser citada na íntegra:

No que diz respeito às mulheres proletárias, é a necessidade do capitalismo de explorar e buscar incessantemente por força de trabalho barata que dá origem à questão das mulheres [...]. Ela se insere na vida econômica a fim de ajudar o marido a ganhar a vida, mas o modo de produção capitalista a transformou em uma competidora injusta. Ela queria trazer prosperidade à sua família, mas em vez disso a miséria se abateu sobre ela. A mulher proletária conseguiu um emprego próprio porque queria proporcionar uma vida mais radiante e prazerosa para suas crianças, mas em vez disso ela foi quase totalmente separada das crianças. Ela se igualou ao homem como trabalhadora; a máquina tornou supérflua a força muscular, e em todos os lugares o trabalho da mulher apresentou os mesmos resultados de produção do que o trabalho do homem. E, uma vez que a mulher constituiu uma força de trabalho barata e, acima de tudo, submissa [...], os capitalistas multiplicaram as possibilidades de trabalho das mulheres na indústria. Como resultado de tudo isso, a mulher proletária tem atingido sua independência. Mas certamente o preço foi muito alto, e até agora ela conquistou muito pouco [...]. Em tempos passados, o domínio do homem sobre sua esposa era

amenizado pelo relacionamento pessoal que tinham. Entre o empregador e sua mão de obra, no entanto há apenas o vínculo do dinheiro.^[9]

De acordo com Zetkin, a principal distinção entre o combate das mulheres da classe trabalhadora pela igualdade e as lutas de suas irmãs da burguesia era que estas se colocavam contra os homens de sua classe, enquanto as trabalhadoras precisavam se unir a seus maridos, irmãos, pais e filhos a fim de travar uma batalha comum contra a classe capitalista. Além disso, o que as mulheres da burguesia percebiam como objetivo máximo as mulheres proletárias interpretavam como armas no esforço para participar da luta de classes em condição de igualdade com os homens. Zetkin sistematizou essa ideia em sua análise da relação entre a campanha pelo sufrágio feminino e a luta das mulheres da classe trabalhadora. Tal interpretação é significativa não apenas por seu importante valor histórico, mas também pelas lições que traz a respeito da natureza de classe de algumas lutas contemporâneas femininas, como a campanha pela emenda por direitos iguais nos Estados Unidos. Em um artigo lido antes do Congresso Social-Democrata de 1906, em Mannheim, Zetkin afirmou que as mulheres da classe média consideravam o sufrágio feminino um direito natural à participação no processo político de uma sociedade burguesa igualmente natural e imutável. Para as mulheres da classe trabalhadora, o voto era, ao contrário, um direito social, uma reivindicação surgida como evidente resultado da emergência do sistema econômico capitalista. Mais ainda:

As mulheres da classe média realmente desejam conquistar essa reforma social porque pensam se tratar de uma medida que fortalecerá e apoiará o conjunto da sociedade de classe média. As mulheres trabalhadoras exigem o sufrágio não apenas para defender seus interesses econômicos e morais, mas o desejam enquanto uma ajuda contra a opressão de sua classe pelos homens e estão particularmente ávidas por ele para auxiliar na luta contra a classe capitalista.^[10]

Assim, o direito das mulheres ao voto assume uma dimensão completamente diferente entre as mulheres de classes sociais antagônicas. Como Zetkin observou em uma resolução apresentada por ela durante o Congresso Internacional Socialista em Stuttgart, em 1907, as mulheres socialistas não podiam colocar tanto peso no sufrágio quanto as mulheres burguesas porque a conquista do direito ao voto não afetaria de modo essencial a causa subjacente da opressão das mulheres, *i.e.*, a propriedade privada. Afinal,

os homens da classe trabalhadora, que tinham permissão de exercer o direito ao voto, permaneciam, não obstante, severamente explorados. Em outras palavras, “a concessão do sufrágio ao sexo feminino não elimina as diferenças de classe entre quem explora e quem sofre a exploração da qual derivam os maiores obstáculos ao desenvolvimento livre e harmonioso do proletariado feminino”^[11].

Se, entretanto, o sufrágio feminino emergia como uma reivindicação significativa nas batalhas das mulheres da classe trabalhadora, isso se dava porque o voto era uma arma potencialmente poderosa a ser empunhada na luta mais ampla, de classe, contra o capitalismo. Na verdade, ele era uma arma exigida não apenas pelas trabalhadoras, mas também por seus irmãos de classe. À medida que números cada vez maiores de mulheres se juntavam às fileiras da mão de obra, tornando-se membros integrais da classe trabalhadora, o combate pelo sufrágio feminino adquiria um caráter crescente de “uma luta pela tomada do poder político pelo proletariado”^[12].

Considerando-se a recente derrota da emenda por direitos iguais nos Estados Unidos e a escalada da propaganda contrária à emenda organizada pelas forças de direita, a natureza demorada da luta pode muito bem ser comparável ao longo combate pelo sufrágio feminino. O que Clara Zetkin disse sobre a campanha para estender o voto às mulheres cabe perfeitamente à campanha atual a favor da emenda:

Nós sabemos que não vamos obter a vitória do sufrágio da mulher em curto prazo, mas sabemos também que em nossa luta por essa medida vamos revolucionar centenas de milhares de mentes. Nós prosseguiremos com nossa guerra, não como um combate entre os sexos, mas como uma batalha contra a força política das classes proprietárias; um combate que levamos avante com toda nossa força e bravura, sem ódio pelo outro sexo; um combate cujo objetivo final e cuja glória serão que (um dia) todo o proletariado, sem distinção de sexo, será capaz de gritar à ordem capitalista da sociedade: “Vocês repousam sobre nós, vocês nos oprimem, e vejam como o edifício que vocês ergueram ameaça desmoronar”.^[13]

Clara Zetkin enfatizou várias vezes que o contexto histórico mais amplo da batalha pela libertação das mulheres era o compromisso da classe trabalhadora com o socialismo. Uma teórica feminista contemporânea com marcante inclinação anticomunista escreve que, “desde que as sociedades socialistas existentes surgiram neste planeta, a desilusão com o socialismo, que resulta da revolução, tem sido um incentivo à emergência da teoria feminista”^[14].

Se tivesse investigado com mais seriedade a verdadeira relação entre o socialismo e o movimento de mulheres, tal como fez Clara Zetkin, ela teria percebido que o surgimento do socialismo, desde o triunfo da Revolução de Outubro, serviu como inspiração e guia para inúmeras mulheres trabalhadoras pelo globo. Quando a face da história foi transformada pela Revolução Russa, Zetkin se uniu a milhões de trabalhadoras e trabalhadores pelo mundo para saudar com entusiasmo esse triunfo. “Bolcheviques alcançaram seu objetivo em um ataque ousado sem precedentes na história. O poder governamental está nas mãos dos soviets. O resultado é a ditadura revolucionária do proletariado.”^[15]

Quando ela escreveu sobre o impacto da revolução nas mulheres muçulmanas das antigas colônias da Rússia tsarista, suas observações poderiam ser aplicadas, muitos anos depois, à situação dos Estados Unidos em relação às lutas travadas pelas mulheres da classe trabalhadora negra e outras mulheres oprimidas em razão de sua raça e nacionalidade. O combate ativo das mulheres muçulmanas por liberdade “confirma o fato de que a revolução proletária de fato virá a ser uma revolução mundial, na qual mesmo o último indivíduo reprimido e escravizado se libertará por meio de sua própria força”^[16].

Está implícita na análise de Zetkin sobre a luta pela libertação entre as mulheres muçulmanas uma mensagem obviamente relevante para o movimento de mulheres contemporâneo. As mulheres da classe trabalhadora e aquelas racialmente oprimidas confrontam a opressão sexista de um modo que reflete as interligações objetivas reais e complexas entre a exploração de classe, a opressão racista e a supremacia masculina. Ao passo que uma mulher branca de classe média sofre o sexismo enquanto uma forma relativamente isolada de opressão, a vivência das mulheres da classe trabalhadora necessariamente o coloca em seu contexto de exploração de classe, e as experiências das mulheres negras incluem ainda o fator social do racismo. Essas não são de maneira nenhuma experiências subjetivas; pelo contrário, há uma inter-relação objetiva entre racismo e sexismo no sentido de que o contexto geral das duas formas de opressão em nossa época é a luta de classes que se desenrola entre o capitalismo monopolista e a classe trabalhadora.

É especialmente importante que as pessoas progressistas dos Estados Unidos, que compreendem em que medida o racismo está entremeado na

história deste país e tem sido usado como ferramenta para fragmentar a unidade da classe trabalhadora, reconheçam que Clara Zetkin representou um papel indispensável para a extensão da solidariedade internacional à luta pela igualdade negra nos Estados Unidos. Como dirigente da Ajuda Vermelha Internacional^[b], em 1932, ela apelou a progressistas de todo o mundo para que defendessem os nove jovens de Scottsboro^[c] condenados sob a falsa acusação de terem estuprado duas mulheres brancas em uma pequena cidade do Alabama. Ela conclamou especificamente ao movimento internacional para que evitasse as execuções dos oito deles que haviam sido sentenciados à morte. Óbvio, a luta contra a pena capital – especialmente quando tem como foco suas implicações racistas – está bastante viva cinquenta anos depois que Clara Zetkin convocou o apoio aos nove de Scottsboro. Em 1988, aproximadamente 2 mil pessoas estão no corredor da morte nos Estados Unidos, e quase metade delas é de pessoas negras ou de outras minorias étnicas.

Antes de mais nada, Clara Zetkin foi uma mulher de paz. Ao mesmo tempo que nunca capitulou em meio às batalhas da classe trabalhadora, ela enfatizou de modo sistemático a importância da luta pela paz como um fator da luta de classes em si.

As guerras imperialistas são dirigidas contra a classe trabalhadora; elas são a manifestação inevitável da própria existência do capitalismo. O primeiro passo decisivo para a demolição do sistema capitalista explorador deve ser o forte e inexorável reconhecimento de que trabalhadoras e trabalhadores são contra as guerras imperialistas.^[17]

De fato, os esforços para agir contra a fortaleza do capitalismo monopolista naqueles países que ainda não se uniram à União Soviética e à comunidade de nações socialistas pela paz estão ligados de modo inerente à luta para pôr fim à ameaça de aniquilação nuclear que paira sobre todos nós. A paz entre as nações, como Clara Zetkin insistiu repetidamente, é sempre do interesse da classe trabalhadora.

[1] Prefácio a Clara Zetkin, *Selected Writings* (org. Philip S. Foner, Nova York, International Publishers, 1984).

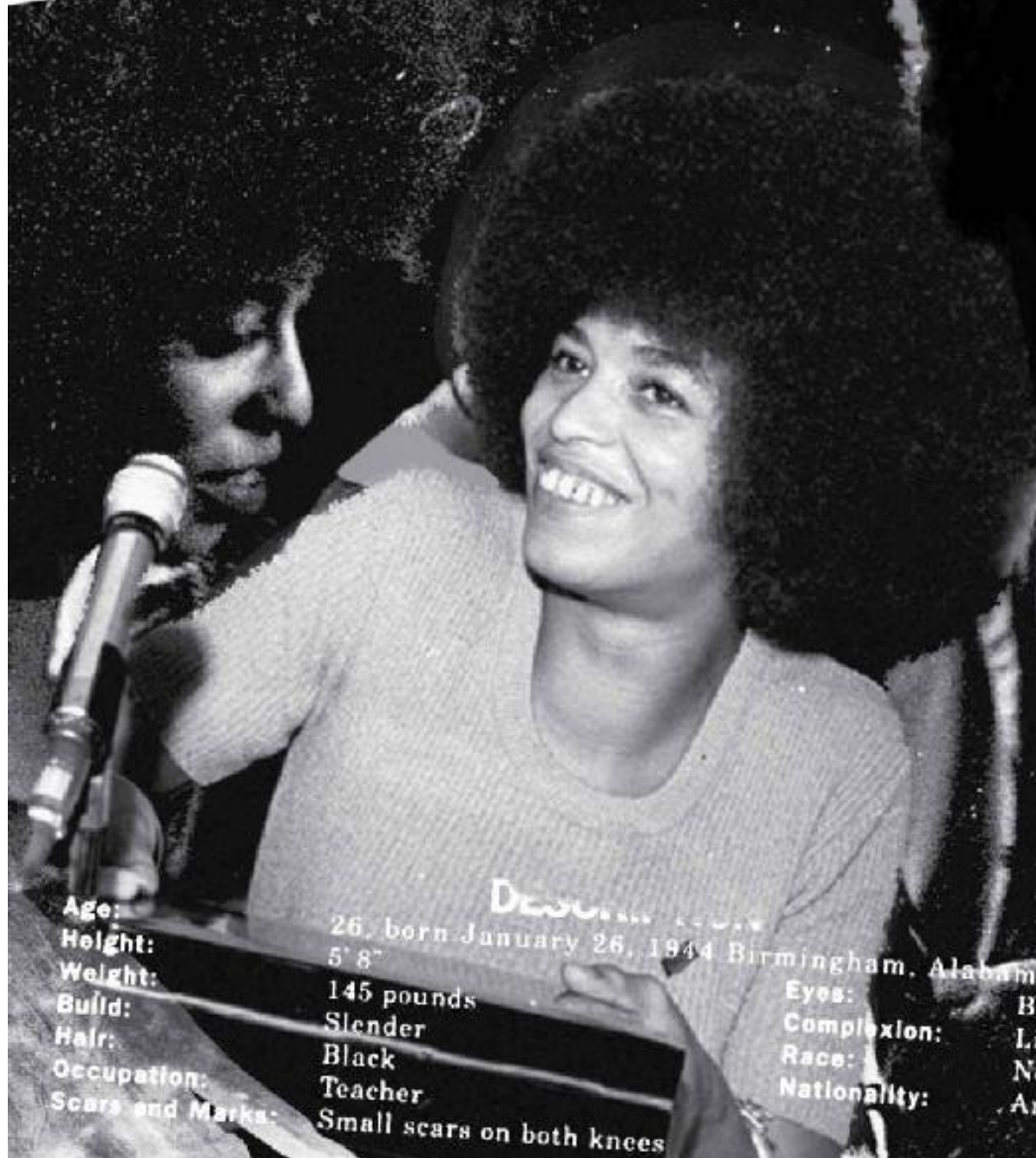
[2] *Ibidem*, p. 45.

- [3] Friedrich Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State* (Nova York, International Publishers, 1970), p. 137-8 [ed. bras.: trad. Leandro Konder, *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Rio de Janeiro, Expressão Popular, 2012].
- [4] V. I. Lênin, *The Emancipation of Women* (Nova York, International Publishers, 1966), p. 81 [ed. bras.: *Sobre a emancipação da mulher*, São Paulo, Alfa-Omega, 1980].
- [5] Clara Zetkin, *Selected Writings*, cit., p. 45.
- [6] Ibidem, p. 72.
- [a] No original, “*upper ten thousand*”, expressão atribuída ao poeta norte-americano Nathaniel Parker Willis para se referir ao círculo de pessoas ricas e influentes de Nova York. Ao longo do tempo, seu sentido foi sendo transformado, e o termo passou a ser usado como sinônimo de aristocracia e alta burguesia. Também usado em sua forma resumida, “*upper ten*”. (N. T.)
- [7] Ibidem, p. 74.
- [8] Idem.
- [9] Ibidem, p. 76-7.
- [10] Idem, *Social Democracy and Woman Suffrage* (Londres, Twentieth Century, 1907), p. 7. Texto lido por Clara Zetkin na Conferência das Mulheres do Partido Social-Democrata, em Mannheim, antes da abertura do Congresso Anual da Social-Democracia Alemã, em 1906.
- [11] Ibidem, p. 99.
- [12] Ibidem, p. 15.
- [13] Ibidem, p. 16.
- [14] Batya Weinbaum, *The Curious Courtship of Women's Liberation & Socialism* (Boston, South End, 1978), p. 7.
- [15] Clara Zetkin, *Selected Writings*, cit., p. 138.
- [16] Ibidem, p. 158.
- [b] Organização de solidariedade política e ajuda humanitária instituída pela Segunda Internacional Comunista. (N. T.)
- [c] Em 1931, nove adolescentes negros foram acusados de estupro por duas mulheres brancas. Eles foram submetidos a três julgamentos, o primeiro deles realizado em Scottsboro, no Alabama. No segundo julgamento, uma das mulheres afirmou ter inventado o estupro. Ainda assim, após a terceira audiência, cinco deles foram considerados culpados. (N. T.)
- [17] Clara Zetkin, *The Toilers Against War* (Nova York, Workers Library, 1934), p. 73.

Sobre educação e cultura

WANTED

ANGELA YVONNE DAVIS



Age: 26, born January 26, 1944 Birmingham, Alabama
Height: 5' 8"
Weight: 145 pounds
Build: Slender
Hair: Black
Occupation: Teacher
Scars and Marks: Small scars on both knees
Eyes: Br
Complexion: Li
Race: Ne
Nationality: An

Imaginando o futuro⁽¹⁾

Gostaria de agradecer a vocês, formandas e formandos, por me convidarem a compartilhar nessa importante ocasião algumas das minhas experiências políticas e a apresentar minhas ideias sobre as oportunidades e os desafios que esperam por vocês. Devo confessar, entretanto, que fiquei bastante surpresa em saber que vocês me escolheram para discursar nesta cerimônia. Percebo agora que criei concepções sobre a juventude de hoje com base em noções publicitárias de que, de modo geral, a geração mais jovem é indiferente e apolítica – e talvez mais interessada na MTV do que em qualquer outra coisa. Entretanto, pessoas jovens indiferentes e apolíticas obviamente não teriam convidado uma mulher comunista e ativista de lutas políticas radicais para falar em sua graduação. Definitivamente, devo a vocês um pedido de desculpas.

Minha geração é lembrada pelo ativismo combativo dos anos 1960 e início dos anos 1970. Tínhamos um bom motivo para nos envolvermos naquelas lutas: os estados do Sul ainda eram brutalmente segregados; as pessoas negras arriscavam suas vidas para exercer o direito ao voto; não havia programas de estudos dedicados à população negra, latina ou asiática nas universidades e escolas secundárias. Ronald Reagan elegeu-se governador da Califórnia e foi responsável, entre outras coisas, por me acusar de três crimes puníveis com a sentença de morte – assassinato, sequestro e conspiração – e por me colocar na lista dos dez criminosos mais procurados do FBI. Richard Nixon chegou à presidência do país e mostrou quem realmente era ao conduzir uma sangrenta ofensiva contra o povo do Vietnã. Ele também orquestrou uma guerra interna,

em menor escala, de repressão política contra o Partido dos Panteras Negras e outras organizações ativistas da população negra.

Tínhamos bons motivos para nos alinhar com os movimentos radicais de massa daquele período. Nós tecíamos sonhos de um mundo melhor – sem racismo, sem injustiças econômicas, sem guerra. Nós imaginávamos um futuro mais humano, mas também arriscávamos a vida para derrotar o racismo e as ofensivas militares dos Estados Unidos contra o Sudeste Asiático.

Agora é a vez de vocês imaginarem um futuro mais humano – um futuro de justiça, igualdade e paz. E se vocês desejam realizar seus sonhos, que continuam sendo os sonhos da minha geração, também devem se levantar e falar abertamente contra a guerra, contra a falta de empregos e contra o racismo.

A geração de vocês está atingindo a maturidade em uma época de grande risco – o que é exemplificado pela investida dos Estados Unidos contra El Salvador e Nicarágua e por seu conluio com o governo do *apartheid* na África do Sul. Os homens que estão se formando nesta turma estão entre aqueles que seriam recrutados em caso de mobilização militar contra qualquer um desses países.

Mas há um risco ainda maior. Os Estados Unidos possuem agora cerca de mil ogivas nucleares, capazes literalmente de consumir todo o mundo em chamas atômicas. Isso já é bastante ruim – mas pensem no homem cujo dedo está sobre o gatilho nuclear. Vocês não têm idade suficiente para lembrar de Ronald Reagan durante seu auge em Hollywood. Eram os tempos de *Bedtime for Bonzo* [Hora de dormir do Bonzo] (seu coadjuvante chimpanzé); era seu momento em *Death Valley Days* [Dias no vale da morte]. Agora, muitos de nós tememos que Reagan divida a cena com um míssil MX tal como contracenava com Bonzo – ou que decida um dia nos levar de volta ao vale da morte.

O jornal de ontem trazia uma fotografia irônica de nosso presidente sentado diante de uma turma de formandos da escola secundária. Talvez ele precisasse se sentar entre os estudantes, e não na frente deles. Parece-me que provavelmente algumas e alguns de vocês que estão se formando seriam muito mais capazes de governar este país do que o homem que no momento finge fazê-lo. Duvido seriamente de que qualquer um de vocês seria tão veloz em conduzir o mundo na direção da destruição nuclear.

Muitos de vocês, formandos do sexo masculino, serão em breve – se já não foram – convocados para se alistar no Exército. A lei de alistamento tem três anos e se tornou um pesadelo para centenas de milhares de jovens como vocês. Mais de 700 mil já se recusaram a obedecer a essa lei, sob risco de serem presos. O governo federal tentou até mesmo coagir estudantes a se alistarem ameaçando cortar sua assistência financeira.

Na letra da canção que vocês escolheram como tema, John Lennon diz: “Imaginem todas as pessoas vivendo juntas, em paz”. No entanto, devemos ser mais específicos: “Imaginem um mundo sem mísseis MX, mísseis de cruzeiro, mísseis Pershing II”. Também devemos fazer mais do que imaginar. Devemos fazer passeatas, protestos, petições e percorrer quaisquer outros caminhos de resistência coletiva que garantam o dia em que todas as pessoas viverão juntas, em completa paz, livres da ameaça da destruição nuclear. A juventude de hoje é a esperança do amanhã. Portanto, a vocês cabe trabalhar para que esta geração e as que estão por vir possam “ser tudo o que podem ser” – mas certamente não no Exército, na Marinha, na Aeronáutica ou no corpo de fuzileiros navais.

Imaginem que não há posses
Pergunto-me se vocês conseguem
Nenhuma necessidade de ganância ou fome,
Uma irmandade do homem.^[a]

Hoje, óbvio, o mundo não pertence de fato aos seus habitantes. Há aquelas pessoas – um minúsculo segmento da população – que usurparam grande parte da riqueza no mundo capitalista, enquanto outras – a vasta maioria – têm proporcionalmente pouco. Nessa maioria, um número expressivo nem sequer possui o suficiente para sobreviver. Famílias inteiras andam pelas ruas sem casas, sem empregos, sem garantias de que terão comida para a próxima refeição.

A falta de empregos é um problema de singular importância para a população jovem, principalmente a juventude negra e de outras comunidades racialmente oprimidas. Trata-se de uma preocupação para as mulheres jovens, em especial as de minorias étnicas. Quantas já imaginaram que, após a formatura, haverá um emprego criativo e com ótimo salário esperando por vocês – ou que uma bolsa de estudos permitirá que façam faculdade? Muitas de vocês, sem dúvida. Mas vocês estão lidando com um governo que não se

importa nem um pouco com a juventude e com o seu futuro. A administração Reagan é a mais brutalmente contrária à juventude em toda a história de nosso país. Houve cortes maciços na maioria dos programas que traziam algum benefício para a população jovem – formação profissional, empregos temporários de verão, saúde, educação, orientação e lazer. Os recursos desses programas foram transferidos para as Forças Armadas. Aqui em Berkeley, nosso atual prefeito, o honorável Gus Newport, criou o Youth Employment Program [Programa de Emprego para a Juventude], que une o distrito escolar, o setor privado e o governo municipal. Mas a interferência de Reagan reduziu o programa a uma mera sombra do que era antes.

A absurda solução de Reagan para o problema do desemprego entre a juventude é o salário inferior ao mínimo, ou o assim chamado “salário de verão”. Originalmente, ele propôs um salário mínimo de US\$ 1,57 [por hora] para adolescentes. Quem iria querer trabalhar por algo que equivale ao salário de escravos? Depois, ele alterou a remuneração mínima para trabalhos temporários de verão para US\$ 2,50. Pensem nos milhões de dólares que empresas como McDonald’s lucrariam nessas condições. Elas já se beneficiam da barata mão de obra adolescente. Não apenas a população jovem deveria receber o salário mínimo, como o próprio salário mínimo deveria ser multiplicado por dois! Além disso, um programa urgente de formação deveria ser implementado como pré-requisito para a criação de 5 milhões de empregos para a juventude em um projeto de serviços públicos voltado para a reconstrução das cidades do país.

Imaginem uma jornada semanal reduzida – trinta horas em vez de quarenta – sem corte salarial. Isso criaria milhões de novos empregos para a população jovem.

Imaginem se todas as faculdades e universidades do país fossem mobilizadas a fim de educar a nossa população jovem para o futuro – gratuitamente.

Imaginem se existissem medidas contundentes de ação afirmativa no mercado de trabalho e nas universidades para que a juventude negra, latina, asiática, indígena e das ilhas do Pacífico pudesse finalmente vencer um legado opressivo de racismo. Imaginem se as mulheres jovens tivessem exatamente as mesmas oportunidades que os homens jovens.

Imaginem, na verdade, um mundo sem sexismo. Imaginem um mundo sem homofobia.

Imaginem se nós vivêssemos em um mundo sem racismo.

Imaginem se a Ku Klux Klan já tivesse sido relegada a um passado distante, e se nós nunca mais tivêssemos de nos preocupar com a criação de acampamentos em que crianças brancas aprendem a odiar e a atacar pessoas negras, indígenas, judias e de origem mexicana.

Imaginem se vivêssemos em um mundo em que uma criança negra de cinco anos chamada Patrick Mason não pudesse ser cruelmente assassinada por um policial branco de Stanton, na Califórnia, que depois justificou sua ação dizendo que a criança tinha uma arma de brinquedo nas mãos. Imaginem se vivêssemos em um país em que um jovem norte-americano de origem chinesa chamado Vincent Chin não pudesse ser espancado até a morte com um taco de beisebol por dois trabalhadores da indústria automobilística desempregados que pensaram que ele era japonês e decidiram descontar sua raiva contra a importação de carros do Japão matando “um deles”.

Imaginem se vivêssemos em um mundo em que pessoas do México, da América Central e do Haiti sem documentação imigratória não fossem amontoadas como gado e detidas em campos de concentração apenas para serem embarcadas de volta para seus países, onde elas enfrentam a pobreza abjeta e a repressão policial brutal.

Imaginem se vivêssemos em um mundo em que um jovem ativista negro chamado Eddie Carthan, eleito o primeiro prefeito negro de Tchula, Mississippi, não pudesse ser falsamente enquadrado em sérias acusações criminais e condenado a muitos anos de prisão porque ele desejava melhorar as condições da população pobre de sua cidade.

Imaginem se vivêssemos em um mundo em que jovens com deficiências físicas e intelectuais não fossem alvo de uma discriminação devastadora e rotineira.

Imaginem se vivêssemos em um mundo sem pena de morte. Hoje, aproximadamente 1,2 mil pessoas perecem em celas do corredor da morte nas prisões deste país; algumas delas eram meras crianças quando foram condenadas à pena capital. Quase metade delas é de minorias étnicas.

No entanto, jovens amigas e amigos – minhas jovens irmãs e irmãos –, nós devemos fazer mais do que nos envolver em tais voos da imaginação. Todos nós, jovens e velhos, mulheres e homens, devemos nos erguer, falar abertamente e lutar por um mundo melhor.

Não devemos permitir que outro Vietnã ecloda em El Salvador. Devemos evitar a derrubada das revoluções na Nicarágua e em Granada. Cabe a vocês dizer: “Malditos, nós não vamos... Malditos, não vamos nos alistar para coisa alguma, exceto para votar e tirar Ronald Reagan do cargo... Malditos, sim, nós vamos apoiar Ron Dellums para o Congresso e Gus Newport, o prefeito progressista de nossa cidade que adotou posturas combativas por uma educação integrada e livre e por empregos para toda a juventude”.

E devemos dizer – como dr. Martin Luther King Jr. disse há vinte anos: “Eu tenho um sonho”. A geração de vocês ainda não era nascida quando o dr. King liderou a impactante passeata de 1963 em Washington, mas vocês têm em *suas* mãos o poder de conduzir este país em uma direção que refletirá o que vocês são capazes de imaginar agora em seu coração e em sua mente.

Por fim, jovens amigas e amigos, lembrem-se de que vocês não devem apenas imaginar e sonhar com seus objetivos futuros – bem como com o futuro do mundo –, mas devem se levantar, unir-se e lutar pela paz, por empregos, pela igualdade e pela liberdade!

[1] Discurso apresentado na cerimônia de graduação na Berkeley High School, em 16 de junho de 1983.

[a] “*Imagine no possessions / I wonder if you can / No need for greed or hunger / A brotherhood of man.*” (N. T.)

Colhendo o fruto e espalhando as sementes⁽¹⁾

Esta cerimônia de formatura para as alunas e os alunos negros da Universidade da Califórnia (Ucla, na sigla em inglês), em Los Angeles, celebra a conquista coletiva de um objetivo intelectual pelo qual vocês trabalharam arduamente ao longo dos últimos anos. Ao mesmo tempo, ela reflete a vitalidade de um legado construído pelo movimento de libertação negra há quase duas décadas. Minha própria luta aqui na Ucla, uma reação à decisão do então governador Ronald Reagan de me demitir do meu cargo no Departamento de Filosofia por causa da minha afiliação ao Partido Comunista, foi uma das muitas frentes de batalha na defesa do direito da população negra de participar do processo educacional desta universidade. Sinto, portanto, uma forte ligação pessoal com vocês, formandas e formandos afro-americanos da Ucla.

Hoje, embora estejamos longe de alcançar nossa meta de eliminar o racismo que permeia as instituições educacionais deste país e, em particular, esta universidade (de fato, temos testemunhado um retrocesso ao longo dos últimos anos), é uma gloriosa vitória o fato de que vocês, estudantes de origem afro-americana, estejam recebendo seu diploma da Ucla. Vocês não devem nunca se esquecer de que pessoas fizeram passeatas, protestos, foram presas e perderam o emprego – algumas perderam até a vida – para abrir caminho para este momento de triunfo. Encorajo vocês a refletir seriamente sobre suas responsabilidades para com aquelas pessoas cujo ativismo tornou possível que vocês alcançassem este importante objetivo. Ao colher o fruto de lutas do passado, vocês devem espalhar a semente de batalhas futuras.

Ao celebrar esses ritos de passagem, estejam cientes de que a massa de nosso povo, especialmente nossa juventude – seus pares –, está sofrendo os efeitos de formas cada vez mais nocivas de discriminação racista. O Children's Defense Fund [Fundo de Proteção à Infância], em Washington, acaba de publicar um relatório intitulado *Black and White Children in America: Key Facts* [Crianças negras e brancas nos Estados Unidos: fatos principais]. O documento aponta que, em comparação com cinco anos atrás, as crianças negras têm hoje muito mais chances de nascer na pobreza, ter pais desempregados, ficar elas mesmas desempregadas na adolescência, sendo muito *menos* propensas a fazer faculdade após se formarem no ensino médio.

Entre o fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970, certamente em consequência das passeatas, dos protestos e de greves pela reivindicação de que mais pessoas de nosso povo fossem aceitas em instituições de ensino superior, foi atingido um grau mensurável de progresso. Na verdade, em 1977, a taxa de frequência nas universidades era quase a mesma entre estudantes de origem negra e branca. Mas, em 1982 – apenas cinco anos depois –, a juventude branca tinha uma probabilidade 45% maior de cursar a faculdade do que a negra.

O relatório do Fundo de Proteção à Infância sugere que essa acentuada piora no acesso da população negra a instituições de ensino superior é diretamente atribuída ao crescente empobrecimento da comunidade afro-americana. Hoje, quase metade de todas as crianças negras é pobre, ao passo que uma em cada seis crianças brancas está oficialmente abaixo da linha de pobreza. As crianças negras são cinco vezes mais suscetíveis à dependência de programas assistenciais do que as brancas.

A administração Reagan se vangloria de que suas políticas resultaram em um declínio significativo na taxa de desemprego, mas nossas comunidades continuam a sofrer com índices de desocupação típicos de depressões econômicas. As estatísticas oficiais do crescente desemprego entre a população negra nem sequer refletem o número enorme de pessoas negras que procuraram trabalho sem sucesso por tanto tempo que, como resultado do desespero, desistiram da busca. Uma quantidade incontável de nossas mulheres, por falta de formação e de experiência profissional, é incapaz de encontrar ocupações que cubram ao menos as despesas decorrentes da

atividade profissional. Significa dizer que mães solteiras frequentemente não ganham o suficiente para pagar por creche, transporte, roupas etc. – sem falar em aluguel, comida e demais necessidades básicas. Por conseguinte, elas são obrigadas a se candidatar ao Aid to Families with Dependent Children [Programa de Assistência a Famílias com Crianças Dependentes; AFDC, na sigla original] simplesmente porque não conseguem arcar com o custo de trabalhar.

Entretanto, a educação sozinha não é a cura desses sintomas dos quais sofremos como resultado da epidemia racista que afeta nosso governo e nossa sociedade. Independentemente de seu nível de instrução, é menos provável que mulheres e homens afro-americanos sejam contratados do que pessoas brancas. O desemprego é três vezes maior entre homens negros com formação universitária do que entre homens brancos com o mesmo grau de escolaridade. É de fato escandaloso que entre jovens de origem negra com formação universitária a taxa de desemprego atual seja quase tão alta quanto entre estudantes de origem branca que abandonaram os estudos no ensino médio. Cerca de uma em cada quatro pessoas negras que completaram o ensino superior não consegue emprego.

Quem entre vocês tiver a sorte de encontrar trabalho descobrirá que seu salário tende a ser espantosamente menor do que o de seus colegas brancos. Em 1982, entre profissionais com ensino superior, os homens brancos tinham uma renda média anual de US\$ 29 mil, enquanto os homens negros recebiam US\$ 19 mil. As mulheres brancas ganhavam US\$ 18 mil, e as mulheres negras, apenas US\$ 16 mil – US\$ 13 mil a menos do que os homens brancos.

Isso, minhas jovens irmãs e irmãos, é o que espera por vocês. Mesmo que vocês estejam entre as pessoas mais privilegiadas do nosso povo, colhendo os frutos de décadas de sacrifícios e lutas de nossa comunidade, de forma alguma o futuro de vocês está garantido.

Qual o contexto político dessa crise que afeta a comunidade afro-americana? É o ataque generalizado da administração Reagan ao movimento trabalhista, junto com esforços oficiais para reverter as conquistas mais importantes do movimento pelos direitos civis. A U.S. Commission on Civil Rights [Comissão de Direitos Civis dos Estados Unidos] foi praticamente desmantelada, considerando-se que Clarence Pendleton, o bajulador negro de

Reagan, está conduzindo a organização por um caminho que a tornará uma instituição de endosso às políticas racistas do governo, em vez do órgão concebido para defender os direitos civis.

A ofensiva generalizada contra a classe trabalhadora significa que as condições econômicas da população negra pioraram rapidamente. A agressão generalizada às mulheres significa que as condições das mulheres negras se tornaram especialmente insuportáveis. Essa intensificação do racismo incitada pela administração Reagan envolve uma violenta escalada dos crimes cometidos por policiais contra a comunidade afro-americana. Não faz muito tempo, a polícia da Cidade do Amor Fraternal^[a] realizou um ataque de brutalidade sem precedentes contra uma residência negra. O cerco à casa de integrantes do Move^[b], na Filadélfia, resultou no assassinato de onze mulheres, crianças e homens negros, além do incêndio proposital de aproximadamente sessenta casas da comunidade negra. Não só a polícia deve ser responsabilizada, como o prefeito negro – ele mesmo, Wilson Goode – deve responder por essa operação de guerra contra nossa comunidade.

A agenda racista do governo também tem sérias implicações internacionais. Como resultado direto da aliança dos Estados Unidos com a África do Sul, sob o disfarce de um “compromisso construtivo” – que merece ser chamado, de forma mais apropriada, de “compromisso destrutivo” –, mais de quatrocentas pessoas sul-africanas foram assassinadas pela polícia e pelas Forças Armadas desde o início do ano. Milhares de pessoas foram exiladas, detidas, presas e torturadas. Ativistas pela liberdade e líderes comunitários da United Democratic Front [Frente Democrática Unida]^[c] enfrentam condenações à morte. Há 25 anos Nelson Mandela está na prisão, e Winnie Mandela, exilada ou em prisão domiciliar.

Aqui neste país, emergiu nos últimos seis meses um movimento vigoroso contra o *apartheid*, atraindo dezenas de milhares de participantes a piquetes, passeatas, manifestações e comícios. Milhares de pessoas, literalmente, foram presas por se engajarem em desobediência civil. Em São Francisco, estivadores se recusaram a descarregar uma carga sul-africana e, por todo o estado da Califórnia – de Berkeley a Santa Cruz e Los Angeles –, estudantes têm militado e apresentado de modo criativo suas reivindicações pelo desinvestimento da Universidade da Califórnia em ações de empresas que operam na África do Sul.

Os Regentes^[d] vão se reunir na próxima semana, sem dúvida em uma tentativa de elaborar argumentos para sua recusa em atender a essa demanda. Mas deve ficar evidente a toda a comunidade presente hoje que é apenas uma questão de tempo até que esta universidade e todos os negócios estadunidenses na África do Sul sejam forçados a interromper as transações realizadas com o dinheiro sujo de sangue chamado eufemisticamente de lucro corporativo. Em tom de desculpa, os Regentes declaram que o desinvestimento faria com que perdessem dinheiro. Se de fato é esse o caso, trata-se de um preço pequeno a pagar pela postura imoral de ter se beneficiado por tanto tempo de uma situação em que trabalhadoras e trabalhadores negros recebiam um décimo do salário dos brancos.

No fim, o povo da África do Sul triunfará. Ele vencerá com ou sem a nossa ajuda. Entretanto, o que fazemos neste país certamente pode apressar o momento de sua vitória. É nossa responsabilidade não apenas continuar a luta pelo desinvestimento, mas também pressionar pelo fim das relações comerciais com a África do Sul. Em última análise, todos os laços econômicos, culturais e políticos com a África do Sul devem ser cortados até que a estrutura do *apartheid* desmorone.

Esses são alguns dos muitos desafios urgentes que encaramos hoje, e vocês, como formandas e formandos afro-americanos desta instituição, têm de fato uma responsabilidade especial de participar e atuar como lideranças dos movimentos que surgem para enfrentar essas questões. Vocês não devem se preocupar apenas com a população negra dos Estados Unidos, mas também com a população de origem mexicana, latina, asiática, indígena e das ilhas do Pacífico. Vocês devem se preocupar com a classe trabalhadora como um todo e compreender os laços que ligam todos nós, homens e mulheres, à luta pela igualdade das mulheres. Vocês não devem se concentrar apenas na difícil condição de nosso povo na África do Sul, pois estamos também na Nicarágua, em El Salvador e no Oriente Médio. E por fim, como estudantes de origem afro-americana, vocês devem aproveitar a oportunidade de contribuir para os esforços de livrar este planeta da ameaça do onicídio nuclear.

Assim, na ocasião da sua formatura na faculdade, que marca o auge do que talvez seja o período mais longo que vocês, como indivíduos, dedicarão à conquista de um único objetivo pessoal, convido vocês a refletir não apenas

sobre seu próprio tempo e seus esforços, mas também sobre a luta de seus antepassados, que tornaram possível que vocês estudassem nesta universidade, tivessem uma educação e recebessem o diploma no dia de hoje. Vocês alcançaram um ponto da vida em que se torna necessário voltar seu tempo e seus esforços a causas e lutas que vão preparar o caminho para aquelas pessoas que virão depois de vocês – as próximas gerações afro-americanas –, para que elas vivam em um mundo pacífico, livre da ameaça de destruição nuclear, e para que possam um dia refletir sobre a vida, a educação e o futuro que vocês lhes ofereceram.

[1] Discurso dirigido à turma de formandas e formandos negros da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, em 15 de junho de 1985.

[a] No original, “*City of Brotherly Love*”, apelido dado à Filadélfia, cidade cujo nome deriva dos termos gregos *philos* (amor) e *adelphos* (irmão). (N. T.)

[b] Grupo formado por pessoas negras em 1972, na Filadélfia, que adotava um estilo de vida comunitário e organizava protestos contra o racismo e a brutalidade policial. O cerco mencionado aconteceu em 1985, quando o Departamento de Polícia obteve mandados de prisão de alguns membros e, ao cumpri-los, acabou por bombardear o telhado da casa em que viviam. (N. T.)

[c] Principal organização a reunir vários setores da sociedade – como estudantes, igrejas, classe trabalhadora – na luta contra o *apartheid* sul-africano nos anos 1980. (N. T.)

[d] Integrantes do conselho de administração da universidade. (N. T.)

Estudos étnicos: significados globais^[1]

O conceito de estudos étnicos, focado nas reivindicações culturais das populações racialmente oprimidas nos Estados Unidos, sempre envolveu, junto com a contestação do racismo em nosso próprio sistema educacional, um processo de construção de pontes que nos convida a ter empatia com as lutas e conquistas das minorias étnicas oprimidas pelo mundo. Embora tenhamos identificado que os laços que nos ligam à África, à Ásia, ao Caribe, ao Oriente Médio e à América Latina foram moldados por nossas respectivas heranças culturais e raciais, devemos estar igualmente cientes do fato de que esses elos têm sido imensamente fortalecidos por nossa busca comum pela dignidade e pela liberdade. “Para mim, o que é a África?”, W. E. B. Du Bois perguntou-se certa vez.

A África, óbvio, é minha terra paterna. Ainda assim, nem meu pai nem o pai de meu pai estiveram na África, conheceram seu significado ou se preocuparam com isso. A família de minha mãe era mais unida, e ainda assim a ligação direta entre eles, em termos culturais e raciais, tornou-se tênue; apesar disso, meu elo com a África é forte. Nesse vasto continente, remontando mil anos ou mais, nasceu e viveu grande parte de meus antepassados. Em mim, a marca de sua herança está na cor e no cabelo. Esses são fatores óbvios, mas de pouco significado em si mesmos; são importantes apenas porque representam diferenças reais e mais sutis em relação aos outros homens [...].

Mas uma coisa é certa, e trata-se do fato de que desde o século XV esses meus antepassados e as pessoas que deles descenderam tiveram uma história comum; sofreram uma catástrofe comum e têm uma mesma memória do passado [...]. A essência real desse parentesco é a herança social da escravidão; a discriminação e o insulto; e esta herança une não apenas os filhos e as filhas da África, mas se estende [...] à Ásia e aos mares do Sul. É essa união que me atrai para a África.^[2]

De fato, a busca secular do povo afro-americano pela liberdade sempre carregou uma relação especial com as lutas pela libertação nacional do

continente africano. Não é mera coincidência que 1960, o ano dos protestos sentados^[a] no Sul – que marcaram um ponto de inflexão no movimento pelos direitos civis –, tenha sido chamado também de Ano da África, porque os impérios coloniais africanos sofreram golpes decisivos. Camarões, Togo, Senegal, Mali, Madagascar, Congo-Kinshasa, Congo-Brazavile, Somália, Daomé, Níger, Alto Volta, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Nigéria, Gabão, Mauritânia^[b] – ao todo, dezessete estados proclamaram independência em 1960.

Para os movimentos negro, porto-riquenho e chicano dos anos 1960, a Revolução Cubana também foi uma poderosa influência. Enquanto nós jovens organizávamos nossas comunidades, fazíamos passeatas e manifestações para expressar oposição ao racismo, enquanto nós combatíamos a brutal repressão da polícia, inspirávamo-nos no heroísmo revolucionário de Che Guevara, Fidel Castro e Haydée Santamaría. Sentimos nossas crenças fortalecidas ao saber que entre as primeiras ações da Revolução Cubana estava a criminalização da discriminação racial. Ao analisarmos as implicações da consciência cultural negra e latina, nossas ideias foram respaldadas pela divulgação da dimensão africana da cultura cubana na música, na dança e na educação.

Ao examinarmos as influências internacionais das lutas do Terceiro Mundo nos Estados Unidos – e particularmente aquelas que culminaram no estabelecimento da instituição dos estudos étnicos –, não devemos deixar de reconhecer o imenso impacto da guerra do Vietnã. Em seus esforços para rechaçar as agressões imperialistas e criar uma nova ordem social, o heroico povo vietnamita foi uma inspiração constante para quem entre nós encontrava motivação no desejo de uma nova ordem social em nosso próprio país, o soberano do imperialismo. Como mulheres, ficávamos especialmente tocadas pelas evidentes contribuições das vietnamitas em todos os níveis da luta de seu povo. A senhora Nguyen Thi Binh surgiu como símbolo do processo que uniu emancipação da mulher e libertação nacional. E tanto a experiência cubana quanto a vietnamita certamente possibilitaram que, em nosso país, números cada vez maiores de ativistas políticos considerassem seriamente o socialismo como nosso objetivo estratégico final.

A luta pelos estudos étnicos nos Estados Unidos revelou uma centralidade característica da reivindicação por educação no interior do movimento mais

amplo por justiça e igualdade. Ao longo da evolução do movimento de libertação afro-americana, desde a época da escravidão até o presente, a batalha pela educação tem sido o próprio coração da busca pela liberdade. Na arena internacional, as demandas que giravam em torno de igualdade e justiça na educação também tiveram papel fundamental e catalisador nas batalhas pela libertação nacional. Consideremos, por exemplo, o caso da África do Sul. Em 1976, entre 16 de junho e 30 de agosto, mais de 16 mil tiros foram disparados pela polícia em uma tentativa de derrubar a insurreição estudantil e trabalhadora em Soweto. Essa rebelião foi despertada pelo projeto do governo do *apartheid* de forçar a população africana a estudar determinados conteúdos no idioma de seus opressores, os africanos brancos. Mas o levante evoluiu para muito mais do que uma recusa do idioma africano; tornou-se um protesto contra todo o sistema de educação bantu, projetado para treinar a população africana para a subordinação. Como o Congresso Nacional Africano (CNA) observou na época: “Não é apenas uma paralisação contra o africano como meio de instrução, mas um protesto político de um povo escravizado, oprimido, contra todo o conceito de educação bantu”^[3].

A análise que o CNA fez da educação bantu contém numerosos paralelos com a situação educacional das populações negra, latina, asiática e indígena neste país:

Esse sistema educacional é um instrumento para cavar trincheiras para a dominação branca. Ele prepara a criança africana para o papel de subalterna, uma fornecedora de mão de obra barata que não se identificará com o desejo de libertação nacional das massas oprimidas. Trata-se de um papel que garante a posição privilegiada do homem branco, isolando a criança africana dos eventos mundiais e confinando-a nas mentiras e distorções que são preparadas pelos brancos para retardar o desenvolvimento intelectual das pessoas negras. A educação que ela recebe glorifica o tribalismo; a criança é levada a aceitar o homem branco como o salvador cuja missão divina é dominar a vida das pessoas negras e determinar como, onde e por quanto tempo cada uma delas viverá. Na verdade, é uma educação para a servidão.^[4]

Durante o levante de Soweto, praticamente todos os escritórios da administração bantu foram incendiados. Tabernas e lojas de bebidas alcoólicas, que são operadas pelo governo do *apartheid* e constituem sua maior fonte de renda nas áreas negras, também foram atingidas. “Menos bebida, mais educação” e “Mais escolas, menos tabernas” eram as palavras de ordem gritadas por estudantes e pichadas nos muros pelo distrito de Soweto.

Na época da insurreição, o governo do *apartheid* vangloriou-se de gastar mais dinheiro com a educação da comunidade africana do que em qualquer período anterior. Mesmo assim, existia e continua existindo um abismo crescente entre a educação da população branca e a da negra. Em 1964, o governo investiu dez vezes mais em estudantes da população branca do que nos da negra. Em 1974, quinze vezes mais dinheiro foi gasto com a educação de estudantes de origem branca do que com a de estudantes de origem negra. Como disse Nelson Mandela em uma mensagem enviada clandestinamente da prisão, onde ele está desde 1962:

O veredito é em alto e bom som: o *apartheid* falhou. Nosso povo se mantém firme em recusá-lo. Pessoas jovens e idosas, pais, mães e crianças, todos o rejeitam. À frente da onda de agitações de 1976-1977 estavam nossos estudantes e nossa juventude, que vinham de universidades, escolas secundárias e mesmo primárias [...].

Contudo, após mais de vinte anos de educação bantu, o ciclo se fecha, e nada evidencia a total falência do *apartheid* quanto a revolta de nossa juventude. Os males, a crueldade e a desumanidade do *apartheid* estão aí desde seus primórdios. E as pessoas negras – africanas, miscigenadas e indianas – se opuseram a ele em todos os momentos.^[5]

A luta por educação em Granada trouxe lições significativas para a defesa contínua, a expansão e o aprofundamento dos estudos étnicos neste *campus*, neste estado e em todo o país. Nós que temos vínculos com a School of Ethnic Studies [Escola de Estudos Étnicos] da Universidade Estadual de São Francisco sentimos uma afinidade especial com o povo de Granada, visto que financiamos uma recente visita da Companhia Performática Nacional do país a São Francisco. Estávamos em via de estabelecer um programa de intercâmbio entre nossa universidade e a Faculdade de Pedagogia de Granada, que já estaria em operação se não fossem o assassinato do primeiro-ministro Maurice Bishop e a invasão do país pelos Estados Unidos.

O devastador legado da educação colonial foi descrito de modo eloquente pelo falecido primeiro-ministro:

Talvez o pior crime que o colonialismo cometeu em nosso país, que na verdade cometeu em todas as ex-colônias, seja o sistema educacional. Isso porque aquele sistema era usado para ensinar ao nosso povo uma atitude de ódio a si mesmo, para fazê-lo abandonar nossa história, nossa cultura, nossos valores. Para fazê-lo aceitar os princípios da superioridade branca, destruir nossa confiança, reprimir nossa criatividade, perpetuar em nossa sociedade os privilégios e as diferenças de classe. Os senhores colonialistas perceberam bastante depressa que, se conseguissem que um povo subjugado pensasse como eles, esquecesse sua própria história e sua própria cultura [...], então eles já teriam concluído o trabalho de nos manter sob dominação e exploração perpétuas.^[6]

Após a vitória do Movimento New Jewel^[c], em março de 1979, a transformação do sistema educacional herdado da ditadura de Eric Gairy ocupou o topo da lista de prioridades. Jacqueline Creft, ministra da Educação, Cultura e Políticas para Mulheres até ser assassinada durante o sangrento golpe contra o governo Bishop, colocou a questão nestes termos:

Estávamos determinadas a mudar um sistema que excluiu de modo tão intenso os interesses da massa de nosso povo e que também teceu em torno da mente de nossas crianças teias de medo, alienação e irrelevância [...]. Sejam elas a pequena senhorita Muffet, a vaca que pulou na lua, Guilherme, o conquistador, os narcisos de Wordsworth ou as chamadas “descobertas” do chamado “Novo Mundo” por Cristóvão Colombo.^{[d] [7]}

Embora o processo revolucionário de Granada tenha sido interrompido abruptamente no outono de 1983 pelo golpe interno e pela invasão militar dos Estados Unidos, quase cinco anos foram dedicados à criação de uma nova estrutura educacional que trouxe a alfabetização, uma nova identidade cultural e uma consciência política cada vez mais complexa às massas da população. Durante esse período, *outdoors* trazendo palavras de ordem como “Educação, um direito, não um privilégio” se espalharam por toda a ilha. Jovens educadoras e educadores ensinavam com entusiasmo a pessoas adultas as habilidades básicas de leitura e escrita, enquanto novas escolas foram criadas para oferecer educação pública gratuita a todo o povo.

Os livros escolares estavam sendo reescritos para refletir a história e o legado do povo granadino. Nos primeiros anos da escola primária, os materiais didáticos já haviam sido publicados na linguagem popular, e não no inglês britânico formal, facilitando a transição do idioma falado para o escrito e legitimando a rica tradição oral do país. A cultura começou a florescer durante aqueles quatro anos e meio, e uma pesquisa importante sobre as raízes africanas da vivência granadina estava sendo realizada pela primeira vez. Na ilha de Carriacou, por exemplo, a tradicional Grande Dança do Tambor estava sendo ensinada de forma respeitosa e estudada como uma das mais poderosas formas atuais de afirmação cultural da herança africana do povo granadino.

“A Revolução Granadina”, declarou Jacqueline Creft, “é também uma revolução na educação”. “Ela está imbuída da crença de que o conhecimento e o poder econômico devem ser inseparáveis e de que a total libertação de nosso

povo só pode acontecer com o equilíbrio e a consolidação igualitária de ambos.”^[8]

Esse experimento educacional corajoso e promissor foi violentamente interrompido, mas o espírito daquela revolução multifacetada segue vivo. Devemos lembrar a nós mesmos de modo constante não apenas da importância do estudo da experiência granadina com o propósito de tirar lições que sejam aplicáveis às nossas próprias lutas por uma educação relevante, mas também da necessidade de apoiar quem leva adiante o legado da revolução de seu povo.

Se a Revolução de Granada foi temporariamente esmagada, a Revolução Sandinista da Nicarágua felizmente avança de forma vibrante. Com certeza, a experiência nicaraguense no campo da educação deve ser estudada com cuidado por todas as pessoas que desejam tornar o processo educacional relevante para as realidades históricas dos povos oprimidos. Diz-se que a Nicarágua em si é uma escola, porque mais de 40% da população está envolvida de alguma forma no processo educacional organizado. Na época da derrota de Somoza, entretanto, cerca de metade da população não sabia ler nem escrever. Na maior parte das áreas rurais, o índice de analfabetismo era de 75% a 80% e, em alguns vilarejos, chegava a 100% entre as mulheres. Além disso, nas palavras de Ernesto Cardenal, ministro da Cultura, “literatura, teatro e canto foram eliminados. Livros foram proibidos [...]. É por isso que temos uma literatura eminentemente de protesto, um canto político e um teatro popular de rua voltado para a agitação, embora algumas vezes clandestino”^[9].

Ironicamente, Cardenal observa, Tolstói foi proibido porque era um autor russo, mas, graças ao título, *A sagrada família*^[e], de Marx e Engels, foi permitido.

Apenas cinco semanas depois do triunfo sandinista, começaram a ganhar corpo os planos de uma maciça cruzada governamental contra o analfabetismo. Em 24 de março de 1980, a campanha de alfabetização foi deflagrada, quando 100 mil voluntárias e voluntários iniciaram o processo de ensinar outras pessoas a ler e a escrever. Com o objetivo de garantir a ação mais concentrada e abrangente possível, as escolas secundárias foram fechadas por um semestre, permitindo que estudantes organizassem aulas nas regiões mais remotas do país. Quando essa fase da campanha foi concluída, cinco meses depois, em 30

de agosto, o índice de analfabetismo havia caído de 52% para algo como 12%. Esse feito é, sem dúvida, uma das vitórias mais incríveis da Revolução Sandinista. As pessoas pobres da Nicarágua – tanto do campesinato quanto da população urbana indigente – não aprenderam apenas o alfabeto ou a mecânica da leitura e da escrita, mas também começaram a aprender sobre a realidade econômica, política e social de seu entorno. De acordo com Fernando Cardenal, diretor da campanha de alfabetização:

Acreditamos que, para criar uma nova nação, devemos começar com uma educação que liberte as pessoas. Apenas por meio do conhecimento de seu passado e de seu presente, apenas pela compreensão e análise de sua realidade, as pessoas podem escolher seu futuro. A educação deve, portanto, encorajar as pessoas a assumir o controle de sua vida, a aprender a se tornarem tomadoras de decisão informadas e efetivas e a entender seus papéis como cidadãos e cidadãs responsáveis de posse de seus direitos e deveres [...]. Educação para a libertação significa pessoas trabalhando juntas para obter a compreensão e o controle das forças econômicas, sociais e políticas da sociedade de maneira a garantir sua plena participação na criação de um novo país.^[10]

A Revolução Nicaraguense é sobre isto: empoderar homens e mulheres com as armas educacionais e econômicas que lhes permitirão se tornarem sujeitos de sua própria história e construir seu futuro de tal forma que reflita suas necessidades coletivas como nação. É isso que o povo granadino tentou conquistar, e é esse, de fato, o objetivo pelo qual luta o povo da África do Sul.

Ao continuarmos a batalha pelo direito de criar e expandir os programas de estudos étnicos, nós temos muito a aprender com os povos que estão lutando por e defendendo as conquistas da libertação de suas nações. Há também lições a tirar das experiências dos países socialistas em geral. O mundo inteiro está envolvido em um processo de transformação que de modo gradual está extinguindo as estruturas socioeconômicas do capitalismo. Conscientemente ou não, nos Estados Unidos as lutas de povos oprimidos em razão de sua raça e nacionalidade estão ligadas aos esforços de pessoas em todo o globo para acelerar esse processo. E reconheçamos ou não, nossa própria defesa dos estudos étnicos contém essa dinâmica histórica mundial. Como o dr. Martin Luther King Jr. declarou pouco antes de seu assassinato, em 1968:

Estes são tempos revolucionários; por todo o globo, homens [e mulheres!] estão se revoltando contra velhos sistemas de exploração e opressão. As pessoas descamisadas e de pés descalços da terra estão se rebelando como nunca antes. “O povo que andava nas trevas viu uma grande luz.” Nós, no Ocidente, devemos apoiar essas revoluções. [...] Devemos encontrar novas formas de falar em favor da paz no Vietnã e da justiça em todo o mundo em desenvolvimento, um mundo que está à nossa

porta. Se não agirmos, certamente seremos arrastados pelos corredores longos, escuros e vergonhosos do tempo reservados para quem possui poder sem compaixão, potência sem moralidade e força sem visão.^[11]

[1] Discurso realizado na Universidade Estadual de São Francisco, em 14 de abril de 1984.

[2] W. E. B. Du Bois, *Dusk of Dawn* (Nova York, Schocken, 1968), p. 116-7.

[a] No original, *militant sit-ins*. A autora se refere à série de protestos pacíficos em que manifestantes simplesmente se sentavam em locais públicos em que havia segregação racial. O mais emblemático deles aconteceu em fevereiro de 1960, quando quatro estudantes negros – Joseph McNeil, David Richmond, Ezell Blair Jr. e Franklin McCain – ocuparam bancos no balcão de uma lanchonete de Greensboro, na Carolina do Norte. Inspirados nas ideias pacifistas de Martin Luther King, os protestos sentados se multiplicaram pelo Sul dos Estados Unidos como forma de chamar a atenção para a violação dos direitos civis da população negra. (N. T.)

[b] Ao optar pelos nomes menos conhecidos no caso de países que registraram múltiplas denominações, a autora destacou a relação dos povos africanos nativos com seu território. Congo-Kinshasa e Congo-Brazavile eram regiões habitadas pelo povo bacongo que foram colonizadas por diferentes países europeus. Ocupado pela Bélgica em 1885, o Congo-Kinshasa teve diversos nomes, como Congo Belga e Zaire; atualmente, seu nome oficial é República Democrática do Congo. Por sua vez, o Congo-Brazavile, hoje denominado República do Congo, foi colonizado pela França a partir de 1880 e fez parte do Congo Francês, que incluía o Gabão e a República Centro-Africana. Daomé foi um reino africano que existiu de 1600 a 1894, quando seu rei, Behanzin, foi deposto e a França tomou conta do território. O país passou a se chamar Daomé Francês, título que manteve até a independência, quando adotou o nome oficial de República do Benim. (N. T.)

[3] World Peace Council, “Spotlight on Soweto”, *Peace Courier*, Helsinque, Finlândia, fev. 1984.

[4] Idem.

[5] Idem.

[6] Maurice Bishop, *Maurice Bishop Speaks* (Nova York, Pathfinder, 1983), p. 42.

[c] Partido marxista-leninista de Granada que, em 1979, conduziu a revolução e governou o país até 1983, quando seu líder, Maurice Bishop, foi assassinado. (N. T.)

[d] Personagens tanto da literatura quanto da história que representam mitos dos países colonizadores: a srta. Muffet, a vaca e os narcisos são figuras de livros infantis, enquanto Colombo e Guilherme remetem aos grandes conquistadores. (N. T.)

[7] *Grenada Is Not Alone* (St. Georges, Fedon, 1982), p. 51. O livro reúne os discursos do Governo Revolucionário do Povo na I Conferência Internacional em Solidariedade a Granada, em novembro de 1981.

[8] Ibidem, p. 60.

[9] Peter Rosset e John Vandemeer (orgs.), *e Nicaragua Reader* (Nova York, Grove, 1983), p. 347.

[e] Ed. bras.: trad. Marcelo Backes, São Paulo, Boitempo, 2003. (N. E.)

[10] Fernando Cardenal e Valerie Miller, “Nicaragua 1980: The Battle of the ABCs”, em Armand Mattelart (org.), *Communicating in Nicaragua* (Nova York, International General, 1986), p. 97-8.

[11] Martin Luther King, *Trumpet of Conscience* (Nova York, Harper and Row, 1968), p. 33-4. [Os colchetes são de Angela Davis. – N. E.]

A arte na linha de frente: mandato para uma cultura do povo^[1]

Em 1951, Paul Robeson fez a seguinte declaração em uma conferência, na cidade de Nova York, organizada em torno do tema dos direitos iguais para pessoas negras nas artes, ciências e profissões:

Há espoliadores circulando em nossa terra, semelhantes àqueles que tentaram sufocar a nossa república em seu nascimento. Espoliadores que teriam mantido meu amado povo em uma servidão infinita, uns poucos poderosos que abençoaram Hitler quando ele destruiu um amplo segmento de um grande povo [...].

Todos [os] milhões do mundo ficam perplexos diante da visão e do nome *América* – mas eles *nos* amam; eles se voltam para *nós* para que ajudemos a criar um mundo onde possamos viver em paz e amizade, onde possamos intercambiar a excelência de nossas várias artes e ofícios, as múltiplas maravilhas de nossas criações científicas em comum, um mundo onde possamos nos regozijar diante do poder livre de amarras do nosso eu mais profundo, diante do potencial de grandes massas de pessoas. Para eles, *nós* somos a verdadeira América. Vamos nos lembrar disso.

E aprendamos como levar às grandes massas do povo da América *nossa* cultura e *nossa* arte. Pois, afinal, do que estamos falando quando falamos sobre a cultura da América hoje? Estamos falando sobre uma cultura que está restrita a poucas, pouquíssimas pessoas. Quantas trabalhadoras e trabalhadores conseguem ir ao teatro? Realizei concertos por vinte anos, recitais com assinatura, os 2 mil lugares vendidos antes que qualquer pessoa negra da comunidade, qualquer trabalhadora ou trabalhador pudesse sequer ouvir falar sobre um ingresso [...]. Apenas quando fui a sindicatos, cantei em piquetes e nas batalhas pela liberdade de nosso povo – apenas desse modo trabalhadoras e trabalhadores desta terra puderam me ouvir.^[2]

Passadas mais de três décadas, esse problema formulado por Paul Robeson permanece um dos principais desafios a ser enfrentados por artistas progressistas e pessoas envolvidas no ativismo político: como reconhecemos de

maneira coletiva o legado da nossa cultura popular e o transmitimos para as massas de nosso povo, a quem, em sua maioria, tem sido negado o acesso aos espaços sociais reservados à arte e à cultura? Nos Estados Unidos, uma tradição rica e vibrante da arte do povo surgiu da história da militância trabalhadora, das lutas da população afro-americana, de mulheres e de pacifistas. É fundamental explorar essa tradição, compreendê-la, reivindicá-la e tirar dela a sustentação cultural que pode nos ajudar a preparar uma contraofensiva política e cultural às instituições e às ideias retrógradas semeadas pelo capitalismo monopolista avançado.

Como Marx e Engels observaram há muito tempo, a arte é uma forma de consciência social – uma forma peculiar de consciência social, que tem o potencial de despertar nas pessoas tocadas por ela um impulso para transformar criativamente as condições opressivas que as cercam. A arte pode funcionar como sensibilizadora e catalisadora, impelindo as pessoas a se envolverem em movimentos organizados que buscam provocar mudanças sociais radicais. A arte é especial por sua capacidade de influenciar tanto sentimentos como conhecimento. Christopher Caudwell, o comunista britânico que escreveu amplamente sobre estética, certa vez definiu a função da arte como a socialização dos instintos humanos e a educação das emoções humanas: “A emoção, em todo o seu intenso colorido, é a criação de eras de ação da cultura sobre os instintos cegos, insensíveis. Toda arte, toda educação, toda experiência social cotidiana a trazem à tona [...] e conduzem e dão forma às suas inúmeras manifestações”^[3] .

A arte progressista pode ajudar as pessoas a aprender não apenas sobre as forças objetivas em ação na sociedade em que vivem, mas também sobre o caráter intensamente social de suas vidas interiores. Em última análise, ela pode incitar as pessoas no sentido da emancipação social. Embora nem toda arte progressista tenha de lidar com problemas explicitamente políticos – na verdade, uma canção de amor pode ser progressista se incorporar certa sensibilidade em relação à vida de mulheres e homens da classe trabalhadora –, quero explorar especificamente os significados sociopolíticos evidentes da arte com o objetivo de definir o papel que ela pode representar na aceleração do progresso social.

Por evidenciar os fortes vínculos entre a arte e a luta pela libertação negra, a história da cultura afro-americana contém importantes lições para aquelas pessoas interessadas em estreitar os laços entre arte e movimentos populares. De todas as formas de arte historicamente associadas à cultura afro-americana, a música atuou como a principal catalisadora no despertar da consciência social da comunidade. Durante o período da escravidão, as pessoas negras foram vítimas de uma estratégia deliberada de genocídio cultural, que proibiu praticamente todos os costumes africanos, com exceção da música. Se escravas e escravos receberam permissão para cantar enquanto labutavam nos campos e para incorporar a música em seus rituais religiosos, isso se deu porque a escravocracia não conseguiu apreender a função social da música em geral e, em particular, seu papel central em todos os aspectos da vida na sociedade africana ocidental. Em consequência disso, o povo negro foi capaz de criar com sua música uma comunidade estética de resistência que, por sua vez, encorajou e nutriu uma comunidade política de luta ativa pela liberdade. Esse *continuum* de lutas, que é estético e político ao mesmo tempo, estendeu-se dos *spirituals* de Harriet Tubman e Nat Turner até “Poor Man’s Blues” [Blues do homem pobre], de Bessie Smith, “Strange Fruit” [Fruta estranha], de Billie Holiday, “Freedom Suite” [Suíte da liberdade], de Max Roach, e mesmo até os *raps* progressistas da cena musical popular dos anos 1980.

Com o *spiritual* afro-americano foi criada uma linguagem de luta que era tão facilmente compreendida por escravas e escravos quanto mal interpretada pelos senhores. Embora a escravocracia tentasse estabelecer uma autoridade absoluta sobre a vida pessoal e a vida comunitária das pessoas escravizadas, os *spirituals* eram ao mesmo tempo a causa e a comprovação de uma consciência política autônoma. Essas canções formaram uma linguagem complexa que tanto incorporava quanto trazia à tona um profundo anseio pela liberdade. Quando escravas e escravos cantavam “Didn’t My Lord Deliver Daniel and Why Not Every Man?” [Não libertou Daniel o Senhor, então por que não todos os homens?], utilizavam temas religiosos para representar as adversidades concretas de sua própria condição e seu desejo terreno de ser livres. Quando cantavam “Samson Tore the Building Down” [Sansão derrubou o edifício], faziam uma referência simbólica ao seu desejo de ver o edifício opressivo da escravidão vir abaixo.

Se meu desejo se realizasse,
Oh, Senhor, Senhor,
Se meu desejo se realizasse;
Se meu desejo se realizasse,
Eu derrubaria este edifício.^[a]

Muitas vezes, a música religiosa da comunidade escrava representava papéis reais e instrumentais na operação da *Underground Railroad*^[b] e na organização de insurreições antiescravagistas. A letra de “Follow the Drinking Gourd” [Sigam a cuia de beber]^[c], por exemplo, literalmente trazia um mapa de uma seção da *Underground Railroad*, e “Steal Away to Jesus” [Devote-se a Jesus] era uma canção em código para reunir as pessoas envolvidas na organização da rebelião de Nat Turner. Mas, mesmo quando os *spirituals* não estavam relacionados a ações específicas da luta pela liberdade, eles sempre serviam, epistemológica e psicologicamente, para moldar a consciência das massas do povo negro, garantindo que as chamas da liberdade estariam acesas em seu interior. Como Sidney Finkelstein observou, “a luta antiescravagista foi a essência da luta pela democracia, então os *spirituals* encarnavam em sua música e em sua poesia a afirmação de uma inquebrantável exigência de liberdade”^[4].

Os *spirituals* influenciaram diretamente a música associada a outros movimentos populares em vários momentos da história dos Estados Unidos. Muitas canções dos movimentos trabalhador e pacifista têm origem em músicas religiosas cantadas por escravas e escravos, e as “canções da liberdade” do movimento pelos direitos civis eram *spirituals* cujas letras às vezes passavam por sutis modificações para refletir de modo mais concreto as realidades daquela luta.

Mesmo o blues, frequentemente apresentado de forma equivocada como um estilo musical centrado em aspectos triviais do amor sexual, está estreitamente ligado aos anseios do povo negro por liberdade. Nas palavras de James Cone:

Para muitas pessoas, uma canção de blues é sobre sexo ou sobre uma mulher solitária saudosa de seu companheiro inconstante. Entretanto, o blues é mais do que isso. Para ser exato, o blues envolve sexo e o que ele significa para a expressão corporal humana, mas em um nível muito mais profundo [...] o blues expressa uma perspectiva negra sobre a incongruência da vida e a tentativa de encontrar significado em uma situação repleta de contradições. Como disse Aunt Molly Jackson, de Kentucky: “O blues é feito por pessoas trabalhadoras [...] quando elas têm um monte de problemas de trabalho

para resolver, quando seus salários são baixos [...] e elas não sabem para que lado se voltar nem o que fazer”.^[5]

De fato, Bessie Smith, a Imperatriz do Blues, alcançou o ápice de sua carreira quando compôs e gravou uma canção que expressava uma mensagem política inequívoca, intitulada “Poor Man’s Blues”. Essa música evocava a exploração e a manipulação da classe trabalhadora pelas pessoas ricas, retratando estas últimas como parasitas que acumulavam sua fortuna e lutavam suas guerras com o trabalho das pessoas pobres.

Outro pináculo na evolução da música afro-americana foi quando Billie Holiday incluiu a canção política antilinchamentos “Strange Fruit” em seu repertório. Ao longo de toda a carreira de Lady Day, milhares de pessoas foram levadas a confrontar a brutal realidade do racismo do Sul, mesmo quando buscavam escapar dos problemas da vida cotidiana por meio da música, do álcool e da atmosfera enfumaçada das casas noturnas. Sem dúvida, algumas acabaram por participar ativamente no movimento antilinchamentos daquela época.

Que Billie Holiday tenha gravado “Strange Fruit” em 1939 não é acidental. Nem o fato de a letra ter sido composta pelo poeta progressista Lewis Allan, que estava ligado às lutas ativistas dos anos 1930. Tal década continua sendo o período mais empolgante e exuberante da evolução da história cultural dos Estados Unidos. O processo de desenvolvimento de um movimento artístico popular maduro nos dias de hoje pode ser facilitado por uma séria análise das conquistas de então. Como observa Phillip Bonosky em um artigo de 1959 na *Political Affairs* intitulado “The Thirties in American Culture” [Os anos trinta na cultura norte-americana]:

Há todos os motivos do mundo para que uma reação oficial deseje que os anos trinta sejam esquecidos como se nunca tivessem existido. Pois aquela época permanece um divisor de águas na tradição democrática da América. Trata-se de um momento que continuará a servir tanto no presente quanto no futuro como um lembrete e um exemplo de como um povo desperto, liderado e impelido pela classe trabalhadora, pode alterar toda a compleição da cultura de um país.^[6]

Intelectuais da ideologia burguesa tentaram, por isso,

deturpar e extinguir da consciência do povo norte-americano e, principalmente, de cada artista e intelectual o fato de que um dia existiu nos Estados Unidos a produção de uma cultura popular e que ela foi inspirada, em grande medida, pela classe trabalhadora, com frequência liderada e amplamente influenciada pelo Partido Comunista.^[7]

Respondendo às acusações feitas ao Partido Comunista de que ele “deprecia e banaliza o domínio da cultura”, Bonosky argumenta que nenhum outro partido político em toda a história dos Estados Unidos jamais manifestou uma preocupação tão séria com a arte. O Partido Comunista estava envolvido, por exemplo, na convocação, em 1935, de um Congresso de Escritores e Escritoras dos Estados Unidos – que afirmava ter assinaturas de Langston Hughes, Theodore Dreiser, Richard Wright e Erskine Caldwell. Como resultado do trabalho do Partido e de outras forças progressistas, artistas conquistaram o direito de trabalhar em projetos sob os auspícios da Work Progress Administration [Administração para o Progresso do Trabalho; WPA, na sigla original]. O que artistas da WPA realizaram foi uma conquista sem precedentes na história deste país: a arte foi levada ao povo em uma escala realmente grandiosa. Ela não podia seguir confinada ao domínio privado, monopolizada por aquelas pessoas cuja classe de origem lhes garantia acesso cotidiano a galerias, museus, teatros e salas de concerto. Pela primeira vez, a arte norte-americana se tornou arte pública. Isso significou, por exemplo, que a classe trabalhadora, ao utilizar o serviço de agências dos correios, podia ao mesmo tempo apreciar os murais pintados ali. Escultura, música e teatro estavam entre as outras expressões levadas diretamente ao povo durante aquele período. Além disso, citando Bonosky mais uma vez, quando esses programas foram ameaçados de dissolução,

foi o Partido Comunista que lutou de modo tão heroico para salvar os projetos de arte e, com eles, óbvio, a concepção de que a arte tinha responsabilidades em relação às pessoas de quem esses projetos eram a encarnação viva. Pela primeira vez na história norte-americana, artistas, escritoras e escritores participaram de piquetes em nome e em defesa do direito de artistas *serem* artistas.^[8]

A abordagem radical da arte e da cultura inspirada pelo Partido Comunista e outras forças de esquerda durante a Grande Depressão envolveu mais do que criar uma arte que fosse acessível às massas na esfera pública. Muito da arte daquele período era arte popular no sentido de que, no processo de elaborar o conteúdo de suas criações estéticas, artistas aprendiam como dar atenção à vida material e emocional da população trabalhadora da América. Meridel Le Sueur investigou a vida da população trabalhadora em sua literatura, assim como Woody Guthrie compôs canções sobre suas vivências e lutas. Essa emergente arte popular era, portanto, uma contestação à cultura burguesa dominante.

Artistas não apenas sentiam a obrigação de defender seu direito de expressar as reais dores, alegrias e aspirações da classe trabalhadora por meio de sua arte, mas um número grande acabou se tornando ativista das lutas trabalhadoras, da batalha pelos direitos das pessoas desempregadas e, em especial, da população negra. Nesse processo, óbvio, jovens artistas surgiram das fileiras dessas lutas.

A estética burguesa sempre buscou situar a arte em uma esfera transcendente, além da ideologia, além das realidades socioeconômicas e, certamente, além da luta de classes. De uma infinidade de maneiras, a arte tem sido representada como produto subjetivo puro da criatividade individual. No artigo “Party Organization and Party Literature” [A organização do partido e a literatura de partido], de 1905, Lênin desafiou essa visão e desenvolveu o princípio do partidarismo na arte e na literatura – um princípio com o qual grande número de artistas progressistas de 1930 estava de acordo, ao menos implicitamente. Lênin deixou bastante evidente que, ao insistir para que as criações estéticas fossem partidárias, ele não estava defendendo a ditadura do partido sobre a arte e a literatura.

Não há dúvida de que a literatura não é nem um pouco sujeita a ajustes mecânicos ou ao nivelamento à regra da maioria sobre a minoria. Não há dúvida também de que, nesse campo, deve ser permitida uma esfera de ação mais ampla à iniciativa pessoal, à inclinação individual, ao pensamento e à fantasia, na forma e no conteúdo.^[9]

Ele observou, entretanto, que a reivindicação burguesa por uma liberdade subjetiva abstrata na arte era, na verdade, um estrangulamento da liberdade de criatividade. A literatura e a arte, ele disse, devem ser livres não apenas da censura policial, “mas do capital, do carreirismo e [...] do individualismo anarquista burguês. A literatura e a arte partidárias serão realmente livres porque promoverão a liberdade de milhões de pessoas”^[10].

Quais são as perspectivas atuais para a expansão de uma arte que não tem medo de declarar sua relação partidária com as lutas populares por igualdade econômica, racial e sexual? Devemos não só reconhecer e defender o legado cultural que nos tem sido transmitido ao longo de décadas, mas também identificar os indícios evidentes ou sutis de avanços progressistas nas formas contemporâneas de arte popular. Nos últimos anos, por exemplo, filmes partidários como *Silkwood*, *o retrato de uma coragem* [*Silkwood*] e *Desaparecido, um grande mistério* [*Missing*] surgiram como faróis em meio aos valores

usualmente medíocres, sexistas, violentos e, em geral, anti-humanos que caracterizam a maioria dos produtos da indústria de cinema de Hollywood.

Para considerarmos outra forma de arte, algumas das grandes estrelas da cultura musical popular de hoje são, sem dúvida, gênios da música, mas distorceram a tradição musical negra desenvolvendo brilhantemente sua forma enquanto ignoram seu conteúdo de luta e liberdade. Ainda assim, encontra-se luz na música negra contemporânea, em trabalhos de artistas como Stevie Wonder e Gil Scott-Heron, que reconheceram o legado da música negra tanto na forma como no conteúdo. Suas criações individuais despertaram no público uma percepção verdadeira da dignidade da liberdade humana.

A canção “Happy Birthday” [Parabéns a você], de Stevie Wonder, tocou o coração de centenas de milhares de jovens, fazendo com que se mobilizassem em apoio ao movimento para que o aniversário do dr. Martin Luther King Jr. fosse declarado feriado nacional. O fato de Reagan ter sido obrigado a assinar o projeto promulgando essa lei, apesar da oposição que ele articulou abertamente, demonstra que o sentimento popular pode prevalecer sobre o racismo oficial mais intransigente que este país testemunhou em muitos anos.

A música imensamente popular de Gil Scott-Heron, “B-Movie” [Filme B], lançada logo depois da eleição de Reagan para seu primeiro mandato, catalisou fortes sentimentos anti-Reagan entre a opinião pública negra jovem. A canção-poema revelou especificamente os esforços de propagandistas de Reagan em declarar que ele havia recebido um “mandato” do povo.

A primeira coisa que quero dizer é “mandato”
uma ova
Porque parece que fomos convencidos
De que 26% das pessoas registradas para votar,
Que nem mesmo são 26% da população norte-americana,
Constituem um mandato ou uma vitória esmagadora [...]
Mas, ah, sim, eu me lembro [...]
Eu me lembro do que eu disse sobre Reagan
Atuou como um ator/Hollyweird^[d]
Atuou como um liberal
Atuou como o general Franco
Quando ele atuou como governador da Califórnia
Depois ele atuou como um Republicano
Depois ele atuou como se alguém fosse
votar nele para presidente
E agora ele atua como se 26% das pessoas registradas para votar

Realmente constituíssem um mandato

Somos todos atores nessa história, na verdade^[e]

O álbum *Born in the U.S.A.*, de Bruce Springsteen, foi enaltecido por Reagan, que elogiou “a mensagem de esperança das canções [...] do próprio Bruce Springsteen, da Nova Jersey”, ao fazer campanha naquele estado para a eleição presidencial de 1984. Entretanto, é mais provável que a assessoria de Reagan simplesmente tenha presumido que a capa vermelha, branca e azul do álbum fosse um indício da aceitação do patriotismo fraudulento promovido pela administração Reagan. Dois dias depois dos comentários de Reagan, Springsteen divulgou uma canção intitulada “Johnny 99”, dizendo: “Eu não acredito que o presidente tenha ouvido esta”, e seguiu cantando sobre um trabalhador da indústria automotiva desesperado, endividado e desempregado que chegou ao corredor da morte após assassinar uma pessoa durante um assalto. Outra de suas músicas, “My Hometown” [Minha cidade natal], é sobre a desolação acarretada pelo fechamento de fábricas:

Agora as vitrines cobertas de branco da rua principal

e as lojas vazias

Dão a impressão de que ninguém mais quer vir

para cá

Estão fechando as tecelagens ao lado

dos trilhos da ferrovia

O contramestre diz: esses empregos estão indo embora, rapazes,

e não vão voltar

Para a sua cidade natal [...] ^[f]

Um novo gênero musical com raízes na tradição milenar da narração de histórias tem se tornado cada vez mais popular entre a juventude de hoje. O *rap* reflete inequivocamente a vida cotidiana das pessoas da classe trabalhadora, em especial jovens da comunidade urbana afro-americana e latina. Muitas canções de *rap* incorporam uma consciência progressista a respeito das questões políticas atuais, como demonstrado, por exemplo, pelo *rap* a seguir, de Grandmaster Flash e Melle Mel, que convoca a juventude a se associar à campanha presidencial do reverendo Jesse Jackson, em 1984:

Oh, lindos e vastos os céus

E suas ondas âmbar de mentiras não ditas

Olhe para todos os políticos tentando executar um trabalho

Mas eles não conseguem evitar parecer uma quadrilha

Pegam uma propina polpuda, guardam
Veja o FBI, veja a CIA
Eles querem um míssil maior e um jato mais rápido
Mas se esqueceram de contratar os veteranos

Hipócritas e Pais Tomás estão falando bobagem
Vamos falar sobre Jesse
Liberdade e Justiça são coisas do passado
Vamos falar sobre Jesse
Eles querem uma nação mais forte a qualquer custo
Vamos falar sobre Jesse
Mesmo que isso signifique que tudo em breve estará perdido
Vamos falar sobre Jesse
Ele começou de baixo, agora ele está no topo
Vamos falar sobre Jesse
Ele provou que consegue, então não pare nunca

Agora vamos nos unir e deixar o mundo todo ver
Nosso irmão Jesse Jackson entrar para a história
Então vote, vote, vote
Todo mundo se levante e vote [...] ^[gl]

As pessoas jovens estão se tornando mais e mais conscientes da necessidade de fazer oposição à corrida armamentista nuclear. Uma canção de *rap* popularizada pelo filme *A loucura do ritmo* [*Beat Street*], de Harry Belafonte, traz o seguinte aviso:

Um jornal queima na areia
E a manchete diz: “Homem destrói homem”
Extra, extra, leia todas as más notícias
Sobre a guerra pela paz
Que todo mundo perderia
A ascensão e a queda do último grande império
O som do mundo inteiro pegando fogo
A luta implacável, a aposta desesperada
Os jogos que deixaram o mundo todo na ruína
As trapaças, as mentiras, os álibis
E a tola tentativa de conquistar o céu
Perdido no espaço, e do que vale isso
O presidente acaba de se esquecer da Terra
Gastando bilhões e talvez até trilhões
O custo das armas chega a zilhões [...]
Uma briga pelo poder uma chuva nuclear
As pessoas gritam no momento mais tenebroso
Suas visões não vistas e vozes não ouvidas
E finalmente a bomba tem a última palavra [...]
Temos de sofrer enquanto as coisas ficam mais duras

E é por essa razão que precisamos ficar mais fortes
Então aprenda com o passado e trabalhe pelo futuro
Não vire escravo de nenhum computador
Porque as crianças da humanidade herdam a Terra
E o futuro do mundo está em suas mãos.^[h]

Embora possam ser apresentados numerosos exemplos de tendências progressistas na música popular contemporânea, seria uma interpretação totalmente equivocada da indústria da música dizer que tais canções são representativas do que a juventude ouve nas transmissões de rádio. Em geral, a cultura musical popular que se dirige às pessoas jovens foi rigorosamente moldada pelas exigências do mercado capitalista, que avalia os produtos de acordo com seu potencial de gerar lucro. Ainda que às vezes as mensagens progressistas consigam se infiltrar na rede da produção capitalista, de modo geral a cultura musical proposta por essa produção promove a reificação da sexualidade, o individualismo crasso e, frequentemente, valores violentos, sexistas e contrários à classe trabalhadora. Em última instância, um grande número de profissionais talentosos destrói seu potencial artístico ao tentar criar uma música que atenda ao que é considerado vendável pelo mercado. Como Marx apontou há muito tempo nas *Teorias do mais-valor*, “a produção capitalista é hostil a certos ramos da produção espiritual, particularmente a poesia e a arte”^[11].

Não podemos esperar que a arte popular de massa expresse temas progressistas de modo mais vigoroso e eficaz sem o fortalecimento de um movimento artístico associado em termos organizacionais e filosóficos às lutas populares. Nos últimos anos, a arte politicamente consciente tem se tornado cada vez mais evidente. A importância do Peace Museum [Museu da Paz], de Chicago, por exemplo, não deve ser subestimada. Nem o desenvolvimento do movimento nacional Artist’s Call Against U. S. Intervention in Central America [Convocação de Artistas contra a Intervenção dos Estados Unidos na América Central]. Essa mobilização, que se espalhou por 25 cidades do país, surgiu como reação a um apelo da Sandinista Cultural Workers Association [Associação Sandinista de Profissionais da Cultura]:

Que entre para a história da humanidade o dia do século XX em que, diante da gigantesca agressão que um dos menores países do mundo, a Nicarágua, estava prestes a sofrer, artistas e intelectuais de

diferentes nacionalidades e gerações ergueram conosco a bandeira da fraternidade a fim de evitar nossa total destruição.^[12]

Só em São Francisco, mais de duzentos artistas participaram de três grandes exposições. Recursos angariados em todo o país por esse movimento foram doados à Associação de Profissionais da Cultura da Nicarágua, à Universidade de El Salvador, a um sindicato salvadorenho e a pessoas refugiadas da Guatemala. Outro movimento de artistas em solidariedade à América Central que surgiu na região da baía de São Francisco escolheu o nome PLACA, que significa fazer uma marca, deixar um sinal. Essa organização dedicou uma rua inteira de murais ao tema da oposição à intervenção dos Estados Unidos na América Central. Em seu manifesto, artistas e responsáveis pela pintura dos murais declaram: “Integrantes do PLACA não se aliam à política desta administração que causou morte, guerra e desespero e que ameaça mais vidas a cada dia. Nosso objetivo é demonstrar, em termos visuais/ambientais, nossa solidariedade e nosso respeito pelo povo da América Central”^[13].

De modo semelhante à Convocação de Artistas, um movimento cultural contrário ao apoio dos Estados Unidos às políticas racistas e fascistas do governo da África do Sul declarou outubro de 1984 o mês da Art Against Apartheid [Arte contra o *Apartheid*]. Por toda a área de Nova York e em outras cidades do país foram realizadas exposições e eventos culturais pelo engajamento na campanha para libertar Nelson Mandela e todas as pessoas presas por razões políticas na África do Sul e na Namíbia. No San Francisco Art Institute [Instituto de Arte de São Francisco], um grupo de artistas associado ao movimento Arte contra o *Apartheid* organizou um festival com duração de um mês, na primavera de 1985, em solidariedade ao povo sul-africano.

Um dos mais estimulantes acontecimentos culturais progressistas é o movimento da música, que construiu pontes sonoras entre o movimento trabalhador, o movimento afro-americano, o movimento pela paz e as lutas em solidariedade à América Central e à África do Sul. Artistas politicamente engajadas como Sweet Honey in the Rock, Holly Near e Casselberry-DuPreé trouxeram uma aguçada consciência dessas lutas para o movimento de mulheres. Bernice Johnson Reagon, do Sweet Honey in the Rock, publicou diversos artigos e fez vários discursos apelando àquelas pessoas que apoiam a música feita por mulheres para que se associassem às lutas da classe

trabalhadora, aos movimentos antirracistas, às lutas pela paz e ao trabalho solidário. E qualquer pessoa que esteja familiarizada com as canções do Sweet Honey pode confirmar o fato de que elas promovem essas políticas de coalizão de modo efetivo e pungente. Riscos ocupacionais à saúde – asbestose, silicose, bissinose e pulmão negro – são o tema de “More than a Paycheck” [Mais que um contracheque], por exemplo. Em outras canções, o Sweet Honey evoca a líder dos direitos civis Fannie Lou Hamer, o ativista sul-africano assassinado Steven Biko e imigrantes do México que foram vítimas das leis repressivas à imigração dos Estados Unidos. Um tópico recorrente em sua música é a necessidade de que todas as pessoas se unam para evitar a deflagração da guerra nuclear.

O Sisterfire, festival anual de música feita por mulheres no qual o Sweet Honey in the Rock desempenhou um papel fundamental, tenta dar concretude ao conceito de política de coalizão por vias culturais. Em um de seus manifestos, o Sisterfire é descrito como “uma saudação a todas as mulheres, pessoas da classe trabalhadora, minorias e pobres que se levantam contra os sistemas políticos e econômicos desumanizadores”^[14].

Além disso,

a cultura, em sua forma mais legítima, expressa um caráter de massa ou popular. Ela não deve ser definida nem perpetuada pelos poucos de uma elite para o benefício de poucos. A cultura deve, inevitavelmente, refletir e registrar a tentativa da humanidade de viver em harmonia consigo mesma e com a natureza. [...] Nós estamos construindo pontes entre o movimento de mulheres e outros movimentos por mudança social progressista. Estamos brincando com fogo e não queremos nada menos deste evento do que liberar as energias criativas, poderosas e extraordinárias de todas vocês.

^[15]

Holly Near, que há anos tem sido associada ao movimento da música feita por mulheres, bem como a muitas outras lutas populares, continua encorajando profissionais da música a ir além de preocupações sociais e políticas limitadas e a promover a justiça para mulheres e homens de todas as raças e nacionalidades. Em 1984, ela e Ronnie Gilbert fizeram a turnê “Dump Reagan” [Livre-se de Reagan], cantando para mais de 25 mil pessoas entre as 25 cidades pelas quais passaram. Outra ação exemplar no esforço de construção de pontes pelo movimento da música feita por mulheres foi a canção escrita por Betsy Rose para a campanha da ativista negra Mel King à prefeitura de Boston, intitulada “We May Have Come Here on Different Ships, but We’re

in the Same Boat Now” [Podemos ter chegado aqui em navios diferentes, mas agora estamos no mesmo barco].

Comunistas tiveram papéis importantes no avanço desse movimento da música. O Ad Hoc Singers, por exemplo, que se formou originalmente durante a campanha presidencial de 1980, faz canções que aprofundam a consciência de classe de quem as ouve. Uma de suas músicas, “People Before Profits” [Pessoas antes dos lucros], apresentada durante a primeira campanha anti-Reagan, é praticamente um hino das lutas do povo. Talvez o mais importante em relação ao Ad Hoc Singers seja que elas trazem ao movimento musical uma dimensão de experiência concreta, militante, nessas lutas.

De fato, se pudermos antecipar a expansão da cultura popular atual, ela dependerá diretamente da influência crescente e cada vez mais profunda dos movimentos de massa. Uma arte progressista e revolucionária é inconcebível fora do contexto dos movimentos políticos por mudança radical. Se novas formas ousadas de arte surgiram com a Revolução Russa, a Revolução Cubana e, mais recentemente, as revoluções Sandinista e Granadina, então podemos ter certeza de que, se cumprirmos a tarefa que temos diante de nós de fortalecer e unir os movimentos de massa, nossa vida cultural florescerá. Profissionais da cultura, portanto, devem se preocupar não só em criar arte progressista, mas em se envolver ativamente na organização de movimentos políticos populares. Uma relação exemplar entre arte e luta está no próprio cerne do jornal *Freedomways* – que tanto serve como um veículo de divulgação da literatura negra progressista como participa diretamente das lutas políticas da população afro-americana e de seus aliados.

Se profissionais da cultura utilizarem seus talentos em uma escala sempre crescente para realizar a tarefa de despertar e sensibilizar as pessoas para a necessidade de uma contestação de massa à ultradireita, as chances de fortalecer e de unir ainda mais o movimento antimonopolista – articulando classe trabalhadora, grupos afro-americanos, mulheres e pacifistas – crescerão imensamente. À medida que esse movimento registra vitórias, artistas atuais tiram inspiração da energia criativa desse processo e, como resultado, surgirão mais artistas. Se conseguirmos colocar essa dinâmica em ação, começaremos a nos mover de forma segura em direção à emancipação econômica, racial e

sexual – de fato, rumo ao objetivo máximo do socialismo – e seremos capazes de antecipar um futuro pacífico, livre da ameaça de guerra nuclear.

[1] Publicado originalmente sob o título “For a People’s Culture”, *Political Affairs*, v. LXIV, n. 3, mar. 1985.

[2] Paul Robeson, *Paul Robeson Speaks* (Nova Jersey, Citadel, 1978), p. 303-4.

[3] Christopher Caudwell, *Studies in a Dying Culture* (Nova York, Monthly Review Press, 1971), p. 183.

[a] “If I had my way, / O Lordy, Lordy, / If I had my way; / If I had my way, / I would tear this building down.” (N. T.)

[b] Sistema de rotas e abrigos secretos que eram utilizados para a fuga de escravas e escravos do Sul para os estados livres do Norte, Canadá e México. O sistema operava graças à ajuda de abolicionistas que conduziam e escondiam as pessoas em fuga. Harriet Tubman foi uma das condutoras da *Underground Railroad*. (N. T.)

[c] O termo “*gourd*” refere-se a uma cuia pequena usada por escravas e escravos para beber água durante o trabalho. A autora se refere neste trecho à interpretação da canção feita por H. B. Parks. Segundo ele, a letra traz as coordenadas de um mapa, e o termo “*gourd*” se refere à forma de localizar, na constelação da Ursa Maior, a Estrela do Norte, por séculos usada como ponto de orientação por viajantes. (N. T.)

[4] Sidney Finkelstein, *How Music Expresses Ideas* (Nova York, International Press, 1971), p. 118.

[5] James Cone, *The Spirituals and the Blues* (Nova York, Seabury, 1972), p. 115-6.

[6] Phillip Bonosky, “The Sixties”, *Political Affairs*, jan. 1959.

[7] Idem.

[8] Idem.

[9] V. I. Lênin, “Party Organization and Party Literature”, em *Lenin on Literature and Art* (Moscou, Progress, 1970), p. 24.

[10] Idem.

[d] Trata-se de um jogo de palavras entre os termos “Hollywood” e “*weird*” (esquisito), algo como “o esquisitão de Hollywood”. (N. T.)

[e] “The first thing I want to say is ‘mandate’ / my ass / Because it seems as though we’ve been convinced / at 26% of the registered voters / Not even 26% of the American people / Form a mandate or a landslide [...] / But, oh yeah, I remember [...] / I remember what I said about Reagan / Acted like an actor/Hollyweird / Acted like a liberal / Acted like General Franco / When he acted like governor of California / When he acted like a Republican / When he acted like somebody was going / to vote for him for president / And now he acts like 26% of the registered voters / Is actually a mandate / We’re all actors in this, actually.” (N. T.)

[f] “Now Mainstreet’s whitewashed windows / and vacant stores / Seems like there ain’t nobody wants to come / down here no more / They’re closing down the textile mill across / the railroad tracks / Foreman says these jobs are going, boys, / and they ain’t coming back / To your hometown [...]” (N. T.)

[g] “*Oh beautiful for spacious skies / And your amber waves of untold lies / Look at all the politicians trying to do a job / But they can't help but look like the mob / Get a big kickback, put it away / Watch the FBI watch the CIA / They want a bigger missile and a faster jet / But yet they forgot to hire the vets / Hypocrites and Uncle Toms are talking trash / Let's talk about Jesse / Liberty and Justice are a thing of the past / Let's talk about Jesse / They want a stronger nation at any cost / Let's talk about Jesse / Even if it means that everything will soon be lost / Let's talk about Jesse / He started on the bottom, now he's on the top / Let's talk about Jesse / He proved that he can make it, so don't ever stop / Now let's stand together and let the whole world see / Our brother Jesse Jackson go down in history / So vote, vote, vote / Everybody get up and vote [...]*” (N. T.)

[h] “*A newspaper burns in the sand / And the headlines say 'man destroys man' / Extra extra read all the bad news / On the war or peace / That everybody would lose / The rise and fall of the last great empire / The sound of the whole world caught on fire / The ruthless struggle the desperate gamble / The games that left the whole world in shambles / The cheats the lies the alibis / And the foolish attempt to conquer the skies / Lost in space and what is it worth / The president just forgot about earth / Spendin' multi-billions and maybe even trillions / The cost of weapons ran in the zillions [...]* / *A fight for power a nuclear shower / The people shout out in the darkest hour / It's sights unseen and voices unheard / And finally the bomb gets the last word [...]* / *Cause we gotta suffer while things get rougher / And that's the reason why we've got to get tougher / So learn from the past and work for the future / Don't be a slave to no computer / 'Cause the children of man inherit the land / And the future of the world is in your hands.*” (N. T.)

[11] Karl Marx e Friedrich Engels, *On Literature and Art* (Moscou, Progress, 1976), p. 141.

[12] Artists Call Against Intervention in Central America (São Francisco, 1984).

[13] PLACA Mural Group, *General Statement* (São Francisco, 1985).

[14] Sisterfire, *Sisterfire: Statement of Purpose* (Washington, 1982).

[15] Idem.

Subexposto: a fotografia e a história afro-americana^[1]

Em 1969, o Metropolitan Museum of Art [Museu de Arte Metropolitano] apresentou uma exposição intitulada “Harlem on My Mind: Cultural Capital of Black America, 1900-1968” [Pensando no Harlem: capital cultural da América negra]. De acordo com o coordenador, Allon Schoener, a mostra “talvez seja uma das mais importantes [...] a ser exibida em um museu de arte no século XX, porque redefiniu o papel e a responsabilidade dos museus, seu público e os tipos de exposições que poderiam apresentar”^[2].

Ainda assim, ativistas da comunidade negra organizaram um protesto para marcar a abertura da exibição. Entre as pessoas presentes no piquete estava Roy DeCarava, um dos mais destacados fotógrafos afro-americanos da época, que contestava fortemente o valor de “Harlem on My Mind”.

Fica evidente pela montagem física da exposição que Schoener e companhia não têm nenhum respeito por ou entendimento de fotografia nem, inclusive, de nenhuma outra mídia que utilizaram. Eu diria ainda que essas pessoas não têm muito amor ou compreensão pelo Harlem, pelo povo negro ou pela história.^[3]

A controvérsia desencadeada por essa exposição – que foi, sem dúvida, uma tentativa sincera de romper o ciclo de racismo dentro do *establishment* da arte nos Estados Unidos – desvelou influências ainda mais profundas do racismo mesmo em percepções e definições culturais aparentemente progressistas.

Se fosse possível considerar “Harlem on My Mind” – a exposição e o livro publicado posteriormente – um sucesso absoluto, ainda assim não se teria começado a reverter a evidente escassez de imagens sobre a vida afro-americana na história documentada da fotografia. Houve, de fato, alguns momentos importantes, como o registro fotográfico de Frances Benjamin Johnston, do Hampton Institute [Instituto Hampton], a respeito da virada do século, ou o ensaio fotográfico de W. Eugene Smith na revista *Life*, em 1951, intitulado “Nurse-Midwife” [Enfermeira-parteira]. Ainda assim, tais vislumbres da vida das pessoas negras incorporaram a visão de artistas de origem branca, necessariamente estranhos à cultura que suas imagens tentam capturar. Da época do surgimento da fotografia até o momento presente, fotógrafas e fotógrafos negros têm sido forçosa e sistematicamente invisibilizados. “Um dos poucos efeitos positivos de ‘Harlem on My Mind’”, de acordo com o crítico de fotografia A. D. Coleman, “foi chamar a atenção tanto da crítica quanto do público à obra de James Van Der Zee”^[4]. Este último, juntamente com Gordon Parks e Roy DeCarava (que se recusou a participar da exposição sobre o Harlem) está entre os pouquíssimos fotógrafos cujo nome recentemente começa a ser reconhecido. Nenhum deles, entretanto – nem uma única fotógrafa ou fotógrafo afro-americano, na verdade –, foi incluído na mais oficial história contemporânea desse meio a ser publicada nos Estados Unidos^[5]. Daí o caráter significativo do atual conjunto de onze décadas de fotografia negra.

Muitas pessoas considerarão surpreendente que mulheres e homens negros tenham se envolvido com a fotografia logo depois da invenção do daguerreótipo: Jules Lion, que se familiarizou com o processo na França, pode ter trazido o instrumento para a cidade de Nova Orleans. Mas, então, quantos nomes importantes da ciência, da academia e das artes foram banidos dos registros históricos por nenhum outro motivo além de sua herança racial, apenas para que fossem revelados, com um atraso vergonhoso, como colaboradores de destaque em suas áreas? Jules Lion, Robert Duncanson e J. P. Ball não deveriam causar novas reações de surpresa. Ao contrário, eles deveriam ser celebrados como evidência de algo a respeito de que pessoas bem informadas deveriam ter fortes suspeitas desde o início. Sim, pessoas negras estavam em atividade na fotografia já nos primeiríssimos estágios da história

desse meio. Verdade, havia poucas delas, pois a escravidão impôs uma proibição histórica a praticamente todas as formas de criação estética livre; apenas a música, tão erroneamente interpretada pela escravocracia, teve permissão para florescer. Mas e quanto ao potencial artístico inexplorado daqueles milhões de escravas e escravos? Ousamos imaginar quantas fotografias e fotógrafos negros pioneiros poderiam ter existido se circunstâncias socioeconômicas mais favoráveis tivessem se imposto?

Talvez devêssemos considerar uma pergunta menos especulativa: qual foi a postura das primeiras fotografias e fotógrafos negros em relação às condições coletivas do povo afro-americano? “O amor inato pela harmonia e pela beleza”, escreveu W. E. B. Du Bois,

que deu às almas mais rudes de seu povo a dança e o canto, não causou nada além de confusão e dúvida na alma do artista negro; pois a beleza a ele revelada foi a beleza da alma de uma raça que seu público mais amplo desprezava, e ele não podia formular a mensagem de outro povo.^[6]

Poderia ser esse o motivo pelo qual as obras e a carreira dos poucos pioneiros na fotografia parecem completamente distantes das situações e aspirações das massas afro-americanas? Onde estava, nas obras do daguerreotipista Jules Lion, o poderoso anseio por liberdade da população negra? As imagens fotográficas de artistas da comunidade negra da mesma geração ou da geração imediatamente posterior à dele testemunharam, de algum modo perceptível, os sonhos comuns de um povo escravizado, cujas canções e lutas tinham como foco sua libertação coletiva? Se essas perguntas não podem ser respondidas, sem reservas, de modo afirmativo, isso se deve, sem dúvida, às pressões exercidas por aquele “público mais amplo” a que Du Bois se refere. A população negra, cuja vasta maioria era escrava antes de 1863, simplesmente não era considerada um tema apropriado para a arte visual séria. De fato, isso não era menos verdadeiro para artistas de origem afro-americana da pintura, da escultura e da fotografia do que era para artistas de origem branca da mesma época.

A escassez de aspectos negros característicos nas obras das fotografias e fotógrafos negros pioneiros não deve ser erroneamente interpretada como uma licença para ignorar a questão do relacionamento de tais artistas com a experiência coletiva de sua raça. Qualquer que tenha sido o modo subjetivo escolhido por essas pessoas para abordar – ou ignorar – a política racial de sua

época, elas dificilmente poderiam ter evitado receber alguma influência das condições históricas objetivas. E houve turbulentas agitações na população negra e entre seus aliados brancos durante a década que terminou com a invenção do daguerreótipo. Houve a incrível rebelião escrava de Nat Turner, em 1831, e a conferência de criação, dois anos depois, da American Anti-Slavery Society [Sociedade Antiescravagista Norte-Americana]. Em 1837, existiram também mártires entre a população branca, como o jornalista abolicionista Elijah P. Lovejoy, cruelmente assassinado por uma gangue racista no Illinois. No ano seguinte, ocorreu uma importante fuga, executada pelo escravo que logo veio a ser conhecido como Frederick Douglass, eloquente orador e poderoso líder abolicionista. Foi também nesse ano que o ativista antiescravagista negro Robert Purvis formalmente organizou a *Underground Railroad*.

Se essa foi uma época em que a busca negra por liberdade surgiu como uma das principais preocupações sociais da nação, foi também um período de expressões artísticas vibrantes e prolíficas relacionadas à causa antiescravagista. Quando George Moses Horton publicou seus “Poems of a Slave” [Poemas de um escravo], apareceram os “Poems on Slavery” [Poemas sobre a escravidão], de Longfellow^[a]. Embora esse tenha sido aparentemente um caso excepcional, houve um artista visual afro-americano, o gravurista e litógrafo Patrick Reason, que dedicou grande parte de seu trabalho a temas abolicionistas. “Reason se expressou de forma veemente contra a escravidão, dedicando muito de seu tempo a ilustrar a literatura abolicionista.”^[7] O retrato que ele fez de Henry Bibb, autor de uma das narrativas de escravos mais populares da época, exprimia certa determinação em associar o trabalho de artistas visuais da população negra – assim como a literatura de seu povo e as criações musicais ainda sem reconhecimento – ao esforço histórico e social da raça pela libertação.

É uma grande infelicidade que os requisitos racistas para a arte “americana” excluam, de maneira praticamente apriorística, as escravas e os escravos negros como potenciais temas da arte visual séria, já que um material abundante e profundamente inspirador poderia ter sido recolhido a partir de sua vida e de seus feitos, um material à espera de ser moldado por mãos habilidosas em estimulantes novas criações. Consideremos, por exemplo, o fascinante caso de

Henry “Box” Brown, o escravo que fugiu dentro de uma caixa enviada para o Norte por integrantes da *Underground Railroad*. E a dramática fuga de William e Ellen Craft, em 1849. Passando-se por um homem branco, Ellen vestiu trajes masculinos e agiu como proprietária de seu marido. O casal foi bem-sucedido na viagem da Geórgia até a cidade livre da Filadélfia. Embora a fuga de Harriet Tubman, no mesmo ano, não tenha sido em si particularmente teatral, suas consequências foram impactantes e históricas. Inúmeras jornadas de liberdade foram conduzidas por essa destemida mulher, destinada a se tornar o Moisés de seu povo.

O fotógrafo afro-americano J. P. Ball estava em atividade nos anos 1850. Pode-se ter a tentação de especular sobre em que medida ele e outras pessoas foram afetados pelas ações de coragem de combatentes da liberdade como Harriet Tubman. Embora respostas concretas tenham de esperar por mais pesquisas históricas específicas, está evidente que nos anos 1850 o problema da escravidão havia se deslocado de modo enfático para o centro das atenções nacionais. Ela havia se tornado uma questão que ninguém, de origem negra ou branca – e particularmente profissionais da academia e da cultura –, tinha permissão de ignorar. Na verdade, um dos textos literários mais populares da época foi *A cabana do pai Tomás*^[b], o romance de cruzada contra a escravidão de Harriet Beecher Stowe. O próprio sucesso dessa obra foi uma evidência irrefutável do seu extraordinário papel na defesa da causa abolicionista. Apesar disso, o romance também foi responsável pela popularização de atitudes sociais em relação à população negra que aparentemente contradiziam seu propósito progressista e antiescravagista. Pois mesmo defendendo o direito da população negra de ser livre, a obra legitimava e dava uma forma definitiva, popular, às noções estereotipadas de inferioridade racial. Na verdade, foi precisamente o processo pelo qual o romance de Stowe suscitou a reação popular contra a escravidão que forneceu as armas literárias para uma vitória ideológica – embora não intencional – do racismo.

A cabana do pai Tomás facilitou – não exclusivamente, mas em uma acepção mais ampla – a infiltração cada vez mais profunda de imagens e atitudes racistas na vida cultural do país. Consideremos um quadro de 1883 intitulado *Uncle Tom and Little Eva* [Pai Tomás e a pequena Eva] e sua representação de um homem negro grande, mas obviamente indefeso, que

busca luz e direção em uma menina branca pequena e angelical. Esse quadro, que incorpora os estereótipos de Stowe em sua forma original, não é obra de um artista branco ingênuo, como poderíamos suspeitar. Ao contrário, ele foi produzido pelo afro-americano Robert Scott Duncanson. E Duncanson não foi o único a ser inspirado dessa maneira ao criar imagens involuntariamente destrutivas de seu povo. Ainda assim, pessoas afro-americanas também forneceram os meios para expor as distorções racistas do retrato que Stowe faz do povo negro, pois naquela época a narrativa de escravos havia se tornado um gênero literário consolidado. Solomon Northup e Frederick Douglass, por exemplo, apresentaram relatos em primeira pessoa de suas vidas, sofrimentos e suas esperanças sob a “instituição peculiar”^[c]. As criações literárias de pessoas negras que emergiram em meados do século XIX incluíam as obras de William Wells Brown, que, após escrever uma narrativa de escravo, tornou-se o primeiro romancista e dramaturgo afro-americano. Entre poetas de meados do século, Frances E. W. Harper estava destinada a ser a mais aclamada. Embora tenha nascido “livre”, ela escreveu seus versos mais brilhantes e celebrados ao abordar as justas lutas de seu povo escravizado – poemas como “ e Slave Auction” [O leilão de escravos] e “Burry Me in a Free Land” [Sepulte-me em uma terra livre]. Esse era o contexto literário frutífero e frequentemente combativo no qual fotógrafas e fotógrafos negros de meados do século – de forma consciente ou não – dedicaram-se ao seu ofício potencialmente influente. Assim como colegas que empunhavam canetas, tais artistas da fotografia possuíam a habilidade de utilizar a câmera para produzir imagens criativas e afirmativas de seu povo.

Veio então, lentamente, o vulto da emancipação. Multidões e exércitos de ianques desconhecidos, inescrutáveis, impenetráveis; crueldade por todos os lados; rumores de um novo comércio de escravos; mas lentamente, continuamente, a louca verdade, a amarga verdade, a mágica verdade veio surgindo.

Haveria de ser uma nova liberdade! [...] Eles rezavam; eles trabalhavam; eles dançavam e cantavam; eles estudavam para aprender; eles queriam vagar.^[8]

A escravidão foi banida da história, mas, ainda que certamente o povo negro sentisse a queda de suas correntes, também logo percebeu que de modo algum havia alcançado seu objetivo coletivo de libertação. Se uma nova promessa foi feita depois, durante os anos da Reconstrução Radical, ela seria

abruptamente roubada pelo Consenso Hayes-Tilden^[d], em 1877, que deu início a um período de racismo perverso e destrutivo. A segregação foi legalizada no Sul, e a população de ex-escravos e ex-escravas começou a sofrer a negação sistemática de seus direitos civis. A violência das gangues e os linchamentos tiraram um incontável número de vidas, ao passo que o funcionalismo público e o setor privado brancos do Sul adotaram o uso do terror racista e de outras táticas de intimidação como postura rotineira em relação à população negra camponesa e trabalhadora. Em 1890, por exemplo, foram reportados 85 linchamentos, 112 em 1891 e 160 em 1892 – e, à medida que os últimos anos do século iam se passando, essa onda de violência racista continuava a crescer.

Foi contra esse pano de fundo sócio-histórico que se desenrolaram a vida e a carreira de artistas fotográficos como Harry Shepherd e Hamilton S. Smith. Enquanto trabalhavam com suas câmeras, selecionando os temas, compondo as imagens, de que maneira a violência furiosa das gangues racistas, os massacres de pessoas negras eufemisticamente chamados de “distúrbios raciais” os afetavam? As imagens registradas por essas pessoas foram de algum modo influenciadas pelo conhecimento de que muitos milhares de corpos negros foram enforcados em árvores ou incendiados em postes? Contemporâneo literário de tais artistas, Charles Chesnutt publicou em 1901 um romance intitulado *e Marrow of Tradition* [A essência da tradição], diretamente baseado no massacre de 1898 em Wilmington, Carolina do Norte. Algum fotógrafo afro-americano se inspirou no exemplo de Chesnutt?

No início do século XX, a fotografia norte-americana e europeia entrou em seu estado de maturidade histórica. Mathew Brady fotografou a Guerra Civil, e expedições fotográficas a regiões remotas do Ocidente foram realizadas por Timothy H. O’Sullivan. Muitos milhões de retratos humanos foram registrados em película. De acordo com o censo de 1900, ao menos 247 pessoas afro-americanas fotografavam profissionalmente. Óbvio, podemos presumir que a vasta maioria concentrava seus trabalhos nos retratos feitos em estúdio, mas se James Van Der Zee é, de algum modo, representativo, artistas como ele fotografavam cenas de rua, desfiles, comícios políticos e qualquer outra coisa que pudesse estar acontecendo ao redor. A. D. Coleman relata que, durante grande parte de sua carreira, Van Der Zee “esteve completamente

alheio ao que ocorria na sua área, mesmo entre as fotografas e fotógrafos negros; nomes como Steichen, Stieglitz, Hine e Van Vechten não ecoavam em sua memória”^[9].

Ainda assim, para mover-se em direção ao registro fotográfico da opressão era realmente necessário conhecer, por exemplo, as imagens de pessoas pobres e de seu ambiente feitas por Jacob Riis? Era necessário para as fotografas e fotógrafos negros buscar exemplos entre seus pares da população branca a fim de reconhecer que a fotografia poderia ser uma forma profundamente social de arte, capaz de originar impulsos humanos pela mudança progressista?

Para dar continuidade aos questionamentos acima, alguma fotógrafa ou fotógrafo negro do início do século XX tentou registrar imagens mostrando o racismo onipresente e devastador daqueles anos? Como a fotografia negra abordou os distúrbios raciais de 1906 em Springfield, Ohio, e em Atlanta, Geórgia – ou as famosas agressões a soldados negros em Brownsville, Texas, naquele mesmo ano? Houve alguma provocação visual inspirada no linchamento, em 1916, de Jesse Washington, que foi queimado vivo em Waco, Texas, diante de uma multidão eufórica de 15 mil pessoas brancas – homens, mulheres e até crianças? Uma fotografia de uma passeata no Harlem em protesto aos distúrbios raciais de East Saint Louis, em 1917, foi incluída na exposição “Harlem on My Mind”. Quantas outras imagens que evocam a presença e a resistência à terrível violência de 1917 e ao sangrento Verão Vermelho^[e] de 1919 esperam ser descobertas?

Com a ascensão da indústria cinematográfica nas primeiras décadas do século XX, os estereótipos racistas começaram a adquirir formas definitivas de percepção, processo que D. W. Griffith realizou com maestria em *The Birth of a Nation* [*O nascimento de uma nação*]. Quais fotógrafos afro-americanos buscaram criar verdadeiras imagens negras, fotos cujo poder criativo expusesse e condenasse a evolução da mitologia visual do racismo? Certamente, as impressionantes imagens negras de James Van Der Zee oferecem uma evidência positiva, realista, da população urbana afro-americana e, em especial, de habitantes do Harlem da década de 1920 – de socialites em repouso a garveyistas^[f] em protesto. Embora os estudos acadêmicos dominantes sobre fotografia tratem Van Der Zee como uma exceção – isso quando ele é

minimamente reconhecido –, deve existir um número maior, muito maior de artistas como ele.

Os anos 1920 foram muito especiais para artistas da comunidade negra dos Estados Unidos – particularmente na literatura e na pintura que, ao contrário da música daquela época, ainda não tinham se estabelecido dentro de um contexto cultural que era positiva e nitidamente afro-americano. “Nós, artistas jovens de origem negra que criamos, pretendemos neste momento expressar nossos seres únicos de pele escura sem medo nem vergonha.”^[10] Esse foi o manifesto de Langston Hughes em “ e Negro Artist and the Racial Mountain” [O artista negro e o obstáculo racial]. No fim daquela década, artistas visuais e da literatura negra haviam construído as bases para uma estética explicitamente afro-americana, que refletiu as condições sócio-históricas do desenvolvimento da comunidade negra e que permitiu expressar as tradições culturais criadas e preservadas nesse processo.

Deixem que o clamor das bandas negras de jazz e que o bramido da voz de Bessie Smith cantando blues penetrem nos carros fechados da quase-intelectualidade de cor até que escutem e talvez compreendam. Deixem que Paul Robeson cante “Water Boy” [Garoto da água], que Rudolph Fisher escreva sobre as ruas do Harlem, que Jean Toomer traga nas mãos o coração da Geórgia e que Aaron Douglas desenhe estranhas fantasias [...].^[11]

E poderíamos acrescentar: que James Van Der Zee capture imagens fotográficas do Harlem, que P. H. Polk preserve por meio da câmera algo do significado histórico do Tuskegee Institute [Instituto Tuskegee]^[g]...

Então vieram a Grande Quebra [da Bolsa de Nova York], em 1929, e a depressão econômica que trouxe pobreza para toda a população, mas cujo impacto foi mais fatal para as massas afro-americanas, especialmente a mão de obra agrícola do Sul. A população negra pobre apareceu no trabalho de fotógrafas e fotógrafos da Farm Security Administration [Administração de Segurança Rural] – Dorothea Lange, Ben Shahn, Carl Mydans, Walker Evans –, cuja documentação da vida rural durante os anos da Depressão tem importância inestimável. Inúmeras imagens da pobreza nos Estados Unidos foram preservadas; ainda assim, as pessoas negras não eram, como seus pares brancos, simplesmente pobres. Sua vida expressava muito mais do que a “dignidade apesar da pobreza” com frequência capturada de modo não intencional nas fotografias. Onde estão as outras imagens – aquelas de pessoas

negras se mobilizando, lutando, resistindo como meeiras e arrendatárias na área rural do Alabama? Como sindicalistas de Detroit, por exemplo, ou manifestantes em situação de desemprego, em Chicago – e como pessoas, seres humanos reais? Resumindo, enquanto uma comunidade complexa, em amadurecimento, de pessoas oprimidas em sua busca implacável por uma existência coletiva humana, uma busca que continua desde os anos 1940 e 1950 até o momento presente? Se essas fotos forem descobertas, se novas imagens desse tipo forem produzidas em quantidade substancial, as fotógrafas e fotógrafos de origem afro-americana terão carregado – e devem continuar a carregar – o fardo esmagador dessa responsabilidade.

A crítica de fotografia Gisèle Freund afirmou que a importância desse meio não está relacionada apenas à sua capacidade de se desenvolver como uma forma de arte, mas também, e talvez de modo mais significativo, ao “seu poder de moldar nossas ideias, de influenciar nosso comportamento e de definir nossa sociedade”^[12]. Se desejamos vencer o racismo nos Estados Unidos, tanto em sua manifestação institucional quanto nas atitudes, então as fotógrafas e fotógrafos afro-americanos certamente terão de representar um papel especial no processo de redefinir as imagens ideologicamente contaminadas de seu povo. Esse processo envolve não apenas sua própria competência técnica ou sua sensibilidade estética e social, mas também, em um sentido bastante essencial, o fim de sua invisibilidade socialmente imposta. Referindo-se a um brilhante fotógrafo contemporâneo, A. D. Coleman escreveu: “É quase trágico que nossos preconceitos tenham privado Roy DeCarava da grande audiência que ele merece, e privado essa audiência de um artista que tem tanto a mostrar e que ela precisa urgentemente conhecer”^[13].

Roy DeCarava e quantos mais?

[1] Publicado originalmente sob o título “Photography and Afro-American History”, em Valencia Hollins Coar, *A Century of Black American Photographers, 1840-1960* (Providence, Rhode Island School of Design, 1983), para acompanhar a exposição de mesmo nome no Museu de Arte da Escola de Design de Rhode Island, de 31 de março a 8 de maio de 1983.

[2] Allon Schoener (org.), *Harlem on My Mind: Cultural Capital of Black America, 1900-1968* (Nova York, Dell, 1979), p. 11.

- [3] A. D. Coleman, *Light Readings* (Nova York, Oxford University Press, 1979), p. 27.
- [4] Ibidem, p. 16.
- [5] Beaumont Newhall, *A History of Photography* (Nova York, Museum of Modern Art, 1982).
- [6] W. E. B. Du Bois, *The Souls of Black Folk* (Nova York, New American Library, 1969), p. 46-7 [ed. bras.: *As almas da gente negra*, Rio de Janeiro, Lacerda, 1999].
- [a] George Moses Horton é considerado o primeiro poeta afro-americano a ser publicado no Sul dos Estados Unidos. Já Henry Wadsworth Longfellow foi um professor e poeta estadunidense apoiador do abolicionismo. (N. T.)
- [7] David C. Driskell, *Two Centuries of Black American Art* (Nova York/Los Angeles, Alfred A. Knopf/Los Angeles County Museum of Art, 1976), p. 36.
- [b] São Paulo, Clube do Livro, 1969. (N. E.)
- [c] Eufemismo usado nos Estados Unidos para se referir à escravidão. (N. T.)
- [8] W. E. B. Du Bois, *Black Reconstruction in America* (Nova York, Meridian, 1964), p. 122.
- [d] Após uma intensa disputa em relação à contagem de votos do colégio eleitoral na eleição presidencial de 1876, os partidos Democrata e Republicano fizeram um acordo informal, confirmando a vitória do republicano Rutherford B. Hayes sobre Samuel J. Tilden. Para isso, Hayes concordou em fazer concessões a alguns interesses democratas, como a retirada das tropas federais que garantiam a reconstrução dos estados do Sul após a Guerra Civil. (N. T.)
- [9] A. D. Coleman, *Light Readings*, cit., p. 17.
- [e] No original, “*Red Summer*”. Assim ficou conhecida a sequência de conflitos raciais que causou a morte de pelo menos 165 pessoas em várias cidades e regiões rurais dos Estados Unidos. Uma das razões do conflito teria sido a falta de empregos, bem como a estratégia dos empregadores de substituir a mão de obra branca grevista pela mão de obra negra. (N. T.)
- [f] Integrantes do movimento afro-americano que seguia as ideias de Marcus Garvey, baseadas na proposta de integração entre as pessoas de origem africana espalhadas pelo mundo e de unificação sociopolítica do continente africano. (N. T.)
- [10] Langston Hughes, “The Negro Artist and the Racial Mountain”, em John A. Williams e Charles F. Harris (orgs.), *Amistad I* (Nova York, Vintage, 1970), p. 305. Publicado pela primeira vez em *The Nation*, 23 jun. 1926.
- [11] Ibidem, p. 304-5.
- [g] O Tuskegee Institute iniciou suas atividades em 1881 como escola normal para a formação de professores e professoras afro-americanas. Os três principais responsáveis pela fundação da escola foram Lewis Adams e Booker T. Washington, ex-escravos, e George W. Campbell, ex-proprietário de escravos. Em 1985, o instituto obteve estatuto de universidade. (N. T.)
- [12] Gisèle Freund, *Photography and Society* (Boston, David R. Godine, 1980), p. 5 [ed. port.: *Fotografia e sociedade*, Lisboa, Vega, 1989].
- [13] A. D. Coleman, *Light Readings*, cit., p. 28.

Pinceladas pela mudança social: a arte de Rupert Garcia⁽¹⁾

Na primavera de 1978, uma exposição de vanguarda entrou em cartaz no San Francisco Museum of Modern Art [Museu de Arte Moderna de São Francisco]. Embora muitas das pessoas que compareceram fossem instruídas no modo tradicional de frequentar museus e apreciar arte, um grande número provavelmente estava visitando um museu pela primeira vez. Pessoas jovens e idosas – na verdade, famílias inteiras de origem latina e de outras etnias – realizaram a jornada até a famosa fortaleza da atividade artística de São Francisco a fim de homenagear um jovem chicano que estava emergindo rapidamente como um dos mais brilhantes artistas da região da baía de São Francisco. As pessoas dançaram ao som da música dos mariachis, que, com gestos cerimoniais, abriam as portas do museu para que suas paredes pudessem exibir as imagens de Rupert Garcia com a dignidade apropriada à sua herança étnica. De fato, um encantamento renovado permeava a celebração. Não apenas um jovem chicano havia sido convidado a apresentar uma exposição individual no mais prestigiado museu de arte de São Francisco, como o fato de sua obra trazer manifestações evidentes de solidariedade às lutas políticas dos povos oprimidos fazia da mostra de Rupert Garcia um evento que rompia com as tradições.

Eu conhecia Rupert Garcia há quase cinco anos quando visitei a abertura dessa exposição, mas estava familiarizada com seu trabalho antes mesmo do

nosso primeiro encontro. Quando eu estava na prisão aguardando julgamento pelas acusações de assassinato, sequestro e conspiração, minha assessoria jurídica trouxe um de seus pôsteres para minha cela. Era um retrato meu com as palavras de ordem “*Libertad para los prisioneros políticos*”. Das dezenas de cartazes produzidos durante o período de dois anos de minha detenção e julgamento, aquele estava, sem dúvida, entre os que sensibilizaram de forma mais aguda as pessoas para a luta pela liberdade de prisioneiras e prisioneiros políticos e, principalmente, para a campanha por minha própria liberdade.

Em 1969, o Conselho de Regentes da Universidade da Califórnia (do qual o então governador Ronald Reagan era um ativo membro *ex-officio*) me demitiu do cargo de professora de filosofia, alegando que, por minha afiliação ao Partido Comunista, eu “era indesejada” como docente. No processo de defesa do meu direito de ensinar, engajei-me em esforços para evitar a condenação fraudulenta de George Jackson, John Clutchette e Fleeta Drumgo, acusados pelo assassinato de um agente penitenciário de Soledad, em janeiro de 1970. Durante o verão daquele ano, Jonathan Jackson, irmão mais novo de George, usou armas registradas em meu nome – revólveres que eu comprei para fins de segurança por causa das numerosas ameaças racistas e anticomunistas à minha vida – para dar início a uma rebelião de prisioneiros no tribunal de Marin County, em San Rafael, Califórnia. Como resultado, eu mesma fui acusada de conspiração, de sequestro e do assassinato do juiz morto durante o confronto. Minha única esperança de escapar da câmara de gás da Califórnia residia no movimento popular que estava sendo organizado por todo o país e, com o tempo, também em outros continentes.

Como todas as pessoas que criaram o National United Committee to Free Angela Davis and All Political Prisoners [Comitê Nacional Unificado pela Libertação de Angela Davis e de Todas as Pessoas Presas por Razões Políticas; NUCFAD, na sigla original] acabaram percebendo, o papel da arte na campanha era indispensável, porque com frequência ela podia transmitir nossa mensagem de modo muito mais vigoroso do que os panfletos e discursos habituais, por mais importantes que estes fossem. Com uma simplicidade persuasiva, “*Libertad para los prisioneros políticos*”, de Rupert Garcia, depositou uma profunda responsabilidade moral e política sobre aquelas pessoas que se associavam a causas progressistas. Isso as encarregava de contribuir ativamente

para a defesa daquelas pessoas entre nós cuja vida estava ameaçada pela repressão vigente.

Conheci Rupert Garcia pessoalmente em setembro de 1973. Eu me lembro da data porque a então recente derrubada de Salvador Allende e o governo da Unidade Popular do Chile estavam sendo discutidos no evento em que nos encontramos. (Rupert produziu depois uma emocionante obra intitulada “México, Chile, Soweto...”.). Nós conversamos sobre o retrato que ele fez de mim e sobre sua importante participação na campanha pela minha liberdade. Na época, ele me mostrou outro pôster representando as lutas do período em que estive detida: “*Attica es Fascismo*”. A mensagem transmitida por aquelas palavras de ordem era intrínseca à imagem em si – um crânio simbólico capturava a agressão assassina às pessoas presas ordenada pelo então governador de Nova York, Nelson Rockefeller, em resposta às reivindicações por alojamentos menos lotados, alimentação e atendimento médico melhores, permissão para ler literatura política radical, entre outros. Incorporando um tema recorrente na obra de Rupert Garcia, esses dois pôsteres expressavam a busca pela liberdade humana com o forte impacto visual tão característico de sua obra como um todo.

Não pode haver nenhum engano sobre a relação entre as imagens desse artista e as lutas políticas concretas pela emancipação das pessoas oprimidas. As raízes de sua arte podem ser encontradas na tradição estética criada no próprio cerne dos movimentos negro e chicano do fim dos anos 1960. Na verdade, alguns de seus trabalhos iniciais foram produzidos em associação a eventos da greve de 1968 da San Francisco State College [Faculdade Estadual de São Francisco], que conquistou o direito de criar programas de estudos negros, chicanos, indígenas e ázio-americanos. Durante esse período, Rupert criou dois pôsteres inspirados nas batalhas de César Chávez^[a] e do United Farm Workers Union [Sindicato da Classe Trabalhadora Rural], bem como vários retratos de membros dos Panteras Negras que haviam se tornado vítimas de uma das ondas de repressão política mais brutais que o país já testemunhou. E o que simbolizam seus retratos de Che Guevara e Emiliano Zapata, se não os laços desses movimentos com o levante mundial das pessoas tiranizadas e oprimidas?

Rupert Garcia sempre teve uma preocupação inequívoca e prioritária: a divulgação de imagens humanas que preservem a consciência de nossas

heranças raciais e nacionais e de nossas lutas populares coletivas por liberdade e dignidade. Assim, muitas pessoas que podem ter sido historicamente excluídas da representação em retratos encontram espaço em seu trabalho. E aquelas que deram contribuições às nossas lutas e que, de outra forma, ficariam escondidas atrás da densa rede de fatos históricos tecida por historiadoras e historiadores ortodoxos ficam bastante à vontade no conjunto da obra de Rupert Garcia. O reverendo Ben Chavis, cuja liberdade foi exigida de modo combativo na passeata de Raleigh, na Carolina do Norte, em 1976, dá as mãos a Inez Garcia, vítima de uma sentença judicial severa porque ousou reagir a um estuprador que a agrediu. Um grevista mexicano é assassinado, mas Nelson Mandela, o líder preso do Congresso Nacional Africano da África do Sul, persevera, mesmo sofrendo sob a cruel repressão do *apartheid*. Em todas essas imagens, é feito um corajoso apelo a quem presencia o trabalho para que leve adiante esse mesmo legado de luta humana.

Embora a herança cultural desse artista como chicano seja um tema central em sua vida e obra, isso certamente não impede que ele defina a si mesmo e à sua arte como internacionalista, com o objetivo de criar fortes laços entre os movimentos que florescem mundo afora. Do México, ele se desloca para o Chile e, das Filipinas, para o Irã, a África do Sul e Moçambique. Se a dimensão internacionalista de seu trabalho é inequívoca, assim também é sua busca explícita e bem-sucedida pela universalidade. Tradicionalmente, a grande maioria de críticas e críticos de origem branca, ao abordar o trabalho de artistas visuais e da literatura que sofrem opressão por causa de sua raça e que exploram as experiências e lutas de seus povos, tende a diminuir suas obras com a alegação de que são “provincianas” ou insuficientemente “universais”. Com frequência, tais profissionais da crítica, cujas atitudes foram completamente contaminadas pelo racismo, têm sentido a obrigação, diante da força da obra de Rupert Garcia, de reconhecer nela uma universalidade imersa na concretude visual do clamor pela igualdade dos povos do Terceiro Mundo.

Quanto ao contexto histórico-artístico de seu trabalho, não há necessidade de especulação, já que os retratos de Rupert preservam as imagens de um grande número de artistas que criaram e aperfeiçoaram a tradição estética dentro da qual ele continua a trabalhar. Afirmando sua cultura chicana e sua herança artística mexicana estão os retratos de Diego Rivera, Frida Kahlo,

Tamayo, Siqueiros e Orozco. Imagens do pintor comunista Pablo Picasso, bem como do dramaturgo revolucionário alemão Bertolt Brecht, enfatizam o caráter global da tradição estética que coloca a arte em uma relação explícita com a luta política progressista.

Rupert Garcia não se satisfaz com o processo isolado de produção de imagens. Ele tentou garantir que artistas que trabalham dentro da mesma tradição que ele tivessem a oportunidade de seguir criando. O fato de ele ser membro-fundador da Galería de la Raza, em São Francisco, é evidência de seu compromisso com a causa específica de artistas progressistas, especialmente de comunidades oprimidas em razão de sua raça e nacionalidade. Sem dúvida, sua obra fornecerá uma inspiração duradoura para essa causa.

[1] Publicado originalmente como prefácio a *Rupert Garcia* (Honolulu, Institute of Culture and Communications East-West Center, 1987), catálogo da exposição em cartaz entre 1º de junho e 31 de julho de 1987.

[a] César Chávez (1927-1993) foi um líder trabalhista e ativista pelos direitos civis da comunidade latina nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1980. Ele adotava táticas não violentas, mas politicamente agressivas de luta. (N. T.)

Créditos e autorizações

Partes deste livro circularam previamente, em geral com títulos diferentes, nas seguintes publicações:

Rupert Garcia Catalogue, Political Affairs, Vital Signs e Vogue.

Kitchen Table: Women of Color Press: “We do not Consent: Violence Against Women in a Racist Society” [“Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista”] (publicado originalmente como “Violence Against Women and the Ongoing Challenge to Racism”, de Angela Davis. Publicado originalmente por Kitchen Table: Women of Color Press, P.O. Box 908, Latham, NY 12110.

Pela permissão para reproduzir materiais previamente publicados, agradecemos a:

Buttermilk Sky Associates, Inc.: A rap song, “Beat Street Breakdown”, de Melvin Glover e Regina Griffin. Direitos autorais Hargreen Music, Inc., 1984. Administração da Buttermilk Sky Associates, Inc.

Harvard Educational Review: “Let Us All Rise Together: Radical Perspectives on Empowerment for Afro-American Women” [Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas] (publicado originalmente como “Radical Perspectives on Empowerment for Afro-American Women”), de Angela Davis em *Harvard Educational Review*, v. 58, 3. ed., agosto de 1988. Direitos autorais da presidência e do conselho da

Harvard College, 1988. Permissão para reprodução. Todos os direitos reservados.

Gil Scott-Heron: A song entitled “B-Movie”, de Gil Scott-Heron. Utilizada com permissão.

Oxford University Press, Inc. e Methuen London Ltd.: Adaptação de “Women in Egypt: A Personal View” [As mulheres do Egito: uma perspectiva pessoal], de Angela Davis publicado em *Women, a World Report 1985, a New Internationalist Book*. Direitos autorais de Angela Davis, 1985. Reproduzido com permissão da Oxford University Press, Inc. e da Methuen London Ltd.

Rhode Island School of Design: “Underexposed: Photography and Afro-American History” [Subexposição: fotografia e história afro-americana] (publicado originalmente sob o título “Photography and Afro-American History”, de Angela Davis em *A Century of Black American Photographers, 1840-1960* [Um século de fotógrafos negros norte-americanos – 1840-1960] pela Valencia Hollins Coar. Permissão concedida pela RISD.

SBK Entertainment World and Chappell Music Ltd.: excerto da letra de “Imagine”, de John Lennon. Direitos autorais da LENONO MUSIC, 1971. Todos os direitos reservados. Direitos autorais internacionais protegidos. Utilizado com permissão da SBK Blackwood Music, Inc., and Chappell Music Ltd.

Sugarhill Music: A rap song, “Jesse,” de Melvin Glover, Regina Griffin, Silvia Robinson, e Ronald Isley. Reproduzido por cortesia da Sugar Hill Music.

Levante Popular da Juventude



Este livro foi publicado pela Boitempo às vésperas do dia 25 de julho de 2017, quando serão celebrados os 25 anos de criação do dia latino-americano e caribenho de luta das mulheres negras, data comemorada pela primeira vez em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana.

© desta edição, Boitempo, 2017
© Angela Y. Davis, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989

Tradução do original em inglês *Women, Culture, & Politics* (Nova York, Random House, 1989; Vintage, 1990), publicada mediante acordo com a Random House, divisão da Penguin Random House LLC.

Direção editorial

Ivana Jinkings

Edição

Bibiana Leme

Assistência editorial

aisa Burani

Tradução

Heci Regina Candiani

Preparação

Mariana Tavares

Revisão

Maíra Bregalda

Coordenação de produção

Livia Campos

Capa

Ronaldo Alves

primeira capa: foto de Angela Davis, c. 1969; guardas, segunda e terceira capas: montagem com foto da cidade de São Paulo, de Deni Williams, e fotos de mulheres (primeira mulher da segunda capa: Nosy-Be woman, c. 1868; segunda mulher da segunda capa: Negra com seu filho, Salvador, de Marc Ferrez, c. 1884; primeira mulher da terceira capa: Member of the African Choir, London Stereoscopic Company, 1891; segunda mulher da terceira capa: Negra com turbante, de Alberto Henschel, 1870); p. 144: Angela Davis recebe homenagem de Valentina Terechkôva, do Comitê de Mulheres Soviéticas, em 29/8/1972, de D. Chernov.

Diagramação

Antonio Kehl

Equipe de apoio:

Allan Jones / Ana Yumi Kajiki / Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Frederico Indiani / Heleni Andrade / Isabella Barboza / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Aísa Barros / Tulio Candiotto

Versão eletrônica

Produção

Livia Campos

Diagramação

Schäffer Editorial

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D294m

Davis, Angela, 1944-

Mulheres, cultura e política [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2017.
recurso digital

Tradução de: Women, culture, and politics

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-85-7559-570-1 (recurso eletrônico)

1. Mulheres - Estados Unidos - Atitudes. 2. Mulheres - Estados Unidos - Condições sociais - Século XXI. 3. Mulheres - Estados Unidos - Condições econômicas - Século XXI. 4. Influência social. 5. Livros eletrônicos. I. Candiani, Heci Regina. II. Título.

17-42911

CDD: 305.4

CDU: 316.346.2-055.2

28/06/2017 30/06/2017

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: junho de 2017

BOITEMPO EDITORIAL

www.boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.wordpress.com

www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/user/imprensaboitempo

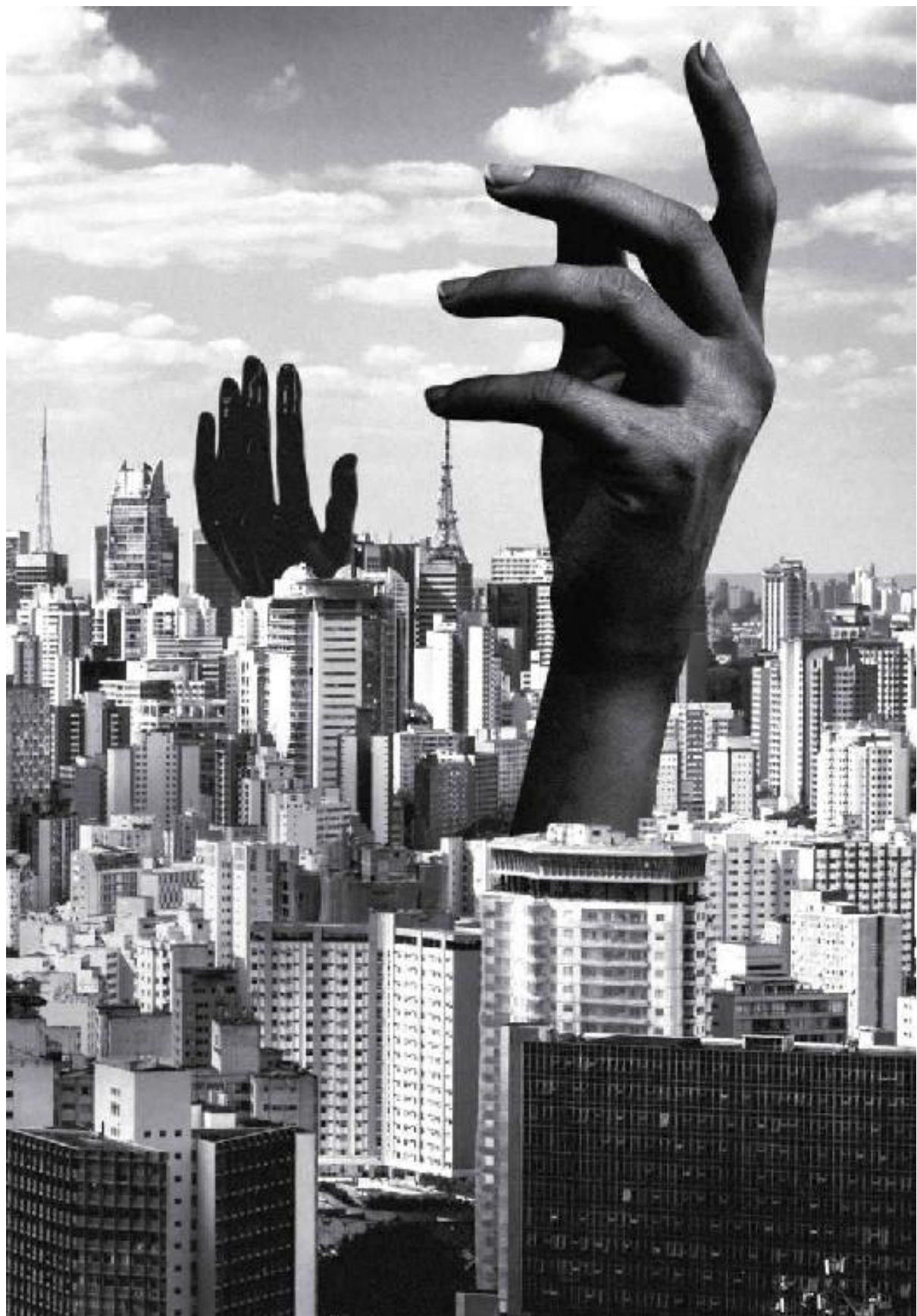
Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-3940

editor@boitempoeditorial.com.br



E-BOOKS DA BOITEMPO EDITORIAL

17 contradições e o fim do capitalismo

DAVID HARVEY

Cidades sitiadas

STEPHEN GRAHAM

Deslocamentos do feminino

MARIA RITA KEHL

Os despossuídos

KARL MARX

Dicionário gramsciano

GUIDO LIGUORI E PASQUALE VOZA

Gênero e trabalho no Brasil e na França

ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU, HELENA HIRATA E MARIA ROSA LOMBARDI

Mulheres, raça e classe

ANGELA DAVIS

Marx e Engels como historiadores da literatura

GYÖRGY LUKÁCS

Por que gritamos golpe?

IVANA JINKINGS, KIM DORIA E MURILO CLETO (ORGS.)

Sartre: direito e política

SÍLVIO LUIZ DE ALMEIDA

O sujeito incômodo

SLAVOJ ŽIŽEK

Televisão

RAYMOND WILLIAMS

A teoria da alienação em Marx

ISTVÁN MÉSZÁROS

Siga a Boitempo

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR

 [/blogdaboitempo.com.br](http://blogdaboitempo.com.br)

 [/boitempo](https://www.facebook.com/boitempo)

 [@editoraboitempo](https://twitter.com/editoraboitempo)

 [/tvboitempo](https://www.youtube.com/tvboitempo)

 [@boitempo](https://www.instagram.com/boitempo)



Acreditamos que toda forma de cultura tem o seu valor

Use este arquivo somente como amostra e retire de seu dispositivo em até 24 hrs

Recomendamos que se possível, adquirir a obra do autor ou editora



"NÃO SE PODE FALAR SOBRE MIEVILLE
SEM USAR A PALAVRA 'BRILHANTE'." – URSULA K. LE GUIN

CHINA MIEVILLE

ESTAÇÃO PERDIDO

SÉRIE BAS-LAG



Estação Perdido

Miéville, China

9788575594902

610 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Com seu novo romance, o colossal, intrincado e visceral Estação Perdido, Miéville se desloca sem esforço entre aqueles que usam as ferramentas e armas do fantástico para definir e criar a ficção do século que está por vir." – Neil Gaiman

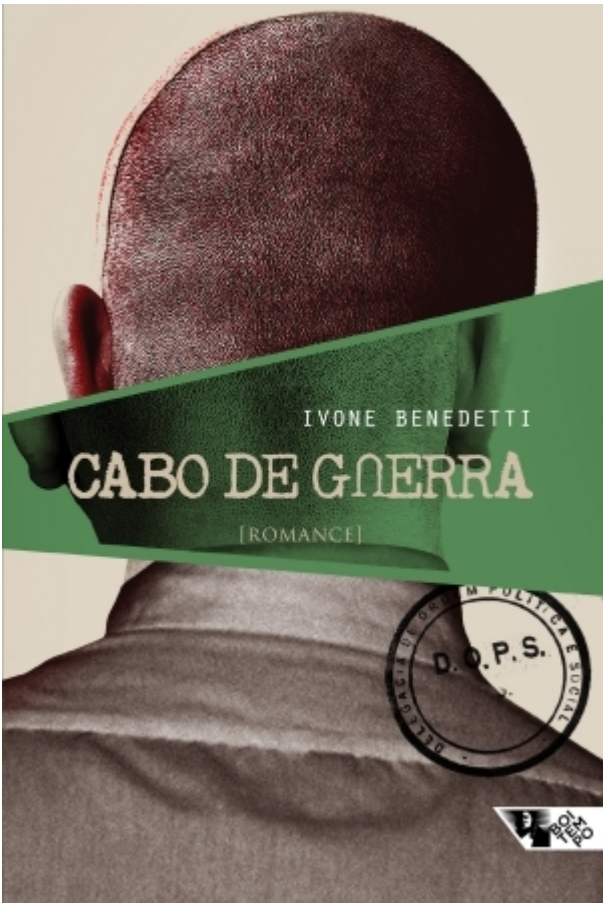
"Não se pode falar sobre Miéville sem usar a palavra 'brilhante'." – Ursula K. Le Guin

O aclamado romance que consagrou o escritor inglês China Miéville como um dos maiores nomes da fantasia e da ficção científica contemporânea. Miéville escreve fantasia, mas suas histórias passam longe de contos de fadas. Em Estação Perdido, primeiro livro de uma trilogia que lhe rendeu prêmios como o British Fantasy (2000) e o Arthur C. Clarke (2001), o leitor é levado para Nova Crobuzon, no planeta Bas-Lag, uma cidade imaginária cuja semelhança com o real provoca uma assustadora intuição: a de que

a verdadeira distopia seja o mundo em que vivemos.

Com pitadas de David Cronenberg e Charles Dickens, Bas-Lag é um mundo habitado por diferentes espécies racionais, dotadas de habilidades físicas e mágicas, mas ao mesmo tempo preso a uma estrutura hierárquica bastante rígida e onde os donos do poder têm a última palavra. Nesse ambiente, Estação Perdido conta a saga de Isaac Dan der Grimnebulin, excêntrico cientista que divide seu tempo entre uma pesquisa acadêmica pouco ortodoxa e a paixão interespecies por uma artista boêmia, a impetuosa Lin, com quem se relaciona em segredo. Sua rotina será afetada pela inesperada visita de um garuda chamado Yagharek, um ser meio humano e meio pássaro que lhe pede ajuda para voltar a voar após ter as asas cortadas em um julgamento que culminou em seu exílio. Instigado pelo desafio, Isaac se lança em experimentos energéticos que logo sairão do controle, colocando em perigo a vida de todos na tumultuada e corrupta Nova Crobuzon.

[Compre agora e leia](#)



Cabo de guerra

Benedetti, Ivone

9788575594919

306 páginas

[Compre agora e leia](#)

Finalista do Prêmio São Paulo de Literatura de 2010, Ivone Benedetti lança pela Boitempo seu segundo romance, o arrebatador Cabo de guerra, que invoca fantasmas do passado militar brasileiro pela perspectiva incômoda de um homem sem convicções transformado em agente infiltrado.

No final da década de 1960, um rapaz deixa o aconchego da casa materna na Bahia para tentar a sorte em São Paulo. Em meio à efervescência política da época, que não fazia parte de seus planos, ele flerta com a militância de esquerda, vai parar nos porões da ditadura e muda radicalmente de rumo, selando não apenas seu destino, mas o de muitos de seus ex-companheiros.

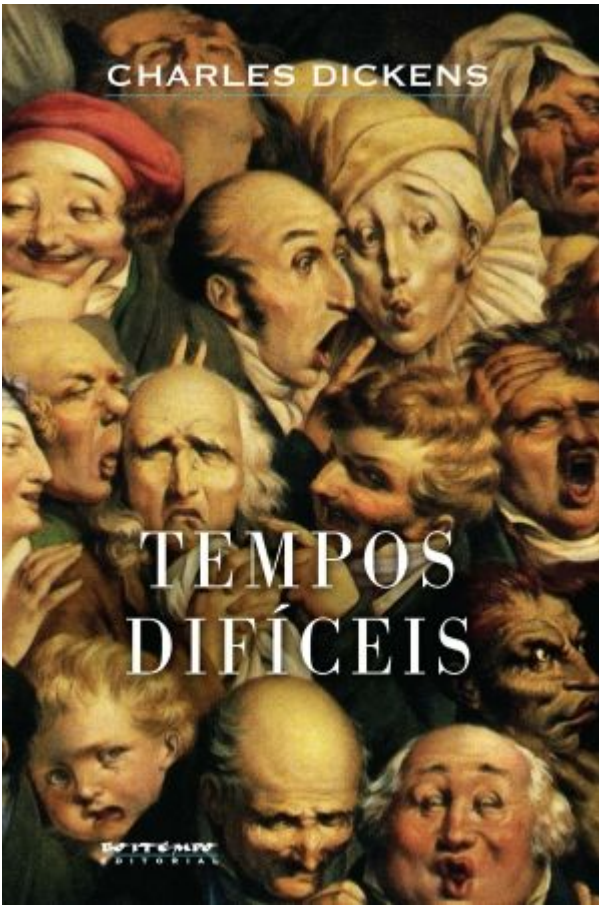
Quarenta anos depois, ainda é difícil o balanço: como decidir entre dois lados, dois polos, duas pontas do cabo de guerra que lhe ofertaram? E, entre as visões fantasmagóricas que o assaltam

desde criança e a realidade que ele acredita enxergar, esse protagonista com vocação para coadjuvante se entrega durante três dias a um estranho acerto de contas com a própria existência. Assistido por uma irmã devota e rodeado por uma série de personagens emersos de páginas infelizes, ele chafurda numa ferida eternamente aberta na história do país.

Narradora talentosa, Ivone Benedetti tem pleno domínio da construção do romance. Num texto em que nenhum elemento aparece por acaso e no qual, a cada leitura, uma nova referência se revela, o leitor se vê completamente envolvido pela história de um protagonista desprovido de paixões, dono de uma biografia banal e indiferente à polarização política que tanto marcou a década de 1970 no Brasil. Essa figura anônima será, nessa ficção histórica, peça fundamental no desfecho de um trágico enredo.

Neste Cabo de guerra, são inúmeras e incômodas as pontes lançadas entre passado e presente, entre realidade e invenção. Para mencionar apenas uma, a abordagem do ato de delação política não poderia ser mais instigante para a reflexão sobre o Brasil contemporâneo.

[Compre agora e leia](#)



Tempos difíceis

Dickens, Charles

9788575594209

336 páginas

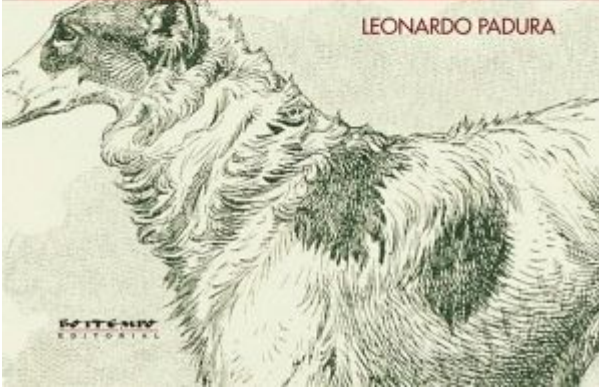
[Compre agora e leia](#)

Neste clássico da literatura, Charles Dickens trata da sociedade inglesa durante a Revolução Industrial usando como pano de fundo a fictícia e cinzenta cidade de Coketown e a história de seus habitantes. Em seu décimo romance, o autor faz uma crítica profunda às condições de vida dos trabalhadores ingleses em fins do século XIX, destacando a discrepância entre a pobreza extrema em que viviam e o conforto proporcionado aos mais ricos da Inglaterra vitoriana. Simultaneamente, lança seu olhar sagaz e bem humorado sobre como a dominação social é assegurada por meio da educação das crianças, com uma compreensão aguda de como se moldam espíritos desacostumados à contestação e prontos a obedecer à inescapável massificação de seu corpo e seu espírito.

Acompanhando a trajetória de Thomas Gradgrind, "um homem de fatos e cálculos", e sua família, o livro satiriza os movimentos iluminista e positivista e triunfa ao descrever quase que de forma caricatural a sociedade industrial, transformando a própria estrutura do romance numa argumentação antiliberal. Por meio de diversas

alegorias, como a escola da cidade, a fábrica e suas chaminés, a trupe circense do Sr. Sleary e a oposição entre a casa do burguês Josiah Bounderby e a de seu funcionário Stephen Blackpool, o resultado é uma crítica à mentalidade capitalista e à exploração da força de trabalho, imposições que Dickens alertava estarem destruindo a criatividade humana e a alegria.

[Compre agora e leia](#)



O homem que amava os cachorros

Padura, Leonardo

9788575593622

592 páginas

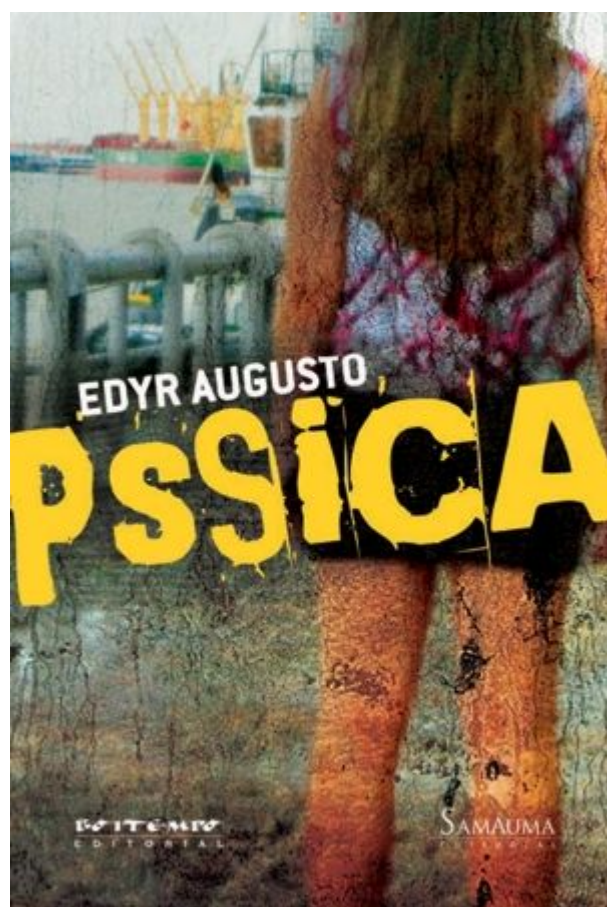
[Compre agora e leia](#)

Esta premiadíssima e audaciosa obra do cubano Leonardo Padura, traduzida para vários países (como Espanha, Cuba, Argentina, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha), é e não é uma ficção. A história é narrada, no ano de 2004, pelo personagem Iván, um aspirante a escritor que atua como veterinário em Havana e, a partir de um encontro enigmático com um homem que passeava com seus cães, retoma os últimos anos da vida do revolucionário russo Leon Trotski, seu assassinato e a história de seu algoz, o catalão Ramón Mercader, voluntário das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola e encarregado de executá-lo.

Esse ser obscuro, que Iván passa a denominar "o homem que amava os cachorros", confia a ele histórias sobre Mercader, um amigo bastante próximo, de quem conhece detalhes íntimos. Diante das descobertas, o narrador reconstrói a trajetória de Liev Davidovitch Bronstein, mais conhecido como Trotski, teórico russo e comandante do Exército Vermelho durante a Revolução de Outubro, exilado por Joseph Stalin após este assumir o controle do Partido Comunista e da URSS, e a de Ramón Mercader, o homem que empunhou a picareta que o matou, um personagem sem voz na

história e que recebeu, como militante comunista, uma única tarefa: eliminar Trotski. São descritas sua adesão ao Partido Comunista espanhol, o treinamento em Moscou, a mudança de identidade e os artifícios para ser aceito na intimidade do Líder soviético, numa série de revelações que preenchem uma história pouco conhecida e coberta, ao longo dos anos, por inúmeras mistificações.

[Compre agora e leia](#)



Pssica

Proença, Edyr Augusto

9788575594506

96 páginas

[Compre agora e leia](#)

Após grande sucesso na França - onde teve três livros traduzidos -, o paraense Edyr Augusto lança um novo romance noir de tirar o fôlego. Em Pssica, que na gíria regional quer dizer "azar", "maldição", a narrativa se desdobra em torno do tráfico de mulheres.

Uma adolescente é raptada no centro de Belém do Pará e vendida como escrava branca para casas de show e prostituição em Caiena. Um imigrante angolano vai parar em Currálinho, no Marajó, onde monta uma pequena mercearia, que é atacada por ratos d'água (ladrões que roubam mercadorias das embarcações, os piratas da Amazônia) e, em seguida, entra em uma busca frenética para vingar a esposa assassinada. Entre os assaltantes está um garoto que logo assumirá a chefia do grupo. Esses três personagens se encontram em Breves, outra cidade do Marajó, e depois voltam a estar próximos em Caiena, capital da Guiana Francesa, em uma vertiginosa jornada de sexo, roubo, garimpo, drogas e assassinatos.

[Compre agora e leia](#)